**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

IGOR RENATO MACHADO DE LIMA

**“*HABITUS*” NO SERTÃO:
GÊNERO, ECONOMIA E CULTURA INDUMENTÁRIA NA
VILA DE SÃO PAULO (1554 - C.1650)
(VERSÃO CORRIGIDA)**

**São Paulo
2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

IGOR RENATO MACHADO DE LIMA

**“*HABITUS*” NO SERTÃO:
GÊNERO, ECONOMIA E CULTURA INDUMENTÁRIA NA VILA DE
SÃO PAULO (1554 - C.1650)**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História
Econômica da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de doutor em
História.

Orientador: Professora Dra. Eni de
Mesquita Samara

**São Paulo
2011**

Para a minha mãe Iezer.

“... clothing as a subject allows no absolute certainty, for styles of dress are constantly changing, according to the whim and caprice of their wearers”.

Cesare Vecellio, 1589

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Lista de Imagens.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
PARTE I - APROXIMAÇÕES E CONTEXTO: A MODERNIDADE DA ARTE DE VESTIR	
Capítulo I – A linguagem das roupas: a moda como objeto da História	
1.1. “Habitus”, costume e vestimenta.....	23
1.2. Economia e cultura indumentária.....	33
1.3. A construção dos gêneros na moda.....	43
Capítulo II: A metamorfose das modas renascentistas	
2.1. A sociedade cortesã e os estilos de vida.....	56
2.2. Economia têxtil e formação dos mercados mundiais.....	65
2.3. “Habitus” antigo e moderno: o poder da moda cortesã e aristocrática.....	75
Capítulo III - Do Mediterrâneo ao Atlântico: o império ultramarino português e o efêmero	
3.1. Os caminhos da seda: a Metrópole e o trato com as Índias Orientais e Ocidentais.....	87
3.2. Colonização, catequese e indumentária no Novo Mundo.....	99
3.3. Estilo de vida e o ideal cortês da elite açucareira.....	110
PARTE II – ENTRE GIBÕES E FLECHAS: A ECONOMIA DO ALGODÃO NO PLANALTO PAULISTA	
Capítulo IV - A formação da vila de São Paulo no século XVI	
4.1. As primeiras famílias coloniais e os jesuítas.....	119
4.2. Governança da terra e poder local.....	132
4.3. A vida econômica e as “fazendas”	141
Capítulo V - Produzindo vestes e tecidos: os paulistas e a produção caseira do algodão	
5.1. Entre casas e sítios: a vida doméstica e os têxteis.....	150
5.2. As tarefas das senhoras: tecer, costurar e comandar.....	159
5.3. Teares e tramas: ferramentas e doações de esmolas.....	170
Capítulo VI – Entre teias, rocas e fios: gênero, escravidão e a expansão da cultura algodoeira	
6.1. Aprisionamento, posses e famílias escravas.....	178
6.2. Mulheres escravas tecedeiras indígenas.....	191
6.3. Do sertão ao Atlântico: a economia do algodão no mundo colonial.....	199

PARTE III – O ESPÍRITO DA MODA CORTESÃ: A INDUMENTÁRIA NO COTIDIANO DA VILA DE SÃO PAULO

Capítulo VII – Ofícios mecânicos e Governança da terra: tecelãs, tecelãos, sapateiros e alfaiates

7.1. A Câmara e os negócios indumentários.....	209
7.2. A pecuária, o trato e o consumo do couro.....	219
7.3. O comércio das vestimentas usadas.....	229

Capítulo VIII - Famílias, legados e partilhas: distribuição de vestes e tecidos

8.1. Heranças, dotes e enxovais.....	239
8.2. Indumentárias, tensões e conflitos.....	250
8.3. Entre o litoral e o sertão: o comércio dos têxteis.....	260

Capítulo IX – Entre “chapins de Valença” e “saías de Londres”: gênero, herarquias sociais e costumes

9.1. O luxo e a teatralização dos gestos.....	268
9.2. Metamorfoses das silhuetas.....	276
9.3. Mudanças dos modos de vestir e a expansão colonizadora.....	288

Conclusão.....	298
-----------------------	------------

Fontes e Bibliografia.....	303
-----------------------------------	------------

Glossário.....	326
-----------------------	------------

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Eni de Mesquita Samara pela orientação, carinho e paciência.

Aos professores Fernando A. Novais e Heloisa Barbuy pelas observações ao trabalho na banca de qualificação e durante a trajetória de construção da tese.

Aos professores Ida Lewkovicz e Ronaldo Vainfas, pela leitura crítica e pelas indicações preciosas.

À professora Vera Lucia Amaral Ferlini pelo acompanhamento e incentivo carinhoso desde o mestrado.

À professora Raquel Glezer pela atenção e afinidade pela História de São Paulo.

Às professoras Maria Ligia Coelho Prado, Laura de Mello e Sousa e Leila Hernandez pela doce atenção.

Às professoras Sara Albieri e Ana Paula Megiani pelos incentivos.

Ao CNPq pelo financiamento.

Ao professor Pedro Puntoni pela ajuda desde a qualificação do mestrado.

À professora Iris Kantor pelas várias indicações e incentivo para pesquisar o tema, me ajudando a compreender o universo das cores.

Ao professor Carlos de Almeida Prado Bacellar que me auxiliou e conduziu no Arquivo do Estado de São Paulo.

À professora Esmeralda B. B. de Moura pelas gentilezas e apoio nos momentos decisivos da pesquisa.

Ao professor Horácio Gutiérrez do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) pelos auxílios nesses mais de dez anos de pesquisa no centro.

Ao Rodrigo Ricupero por ter me auxiliado com indicações bibliográficas e as observações sobre o mundo colonial do século XVI.

Aos colegas Lidiane Soares Rodrigues, Rosângela Leite, Lucas Soares, Pablo Mont Serrath, Paulo Gonçalves, Nelson e Francismar pelo apoio.

À Patrícia Garcia pela companhia de trabalho no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina.

Meu muito obrigado à Marília Cánovas, pesquisadora do CEDHAL, pelos auxílios na elaboração dos projetos, encaminhamento da pesquisa e finalmente na leitura atenciosa da tese.

À Aline Zanatta pela leitura da tese pelos debates sobre gênero e os ensinamentos das tradições historiográficas da Unicamp, bem como pela companhia no Laboratório de Estudos de Gênero.

Agradeço ao grupo do LEG: Heloisa, Ivania, Daniele e Joimar, bem como o grupo do CEDHAL: Breno, José Carlos e Gustavo.

Aos pesquisadores do Museu Paulista que muito me auxiliaram na compreensão do tema, Teresa Cristina Toledo de Paula, Adilson José de Almeida e Maria Aparecida Borges Borrego.

À Vilma Paes e Nelson pelos longos anos de companhia, paciência e apoio no CEDHAL.

À Patricia Valim, companheira de trabalho, agora com o querido Bento, pelo carinho e conversas calorosas sobre o Brasil Colonial.

Ao amigo braudeliano Lincoln Secco, por me demonstrar os caminhos da obra do mestre.

À Marisa Midore, pelas observações agudas e companhia animada.

À Sônia Maria Troitiño pelo auxílio com a análise dos testamentos e inventários do Arquivo do Estado de São Paulo.

Não poderia deixar de agradecer, Taíze e Jairson de Lima, irmã e pai que estiveram sempre ao meu lado. Também sou grato pela atenção dos amigos de longo tempo e de todas as horas: Fernanda, Monique, Eduardo, João e Leonardo. João Eduardo Cesar Vilhena, pacientemente, corrigiu partes da tese.

Ao Sérgio R. Silveira pela paciência e ajuda no dia-a-dia da construção da tese e pelos socorros constantes.

Por fim, reitero o agradecimento à dedicação e apoio enorme dos professores Eni de Mesquita Samara e Fernando A. Novais, os quais me auxiliaram nos momentos mais delicados. E, foi pensando no apoio carinhoso e na força da professora que consegui terminar a tese.

RESUMO

O objetivo dessa tese é tratar das transformações das relações de gênero, da economia e cultura indumentária na vila de São Paulo Colonial durante os anos de 1554 até 1650. Por intermédio das análises dos artefatos indumentários encontrados nos discursos jesuíticos e dos relatos coloniais, atas camarárias, testamentos e inventários *post-mortem* foram costuradas por meio da perspectiva de gênero. Procurou-se, portanto, realizar uma aproximação dos conceitos de gênero, indumentária, moda e habitus.

Em uma sociedade em movimento masculino e na permanência feminina, as mulheres senhoriais além de cuidarem das indumentárias, estabeleciam as bases de uma sociedade e economia escravista, administrando a casa e os negócios. Nessa economia doméstica, constituíram uma civilização do algodão, formada, na primeira metade do século XVII, por meio do trabalho das senhoras e cativas. Por volta da segunda metade do Seiscentos, a cultura algodoeira e o trabalho de fiação e tecelagem ganhavam novos contornos com o avanço do comércio entre a costa e o sertão.

Além disso, nas relações de poderes específicos – governança da terra – e de distinção, dadas as diferenças e hierarquias de gênero e escravidão, com consumo luxuoso das jóias e vestes, nessa zona de fronteira e de contato entre populações indígenas e coloniais.

Palavras Chaves: Gênero; Indumentária; Têxtil; Economia Algodoeira; São Paulo Colonial.

ABSTRAT

The objective of this thesis is to address the transformation of gender relations, economics and culture in clothing Colonial village of St. Paul during the years 1554 to 1650. Through analysis of the artifacts found in the sartorial discourse of the colonial writers, jesuit's letters, minutes council dwellings, wills and inventories *post mortem* were sewn by the gernder perspective. It was, therefore, make an approach to the concepts of gender, clothing, fashion and habitus.

In a society moving male and female in residence, women as well as manor care of the clothing, set out the foundations of a slave society and economy, to adminstration of household. At the domestic economy, were a civilization of cotton, made in the first half of the seventeenth century through the work of the ladies and captives. By the second half of XVII Century, cotton crops and the work of spinning and weaving had new contours with the advancement of trade between the coast and hinterland.

Moreover, the relations of specific powers - governance of the land - and the distinction, the differences and hierarchies gênero and slavery, with consumption of luxury jewelry and clothes, in this border area and contact between indigenous and colonial.

Keywords: Gender — Clothing – Textiles – Economic of Cotton – São Paulo Colonial

LISTA DE IMAGENS

Imagem I. Matrona Portuguesa.....p. 89

Imagem II. Nobre chinesa.....p.90

Imagem III. Matrona Chinesa.....p.91

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é realizar uma interpretação das mudanças ocorridas nas relações de gênero, na produção, comércio, e representações culturais das indumentárias na vila de São Paulo durante os anos de 1554 a 1650. Para a realização deste tema, procurou-se abordar vários tipos de fontes coloniais, tais como atas da câmara, cartas jesuíticas, testamentos, inventários *post-mortem*, bem como os relatos quinhentistas e seiscentistas. Eses documentos serão analisados por meio das aproximações possíveis e da contextualização dos séculos XVI e XVII.

A trajetória da tese originou-se da dissertação de mestrado: *O fio e a trama: trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*, cujos enfoques foram os papéis das senhoras e cativas na vida material, constituída por meio do trabalho e dos negócios das mulheres senhoriais.¹

Uma primeira obra que aponta a relevância do tema é a obra de Fernand Braudel. Para esse autor, a indumentária possui um papel considerável, pois têm como características a produção, circulação mercantil e consumo dos têxteis e do vestuário. Dando os primeiros passos na linha da História da Indumentária, o historiador afirmou: “A história das roupas é menos anedótica do que parece. Levanta todos os problemas, os das matérias-primas, do processo de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais. Variado o traje por toda a parte se obstina em denunciar as oposições sociais (...)”.²

A historiografia brasileira, principalmente do período colonial, identificou aspectos importantes sobre a produção, circulação e consumo do algodão e da indumentária. No entanto, ainda é necessário desenvolver a temática durante os primeiros momentos da Colônia.

Gilda de Melo e Souza, tratando do consumo das modas, sobre o prisma sociológico, destacou o papel feminino nos modos de vestir. Para a mesma, a silhueta feminina e o espírito da moda atingiam a sociedade aristocrática da corte imperial do século XIX. A autora de *O Espírito das roupas* observou o importante caráter da História da Moda e da necessidade de desenvolver a temática. Entretanto, apesar de estudar a moda no contexto do Oitocentos, propôs uma questão intrigante a respeito das

¹ Igor Renato Machado de Lima. *O fio e a trama: trabalhos e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, 2006.

suas transformações: “...se cada vez que o estilo varia a moda cai sob o domínio da arte, o que explica a mudança? O que explica a necessidade constante de renovação, o cansaço ininterrupto das antigas formas?”³

É a partir deste questionamento que se pode observar a necessidade de desenvolver problemas pertinentes à produção algodoeira, assim como aprofundar o interessante tema da circulação e consumo dos tecidos, vestes e acessórios. Para isto, também é preciso identificar as transformações ocorridas na indumentária, assim como desenvolver este assunto na Europa e no Novo Mundo durante séculos XVI e XVII.

O contato com as pesquisas de trabalhos importantes sobre cultura material do Museu Paulista foi fundamental para a constituição da definição do objeto de pesquisa. Dessa maneira, à luz da historiografia aliada à museologia e ao estudo das roupas e da cultura material, o Museu Paulista publicou, em 2006, uma coletânea intitulada, *Tecidos e a sua conservação no Brasil*, na qual se encontra uma série de comunicações que tratam do tema e dos problemas relacionados aos têxteis, tecidos e vestuário. A maior parte das análises possui uma perspectiva museológica, sobre a conservação, catalogação e possibilidades de abordagens dos trajes e das indumentárias.⁴ Neste conjunto de artigos, é importante destacar o de Kátia Castilho, “Têxteis como documentação da técnica e da estética”, que aponta para a relevância do estudo da moda no conhecimento científico.⁵

Outro trabalho, nesta linha de pesquisa, é o de Teresa Cristina Toledo de Paula, “A excepcional terra do pau-brasil: um país sem tecidos”, que enfatiza a presença do mito da ausência de tecidos na História do Brasil, principalmente na Colônia. Sobre este assunto, notou que “(...) Herdamos e preservamos um repertório de imagens fictícias que raramente são postas em xeque e acabam cristalizando em nós um imaginário significativo sobre os tecidos disponíveis e sua utilização nos séculos precedentes”.⁶

² Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, (2ª edição), 1997, p. 281.

³ Gilda de Mello e Souza. *O espírito das roupas. A moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ª edição 1987), p. 87.

⁴ Teresa Cristina Toledo de Paula (coord.). *Tecidos e sua conservação no Brasil: Museu e coleções*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006.

⁵ Kátia Castilho. “Têxteis como documentação da técnica e da estética”. In: Teresa Cristina Toledo de Paula (coord.). *Tecidos e sua conservação no Brasil: Museu e coleções*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, 123-126.

⁶ “A excepcional terra do pau-brasil: um país sem tecidos”. In: Teresa Cristina Toledo de Paula (coord.). *Tecidos e sua conservação no Brasil: Museu e coleções*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, p. 80.

Dentre essas obras, destaca-se a de Heloisa Barbuy, sob a perspectiva da História Urbana e da Cultura Material, tratando do comércio e da dimensão do espaço, predominantemente público, dos vestuários femininos e masculinos. As exposições das vitrines de roupas, chapéis, luvas e adereços da São Paulo do século XIX foram marcantes nessa “cultura da moda” no processo de transformação rápida da cidade.⁷

No campo da Cultura Material e da articulação entre *Gênero e Artefato*, Vânia de Carvalho abordou o sistema doméstico na cidade de São Paulo. As indumentárias, portanto, passaram a estar dentro da “vitrine de casa” da elite paulistana na passagem do século XIX ao XX.⁸

Também são importantes os trabalhos de Silvia Hunold Lara por abordar um tema ainda muito pouco estudado no período colonial. Em artigo de 1995, “Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca. 1750-1815”, estudou o vestuário das mulheres negras escravas, as primeiras determinações legais portuguesas sobre o tipo dos trajes e defendeu a ideia de que a sociedade colonial mantinha “a função simbólica do vestuário como marca das distinções sociais”.⁹ Em se tratando das relações entre o senhoriato e a escravaria feminina, a autora afirmou: “o olhar branco e senhorial experimentava uma flutuante ambiguidade na identificação do personagem que usava trajes luxuosos: ora parecia como mulher, ora como mulata ou negra, ou simplesmente escrava; ora a distinção de gênero e condição social era simplesmente resolvida pelo uso da palavra negro. Como mulheres, pareciam reunir em si uma somatória de pecados: ao andar à noite pelas ruas quebravam a regra que ligava recato e domesticidade, expunham-se publicamente e eram portanto associadas às prostitutas; por causa disto, senhoras e escravas podiam ser aproximadas, o luxo de uma podia ser visto como indutor da luxúria de outra e vice-versa. Expondo publicamente o poder das senhoras, o séquito de cativas ricamente vestidas acabava, aos olhos de alguns, estabelecendo uma similitude entre mulheres de condições sociais diametralmente opostas”.¹⁰

⁷ Heloisa Barbuy. *A cidade-exposição. Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 203.

⁸ Vânia Carneiro de Carvalho. *Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008, p. 219.

⁹ Agradeço à Aline Zanatta a doação do texto: Silvia Humold Lara. *Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca. 1750-1815*. in: Latin American Studies Association, 1995, p. 9. (mimeo)

¹⁰ Idem, p. 16.

Avançando em sua pesquisa sobre a temática, a autora, em outro texto, publicado em 1999, “Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (Século XVIII)”, chama a atenção para os raros estudos a respeito do vestuário e mais ainda das vestes das cativas. Para a Lara, “o uso de brinco, colares e outras jóias-amuletos, tanto por mulheres quanto por homens negros, bem como os balangandãs, por escravas ou livres, revela a resença cotidiana de devoções e cultos ou ainda de significados nem sempre facilmente desvendados pelos seus senhores. (...)”. Como exemplo das jóias ornamentais das escravas africanas, havia as *malungas*, pulseiras douradas com “motivos geométricos”, que variavam de significado conforme a hierarquia social da cativa em sua origem tribal na África.¹¹

Novamente, especialmente no capítulo: “Diferentes e Desiguais” da obra *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*, publicada em 2007, Silvia H. Lara retomou o tema do vestuário no interior da sociedade escravista.¹² Nessa linha de pesquisa, destacou que “Revelador dos jogos hierárquicos no interior dos quais as diferenças eram mostradas, o tema das roupas e ornatos torna-se particularmente interessante para a análise que pretenda avançar em busca dos modos de dominação social e das distinções...”.¹³

Retomando o tema da legislação suntuária presente nos outros textos, a autora observou que “Os principais documentos legais [portugueses] do século XVI e XVII sobre essa questão seguem um mesmo padrão legislativo: proíbem o uso de capuzes, de guarnições de ouro nas armas e selas; determinados tipos de tecidos para o vestuário e alfaías domésticas, conforme a condição social das pessoas, além de estipular o número de criados e a quantidade de gente nos vários séquitos particulares, etc”.¹⁴

As legislações, os decretos e as ordens régias sobre as proibições de uso de determinadas vestes eram marcados pela afirmação da distinção sociais presente nas roupas. Um exemplo disso, eram as duas legislações régias de 1696, proibindo as cativas africanas trajarem “vestidos de seda, cambraia, holandas com rendas e brincos de ouro ou prata”.¹⁵

¹¹ Silvia Hunold Lara. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (Século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil, Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 184-185.

¹² Silvia Hunold Lara. “Diferentes e Desiguais” In: *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 79-125.

¹³ Idem, p. 87.

¹⁴ Idem, p. 88.

¹⁵ Idem, p. 96.

Na perspectiva da autora, as mulheres senhoriais eram vistas como “recatadas”, “reclusas” e “vestidas com mantos de baeta”. E, por isso diferenciavam-se das cativas, não pela ostentação, mas pelo séquito de acompanhantes. As escravas que, no entanto, saíam para as ruas sozinhas de maneira ostensiva eram entendidas como “símbolo do pecado”.¹⁶

Esses trabalhos, apesar de inserirem-se no período posterior desse doutorado, isto é, dos séculos XVIII e XIX, foram importantes na medida em que apresentaram linhas de pesquisa do objeto relacionando a vestimenta com o contexto histórico. Os artefatos têxteis e trajes apresentam-se na História somente em relação à sociedade de um determinado momento. Nesse sentido, os artefatos nunca podem ser estudados isoladamente do conjunto social.

As questões vinculadas à importância da economia e cultura indumentária dos tecidos também podem ser analisadas no discurso dos membros da Companhia de Jesus, presente nas Cartas Jesuíticas, que se encontram compiladas e impressas na obra *Monumenta Brasiliae* de Serafim Leite. Outra compilação do mesmo autor são as *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.¹⁷

Além das cartas dos inicianos, serão tratadas as *Atas da Câmara da vila de São Paulo*, publicadas pela Câmara Municipal Paulistana, que revelam a vida administrativa e a atuação dos oficiais camarários. Nessas fontes, observa-se que as relações de poder e de fiscalidade são os temas mais representativos e desafiadores. No caso desta tese, a preocupação foi analisar a presença dos ofícios mecânicos e no comércio de algodão, tecidos e roupas, localizadas nos discursos das atas.¹⁸

Para abordar a participação econômica, da vida material e social dos paulistas, serão utilizados os inventários *post-mortem*. Pesquisados na publicação dos 47 volumes do Arquivo do Estado, essa série documental possui várias possibilidades de interpretação. Essas fontes revelam principalmente o arrolamento do patrimônio, tanto dos cônjuges quanto os pessoais dos moradores da vila de São Paulo, assim como a distribuição dos bens e dos cativos, fossem eles índios ou africanos da Guiné.

¹⁶ Idem, p. 114.

¹⁷ Serafim Leite. *Monummeta Brasiliae. Historica Societatis Iesus*. Coimbra/Roma, 1956, volumes I, II, III IV e V. Serafim Leite. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

¹⁸ *Atas da Câmara da vila de Santo André da Borda do Campo. (1554-1560)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo. (1560-1639)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1915, 3 vols. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo (1640-1652)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol.5, 1915. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo (1653-1678)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol.6 (Parte I e II), 1915.

Também como fontes analisar-se-ão os testamentos da vila de São Paulo. Nesta série documental foram selecionados os testamentos daqueles que ditavam os desejos referentes aos bens e às últimas vontades em vida – tanto do gênero masculino quanto do feminino. Os testamenteiros deixavam legados e as últimas vontades, redigidas pelo escrivão, para os familiares e conhecidos. Por isso, essa fonte é significativa para se compreender a indumentária, no que diz respeito às mortalhas funerárias, doações de esmolas, partilhas da terça e do dote.¹⁹

Foi também devido à pesquisa documental sobre a presença das mulheres e de seus artefatos nas cartas jesuíticas, testamentos, inventários *post-mortem* e atas da Câmara da vila de São Paulo, que a preocupação de trabalhar com as metamorfoses das indumentárias e das modas foi despertada. Assim, as reflexões sobre História das Mulheres e da categoria de gênero foram fundamentais para a formulação da temática, bem como para a elaboração dos resultados da pesquisa.

A hipótese desta tese é de que os “*habitus* no sertão” constituíram-se em características importantes para a sobrevivência. Esses “*habitus*” formavam-se por meio das distinções de gênero, da constituição de uma civilização algodoeira, centradas nas armas do sertão, ou seja, os gibões fabricados pelas escravas tecedeiras indígenas e seus filhos; em uma cultura indumentária, baseada no espírito da moda cortesã; e nos consumos indumentários ostensivos. Além disso, na vida material rústica do sertão paulista, as vestimentas possuíam valores, econômicos e simbólicos, superiores aos de outros artefatos ou mesmo em relação às benfeitorias.

As metamorfoses das roupas adquiriam características próprias na zona de fronteira da América portuguesa. A partir da segunda metade do século XVI até a metade do outro, a vila de São Paulo era a região “periférica da periferia da economia mundo” conforme observa Maria Luiza Marcílio.²⁰ Mas esse espaço de fronteira era o centro irradiador de modos de vestir específicos, variando no espírito das modas cortesãs dos centros de Valença, Londres e Ruão, até as roupas feitas com peles de animais selvagens e tecidas ali mesmo na região, como o algodão da terra.

Dividide-se a tese em três partes. Na primeira, *Aproximações e contexto: a modernidade da arte de vestir*, será inserido o tema no enquadramento do contexto da Alta Idade Moderna e da Colonização na América portuguesa. Serão incluídas questões

¹⁹ *Inventários e Testamentos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1921-1998, vol. 1-47.

²⁰ Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 19.

teóricas e metodológicas, como a historicização dos conceitos de “*habitus*”, moda, gênero, economia e cultura indumentária. Lembrando-se sempre que está em jogo não as vestes em si, mas as suas relações com as condições sociais, econômicas e culturais.

Para constituir essa primeira parte, foram incorporadas as discussões de Françoise Piponnier & Perrine Mane, *Dress in the Middle Ages*, os avanços sobre as temáticas dos têxteis, indumentária dos artigos da *Medieval Clothing and Textiles*, da organização de *Encontring Medieval Textiles and Dress* e, nesse momento, destaca-se *Cloting Culture*.²¹ Além desta bibliografia, é importante ressaltar a presença das obras do especialista em cores e em heráldica, Michel Pastoureau, de Daniel Roche sobre a “cultura das aparências” e do filósofo Giles Lipovetsky a respeito das principais estruturas da moda.²² Sobressai-se nesses textos a obra de fôlego de François Boucher, a *História do Vestuário no Ocidente*.²³

Os temas dos têxteis, da economia e cultura indumentária pressupõem contextos e conhecimentos mais amplos, sendo São Paulo Colonial o espaço do limite dos artefatos e da expansão colonial Seiscentista.

Desse modo, o segundo momento, *Entre gibões e flechas: a civilização do algodão no planalto paulista*, será referente à conjuntura econômica da vila e o florescimento da cultura algodoeira no interior de uma economia de produção de gêneros alimentícios. Ainda destacam-se os papéis econômicos dos negócios e dos trabalhos femininos na vila de São Paulo.²⁴

Neste momento da tese, recorreu-se ao historiador já citado Fernand Braudel, que define vida material como sendo “homens e coisas, coisas e homens”. No caso desta parte da tese, é inspiradora a sua ideia de que “é das pessoas que temos que partir. Só depois poderemos falar das coisas”.²⁵ Nesse sentido, debateu-se, portanto, com a

²¹ Désirée G. Koslinucher and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and Dress. Objsects, texts, images*. U.S.A/UK: Macmillan Publishers Limited, 2002. Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.1, 2005. Françoise Piponnier & Perrine Mane. *Dress in the Meddle Ages*. Yale University, 1997. (tradução). Catherine Richardson (org.). *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004.

²² Michel Pastoureau. *O tecido do diabo: uma história das riscas e dos tecidos listrados*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. Michel de Pastoureau. Belu. *Histoire d'une couleur*. Paris: Ed. de Suel, 2006. Michel Pastoureau. *No tempo dos cavaleiros da tábua redonda*. São Paulo: Companhia das Letras/ Circulo do Livro, 1989, p. 12. (tradução). Daniel Roche. *La culture des apparences. Une histoire du vêtement XVIIe. e XVIIIe. Siècle*. Paris : Fayard, 1989. Gilles Lipovetsky. *O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, (tradução).

²³ François Boucher. *Histoire du costume en Occident*. Paris: Flammarion, 2008. François Boucher. *História do Vestuário do Ocidente*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

²⁴ Sobre o trabalho feminino alinhado ao setor têxtil e indumentário no século XX em São Paulo ver o belo trabalho de Wanda Maleronka. *Fazer Roupas Virou moda*. São Paulo: Senac, 2007.

²⁵ Fernand Braudel. Op. Cit., vol. 1, p. 19-20.

historiografia da História das Mulheres, de gênero e sobre a população, vida econômica e familiar paulista dos séculos XVI e XVII. Em outras palavras, estudam-se as relações de gênero e de mão-de-obra no contexto de povoamento dos “paulistas”, bem como da formação e expansão da cultura algodoeira.²⁶

O consumo indumentário e os aspectos culturais, hierárquicos e modernos da moda serão os assuntos destacados na parte final, *O espírito da moda cortesã: a indumentária no cotidiano da vila de São Paulo*. As mudanças locais da região foram relacionadas com o contexto maior da vida material européia e ainda estarão inseridas nessa última etapa da tese. Acrescente-se a isso, o retorno às discussões dos capítulos anteriores sobre gênero, economia e cultura indumentária no Novo Mundo.

Contudo, as *Aproximações* de Fernando A. Novais são inseridas neste debate, bem como a necessidade de historicizar os conceitos e a de estabelecer ideias para aproximar-se o máximo possível da reconstituição, compreensão e explicação da realidade. Debate-se o “*habitus*” a partir dos termos de gênero, economia e cultura indumentária.²⁷ Conforme o autor, “os homens [e as mulheres] vivem, no curso da história, todas as dimensões da realidade, que a análise separa para explicar. Na realidade objetiva, portanto, todas as dimensões estão interligadas, e são interdependentes”.²⁸

A partir disso, podem ser realizados questionamentos importantes, tais como: havia uma forma de vestir específica na Colônia? Como a presença do modo de ostentação e da teatralização das aparências entre as elites coloniais, isto é, a “moda” estava presente no mundo da América portuguesa? Utilizar esse termo não seria anacrônico?

Além dessas questões outras se apresentam. A vila de São Paulo, distante dos centros mercantis europeus conseguia adquirir produtos importados? Quais eram as transformações que ocorriam na produção, na circulação e no consumo dos têxteis no interior das sociedades da América portuguesa, e em especial na São Paulo Colonial?

²⁶ Sobre a economia paulista colonial ver, dentre outros: Raquel Glezer. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007. Eni de Mesquita Samara. *Famílias, Mulheres e Povoamento, São Paulo, século XVII*. Bauru: EDUSC, 2003. Ilana Blaj. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002. Maria Luiza Marcílio. Op. Cit. John Manuel Monteiro. *Negros da terra. Índios, bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ª ed. 1956)1995. Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, (1ª Ed. 1933) 2006.

²⁷ Fernando Novais. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005.

²⁸ Idem, p. 160.

Quais foram os papéis dos oficiais mecânicos, essencialmente dos tecelões, tecelãs, e alfaiates na sociedade paulista? Existiam diferenças no consumo das vestes em relação aos gêneros e à hierarquia social? Se havia, quais eram?

Todos esses problemas levantados devem ser analisados por meio da abordagem da produção, da comercialização e do consumo indumentário da distante região do sertão paulista. No entanto, ainda é possível pensar em outras questões: Qual era o papel do consumo indumentário no conjunto do patrimônio da elite senhorial? Como transformava-se o consumo das vestes e dos acessórios? Quais eram as diferenças entre os gêneros na forma de vestir? E, como era modificada a silhueta feminina e masculina com a alteração do consumo indumentário colonial? Em outras palavras, a forma do corpo feminino variava se usavam vestidos de carmesim europeus ou trapos de algodão? E, na indumentária masculina, havia diferença na maneira de vestir entre o uso de gibão de algodão e o de uma camisa de linho do velho mundo? Para responder esses problemas, utiliza-se as explicações conceituais de gênero, economia e cultura indumentária. Levanta-se também alguns aspectos da moda e o seu significado durante os séculos XIII ao XVI.

A presença da crítica e da moral aos modos de vestir e, portanto, à moda já estava presente nos discursos das autoridades do mundo ibérico.

Apesar da temática ser muito específica, privilegiou-se conectar as referências pontuais das fontes primárias com abordagens mais amplas do mundo moderno, como a economia mundo mercantilizada, a cultura das aparências, as vidas domésticas, relações de gênero e familiares, bem como os papéis femininos nas estruturas e conjunturas históricas dos séculos XVI e XVII.

No processo colonizador, encontram-se os nexos de existência e o “viver em colônias”, no qual a Colônia era o “prolongamento da Metrópole, mas ao mesmo tempo a sua negação”.²⁹

Procurar entender as mudanças na indumentária e da moda neste contexto e fazer conexões com essas grandes temáticas é essencial para a compreensão e explicação histórica. E, de acordo com Novais, “a tarefa, verdadeiramente fascinante, do historiador, será procurar as mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos”.³⁰

²⁹ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2001 (1ª ed., 1979), p. 209.

³⁰ Idem, p. 201.

Dessa maneira, analisar um objeto como a indumentária é um desafio, sendo necessário, portanto, um tratamento preliminar da temática, que levanta logo uma questão: Há uma História da Indumentária ou da Moda para todos os tempos e espaços?

Além da dificuldade do recorte do objeto, deve-se delimitar o tempo e o espaço, os quais são fundamentais para um estudo histórico. A cronologia é marcada pelo contexto da Alta Idade Moderna, na qual se constituiu o Renascimento, a formação das Monarquias, dos Impérios Ibéricos, as Reformas e, a Colonização no Novo Mundo e o povoamento de uma região de fronteira como a vila de São Paulo.

Apresenta-se ainda a tese de que existiam modas na colonização e em São Paulo nos primeiros anos. Ou seja, havia uma capacidade criativa relacionada ao consumo indumentário ostensivo e de luxo, que distinguia socialmente as pessoas em camadas estratificadas. A formação da incipiente mercantilização econômica da região fazia-se no mercado luxuoso e da economia indumentária colonizadora. A expansão da Colonização de exploração também se corporificava nas vestes das mulheres e dos homens, na medida em que eram presentes os artefatos indumentários, e as modas do Velho Mundo. Esses artefatos eram recodificados no universo da colonização portuguesa. Ademais, trata-se da expansão da moda cortesã e da sua adaptação ao universo da Colonização portuguesa e das ações de povoamento e de expansão territorial a partir do centro da vila de São Paulo de Piratininga, região periférica da Colônia, e, por isso, distinta nas mobilidades sociais e nas relações de gênero.

Assim, os objetivos, as hipóteses e os debates historiográficos apresentados nessa tese serão desenvolvidos e aprofundados no decorrer das sínteses das três partes desenvolvidas a seguir.

PARTE I

APROXIMAÇÕES E CONTEXTO:

A MODERNIDADE DA ARTE DE VESTIR

CAPÍTULO I – A LINGUAGEM DAS ROUPAS: A MODA COMO OBJETO DA HISTÓRIA

1.1. “*Habitus*”, *costume e vestimenta*

Não existe uma distinção clara em relação ao significado da linguagem no período renascentista para o historiador atual quando os assuntos são têxteis, vestimentas e os modos de vestir. No século XVI, os termos trajo, vestuário, costume, *habitus* e mesmo a palavra moda – se bem que mais rara – eram utilizados, não existindo, nesse momento, uma compreensão e explicação exata dos seus significados. Por isso, é preciso constituir uma aproximação abrangente dos significados das peças e aos poucos reconstituir as relações entre gênero, economia e cultura indumentária durante tempos e espaços específicos, de forma que as análises desses artefatos tridimensionais não se distanciem da perspectiva histórica.

A palavra *habitus*, encontrada como título da obra de Cesare Vecellio, de 1590, *Habitus Antichi et Moderni*, significa em latim aparência, aspecto.³¹ A mesma expressão originou *abito* em italiano, isto é, modo de pensar.³² Mas em francês, transformou-se em *habit*, traje, ou mesmo no verbo *s'habiller*, vestir-se no século XVI. Esse último poderia ter o significado de costumeiro, como em português.³³ O termo *habitus*, utilizado de maneira constante pelas ordens religiosas na Idade Média podia também ser entendido somente como vestimenta.³⁴

Jean Claude Bologne, em *História do pudor*, observa o limite tênue entre o ethos, entendido como regras de condutas individuais, próximo ao pudor, e o *habitus*, definido como regras de vida social relacionadas à decência.³⁵

Também era ambíguo o termo costume em português, correspondendo à prática comum, ou mesmo traje.³⁶ Na historiografia do costume, principalmente do século XIX e mesmo do seguinte, o termo aproximava-se ao folclore e à constituição do Estado

³¹ Cesare Vecellio. *Habitus Antiqui et Moderni. The clothing of the Renaissance world*. London: U.K. Tames & Hudson, 2008.

³² Salvatore Battaglia. *Grande Dizionario della lingua italiana*. Torino: Unione Tipografica, 1978, vol. 8, p. 186.

³³ *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes. Du IX au XV siècle*. Paris, vol. 4, 1938, p. 394.

³⁴ Ann Rosalind Jones & Peter Stallybrass. *Renaissance clothing and materials of memory*. Cambridge, UK., 2000, p. 6.

³⁵ Agradeço a Ronaldo Vainfas a indicação do livro: Jean Claude Bologne. *História do pudor*. Rio de Janeiro: Elfos, 1990, p. 14 e 58. (tradução)

Nacional. Na interessante obra de Boucher, *Histoire du costume en Occident* (com publicação revisada em 1986) havia a vinculação entre costume, tradição e Nação, representando, durante o Quatrocentos, as vestes inventadas nas origens dos Estados como França, Itália, Espanha e Inglaterra.³⁷ Não obstante, em sua obra tratou de algumas circularidades no modo de vestir, sendo que para o mesmo, “Da Espanha vem também [para a Itália] a moda do preto, que predomina no traje masculino, como atestam os retratos pintados por Ticiano. As damas usam preferencialmente roupas verdes ou azuladas ou num púrpura-escuro, mas Lucrecia Bórgia denota uma nítida queda pela combinação do preto com o ouro; em uma carta de Laura Bentivoglia a Isabela d’Este (após 1502) o autor descreve-a deitada em sua cama de vestido de seda preta com mangas estreitas deixando passar os punhos de camisa. (...)”.³⁸

Essas modas espanholas difundiam-se para a Inglaterra Tudor mesmo depois da derrota da Incrível Armada, em 1588, com “a propensão à rigidez à solenidade, simbolizada pelo rufo e a *vertugade*, tem sua origem na corte de Filipe II.”³⁹

Para Boucher, a evolução dos costumes possuía um aspecto quase de espírito religioso até o século XIV, quando aparece um costume civil, o qual se tornava cada vez mais relacionado com valores econômicos. A moda tornava-se, então, regional, havendo modas italianas, alemãs, inglesas, espanholas.⁴⁰ O costume indumentário do Novo Mundo, segundo o autor, era marcado pelas limitações na produção, pela importação de têxteis luxuosos, exportação de matéria prima como as peles de animais e a produção de algodão e “os trajes de festa americanizam-se” com peles de bisão e diademas de plumas.⁴¹

Mas o costume possui um significado ambíguo. Por um lado, representa a vida cotidiana, isto é, o dia-a-dia das populações, tais como os modos de comer, morar e vestir-se. Por outro, significa os formatos das vestimentas, mais relacionado ao folclore e às construções das vestes dos Estados Nacionais em formação, ou mesmo dos tradicionais costumes antigos.

Por volta do século XVI, a palavra moda, em francês, era genericamente sinônimo de *manière*. Porém, a expressão expandia-se de forma mais específica, no universo da corte e da realeza, fazendo-se presente nas crônicas e memórias. Essas

³⁶ *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes*. Op. Cit., vol. 2, 1938, p. 327.

³⁷ François Boucher. *História do Vestuário do Ocidente*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

³⁸ Idem, p. 184.

³⁹ Idem, p. 202.

⁴⁰ Idem, p. 13-17

formas de vestir eram importantes para a configuração da convivência e comportamento da sociedade cortesã francesa, que se encontrava em constante movimento pelo reino. Ainda no ano de 1540, a moda era qualificada como *admirable*.⁴²

Em inglês, a palavra *fashion* originou-se do francês, *façon*, que por sua vez derivava do latim *facio, facere*, ou seja, fazer em português. O sentido de *fashion* não estava relacionado à mudança da forma ou do estilo da vestimenta, mas ao significado profundo da investidura, isto é, ritual pelo qual o rei, o nobre, ou mesmo um servo investiam-se de seus papéis sociais.⁴³

O termo *façon* era utilizado na tradução do latim para o inglês do livro de Johann Boemus, *Ommiun gentium mores, leges, & ritus* (1520), traduzido para *The fardle of faicon, conteining the aunciene maners, custume, and lawes, of peoples inhabiting the to partes of earth, called Affrike and Asie* (1555).⁴⁴

No contexto das trocas desiguais entre o Velho Mundo e outras regiões do globo como a Ásia e África, bem como das conquistas, colonizações e explorações do trabalho no Novo Mundo, a Europa adquiria matérias primas para a constituição de seus próprios bens materiais, “materializando suas roupas”⁴⁵ Era ainda nesse comércio de tecidos e de peças de roupas, por vezes usadas, que se apresentavam os primeiros contatos com outros povos, a descoberta do gentio e as descrições dos feitiços demonizados pelos portugueses. Esses feitiços, ou mandingas, no caso africano, foram aos poucos originando a palavra fetiche. Essas idolatrias eram descritas nos relatos, principalmente dos católicos. A vestimenta católica foi objeto de crítica protestante, na medida em que ambos condenavam os feitiços dos artefatos materiais. E os segundos abominavam a adoração de ídolos, santos e rosários da Igreja Romana.⁴⁶

Na Terra de Santa Cruz, os jesuítas precisavam de recursos reais para a vestimenta, utilizada para vesti-los no cotidiano da catequese, bem como para revestir a nudez dos indígenas, principalmente, a dos meninos nos colégios jesuíticos. Era comum nos ensinamentos cristãos a civilidade na vestimenta e nas maneiras de vestir, conforme os

⁴¹ Idem, p. 255.

⁴² “Et recevoir les honneurs, que luy presentoit le roy, si docemente et tant honestement, que la façon et la mode estoit a tous plaisante et agreable” (Ol. De la Marche, Mém, I, 7, Michaud.). *Dictionnaire de L’ancienne langue francaise*. Op. Cit., p. 352.

⁴³ Ann Rosalind Jones & Peter Stallybrass. Op. Cit., p. 2.

⁴⁴ Idem, pp. 5-6.

⁴⁵ Idem, p. 7.

⁴⁶ Idem, pp. 7-11.

modos das regras de pobreza e simplicidades cristãs, distintas daquelas já presentes na modernidade da arte do vestir do Velho Mundo.⁴⁷

Observa-se a relevância da definição da linguagem a respeito da indumentária, que era definida por Raphael Bluteau, no *Vocabulário português latino*. Este padre lingüista destacava o verbete *moda*, revelado na seguinte afirmação: “... o modo de trajar, falar, e fazer qualquer cousa, conforme o costume novamente introduzido. Antigamente não havia modas no trajo, como em ainda hoje há em todo o levante. Parece racionável a continuação desta uniformidade no vestir, porque os vestidos se fizeram para cobrir o corpo, e como todos os humanos, em todo o tempo sempre são na figura os mesmos, é muito para estranhar a prodigiosa mudança de vestiduras, que umas às outras continuamente se seguem. E assim os inventores de modas não são a gente mais sisuda da Republica, ordinariamente, são as mulheres e moços do norte incitados por mercadores e artífices, que não tem outro fim que a própria conveniência. Esta perpétua variedade de ornatos não deixa de ter perniciosas conseqüências, os que não a seguem parecem ridículos, os que com ela conformam desperdiçam patrimônios. Os antigos como sempre seguiam no vestir o mesmo sendo ricos, tinham quantidade de vestidos sobressalentes. No livro I das Esp. De Horácio, Epist. 6 se vê, que na sua guarda-roupa tinha Lucullo cinco mil chlamydes, que entre Romanos era um sago, ou saca militar; desta abundância se pode julgar o mais. Quando o vestido é comodo para o uso do corpo, decente para a qualidade, e idade da pessoa, e bom contra as injúrias do tempo; o inventar outro, mais parece loucura, que bizarrice. Achilles Estaço dá a entender, que nos seus tempos os Romanos introduzirão novas modas no vestir (Graeca ne mirum meruêre decus, vestigia ausi deferere). O músico Aristófoxenes diz que os Persas davão prêmios aos que inventarão novas modas no trajar. É prudência no Príncipe, seguir a moda dos povos, cuja benevolência ele quer grangear. Escreve Cabrera que Felipe II, depois de conquistar Portugal, se vestiu em Lisboa ao modo português, e fez cortar a barba em redondo, segundo o uso daquele tempo na dita nação. Tudo que a moda parece melhor. Porém o homem sisudo não deve abraçar logo no princípio toda a moda. Convém que proceda passo a passo, e como por degraus. Que

⁴⁷ Como exemplo do envio de dinheiro para a vestimenta jesuítica ver: Mandado de mantimento e vestiaria para o padre Manuel da Nóbrega e seus companheiros no Brasil. Bahia, 11 de fevereiro de 1552. In: *Monumenta Historica Societatis Iesu. Manumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 296-298.

cousa ridícula passar logo de um extremo a outro, de um chapéu de copa baixa e chata. (...)”.⁴⁸

A partir da citação acima, destacam-se as ideias de metamorfoses dos modos de vestir, quando Bluteau observou a “prodigiosa mudança de vestiduras”. Nesse sentido, as investiduras sociais das pessoas tornaram-se em “perpétua variedade de ornatos”. Em outras palavras, a moda cavalheiresca modificava-se na Alta Idade Moderna.

Além de definir as modas da época e dos tempos anteriores, Bluteau realizava um percurso de crítico aos costumes indumentários, colocando o problema dos “inventores da moda”: ou se gastava o patrimônio em luxos efêmeros, ou ficava-se ridículo, vestindo roupas “fora de moda”. Essa característica crítica do vestir era fundamental para o estilo de vida do Antigo Regime e para a cultura das aparências, pois demonstrava como a moda, juntamente com a sua linguagem, transformavam-se de acordo com o tempo.

O autor também destacou a invenção das mulheres e moços do norte, estimulados por comerciantes artífices, que exerciam provavelmente atividades de alfaiates, costureiras, boradeiras e outros inventores de moda.

Desse modo, impõe-se o debate sobre o “anacronismo”, ou seja, como formular um conceito ou problema teórico mais próximo da realidade do período estudado. Nessa perspectiva, no caso desta tese, é necessário aproximar do tema, conceitos importantes como vestuário, moda, hábitos e costume, procurando, discutir as ideias mais próximas em relação à concepção de mulheres e homens, em um momento histórico específico.

Ao analisar as transformações do costume no medievo, Boucher destaca a constituição da nobreza de toga francesa, ou seja, *a gens de robe longue*, que começava a utilizar diferentes formas de chapéus ao longo dos séculos XII e XIII. Nesse período, a moda cavalheiresca aproximava-se da heráldica e dos brasões. A partir do primeiro século citado, as damas bordavam os brasões nas vestes dos cavaleiros.⁴⁹

A moda cavalheiresca estava condicionada à “incorporação social”, por meio do processo de investidura e das corporações de ofício. Segundo Le Goff, a roupa “é não somente dorno, mas também proteção e armadura”, enquanto o nu era “risco moral, falta de pudor o erotismo.” O processo de vestir-se era, conforme o mesmo, um rito “significativo”, na “ordenação do monge e do clérigo”, na “investidura do cavaleiro.

⁴⁸ Raphael Bluteau. *Vocabulário Portugues Latino*. Coimbra: Collegio das Artes, 1712, v. 13, pp.526-527.

⁴⁹ Boucher. Op. cit., p. 150.

Quando da consagração dos reis, o abandono das roupas anteriores e a adoção de hábitos reais constituem um dos ritos mais importantes”. Esse jogo entre a nudez e a vestimenta continua na valorização da beleza física, como as tranças e o recato feminino, e a admiração do corpo do cavaleiro, como Lancelote, herói dos romances arturianos. Ainda conforme o autor, “...heróis e heroínas cortesões impõem-se também pela beleza de suas roupas, favorecendo, assim, o desenvolvimento da moda”.⁵⁰ Nesse sentido, o autor levanta a necessidade de desenvolver a “História da moda indumentária na Idade Média”, com o estudo da relação do corpo (como cabelo, bigode, barba), com a “evolução de enfeitar o rosto” (principalmente por parte das mulheres) a partir dos estudos literários e iconográficos.⁵¹

Apesar da maior parte da historiografia apontar a origem da moda no século XIV, Sarah-Grace Heller, no artigo “Fashion in French crusade literature: desiring infidel textiles”, defende a ideia de que o contato entre cristãos e infiéis nas Cruzadas, a partir de 1190, transformava os modos de vestir dos primeiros, por meio das trocas comerciais de tecidos de diferentes técnicas de fabricação, coloração, ornamentos e dos intercâmbios culturais com os árabes e bizantinos, que usavam diversas indumentárias. Como exemplo, apontou os têxteis de seda, a cor púrpura do império de Bizâncio, os botins das conquistas de Jerusalém e o enriquecimento do território mediterrâneo como o caso da Sicília e da Península Ibérica.

Os cristãos consumiam jóias de ouro, topázio e esmeralda, elmos verdes, malhas bem enlaçadas, bandeiras de seda, bem como novas peças, como o *siglaton* (veste de ouro), e bordados com motivos de pássaros e peixes. Além disso, a autora abordou as modas islâmicas, centradas nas diferentes colorações e texturas. Dentre as indumentárias islâmicas importantes, destacou o *khil’a* (ornamentos honoríficos com características diferentes para cada pessoa e os *tiraz*) cintos tecidos com desenhos decorativos em ouro.⁵²

As camadas populares do Velho Mundo vestiam-se ainda de maneira mais simples com tecidos de lã e sapatos rústicos. Mas as vestimentas religiosas passavam lentamente por modificações nos detalhes, como os ricos bordados sobre ícones

⁵⁰ Jacques Le Goff e Nicolas Truong. *Uma História do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 141-142.

⁵¹ Idem, p.74.

⁵² Sarah-Grace Heller. *Fashion in French crusade literature: desiring infidel textiles*. In: Désirée G. Koslin and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and Dress. Objects, texts, images*. U.S.A/UK: Macmillan Publishers Limited, 2002, pp. 109-110.

religiosos.⁵³ Susan M. Carroll-Clark, em “Bad Habits: clothing and textiles references in the register of Eudes, Archbishop of Rouen”, trata da reforma religiosa de Inocêncio III, no IV Concílio de Latrão, em 1215, no que se refere aos têxteis e indumentária. A autora destacou a crítica à “desnecessária ornamentação” dos monges por meio de relatos do Arcebispo de Rouen. Salientam-se, dentre os artefatos, o uso da camisa de linho, o *tabardo* (espécie de short, proibido para monges e padres) e da *capa* (espécie de pequena faixa, geralmente, de seda). Com relação aos têxteis, consumiam a lã, seda, o *barracan* e peles das mais variadas espécies, como coelhos e raposas. Também possuíam acessórios como sapatos, cintos (de tecido e metálicos), véus, *cuff*, ou cucufa (espécie de capuz).⁵⁴

A autora também nota que geralmente os artigos de luxo proibidos pela legislação papal eram encontrados nos monastérios, como as comuns camisas de linho, as peles de coelhos e a roupa de lã listrada (*serge radiata*). Às freiras era também interdito o uso de jóias e ornamentos luxuriosos em seus véus. No entanto, a autora encontrou referências de religiosas com esses bens, sendo que esses podiam ser comercializados.

Havia, portanto, dificuldade de se compreender as distinções e mudanças no vestir do interior dos membros da Igreja porque os clérigos, no século XIII, ainda vestiam-se de maneira próxima a outras camadas sociais.⁵⁵

Nessa linha de pesquisa, Tomas M. Izbicli estuda as cores das vestimentas eclesiásticas, em “Forbidden colors in the regulation of clerical dress the Fourth Lateran Council (1215) to the time of Nicholas de Cusa (d. 1464)”. Nesse artigo, o autor destacou as restrições impostas em várias legislações suntuárias dos concílios da Igreja Católica Apostólica Romana, de vestimentas e ornamentos de cores vermelhas e verdes (*pannis rubeis aut viridibus*) de ornamentadas de dourado (*deauratis*) nas suas vestimentas e da prática de freqüentar tavernas. Segundo os decretos gregorianos de 1234, as mulheres judias eram obrigadas a colocar faixas azuis em seus véus. E, especialmente para as vestimentas femininas, o Cardeal Latino Malabranca, em 1279,

⁵³ Boucher. Op. cit., p. 146

⁵⁴ Susan M. Carroll-Clark. Bad Habits: clothing and textiles references in the register of Eudes, Archbishop of Rouen. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.1, 2005, pp. 81-86.

⁵⁵ Idem, pp. 90-91.

proibia qualquer mulher de vestir-se imodestamente, revelando-se muito ou apresentando seu corpo.⁵⁶

Além dessas regras, vários outros concílios menores tentavam regular os materiais, as formas e as cores das indumentárias clericais durante os séculos XIII e XIV. A proibição de sapatos, faixas e outras peças verdes ou vermelhas faziam parte das regulamentações da Igreja. Durante o século XIV, as proibições passaram a diminuir, sendo que no Conselho de Basel (1431-1449), o tema das restrições vestuárias não estava em pauta. Apesar da tentativa reformista de Nicolau de Cusa (*Reformo Generalis*), o papado mantinha-se com o crescimento do luxo, principalmente na corte romana.⁵⁷

No que se refere à indumentária religiosa, John Harvey, em *Homens de preto*, destaca que os dominicanos, ordem fundada por Domingo Guzman em 1215, ficaram conhecidos como os “frades negros”, pois se vestiam com manto e capuz negro por cima de manto e capuz branco. Conforme o autor, “Nos Frades Negros encontramos o grande paradoxo do preto, pois o preto é uma quantidade negativa, a ausência de cor: considerada como uma cor, que se escolhe vestir, ela é o sinal da abnegação e da perda. Entretanto, a abnegação pode também conferir poder e autoridade sobre os não-abnegados. A abnegação total pode dar a idéia de santidade e fazer do abnegado um exemplo a ser admirado com reverência e temor, e o preto, entendido como a cor do poder sobre si mesmo, tornou-se a representação de uma impressionante e intensa introversão. (...)”⁵⁸

Em outro artigo, intitulado “Obscure lands and obscured hands: fairy embroidery and the ambiguous vocabulary of Medieval Textile decoration”, Sarah-Grace Heller destaca a dificuldade de compreensão da linguagem das roupas em diferentes momentos históricos. Afirma que é necessário realizar uma aproximação dos significados das palavras sobre os têxteis e a indumentária. Para isso, conforme a autora, deve-se tratar do tema valendo-se da categoria gênero, quando se analisam textos literários como os de Chrétien de Troyes (c. 1165-70) e Marie de France.⁵⁹

⁵⁶ Tomas M. Izbicli. Forbidden colors in the regulation of clerical dress the Fourth Lateran Council (1215) to the time of Nicholas de Cusa (d. 1464). In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.1, 2005, pp. 105-114.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ John Harvey. *Homens de Preto*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 62. (tradução)

⁵⁹ Sarah-Grace Heller. *Obscure lands and obscured hands: fairy embroidery and the ambiguous vocabulary of Medieval Textile decoration*. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.5, 2009, pp.15-16.

Heller observa que era raro encontrar dados a respeito de mulheres bordando ou tecendo nas fontes literárias dos séculos XII ao XIV. Aponta, além disso, para o crescimento das manufaturas têxteis, em Paris, com a participação feminina, enquanto que a produção doméstica de tecidos de luxo entre a aristocracia diminuía de importância.⁶⁰ A partir de 1292, por meio da análise da documentação das corporações de ofício, nota-se a presença de *brodadeurs* (bordadores) e *broderesses* (bordadoras), destacando-se aqueles que produziam os brocados com ouro.⁶¹

A autora ainda sugere a necessidade de entender a constituição do trabalho têxtil imbricado com o religioso. A atividade de ofício estava diretamente relacionada com a religiosidade cristã a partir da confecção de tapeçarias com motivos hagiográficos durante os séculos XII e XIII.⁶² Essas “roupas exóticas”⁶³ seriam peças relacionadas ao sobrenatural e ao maravilhoso, pois eram feitas com tecidos do Oriente Médio, originário das Cruzadas, bem como possuíam características religiosas, principalmente nas formas e no seu consumo em missas, rezas e batalhas contra os infiéis.

Nesse sentido religioso, Charlot A. Stanford, no artigo “Donation from de body for the Soul: apparel, devotion and status in Late Medieval Strasbourg”, analisa o *Book Donors*, relacionando-o com as doações para a construção da catedral de Strasburgo, do século XIII ao XVI.⁶⁴ Nessas listagens, a autora encontra expressões em latim, alemão ou até mesmo termos mistos referentes às vestimentas mais significativas dos espólios de doadores, geralmente falecidos. Era comum a referência às esmolos serem apenas declaradas como “*vestmentum*”, ou mesmo a sua abreviação: vestes. Segundo a pesquisadora, eram encontrados nomes genéricos das peças de indumentária feminina ou masculina nos arrolamentos de esmolos para a Igreja.⁶⁵

Desse modo, no período moderno, a linguagem das roupas era constituída por palavras mixtas, sem uma definição lingüística definida. Em outras palavras, as línguas nacionais, como francesa, alemã, inglesa, espanhola, portuguesa e italiana não possuíam unidades definidas. O latim permanecia como base para distinções e especificidades e era distante dos heruditos renascentistas.

⁶⁰ Idem, pp. 19-20.

⁶¹ Idem, p. 26.

⁶² Idem, pp. 20-35.

⁶³ Idem, p. 35.

⁶⁴ Charlot A. Stanford. Donation from de body for the Soul: apparel, devotion and status in Late Medieval Strasbourg. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Croker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.6, 2010, pp.173-205.

⁶⁵ Idem, p. 202.

Para além da explicação dos sentidos adquiridos pelas palavras *habitus*, vestimentas, vestes, costumes e moda, é preciso discutir conceitos como economia e cultura indumentária, bem como gênero, na reconstituição, compreensão e explicação das metamorfoses da moda. Reforça-se, portanto, a necessidade da elaboração de um contexto para uma desejável aproximação dos conceitos sobre as principais características dessas mudanças.

1.2. Economia e cultura indumentária

Os têxteis e as roupas no universo das sociedades pré-industriais eram peças de valores significativamente altos, bem como de preciosos significados simbólicos. Dessa forma, as práticas de produção, circulação e consumo indumentários e têxteis devem ser analisadas a partir de uma temporalidade longa, centrada basicamente dos séculos XII ao XVI, pois algumas modificações eram lentas, outras mais aceleradas.

No plano das transformações das formas indumentárias, o debate historiográfico acirra-se em relação à construção da ideia de moda. Em meados da década de 1970, François Piponnier e Perrine Mane publicaram um trabalho importante sobre o vestir-se, analisando vários tipos documentais como iconografias, romances cavaleirescos, livros de contas, testamentos, inventários e evidências materiais.

Na interpretação realizada pelos autores não houve distinção entre vestir-se e o costume. Realizaram uma introdução ao tema da indumentária na Europa, indo além do período Medieval, informando sobre os materiais, os consumos vestuários ainda incipientes, os quais variavam conforme os diferentes estratos sócio-econômico, os ciclos de vida e as relações entre os gêneros.⁶⁶

Tratando dos papéis femininos na economia indumentária, por meio da análise da literatura de cavalaria, Monica L. Wright, em “‘De fil d’Or ET de Soie’: making textiles in Twelfth-Century French Romance”, defende a ideia de que a partir da metade do século XII, o domínio da fabricação dos têxteis não era somente feminino, mas contava com o trabalho dos homens artesãos de ofício. As atividades de cuidado com as ovelhas, fiação, tecelagem e costura passavam a fazer parte dos ofícios masculinos.⁶⁷

De uma maneira geral, dentre os materiais existentes, pesquisadores, como Popponier & Mane destacaram a presença da lã na fabricação dos tecidos medievais, revelando que a técnica da produção têxtil lanífera variava entre as diferentes regiões européias. Os autores apontaram ainda que, no reino de Aragão, os proprietários de terra criavam raças de merino [tipo de carneiro] que produziam produtos laníferos excepcionalmente finos.

A descoberta e o uso do tear horizontal, além das técnicas de tecelagem no século X, foram as mais importantes revoluções na produção têxtil durante todo o

⁶⁶ Françoise Piponnier & Perrine Mane. *Dress in the Middle Ages*. Yale University, 1997. (tradução).

⁶⁷ Monica L. Wright. ‘De fil d’or et de soie’: making textiles in Twelfth-Century. In: Robin Netherton & Owen-Crocker, Gale R. *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2010, pp. 61-72.

período Medieval. Com relação às cores dos tecidos laníferos, no século XIII, aumentavam as tonalidades vibrantes nas cidades que no século seguinte, espalharam-se para o campo. Na Idade Média Tardia, as tinturas verdes e azuis escuras, violeta e o preto nos tecidos de lã tornaram-se mais populares, embora haja poucas evidências desses tecidos nos inventários e testamentos medievais.⁶⁸

Piponnier e Mane afirmaram que as indumentárias laníferas eram utilizadas no cotidiano de todas as camadas sociais, diferentemente da seda, a qual era reservada, predominantemente, às cerimônias religiosas. Na Europa do Oeste, os tecidos sedosos eram produzidos em regiões como as da Sicília – mais próxima do comércio com o Oriente. A partir do século XIV, Palermo, Lucca, Florença, Veneza e Gênova, conseqüentemente, passaram a ser grandes produtoras desse tecido.⁶⁹

A Península Ibérica, influenciada pela presença muçulmana, também produzia a seda. Um dos mais importantes têxteis realizados na região eram os brocados de carmesim aveludados e cetins, tingidos com corantes de cochinilha, que atingiam preços astronômicos. No fim do século XIV, quando o preto tornava-se moda, as sedas banhadas em séries de tinturas de ísatis e indigos tornaram-se predominantes.

Além do brocado, o tafetá, ou *cendal*, fabricado também com a seda, tornara-se mais barato. A produção, a circulação e o consumo de seda, por causa do alto preço e das leis suntuárias, restringiam-se à alta nobreza e à burguesia das Monarquias européias. Têxteis laníferos sobrepujavam em muito a seda, com relação à quantidade de tecidos.⁷⁰

Ao analisar o comércio têxtil de Paris no século XIII, Sharon Farmer, em “Biffes, tireatines and aumonières: the role of Paris in the international textile markets of the Thirteenth and Fourteen Centuries”, nota que em 1239, tecidos de lã parisiense, chamados de *biffes*, eram comercializados com várias regiões, como Aragão, Castela, Portugal, Gênova, Veneza, Florença, Siena, Marcele e Provença. Também descreveu as mudanças ocorridas na fabricação e no comércio do *tiretaine*, espécie de mistura de tecido de lã e linho, ou lã e seda, produzido em Saint-Marcel, uma região do subúrbio de Paris. Esses tecidos eram de diferentes preços e qualidades, variando de acordo com as camadas sociais que os utilizavam. O *tiretaine* francês, a partir de 1314, era

⁶⁸ Françoise Piponnier & Perrine Mane. Op. Cit., pp. 18-19.

⁶⁹ Idem, pp. 19-20.

⁷⁰ Idem, pp. 20-21.

suplantado pelo florentino, sendo esse consumido pela aristocracia da corte do Norte da Europa.⁷¹

Na passagem do século XIII ao XIV, os têxteis de linho das cidades de Reims e Paris tinham preços superiores aos ingleses, destacando-se os *mappa*, tipos de tecidos laníferos vendidos à realeza inglesa, em 1303 a 1330, assim como ao papado de Avignon (1307-1417).⁷²

Dentre os tecidos luxuosos feitos em Paris, estava a produção de seda, havendo seis corporações de ofício. Salientando-se também o papel das artesãs especializadas na produção de tecidos de seda para a confecção de véus (“ouvrières de tissuz, tesserandes de soie”), bem como o *velvet*, tecido sedoso de feitura exclusivamente masculina.⁷³

Os tecidos bordados eram outra produção artesanal luxuosa de Paris para o consumo da realeza e do alto clero, sendo esses últimos presenteados com preciosos têxteis pela aristocracia. Também os burgueses da cidade, segundo Farmer, começavam a consumi-los.⁷⁴

Em Paris, havia o mercado de peças sarracenas das bolsas de almas, isto é, pequenas bolsas de pano bordadas com motivos cavaleirescos – de encontros entre damas e cavaleiros, este comércio chamado em francês de “faiseuses d’aumonières sarrazioises”. Era habitual senhoras da aristocracia presentear seus familiares com essas bolsas, como o fazia a condessa de Mahaut de Artois. Para Farmer, Paris tornava-se o centro propagador de uma enorme variedade de têxteis, que circulavam entre reis, papas, aristocratas e burgueses durante o século XIV.⁷⁵

A historiografia dos séculos XIII ao XVII mantém o debate sobre os assuntos dos têxteis, da cultura e economia indumentária. Entre os ingleses, a temática geralmente aprofundada refere-se aos problemas econômicos dos têxteis, particularmente as técnicas aplicadas. Na historiografia francesa os aspectos simbólicos e culturais, principalmente com relação ao formato, são mais destacados. Mas é necessário manter a articulação entre ambas as perspectivas para realizar uma possível aproximação histórica.

⁷¹ Sharon Farmer. Biffes, tireatines and aumonières: the role of Paris in the international textile markets of the Thirteenth and Fourteenth Centuries. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2006, p. 78.

⁷² Idem, p. 79.

⁷³ Idem, p. 83.

⁷⁴ Idem, p. 86.

⁷⁵ Idem, pp. 87-89.

No sentido da economia cultural, os códigos de vestir limitavam o consumo cavaleiresco no medievo. Ao analisar o tecido do diabo, Michel de Pastoereau descreveu que no século XIV, a legislação suntuária proibia os clérigos de usarem roupas bicromáticas, seja a bipartida (*veste partitae*), listrada (*veste virgatae*), ou em xadrez (*veste scacatae*). O concílio de Viena (1311) insistia nas interdições indumentárias. Na cidade de Rouen, em 1310, um padre e um sapateiro eram condenados à morte por vestirem listrado.

No período anterior, a partir das canções de gesta, as indumentárias e heráldicas listradas, na literatura, faziam parte das roupas dos “Cavaleiros desleais, senescais usurpadores, mulheres adúlteras, filhos rebeldes, irmãos perjuros, anões cruéis, serviçais cúpidos, todos podem ser dotados de riscas heráldicas ou de vestuário”.⁷⁶ A partir do século XII, paulatinamente a risca começava a fazer parte da moda cortesã. No reino de Aragão, o brasão tornava-se listrado, com riscas verticais amarelas e vermelhas”.⁷⁷

Na Renascença, as vestimentas listradas tornavam-se rainhas, juntamente com o negro. Nas cidades italianas de Veneza e Gênova, posteriormente à Grande Peste, as indumentárias multicoloridas faziam parte do consumo dos “jovens nobres e ricos patrícios”. A partir de 1380, novamente as leis suntuárias tentavam restringir o consumo ostensivo das cores. No século seguinte com o negro de Bolonha, as listras saem da moda para retomarem na virada do século XVI, nas regiões da Alemanha, Itália, e, depois, da França e da Inglaterra. Essas listras começaram a fazer parte dos gibões de Francisco I e Henrique VIII.

Nesse momento, a corte espanhola mais conservadora mantinha a austeridade. Mas as riscas reaparecem na “primeira metade do século XVII, no horizonte dos anos vinte e trinta. Durante duas décadas, as modas espanholas, então dominantes, deixaram no vestuário uma pequena abertura lúdica em que as riscas tentam imiscuir-se, sobretudo no traje masculino (mangas, abas, calções). São geralmente riscas escuras, riscas caravagescas, que fazem alternar os ocre e os castanhos, os pretos, as violetas, por vezes os verdes e os dourados. (...)”.⁷⁸

Com relação às cores das vestes listradas, o vermelho até o Quinhentos, era praticamente raro. Mesmo com a extração do pau-brasil e o avanço das técnicas de

⁷⁶ Michel Pastoereau. *O tecido do diabo: uma história das riscas e dos tecidos listrados*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 25.

⁷⁷ Idem, p. 42.

⁷⁸ Idem, p. 55-56.

tingimento e o uso dessa cor, no século XVI, as vestimentas vermelhas e riscadas mantinham-se com a característica de desviante.⁷⁹

É interessante observar que o branco cru integrava as roupas de baixo como camisas, ceroulas, véus e lençóis. De acordo com Pastoerau, “Tais prescrições vinham do fato de a cor passar por qualquer coisa mais ou menos impura (sobretudo se era ela obtida por meio de materiais animais), de mais ou menos inútil e muito imodesto. Era preciso afastá-la dessa superfície íntima e natural que constitui a pele”⁸⁰

Acompanhando as transformações nas técnicas de tingimento e nos significados simbólicos e culturais das cores, observa-se que a fabricação e o comércio dos tecidos modificavam-se na longa duração. No mundo mediterrânico, o comércio de tecidos, principalmente de seda de Sicília, Egito e Espanha Muçulmana predominavam entre os mouros. Os laníferos coloridos também tornavam-se artigos luxuosos nesses espaços.⁸¹

Durante o século XIII, as metamorfoses das silhuetas ocorriam nas formas das armaduras, aparecendo a *brigandine*, a *pourpoint*, ou *doublet*, ou ainda o gibão. Desse modo, a moda cavalheiresca constituía-se a partir das modificações modernas do vestir masculino.⁸²

Com o crescimento da quantidade de fontes primárias, as informações sobre as mudanças no vestuário durante os séculos XIII e XIV sobrepujam os anteriores, havendo uma profusão de termos para tecidos, vestes e indumentárias, nas línguas vulgares. As linguagens das roupas sofreram uma mudança significativa nesse período. As vestimentas variavam conforme cortes, tecidos e camadas sociais, mas os seus nomes poderiam circular através de várias regiões. Por exemplo, o manto chamado de *sack* encontrado na Germânia tinha sua origem em Bizâncio.⁸³

Destaca-se ainda a importância das modificações da feitura do gibão ao longo do tempo. Utilizado inicialmente para proteger o cavaleiro, ganhava aos poucos maior visibilidade, tornando-se mais curto, obtendo ornamentos, podendo ser produzido com seda e ricamente bordado.⁸⁴

Novamente, durante a terceira parte do século XIV, a moda do gibão mais longo e com botões de cima à baixo de Charles de Blois eram destaques na corte francesa. Aparecia uma nova indumentária, a *jaque* ou *jerkin*, que extendia-se até os joelhos e

⁷⁹ Idem, p. 67.

⁸⁰ Idem, p. 78.

⁸¹ Françoise Piponnier & Perrine Mane. Op. Cit., pp. 59-60.

⁸² Idem, pp. 61-65.

⁸³ Idem, p. 66.

enfeitavam-lhe metais preciosos como ouro e prata. A decoração dessa peça tinha ainda motivos de plantas e animais.⁸⁵

Para além das vestimentas da corte francesa, a historiografia trata do consumo indumentário da população dos centros urbanos do Velho Mundo. Kristen M. Burkholder, no artigo “Threads Bared: dress and textiles in Late Medieval English Wills”, analisa uma série de 550 testamentos de 1327 até 1487. Em decorrência, por mais de cento e cinquenta anos, encontra como testamenteiros um amplo estrato social, abarcando artesãos, mercadores, gentry e nobres da cidade de Londres. Por meio de uma abordagem quantitativa e descritiva, destaca que usualmente as heranças eram distribuídas de homens para homens e de mulheres para mulheres. Dentre as cores, as mais frequentes eram sequencialmente preto, azul e vermelho, sendo o têxtil mais usual a lã, sendo, no entanto, raras as referências ao linho.

Ademais, segundo a autora, as mulheres testadoras além de deixarem uma descrição mais detalhada das indumentárias, doavam peças mais valiosas. Como exemplo, a viúva Agnes de Fraunceys declarava possuir um robe trabalhado com ouro.⁸⁶ A partir do século XIV, as leis suntuárias inglesas definiam os modos de vestir de acordo com as categorias sociais, sendo que nos anos de 1336/37, no reinado de Eduardo III, somente a casa real, ou seja, o rei, a rainha e os seus filhos poderiam usar vestimentas exteriores à Inglaterra, Irlanda, Escócia e País de Gales.⁸⁷ Novamente, em 1363, o Parlamento regulamentava as vestes conforme o *status*, variando de acordo com os têxteis e o preço. Nos anos 1482 e 1483, novos decretos declaravam que apenas a família real podia usar roupas com ouro ou de seda púrpura, assim como somente o rei vestiria tecidos de damasco ou cetim.⁸⁸

Burkholder nota que, na realidade, a minoria dos artesãos e comerciantes londrinos passava a produzir e consumir tecidos e roupas distintas daquelas reservadas ao seu posicionamento social, sendo que alfaiates, bordadeiras e viúvas deixavam vestes preciosas para as instituições de caridade. Esse era o caso de Matilda Wight, viúva do alfaiate real, a qual doava umas peças de roupa de seda para a igreja St. Mary de

⁸⁴ Idem, p. 67.

⁸⁵ Idem, pp. 67-68.

⁸⁶ Kristen M. Burkholder. Threads Bared: dress and textiles in Late Medieval English Wills. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.1, 2005, p. 42.

⁸⁷ Idem, p. 143.

⁸⁸ Idem, pp. 146-147.

Wolnoth, sendo que somente a partir dos superiores aos clérigos podiam vestir seda, veludo e tecidos luxuriosos com enfeites ricos, de acordo com a lei de 1363.⁸⁹

A maioria da gentry transgredia as regras suntuárias, utilizando habitualmente roupas feitas com veludo. Com exceção, localiza-se dois casos em que se encontram tecidos com ouro em testamentos: o primeiro era do conde Rivers, doador de uma luva bordada a ouro para o convento de Royston. A outra indumentária, uma veste vermelha de baldaquim também bordada em ouro, era da duquesa de Buckingham, Anne Stafford, que a deixava para a irmã, Lady Mountjoy.⁹⁰ Em resumo, o consumo indumentário londrino nos séculos XIV e XV mantinha-se frequentemente diferenciado em relação ao gênero e ao *status*, tendo-se as descrições mais detalhadas aquelas que se referem às mulheres das camadas sociais mais altas.⁹¹

Na historiografia cultural, destacam-se as transformações no universo da *Clothing Culture, 1350-1650*, obra organizada por Catherine Richardson. Nos textos, eram realizadas conexões entre as várias esferas de existência para a ampliação do debate, havendo, portanto, relações entre o mundo econômico e cultural. A própria autora observa que as mudanças da moda no Velho Mundo contaram com a participação dos mercadores ingleses e das exportações de produtos laníferos de produção doméstica. Além disso, não se pode esquecer a relevância das relações do corpo e dos artefatos têxteis e indumentários. Exemplo disso, pode ser encontrado nos diferentes modos de cortes dos tecidos presentes nas estatutárias européias. Desse modo, as definições de modos de vestir de homens e mulheres são construções históricas.

Outras características importantes no universo da cultura indumentária eram as distinções dos modos de vestir de Católicos e Protestantes. Nota-se a presença das indumentárias como capital simbólico no universo da corte. Principalmente, na análise de discurso, salientam-se as transformações em relação aos gêneros, às roupas e às modas.⁹²

Nessa linha de pesquisa, Sheila Sweetinburg, aborda as estratégias de caridade em Kent, durante o século XVI, a partir da leitura de testamentos. A autora quantifica 4.500 documentos, notando que uma maior porcentagem de mulheres doavam suas

⁸⁹ Idem, p. 147.

⁹⁰ Idem, p. 150.

⁹¹ Idem, p. 152.

⁹² Catherine Richardson. Introduction. In: Catharine Richardson (Ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. ASHGTE, 2004, pp. 1-25.

roupas, geralmente saias e túnicas, para as populações mendicantes. É importante observar a importância da caridade feminina para a comunidade e as redes de solidariedade cristã presentes no catolicismo quinhentista, pois vestir aqueles que estavam praticamente nus era, possivelmente, um dos critérios de salvação das almas.⁹³

Nesse sentido, Elizabeth Salter estuda os testamentos em Greenwich durante o início do Quinhentos. Nesse ensaio, descreveu os discursos dos testadores e destacou os simbolismos relacionados às escolhas das doações e partilhas dos artefatos segundo as relações familiares e de amizade. Referiu-se a prática de reformulação dos materiais indumentários para o reaproveitamento e consumo por um novo usuário.⁹⁴

Ao analisar as distinções das indumentárias a partir do *status*, Claire Bartram apresentou o debate entre o orgulho e a humildade nos discursos das leis suntuárias dos textos religiosos e das documentações legais. Salientou os valores associados à gentry e aos processos nobiliárquicos. Defendeu a ideia de que as identidades das indumentárias estavam relacionadas às posições sociais, indicando que para a ascensão social, as camadas emergentes deveriam integrar-se aos símbolos da aparência cavalheiresca e cortesã.⁹⁵

Um aspecto interessante do estudo da indumentária é a distinção entre as disciplinas. Diferentemente das outras Ciências Humanas, como a Antropologia, a Sociologia e mesmo a Economia, a História trata do estudo da totalidade e não apenas de uma esfera da existência. Dessa forma, o tema da indumentária deve estar sempre relacionado com o seu período e contexto. Com isto, no Período Moderno, deve-se pensar nas transformações da economia das vestes e da moda, realizando articulações com a constituição do Estado Moderno em seu conjunto. No caso desta tese, com a colonização, e, o mais interessante, com a formação e o desenvolvimento da cultura das aparências, a qual se traduz mais intensamente com a sociedade cortesã, do mercado têxtil, cuja presença feminina era constante.

Aprofundando-se na economia indumentária (produção, circulação dos tecidos e das indumentárias) Daniel Roche, em *A cultura das aparências. A história da*

⁹³ Sheila Sweetinburg. Clothing the naked in Late Medieval Kent. In: Catherine Richardson (org.). *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 108-121.

⁹⁴ Elizabeth Salter. Reworked material: discourses of clothing culture in Early Sixteenth-Century Greenwich. Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 179-191.

⁹⁵ Claire Bartram. Social fabric in Thynne's debate between Pride and Lawliness. In: Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 137-149.

indumentária, influenciado pela obra braudeliana e pela história dos costumes anglo-saxã, de uma forma geral, desenvolve essa temática a partir de ampla análise documental, estudando o consumo da cidade de Paris e a sua província. Defende uma abordagem específica da História da Indumentária e das mudanças da moda na sociedade parisiense do Antigo Regime até a Revolução Francesa. Historiador da cultura material, valorizou a análise do consumo da sociedade aristocrática, destacando o papel das costureiras, modistas e vendedoras de roupas usadas que conseguiam sobreviver e circular na cidade. Além disso, faz referências às leis suntuárias, que faziam parte do protecionismo do Estado Monárquico Francês.

Nesta economia da indumentária, o *linge*, roupa branca francesa tem destaque por ser consumida por toda a sociedade, integrando as vestes de baixo da população em geral e dando formas às silhuetas femininas e masculinas. Outra característica da vida econômica referente às roupas era a circulação de roupas de segunda mão, que se constituía em mercado fundamental para a sobrevivência de muitas mulheres, que além de costurar, sobreviviam nos circuitos comerciais indumentários.

Dentre as atividades femininas do sistema indumentário francês, Roche observou as atividades das mestras costureiras de roupa-branca e das modistas, originárias da sociedade cortesã, com a produção de luxo.⁹⁶ Nessa sociedade aristocrática, as vestes burguesas eram entendidas e criticadas pelos “grandes” como medíocre. O sistema indumentário, defendido por Daniel Roche, era centrado em tensões e conflitos. A revolta das camadas populares francesas contra a vida de ostentação excessiva da realeza foi uma das bases centrais para a transformação da indumentária e ponto de partida para o consumo de calças e roupas discretas por todas as camadas sociais.

O autor também leva em consideração as hierarquias sociais e as relações entre os gêneros, no que diz respeito à produção, circulação e consumo dos tecidos, das vestes e dos acessórios. Daniel Roche ainda aponta para uma série de ideias como linguagem indumentária, geografia da indumentária, economia indumentária, cultura das aparências, formando um sistema indumentário.⁹⁷ Essa análise das estratégias do vestir deve, segundo Roche, ser entendida além das condições econômicas, e também a partir

⁹⁶ A respeito do trabalho feminino no sistema indumentário francês ver especialmente: “Dos ofícios aos clientes: alfaiates, costureiras, comerciantes de roupa-branca e negociantes de moda”. In: Daniel Roche, *A cultura das aparências*. São Paulo: Senac, 2007. (tradução), pp.299-334.

⁹⁷ Idem, p. 47.

da interpretação das sensibilidades indumentárias, as quais “não pode[m] evitar uma história das discriminações sociais”.⁹⁸

Nota-se que a economia indumentária contava com a participação do povo miúdo. A circulação de roupas usadas era comum mesmo entre as camadas dominantes. Existiam, portanto, relações de patronagem e clientela, entre os senhores e os seus vassallos, bem como do senhorio e dos servos. As doações de vestimentas, por um lado, funcionavam como modos de dominação, controle e hierarquização social. Por outro, como redes de solidariedade e de caridade cristã, como forma de amparar as camadas mais desamparadas.⁹⁹

Contudo, a obra de Daniel Roche não tratou das mudanças da economia e cultura indumentária no período anterior ao auge da sociedade de corte francesa, deixando em aberto a questão: como o sistema indumentário da cultura das aparências foi construído. Somente a França era fruto dessas metamorfoses descritas pelo autor? O mercado de segunda mão e as atividades de costureiras, vendedoras de roupas usadas, modistas era apenas um privilégio francês?

Nota-se, em suma, a presença de um debate sobre a legislação suntuária. Autores como Daniel Roche e Jean Claude Bologne salientam o sentido econômico, ou mesmo da política econômica, das normatizações vestimentárias por parte dos Estados Monárquicos, e não a preocupação com a decência e o pudor da coquetterie francesa. Outros autores, como Lipovetsky, Elizabeth Salter e Claire Bertain, enfatizam os aspectos morais das restrições vestuárias. Desse modo, é necessário compor uma síntese entre as esferas culturais e econômicas.

Economia e cultura indumentária são conceitos importantes para a compreensão e explicação das mudanças encontradas no mundo da Idade Moderna como um todo. Mas importa ainda pensar em moda e gênero para subsidiar o entendimento das transformações das maneiras de vestir, no que se refere às representações e simbolismos nas várias regiões do Velho Mundo.

⁹⁸ Idem, p. 94.

⁹⁹ Joanna Crawford. *Clothing Distributions and social relations c. 1350-1500*. In: Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp.158-159.

1.3. A construção dos gêneros na moda

No florescer da Renascença, a linguagem das roupas modificava-se em relação aos gêneros, ao estilo, às cores e às texturas. Na literatura cavalheiresca, o universo da arte do vestir era evidenciado no discurso moral de poetas, menestréis e escritores que sobreviviam em torno da realeza.

Nesse sentido, é preciso destacar o trabalho de Johan Huizinga, *O outono da Idade Média*, no que se refere à ideia de moda na Renascença. Para o autor, na França e em Flandres, as camadas dominantes deslocavam-se com ornamentos e terem acompanhados por vassalos, aparatos e armas. Cada camada social possuía seus trajes, que tinham diferenças com relação ao gênero.¹⁰⁰ Observando o luto dos reis, o autor afirma que “Em uma esplêndida reunião em Troyes, Felipe acompanha as rainhas da França e da Inglaterra em uma roupagem de veludo de luto, que pende até o chão ao lombo de seu cavalo. Ele e seu séqüito continuam a se vestir de luto ainda um bom tempo.”¹⁰¹

Ainda de acordo com o mesmo, “O meio de expressão que os une não é a arte, mas a moda. Neste momento, a moda, de um modo geral, está muito mais próxima da arte do que a estética acadêmica gostaria de admitir. Como uma acentuação artificial da beleza e da movimentação do corpo, ela apresenta uma ligação estreita com uma das artes: a dança. Mas, além disso, no século XV o domínio da moda, ou melhor dizendo, o código dos trajes, está muito mais perto da arte do que tendemos a imaginar. Não somente pelo fato do uso freqüente de jóias e metais trabalhados nos trajes de guerra, que lhes conferem um elemento artesanal imediato. A moda partilha as mesmas características essenciais da arte: estilo e ritmo também são indispensáveis para ela. O período da Idade Média tardia sempre expressou no código dos trajes uma medida do estilo de vida...Na vida cotidiana as diferenças de peles e cores, capas e toucas indicavam a rígida ordem das classes, as dignidades esplendorosas, o estado de alegria ou sofrimento, a relação terna entre amigos e amantes”.¹⁰²

Continuando a arte na vida durante o Quatrocentos nota que o “vestuário, não se pode negar, também pertencia à arte. Mas é parte da própria finalidade social das roupas que a pompa e o esplendor prevaleçam sobre a própria beleza. Além disso, a vaidade

¹⁰⁰ Agradeço a Iris Kantor a indicação para consultar: Johan Huizinga. *O outono da Idade Média*. São Paulo: CosacNaiff, 2010, p. 11. (tradução)

¹⁰¹ Idem, p. 72.

¹⁰² Idem, p.80.

pessoal puxa a arte da moda para a esfera da paixão e da sensualidade, em que as características que constituem a essência da arte revelada – equilíbrio e harmonia – são secundárias”.¹⁰³

As modificações da moda franco-borguinhã mantinham-se inigualáveis, segundo Huizinga, durante os anos de 1350 até 1480, sendo que o “traje de corte” era “sobrecarregado com centenas de pedras preciosas. Todas as medidas são exageradas, chegando ao grau do ridículo.” Os modos de vestir variavam conforme os gêneros, sendo o penteado das mulheres com “o formato de pão de açúcar do hemmin, ou seja, o cabelo natural é escondido ou removido das têmporas e da área da testa, para exhibir as fronte excepcionalmente arqueadas, consideradas bonitas; subitamente começou o uso dos decotes”.¹⁰⁴

Adicionado a isso, as vestes masculinas transformavam-se com maior intensidade, como: os sapatos de bico fino, *os poulaines*; as mangas bufantes, chamadas de *houppelandes*; as jaquetas curtas; os chapéus pontiagudos, drapeados ao redor da cabeça. Desse modo, “quanto mais solene, mais extravagante; pois todo o belo significava *poma de estat*”. O traje de luto que Filipe, o Bom, usa depois do assassinato de seu pai, para receber o rei da Inglaterra, é tão longo que pende grande corcel que cavalgava até o chão.¹⁰⁵

A produção têxtil predominante era originária da economia doméstica, de modo que servos, plebeus e mesmo as damas medievais eram obrigadas ao árduo trabalho cotidiano para fabricar tecidos e túnicas. Na Inglaterra do Trezentos, as donas de casa, chamadas de *mesuer* em francês antigo, ou mesmo *housewif*, em inglês medieval, possuíam rocas, fusos e teares e dominavam a produção lanífera caseira. A expressão latina *textrix* significava tecedeira. A palavra latina trama permaneceu a mesma em português, mas em inglês, o termo *spoole* era originário do francês *espole* e de *spola* da língua germânica. As linguagens dos têxteis caseiros parecem ter circulado no norte da Europa, entre a Ilha Britânica, Flandres e o Norte da França.¹⁰⁶

¹⁰³ Idem, p. 425.

¹⁰⁴ Idem, p. 426.

¹⁰⁵ Idem, p. 430.

¹⁰⁶ William Sayers. Flax and linen in Walter of Bibbesworth's thirteenth-century french treatise for english housewives. In: *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.6, 2010, pp. 111-126.

Nas cidades italianas, moças e mulheres adultas trabalhavam na seda – criação do bicho da seda, preparação dos casulos, dobagem e fiação – nas oficinas de empresários a partir do século XII e sobretudo no seguinte.¹⁰⁷

A produtividade lanífera tornava-se significativa nos países do Norte, especialmente na Inglaterra, onde as criações de ovelhas foram muito valorizadas, assim como em Castela. Com relação ao papel feminino na produção dos têxteis e na economia doméstica, Piponnier observou que os ofícios de alfaiate ou costureiro substituíam nas cidades o trabalho das mulheres.¹⁰⁸ A autora parece ainda exagerar quando afirmou que, “No final da Idade Média, a tecelagem doméstica praticamente desapareceu. A gama dos tecidos de lã ou de misturas oferecidas pelos mercadores é suficientemente diversa para responder a todas as clientelas. Mas na cidade como no campo a tecelagem por encomenda das fibras vegetais trazidas pela cliente está bem desgastada, e alguns inventários mobiliários permitem verificar que na Borgonha este trabalho é realizado tão frequentemente por tecedeiras como por tecelões”.¹⁰⁹

Contudo, é provável que até o século XII, predominassem as atividades têxteis femininas na economia medieval européia. Avós, mães e filhas das mais variadas camadas sociais participavam das atividades de fiação, tecelagem e costura para o dia-a-dia, bem como os ricos bordados para os dias de festas e casamentos, principalmente para as mulheres da nobreza. Carlos Magno afirmava que a educação feminina, no caso das suas filhas, não deveria ser somente fiar, tecer e coser, mas também bordar, ler e escrever. Um exemplo da atividade intelectual das mulheres reais era a rainha Matilde, que depois da morte do esposo Henrique I, aprendia a ler e escrever, além de incentivar as duas damas a fazer o mesmo.¹¹⁰

Originava-se, dessa forma, uma distinção social relacionada ao consumo indumentário, que será cada vez mais destacado. A capacidade criativa das mulheres, em suas casas, era paulatinamente substituída pelos trabalhos mais especializados dos alfaiates, tecelões, tecelãs e costureiras. Yvain, em uma obra do século XII, lamentava a falta de fortuna, ou seja, da sorte das mulheres tecelãs, “Havemos sempre de tecer panos de seda e jamais estaremos mais bem vestidas. Seremos sempre pobres e nuas; teremos sempre fome e sede. Jamais ganharemos o suficiente para melhorar nossa alimentação

¹⁰⁷ Françoise Piponnier. O universo feminino: espaços e objetos. In: DUBY, Georg. & PERROT, Michele. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto, Afrontamento, 1990, pp. 445-446.

¹⁰⁸ Idem, p.446.

¹⁰⁹ Idem, p.447.

(....) Pois quem ganha vinte soldos por semana não consegue sair da miséria (....) e, enquanto vivemos na penúria, aquele para quem trabalhamos enriquecesse às nossas custas”.¹¹¹

Contudo, é necessário retomar o debate sobre as ideias a respeito dos modos de vestir a partir das análises da literatura medieval do século XII. Conhecedora do latim, do francês (língua natal) e do inglês (local onde foi criada), Marie de France escreveu suas *Leis* em francês a partir do precioso repertório dos poetas meridionais do amor cortês, mas iniciou, segundo Jean Larnac, um tipo de poesia da perspectiva feminina.¹¹²

Vivenciando o reinado de Henrique II Plantagenet (1154-1189), segundo esposo de Leonor de Aquitania, o universo da corte de Londres, bem como a produção literária de Chrétien de Troyes, Marie de France escrevia em versos “uma maravilhosa aventura” do mundo cavaleiresco.¹¹³

No ideal de cavalaria, damas e cavaleiros conviviam nos castelos e nas florestas repletas de perigos e magia. Gloria Tomas Gilmore, no artigo, “Marie de France’s Bisclavret: what the werewolf will and will not wear”, estuda os significados das roupas em *Bisclavret*, uma parte da obra de Marie de France, na qual trata de um lobisomem e a relação deste com as vestimentas e a nudez, correspondendo a primeira à civilidade e a segunda ao selvagem e ao bárbaro.

No contexto de escassez material e consumo precário para os padrões contemporâneos, na obra as *Leis*, o vestir estava relacionado com a linhagem e com o privilégio dos senhores, bem como às suas obrigações com seus vassallos (uma das responsabilidades dos primeiros era armar os segundos).¹¹⁴ As damas vestiam indumentárias maravilhosas para receberem seus valorosos cavaleiros.¹¹⁵

O universo da cavalaria, segundo M. Pastoureau, era constituído por uma ética da *courtoisie*, na qual eram valorizados os ideais de exaltação do desperdício, “beleza física, elegância e o desejo de agradar; a doçura, o frescor da alma, a delicadeza de

¹¹⁰ Max von Bohlen. *La Moda. Historia do traje em Europa. Desde los orígenes del Cristianismo hasta nuestro días*. Barcelona: Salvat Editores, 1928, p. 32.

¹¹¹ Apud. Michel Pastoureau. Op. Cit. (1989), p. 40.

¹¹² Jean Larnac. *Histoire de la littérature féminine em France*. Paris, 1929, pp. 9-20.

¹¹³ *Lais de Marie de France*. (Traduits, présentes et annotés par Laurence Harf-Lancner). Paris, 1990, p. 13.

¹¹⁴ Gloria Tomas Gilmore, no artigo, *Marie de France’s Bisclavret: what the werewolf will and will not wear*. In: In: Désirée G. Koslin and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and Dress. Objects, texts, images*. U.S.A/UK: Macmillan Publishers Limited, 2002, pp. 75-76.

¹¹⁵ Em uma de suas passagens de relato da sociedade cavaleiresca, Marie de France afirmava que “La jeune fille obéit/ et les deux femmes, magnifiquement vêtues,/enfrent dans la grande salle en se tenant par la main.” Laurence Harf-Lancner. *Lais de Marie de France*. Paris: Letre Gothiques, 1990, p. 65.

coração e de maneiras; o humor, a inteligência, uma polidez requintada e, para dizer claramente, m certo esnobismo. Pressupõe também a juventude, liberdade de todo apego para com a vida, a disponibilidade para a guerra e os prazeres, a aventura e a ociosidade. (...) Para ser cortês, a nobreza de berço não basta; os dons naturais devem ser refinados por uma educação especial e alimentada por práticas cotidianas no palácio de um grande senhor. O modelo é a corte de Artur. É lá que encontramos as damas mais belas, os cavalheiros mais valentes, as maneiras mais delicadas”.¹¹⁶

Ainda sob a perspectiva de Pastoureau, era a partir da metade do Duzentos que “A difusão do ideal cortês introduz nos meios aristocráticos uma maior preocupação com a aparência. À polidez das maneiras é preciso acrescentar a elegância do vestuário. Este assume uma crescente importância nas relações econômicas e sociais; tal como um produto de luxo, pode ser importado de muito longe, ofertado de presente ou mesmo utilizado como forma de pagamento. (...)”.¹¹⁷

De maneira geral, a moda cavaleiresca revelava-se por meio das metamorfoses nas formas de vestir, constituindo em alterações como por exemplo, no aumento do comprimento das túnicas masculinas, no crescimento da barba e do cabelo, nas mangas e mantos arrastados pelo chão, nos sapatos com a ponta crescente que perduram por um longo tempo. Por volta de 1220, a túnica (*bliaud*) era substituída pelo *surcort*. O calção comprido não é mais colorido de vermelho, mas predominantemente cru, e era enfiado sobre esses, as *chausses*, espécie de camisas que iam até o meio da coxa, podendo ser de lã tricotada ou de seda. Essas *chausses* podiam ser de cor escura como carmesim ou listradas. No século anterior, a camisa de linho passava a predominar e seu consumo, geralmente, variava de acordo com as estações do ano.

No tempo de Felipe Augusto, o gibão substituíra a túnica. Os calçados podiam ser sapatilhas ou borzequins. Estes eram de couro, habitualmente produzidos na Espanha, e envolviam os tornozelos. Os cavalheiros utilizavam a *heusse*, “botas altas impermeáveis, de couro flexível e cor vermelha ou preta”. Mas a novidade reside na profusão de acessórios como chapéus, *cale* (pequeno gorro de lã ou outro tecido), *chapel* (grande faixa de tecido enfeitado ricamente com pedras e metais preciosos) e as luvas de tricô, couro ou pele.¹¹⁸

¹¹⁶ Michel Pastoureau. Op. Cit. (1989), pp. 48-49.

¹¹⁷ Idem, p. 88.

¹¹⁸ Idem, pp. 92-94.

A moda cavaleiresca centrava-se na grande variedade de armas e vestimentas, como as cotas de malha que podiam pesar de dez a doze quilos, a *haubergenon* (jaqueta, ou cota de malha pequena de mangas curtas), o *gambinson*, espécie de jaqueta de pele ou tecido acolchoado. No final do século XII, a túnica de linho é agregada à indumentária cavaleiresca, em cima da malha, para proteger o usuário do sol e da chuva. Acrescenta-se a isso, os machados dos escudeiros e infantas, a *corgiée*, chicote sem cabo de couro e a besta, armamento que predominava no Ocidente cristão a partir da segunda metade do século XII. Os cavaleiros passavam a manter uma diversidade de cavalos para cada carga, viagens, e o mais importante, o combate.¹¹⁹

O consumo feminino era marcado pelo uso de um véu para cobrir os seios, a camisa, e a túnica constituída basicamente por duas formas. A primeira era simples, mas a segunda era composta por duas peças, sendo o corpinho, bastante ajustado ao corpo, uma faixa apertando a cintura e uma longa saia pregueada, destacando a silhueta das mulheres. As metamorfoses também acontecem nos seus trajes com a versatilidade das mangas na moda cavaleiresca, bem como os adornos nos cintos. O botão, difundido a partir da segunda metade do século XII, podia ser de couro, tecido, osso, chifre, marfim ou metal. A partir do período seguinte, as tranças desapareciam dando lugar aos cabelos mais curtos e presos com aros. Para sair à rua, as mulheres cobriam-se com véus, sendo os das viúvas e freiras chamados de *guimpe*.¹²⁰

A produção de brasões representou um dos aspectos mais significativos da moda cavaleiresca, podendo ser emblemas de famílias ou pessoas. Um dos mais antigos era de Godofredo Plantageneta, um “escudo azul com seis leões de ouro”.¹²¹ Desse modo, segundo Pastoureau, “Na Idade Média o porte de brasões jamais esteve reservado a uma categoria social particular”.¹²²

Posteriormente ao século XII, tratado por Pastoureau, o debate sobre a moda e a sua interrelação com gênero tornam-se mais presentes na historiografia. É importante notar a abordagem da História das Mulheres. Diane Owen Hughes, em, “As modas femininas e o seu controle”, observa logo no início do texto, que a moda e o gênero estavam presentes: “porque se a moda é uma simples paixão dos homens, ela é uma

¹¹⁹ Idem, pp. 110-117.

¹²⁰ Idem, pp. 94-96.

¹²¹ Idem, p. 97.

¹²² Idem, p. 98.

doença das mulheres. Nós apreciamos os estilos que estão em voga, mas elas idolatram-nos”.¹²³

Para a autora, a ideia de moda existia no século XII, com o luxo econômico e a crítica e ódio dos cronistas monásticos sobre a “invenção de certas modas” propagadoras da “ vaidade masculina”. No século seguinte, o controle real fazia-se presença com a própria rainha Margarida de Provença, “ávida pela moda” e impedida de sua propagação pelo marido rei Luís IX. Segundo Huges, “dado que no passado os homens tinham sido castigados por usarem vestuário masculino: por se pavonearem na rua de Milão, no século XIV, como Amazonas, com cintos dourados e sapatos ponteados, símbolos de seus corações marciais e masculinos; ou na Inglaterra, por adentrarem a cavalo em torneios, vestidas com túnicas bicolores com adagas no cinto, parecendo mais participantes que espectadoras. Gradualmente, a responsabilidade pela interpretação e transmissão da moda deslocou-se para as mulheres”.¹²⁴

Assim, conforme a perspectiva de Huges, as metamorfoses das modas renascentistas evocavam um jogo de poder, sedução e de transgressão feminina a partir do consumo dos chapins, das anquinhas e dos corpetes. Os primeiros eram sapatos de solas altas de couro que atrapalhavam o andar. No século XV, as autoridades venezianas atacavam seu uso em mulheres grávidas pelo perigo físico de caírem e espiritual por poderem perder seus filhos. No caso das anquinhas, tratavam-se de arcos que levantavam a saia e definiam os movimentos das ancas, eram criticados até mesmo pelas cortes das rainhas Catarina de Aragão, na Inglaterra, e a sua mãe, Isabel de Castela: “os arcos tornaram-se uma marca distintiva e um suporte da moda renascentista tardia, mantendo os vestidos afastados do corpo e exigindo, como chapins, jardas adicionais de tecido para o cobrir. No entanto, os críticos da moda preferiam os argumentos morais aos argumentos econômicos, referindo os segredos que as anquinhas encobriam mais do que os tecidos que exibiam”, afirma a autora.

As modas renascentistas, para a autora, adquiriam *status* de “jogo interminável de negociação social”, havendo “mudança no vestuário de acordo com a estação”. Nesse significado moderno, ela tornava-se “não só conhecimento, mas também interpretação”,

¹²³“pour ce que la mode est une maladie des femmes, si c’est une simple passion des hommes. Nous estimons les façons qui ont de la vogue, mais elle en sont idolâtres” Apud Diane Owen Huges. As modas femininas e o seu controle. In: Georges Duby & Michele Perrot. História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1990, p. 185.

¹²⁴ Idem, p. 186.

a partir da astúcia feminina para transgredir a legislação suntuária recorrente nas cidades italianas de Veneza e Florença.¹²⁵ Por exemplo, as proibições de certos brincos em orelhas judias no século XV, no seguinte foram consumidas pelas cristãs. Também, as mulheres procuravam tecidos e formas diferenciadas, como Isabel de Este, que mandava emissários para Mântua à procura de têxteis e enviava para Francisco I, na sua corte em Paris, a pedido deste, uma boneca vestida com a sua última moda.¹²⁶

Relacionando a moda com o sentimento de pudor e os jogos de sedução, Bologne retrata a presença do decote e aparecimento do colo nas vestes das rainhas francesas no século XIII. Essa moda do vestido decotado, e dos seios nus, era para ser vista, desejada e sonhada pelos cavaleiros. Os discursos morais, no século seguinte, criticavam as aberturas laterais (a *cava*) dos *surcots* (túnicas de colocar por cima), chamando-as de “janelas do inferno”. Esses decotes das grandes damas eram velados pelo tassel, um pedaço de tecido fino que cobria o colo. E a silhueta feminina era moldada pelos coletes justos ao corpo.¹²⁷

Nos trajes masculinos, os vestidos compridos fizeram escândalo na corte francesa. Mas no século seguinte, o vestuário feminino aumenta e o dos homens diminui, aparecendo as pernas. Para Bologne, “De uma assentada, o camisão [masculino] fica pelo alto das coxas e pouco a pouco transforma-se em gibão. Moda tanto mais chocante quanto as roupas se tornam mais moldadas. Voga dos vestidos amplos de pregas diretas: o gibão, o peito, e o calção, nas pernas, colam o corpo como a couraça que parecem traduzir em tecido. Tanto pior para as formas que revelam...”¹²⁸

Diferentemente, Odile Blanc, em “From Battlefield to court: the invention of fashion in fourteenth century”, postula a ideia corrente de que a origem da moda encontrava-se no século XIV, com a idade do gibão, vestimenta descrita nas crônicas cavalleirescas. As mudanças na vestimenta, isto é, *enormis novitas*, aconteciam no contexto dos constantes conflitos entre a realeza da França e da Inglaterra, em meio à Peste Negra, à fome e às dificuldades de sobrevivência da maior parte da população europeia. Os cronistas destacavam as distinções dos modos de vestir dos aristocratas e

¹²⁵ Idem, p. 211-212.

¹²⁶ Idem, pp. 206-210.

¹²⁷ Jean Claude Bologne. Op. Cit., pp. 59-60.

¹²⁸ Idem, p. 65.

dos servos, dos homens com armas e dos civis e entre os clérigos e os comuns, sendo os primeiros, predominantemente, críticos aos modos de vestir.¹²⁹

Analisando as representações iconográficas das iluminuras medievais, Blanc destacou a temática da vida cortesã e do cotidiano. Com base nelas, observa as novas modas masculinas das indumentárias militares, considerando isto frutos das “fantasias aristocráticas”. Nesse sentido, as modas cavaleirescas tornavam-se “marcas de poder e esplendor”. Em diálogo com Joham Huizinga, a autora compreendeu os “corpos guerreiros” como modelos de vestimentas dos homens jovens. Dentre os trajes dessa moda, estavam os *cottes* ou *gonelles*, típicas túnicas francesas ou inglesas que transformavam-se, ao longo do tempo, em peças mais elaboradas a partir do século XIV, aparecendo novas indumentárias como o *surco*” e o *coudières*, que metamorfoseavam as silhuetas masculinas. Surgia o gibão e, conseqüentemente, os alfaiates especializados na sua produção, os quais se organizaram uma guilda parisiense, em 1358.¹³⁰

Na perspectiva de Blanc, as distinções vestimentárias masculinas e cavaleirescas modificavam as relações corporais. Essa dinâmica corporal masculina, por intermédio da indumentária, era uma parte da estratégia de manutenção do domínio e do poder dos homens. Isto é, O valor de masculinidade dos cavaleiros era também caracterizado pelo modo de vestir.¹³¹

O autor questionava-se como as relações de gênero estavam sendo constituídas na sociedade cortesã e como haviam mudado na passagem da constituição Feudal para a Moderna. Nesse sentido, destaca-se a Querelle des femmes, uma disputa entre os gêneros na Europa, arrastando-se pelos séculos XIV ao XVIII. Dentre as questões levantadas na passagem do Trezentos para o Quatrocentos, estavam: as mulheres realmente tinham alma, eram elas humanas?¹³²

Nessa querela, é preciso destacar a preciosa relevância de Christine de Pisan, ou Pizan (1365-1430). Mascida em Veneza, trazida para a corte francesa pelo pai médico e

¹²⁹ Odiele Blanc. *From Battlefield to court: the invention of fashion in fourteenth century*. In: Désirée G. Koslin and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and Dress. Objsects, texts, images*. U.S.A/UK: Macmillan Publishers Limited, 2002, pp. 157-159.

¹³⁰ Idem, pp. 160-164.

¹³¹ Idem, pp. 165-170.

¹³² Esse debate é importante também para a compreensão das questões relacionadas aos povos indígenas no Novo Mundo, mais tarde no século XVI, pois as mulheres índias e os homens gentios guerreiros serão especiais temas das preocupações jesuíticas. A respeito das mudanças da moda com relação ao mundo colonial ver: Mariselle Melléndez. *Visualizing difference: the rhetoric of clothing in Colonial Spanish America*. In: ROOT, Regina A. *The Latin America Fashion Reader*. New York, 2005, pp. 17-30.

astrólogo. Ficara logo viúva, com dois filhos, e seu pai morria em seguida do esposo. Escrevia e sobrevivia devido ao mecenato real de Carlos VI e de seu descendente Carlos VII. Estabeleceu um debate sobre a existência da alma das mulheres. Para Huizinga, essa dama “corajosa defensora da honra feminina e dos direitos da mulher dirigiu-se ao deus do amor na carta poética que continha a reclamação das mulheres contra toda desonra dos homens”. A autora também combatia as reflexões do autor de *Romam de la Rose*, Jean de Meun. Dessa forma, “seguiu-se uma guerra literária em que vários defensores e oponentes tomaram a palavra”.¹³³

Como escritora profissional *avant la lettre*, Pisan descrevia com arte a vida cortesã e defendia a ideia de que as mulheres eram seres humanos. Segundo Gisela Bock, a humanista combatia o pensamento misógino, recriando um novo mundo, em *Cité de las dames*. O pensamento da escritora era de que as mulheres tinham alma, bem como os homens. As mulheres também possuíam a capacidade de governar e de serem intelectuais.¹³⁴ Em vários momentos, Pisan descrevia os modos de vestir, em *Le Chemian de longue étude*.¹³⁵ Nota-se como referência ao modo antigo de vestir uma túnica e os novos adornos e silhuetas. A metamorfose da moda estava clara para a escritora cortesã. A moda cortesã descortinava-se nas percepções culturais do feminino, e era descrita na literatura cortesã feminina de Pizan.¹³⁶

Observa-se, portanto, a preocupação com a riqueza e o luxo indumentário das damas da corte e a necessidade que tinham de se destacar e ostentar suas posses. A moda passava por uma transformação lenta, evoluindo da cavalheiresca, – centrada no amor cortês e nas novelas de cavalaria, para aquela cortesã e aristocrática, havendo assim procuras de novas maneiras de vestir, aproximando-se da capacidade criativa dessa arte.¹³⁷ As obras de Christine de Pizan adquiriam uma elevada importância para a

¹³³ Idem, p. 189.

¹³⁴ Gisela Bock. *Women in European History*. Oxford: Blackwell, 2002, pp. 9-10.

¹³⁵ “Elle n’était ni jeune ni légère,/Mais âgée et de ande expérience./ Aucune couronne n’ornait sont front,/ car ce n’était pas une reine;/elle était mise avec simplicité,/coiffée d’un voile/ ceint autour de la tête,/et portait une tunique/à l’ancienne mode”. Cristhine de Pizan. *Le Chemian de longue étude*. Paris: Librairie Générale Française, 2000, p. 115.

¹³⁶ “Son vestement de pourpre estoit/ A or ouvré qui moult coustoit/ Et tout environ soy trainoit/ La grant queue que elle menoit/ Celle tint un septre en sa main,/ Et dessoubz ses piez soir et main/ Un hault roy couronné tenoit/ Deux livres: l’un ouvert,/ Et l’autre fermé et revouvert./ Cette dama belle et gracieuse/ Avait à ses pieds um taubouret/ Composé de figures de géometrie;/ Je la vis s’em servir de repose-pieds”. Idem, p. 224.

¹³⁷ “Le vêtement de la dame était tout doure,/ luisant et distingue,/ et parsamé d’agrafes/ de grand prix et de grande luxe./ Elle les avoir attachées/ pêle-mêle à son vêtement,/ et s’occupait à les fixer et à les enlever de nouveau,/ selon sa fantasia./ La plus petite de ces parures/ Valait bien, rien que pour l’or, um royane./ À son cou elle aborait un bijou/ où était sertie une grosse escarboucle/ qui luisait magnifiquement.” Idem, p. 229.

constituição dessas aproximações possíveis, principalmente, quando se analisa o contexto histórico das obras pisonianas e da *Querelle des femmes*.

Na mesma corte de Carlos VII, a sua amante favorita Agnès de Sorel (1422-1450) descobria os ombros e os seios, empalidecendo de ciúmes as grandes damas. Na sua criação erótica de movimento e do seio revelado, parece ter lançado a moda cortesã de um tapado e outro a mostra. Na Guerra dos Cem Anos, os ingleses imbarcavam na França em busca dos seios nus e mantinham-se em território franco, “graças às coxas dos homens”.¹³⁸

No entanto, segundo Bologne, era a partir do Quatrocentos, que “a indignação surge realmente em nome do pudor”.¹³⁹ Ainda nesse momento que os reis adotavam a moda curta, os clérigos, no concílio de sens, em 1460, eram proibidos de vestirem roupas curtas. E a nudez masculina era controlada por meio das túnicas a três quartos, capas e mantéus.¹⁴⁰

No século XVI, esse debate prolongou-se e as experiências místicas femininas eram ralatadas por mulheres como a rainha escocesa Mary Stuart. Defensora da Santa Madre Igreja e do Papa, a governante alinhava-se com as perspectiva religiosa dos Católicos espanhóis e franceses em um mundo marcado pela polaridade religiosa e dificuldade de pacificação. Em sua literatura, a rainha estava sempre entre a esfera do amor profano e religioso, retratando uma experiência mística. Nessas manifestações e relatos de êxtases místicos, a mente, o corpo e as vestes faziam parte de uma identidade e da cultura da diferença. As indumentárias católica com seus ornamentos, como rosários, diferiam das vestes protestantes, que não possuíam tais artefatos ornamentados. A rainha, escritora de poesia em francês, declarava “Que suis ie de quoy sert ma vie”.¹⁴¹

Na Inglaterra do século seguinte, a aparência das mulheres devotas evocava interpretações ambíguas. Segundo Laurance, “Por um lado, fugiam da extravagância, das manifestações de vaidade e da mutabilidade da moda. Por outro, preocupavam-se profundamente com o *status* e a aparência apropriada à posição tanto moral quanto social. Era necessário que a esposa de um homem devoto tivesse uma aparência agradável: que parecesse limpa e saudável; que se vestisse de acordo com sua posição

¹³⁸ Jean Claude Bologne. Op. Cit., p. 66.

¹³⁹ Idem, p. 64.

¹⁴⁰ Idem, p. 66-67.

¹⁴¹ Sarah M. Dunnigan. “Sacred afterlife: Mary, Queen of Scots, Elizabeth Melville and politics of sanctity”. In: *Women’s Studies*. Vol. 10, n. 3, 2003, pp. 401-424.

social, o que poderia significar com algum luxo, que seu marido fosse um homem de posses”.¹⁴²

Na perspectiva das transformações da arte de vestir relacionadas aos gêneros, a historiografia demonstrou que a construção do discurso sobre o corpo durante a Época Moderna era importante. Helen Smith explorou as descrições textuais dos livros sobre os modos de vestir, havendo uma linguagem das roupas. Dentre os discursos analisados, destacam-se as peças teatrais e suas performances.¹⁴³

Na mesma linha de análise, Andréa Demy-Brow defendeu a ideia de que o discurso sobre o estilo indumentário intensificava-se a partir da “revolução virtual” do vestir europeu por volta de 1340. Segundo a autora, a distinção de gênero e a metamorfose das silhuetas seriam principalmente masculinas, com o “dramático” encurtamento dos gibões dos cavaleiros.¹⁴⁴ Nesse contexto, as leis suntuárias e os cronistas criticavam também o comprimento das roupas de acordo com o *status* e gênero. A autora sugeriu que a corporalidade era modificada a partir do consumo de roupas fabricadas pelos alfaiates por meio de cortes distintos nas indumentárias. Era presente nos discursos literários a referência às modas cavaleirescas, com “modos e marcas violentas de criação”.¹⁴⁵

Na perspectiva literária, destacam-se, como já apontado acima, as vestimentas cavaleirescas, com descrições de batalhas épicas e violentas. Encontravam-se os armamentos rígidos da cavalaria, presentes em personagens como *Perzival*. As vestimentas cortadas também possuíam significados culturais, simbolizando os conflitos materiais e espirituais da época, como por exemplo, as discussões morais sobre o pecado original, sempre presente, atacando moralmente a condição feminina. A crítica ao modo de vestir geralmente acompanhava comportamentos morais das mulheres, compreendidas como imorais, lascívias e depravadas.¹⁴⁶

Ainda nessa linha de pesquisa da análise dos discursos, Elizabeth Hallan trata das “dimensões do gênero”, como um complexo processo de percepções corporais femininas e masculinas. Destacavam-se as construções grotescas dos corpos femininos,

¹⁴² Anne Laurance. Uma bela alma exigia um belo corpo? Mulheres, religiosidade e aparência pessoal na Inglaterra do século XVII. In: *Estudos de Gênero*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 3.

¹⁴³ Helen Smith. ‘This one poore blacke gowne lined with white’: the clothing of the Sixteenth-Century English Book. In: Catherine Richardson. *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, 2004, pp. 195-209.

¹⁴⁴ Andrea Denny-Brown. Rips and Slits: the torn garment and Medieval self. In: Catherine Richardson. *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, 2004, p. 224.

¹⁴⁵ Idem, p. 230.

¹⁴⁶ Idem, pp. 235-236.

pois esses tinham “maior visibilidade”.¹⁴⁷ Relacionando fontes textuais e visuais, a autora abordou as articulações de certos modos de corporificação, ou melhor, personificação dos significados de corpos vestidos e não-vestidos. Salientou a relação das imagens corporais – espirituais e sociais – com os gêneros; e sugeriu a ideia de uma adaptação da “aparência corpórea” por parte da linguagem textual e imagética.¹⁴⁸

Observa-se, portanto, que a função dos artefatos, principalmente dos hábitos, transformava-se fundamentalmente de acordo com as mudanças das articulações entre gênero a partir da propagação da vida cortesã, do mercado da economia mundo e da expansão das modas renascentistas.

¹⁴⁷ Elizabeth Hallam. Speaking to Reveal: the body and acts of ‘exposure’ in Early Modern Popular Discourse. In: Catherine Richardson. *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, 2004, pp. 239-262.

¹⁴⁸ Idem, p. 243.

CAPÍTULO II - A METAMORFOSE DAS MODAS RENASCENTISTAS

2.1. A sociedade cortesã e os estilos de vida

A moda cavaleiresca como já visto variava conforme as localidades e espalhando-se durante o Trezentos e Quatrocentos por uma maior variedade de categorias econômicas, sociais e de gênero, havendo distinção do traje durante a Renascença devido ao crescimento urbano, ao consumo de artefatos de luxo, à mercantilização dos têxteis e à cultura de cortesã.

Johan Huizinga, no início do século XX, descreve as transformações dos modos de vestir na corte de Borgonha, observando o “brilho exterior da vida ostentatória” a partir dos ideais cavaleirescos.¹⁴⁹ De acordo com o autor, os armamentos bélicos modificavam-se com a inserção do canhão. Jacques de Lailang, “o melhor de todos os cavaleiros errantes à *la mode de Bourgogne*”, morria com essa nova peça de guerra.¹⁵⁰

A partir do século XII, a metamorfose da indumentária prendia-se à cultura franco – cavaleiresca.¹⁵¹ O florescimento da moda renascentista inicia-se com a moda cavaleiresca, que se expandia durante os dois séculos seguintes, permanecendo até meados do século XVII mesmo com as ácidas críticas recebidas pelas novelas de cavalaria.

Também a Igreja transformava-se no espaço da cultura das aparências, onde “as pessoas iam para ostentar o seu traje mais formoso, exhibir seu status e notoriedade, e competir pelas formas cortesãs e das boas maneiras”.¹⁵² Nas procissões religiosas, festas cortesãs e missas faustosas, as vestes eram cobertas de “pedras preciosas” em excesso, que somente mais tarde, seriam substituídas por laços e fitas e “para aumentar ainda mais esse deslumbramento com sons, usam-se sininhos ou moedas”.

Nas entradas reais, os mantos eram cobertos de sinos, como na de Luís XI, em Paris, no ano de 1461.¹⁵³ Todas as “manifestações bárbaras de opulência da realeza” eram de caráter festivo e público para que os vassalos conhecessem e respeitassem a

¹⁴⁹ Johan Huizinga. Op. Cit, p. 87.

¹⁵⁰ Idem, p. 168

¹⁵¹ Idem, p. 59.

¹⁵² Idem, p. 262

¹⁵³ Idem, pp. 469-470.

família real com sua corte, que era constituída por um longo séquito de musicais, dançarinos, anões bobos e macacos.¹⁵⁴

Além dos adereços, a escala de cores era elaborada de maneira complexa, havendo diferenças entre as vestes cotidianas e cerimoniais. O amarelo e o marrom não ficavam em “segundo plano”, estando muitas vezes relacionados à traição ou mesmo inimizade. O branco era utilizado pelas crianças até os sete anos. O vermelho era considerado o mais belo, enquanto o marrom, o mais desclassificado. Ainda segundo o mesmo autor, “Nos trajes de gala e nos oficiais, em primeiro lugar predomina o vermelho. Aliás, ninguém haveria de esperar outra coisa do vermelho. Muitas vezes as entradas solenes são totalmente apresentadas em vermelho”.¹⁵⁵

As roupas comuns tinham tons cinza, roxo e preto, essa última corapresentando como a da moda predominante na Renascença. E, “o traje masculino ideal...era composto de gibão preto, calça cinza, sapatos pretos e luvas amarelas”.¹⁵⁶

Aprofundando o uso do preto na corte borgonhesa, Harvey notou que no caso do rei Felipe, “o preto que ele usa serve também à sua profissão de virtude cristã: ele se oferece como patrocinador de uma cruzada e se apresenta voluntário para enfrentar um Infiel em combate – assim, pode-se imaginar que a cor de suas roupas e sua aparência austera tenham contribuído para que ficasse conhecido como ‘o Bom’. No caso de Felipe, podemos ver a transição mencionada anteriormente, na qual as prerrogativas do pesar se tornam, com o tempo e com uma profissão de religiosidade, a afirmação de uma prerrogativa grave e maior – como se, por meio de sua dor, Felipe tivesse alcançado uma elevação moral e decidido mantê-la ao perceber suas vantagens, aproveitando a força moral de sua eminência ducal. Sua corte, no entanto, era conhecida pelo esplendor, e mesmo os seus trajes negros eram luxuosos, frequentemente de veludo preto, aliando a gravidade e à elegância. Magro e anguloso, em seu negro vestido de veludo trabalhado, gibão negro, capucho negro e meias negras, ele é, ao mesmo tempo, levemente sinistro e quase elegante: podemos imaginar, como descrito por um contemporâneo, a forma de como ele ‘caminha solenemente, portando-se bem e com nobreza’. Ele é poderoso e sabe disso, como fica evidente não apenas no seu rosto, mas naquele do homem que se ajoelha à sua frente. Que ele podia ser uma figura igualmente ameaçadora – um homem a ser temido num campo de batalha – talvez seja sugerido nos

¹⁵⁴ Idem, p. 431.

¹⁵⁵ Idem, p. 471.

¹⁵⁶ Idem, pp. 470-471.

contornos bruscos e pontudos de sua fina silhueta. Esse preto é ao mesmo tempo perigoso, vingativo – uma sentença proferida contra os assassinos de seu pai – e cristão, devoto, judicioso. Ele é o próprio retrato do poder e da virtude no século XV, uma silhueta de pé, autoritária e negra”.¹⁵⁷

O consumo das vestes pretas tornava-se moda nas cortes renascentistas entre os séculos XV e XVII. Conforme observa Harvey, “Borgonha era poderosa durante o reinado de Felipe, e sua corte e aristocracia influenciavam a moda em toda a Europa. A ‘moda da Borgonha’ era conhecida pelo uso do preto nas roupas tanto masculinas quanto femininas. Fica evidente pelas descrições do vestuário que o preto era muito mais popular do que se percebe nas pinturas da vida de Borgonha...”¹⁵⁸

Sintetizando as transformações do modo de vestir, Piponnier e Mane, notam que as mudanças das roupas cavaleirescas masculinas foram seguidas pelas femininas. O modo de vestir cavaleiresco fazia com que as damas também mudassem seus tecidos, cores, vestes e jóias, por meio da metamorfose nos circuitos das cortes medievais. As vestimentas reais femininas, ou seja, de princesas e rainhas, de acordo com esses autores, eram “símbolos de sedução”.¹⁵⁹ Por intermédio do alongamento dos vestidos e dos mantos, transformavam-se as silhuetas das rainhas, das mulheres da alta nobreza e, posteriormente, as dos estamentos mais baixos. A distinção entre os gêneros, com relação à forma indumentária, tornava-se significativa a partir do século XIII, bem como a preferência pelo colorido em detrimento do preto, nesse momento. Por volta de 1430, aparece o *hemmin*, chapéu cone, com o véu no topo, imagem tipicamente idealizada como peça medieval.¹⁶⁰

O consumo indumentário medieval era regulamentado pelas legislações suntuárias, como os Estatutos de Savoia do duque Amadeus VIII. Nessas leis, a regulamentação do uso das roupas seguia as distinções hierárquicas entre os nobres e os outros. Assim, as normas suntuárias espalhavam-se através da costa mediterrânica, como Itália, Provença, Langedoc e Catalonha.

Por meio da análise de testamentos, inventários *post-mortem* e imagens iconográficas, encontravam-se os gibões de diferentes qualidades e em camadas sociais distintas. Segundo Piponnier e Mane, a moda circulava entre os estratos sociais, variando os tecidos, os formatos e os preços. Também observam que meio do

¹⁵⁷ John Harvey. Op. Cit, pp. 70-72.

¹⁵⁸ Idem, p. 72.

¹⁵⁹ Françoise Piponnier & Perrine Mane. Op. Cit., p. 78.

crescimento econômico do Império Bizantino, do florescimento das cidades e do mundo islâmico, a transformação dos têxteis nos espaços. Na “geografia dos estilos”, a aristocracia mediterrânea passava a consumir vestimentas mais leves como linho, *huque, journade* na Itália. Na mesma região, por volta de 1430, inventava-se o *balzo*, espécie de penteado trançado para cima. Nas modas espanholas, a *cotta* tornava-se comum entre as mulheres pobres e, nos séculos XIV e XVI, as aristocratas vestiam-se com a *mantonet*.¹⁶¹

Entretanto, sob a perspectiva historiográfica, ainda na década de 1970, com o florescimento dos trabalhos sobre Família, Philippe Ariès salienta que o modo de vestir das crianças e dos jovens, na população em geral, não se diferenciava dos adultos durante o Antigo Regime. Mas os trajes infantis da camada dominante eram distintos e como exemplo disso, o autor declara que os meninos não se diferenciavam das meninas, tendo que usarem os vestidos curtos com rendas e babados.¹⁶²

Os modos de vestir, para Ariès, referem-se também às transformações nos costumes, ou melhor, nas mentalidades das populações européias durante a passagem do Feudalismo para a Idade Moderna. E é justamente sobre os modos de vestir na “modernidade” que Gilles Lipovetsky trata no *O Império do Efêmero*. Segundo o mesmo, “...foram os valores e as significações culturais modernas, dignificando em particular o novo e a expressão da individualidade humana, que tornaram possíveis o nascimento e o estabelecimento do sistema da moda na Idade Média tardia...”.¹⁶³

Contrário à “universalidade” da moda, esse filósofo defende que somente a partir do fim do período medieval, o seu sistema foi construído, sendo que a “inteligibilidade da moda passa em primeiro lugar pela do feérico das aparências: tem-se aí o arquétipo da moda na era aristocrática”.¹⁶⁴ Propõe uma História da Moda a “muito longo prazo”, em que se pese a temporalidade da “grande duração histórica”, ou seja, das estruturas da moda.¹⁶⁵ Nesse sentido, Lipovetsky fez uso da “longa duração” braudeliana para desenvolver o tema do sistema da moda.

A “Era Aristocrática” da moda, originada na Europa Ocidental, duraria do século XIV ao XIX. Na segunda metade do Trezentos, a mudança nos trajes tornou-se um

¹⁶⁰ Idem, p. 80.

¹⁶¹ Idem, pp. 90-95.

¹⁶² Phipippe Ariès. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, 1981. (tradução)

¹⁶³ Gilles Lipovetsky. *O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, (tradução), p.11.

¹⁶⁴ Idem, p. 24.

¹⁶⁵ Idem, p. 25.

marco com o aparecimento do gibão, “espécie de jaqueta curta e estreita”, para os homens, que era ainda unido aos calções colantes - os quais desenhavam as pernas masculinas.¹⁶⁶ Nas vestes femininas, vestidos longos com caldas marcavam ancas e bustos, sendo que essas metamorfoses das formas indumentárias propagaram-se dentre as décadas de 1340 e 1350.

A instabilidade no parecer, ou seja, a troca de roupas tornava-se predominante nos estilos de vida dos notáveis e, posteriormente, em todas as camadas sociais da Alta Idade Moderna. Essas mudanças dos hábitos indumentários foram retratadas pelos contemporâneos Mattäus Schwarz, pelo rei René d’Anjou, no século XVI, por Montaigne nos *Ensaio*s e pelas xilogravuras e texto de Cesare Vecellio.

A estrutura das roupas, para Lipovetsky, continua basicamente a mesma, como a presença do *verdugadim* – armadura em forma de sino que surgira na Espanha por volta de 1470 – que se propagou até o século XVII. Apesar dessas lentas mudanças, eram nos detalhes que o sistema da moda constituía-se na “Era Aristocrática”. Conforme o autor, “A radicalidade histórica da moda sustenta-se no fato de que ela institui um sistema social de essência moderna, emancipado do domínio do passado...”¹⁶⁷

Essa moda impulsionava “um luxo de sofisticações teatrais, tanto para homens quanto para mulheres”. As indumentárias masculinas predominavam no teatro dos artifícios com as modificações nos equipamentos militares – como o desenvolvimento do gibão, das esporas douradas e botas produzidas com rendas. Esses modos de vestir modernos acabaram sendo criticados por cronistas, bispos e autoridades. No século XVI, o *verdugadim* era relacionado à veste do diabo.¹⁶⁸

O consumo indumentário centrado na moda, de acordo com Lipovetsky, era privilégio da aristocracia por meio das leis suntuárias, as quais proibiam aos subalternos de vestir os mesmos tecidos, jóias e acessórios que a nobreza. A partir dos séculos XIII e XIV, a idéia da Moda era entendida como uma expressão hierárquica e individual, na qual os novos ricos passavam a se vestir como os nobres de sangue. Nesse momento, as leis suntuárias eram realizadas com o intuito de proteger a indústria das cidades italianas, da França e da Espanha. Nos séculos XVI e XVII, a indumentária do segundo estamento, ou seja, especialmente da nobreza mais antiga, propagou-se por todos os outros estratos sociais, como advogados, pequenos comerciantes e artesãos. Na

¹⁶⁶ Idem, p. 29.

¹⁶⁷ Lipovetsky. Op. Cit., Idem, p.33.

¹⁶⁸ Idem, p.38.

perspeciva desse autor, “a moda aristocrática” era “nacional”.¹⁶⁹ Contudo, pelo menos na teoria, cada Estado Monárquico mantinha uma religião, uma legislação, um rei e uma moda. As pessoas identificavam-se com a nação também por meio dos modos de vestir.

O aparecimento da moda, para Lipovetsky, estava vinculado também ao desenvolvimento econômico no final do medievo. Nesse período, “as indústrias têxteis e o grande tráfico comercial permitiram diversificar os materiais que serviam para a fabricação do vestuário: seda do Extremo Oriente, peles preciosas da Rússia e da Escandinávia, algodão turco, sírio ou egípcio, couros de Rabat, plumas da África, produtos corantes (quermes, laca, anil) da Ásia Menor”.¹⁷⁰

Para além das rivalidades entre as diferentes categorias sociais, a economia indumentária desenvolveu-se no nível técnico, com produções de tecidos e de tinturarias de luxo, havendo um crescimento da geografia dos têxteis europeus, com “lãs de Flandres e da Inglaterra, linho do sul da Alemanha, panos de cânhamo das regiões de Saône e de Bresse, veludos de Milão, Veneza e Gênova”.¹⁷¹

Os ofícios mecânicos sofreram especializações por intermédio das regulamentações das corporações de ofícios no tangente a qualidade dos artefatos, bem como da formação das profissões de alfaiates, costureiros, sapateiros, forradores, fabricantes têxteis e tintureiros. Existiam regras rígidas na dinâmica da produção, por exemplo, em Paris, até 1675, as costureiras eram proibidas de fazer espartilhos, cabendo aos alfaiates a responsabilidade de produzi-los. Graças à especialização dos oficiais como os alfaiates e as costureiras a moda tomou corpo.

Essas mudanças econômicas, descritas acima, eram acompanhadas por transformações culturais e conflitos sociais entre as camadas dominantes, principalmente entre a nobreza de toga e a de espada. Nas sociedades cortesãs, o ethos aristocrático também impôs inovações na moda. Desde o final do século XIV, com a crise da sociedade cavaleiresca e a necessidade da ascensão da nobreza sem armas, esbanjadora, ociosa e até mesmo moderna.¹⁷²

O florescimento da moda ainda estava relacionado à estética da sedução. Na sociedade cavaleiresca e cortesã do Trezentos, prevalecia o *homo frivulus*. De acordo com Lipovetsky, a “moda traduz um amor apaixonado da felicidade e da vida, uma exasperação do desejo de gozar as alegrias terrenas tornada possível pelos valores da

¹⁶⁹ Idem, p.39.

¹⁷⁰ Idem, p.51.

¹⁷¹ Idem, pp.52-53.

vida”. Essa mesma sociedade era marcada “por uma sensibilidade moderna onde já desponta[va]m a melancolia do tempo e a angústia de abandonar a vida”.¹⁷³

Segundo o mesmo autor, “desde meados do século XIV, a moda não cessou de obedecer profundamente ao fascínio e ao artifício, à exuberância e ao refinamento dos detalhes decorativos” das esculturas, arquiteturas e do “gosto estético” das indumentárias. Nessa perspectiva, “moda e refinamento visual caminham juntos” no universo do amor cortês e dos jogos de sedução entre as damas e os cortesãos.

Esse amor cavalheiresco diferenciava-se claramente do cortês. Nesse sentido, de acordo com Vainfas, “se o primeiro era quase empre ligado a um aultério carnal ou a uma proeza que resultava no casamento, o amor dos trovadores, por sua vez, era um adultério espiritual, que nunca implicava o casamento dos amantes. Se o amor cavalheiresco colocava a mulher em uma atitude passiva, inferior aos homens e dependente de sua iniciativa, o amor cortês exaltava o gesto feminino, dava voz à mulher e sempre colocava num plano superior ao do homem. Paradoxalmente, numa sociedade misógina como a ocidental, o único modo de equalizar os parceiros do amor era alçando a mulher a uma posição mais elevada – posição de poder, posição masculina. O amante cortês tratava, pois, a dama com a humildade dos vassalos...”¹⁷⁴

Ainda conforme Lipovetsky, a partir de 1350, as diferenças entre os trajas masculinos e femininos transformavam-se em instrumentos de sedução, hierarquização e poder, aproximando-se da estética renascentista e da descoberta da corporalidade humana.¹⁷⁵

Em 1550, a moda cortesã passava por uma transformação um pouco “exótica” para os padrões contemporâneos. Na cidade de Rouen, a realeza e corte francesa assistiam à um espetáculo de índios Tupinambás guerreando contra os Tupiniquins. A partir dessa representação, conforme apontou Lestringant, a arte plumária indígena integrava-se na cultura indumentária, com o gosto pelas plumas dos pássaros do Novo Mundo, na *mode des América*. As plumagens indígenas eram retiradas pelos invasores franceses na Terra de Santa Cruz e comercializadas nos portos da Normandia, e levada à corte circulante dos Valois.¹⁷⁶

¹⁷² Idem, pp.57-61.

¹⁷³ Idem, p. 62.

¹⁷⁴ Ronaldo Vainfas. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1992, p. 55.

¹⁷⁵ Lipovetsky. Op. Cit., p.65.

¹⁷⁶ Frank Lestringant. *Le huguenot et le sauvage. L’Amérique et la controverse coloniale, en France au temps de guerres de religion (1555-1589)*. Genève, 2004, p. 49.

Ainda na corte francesa dos Valois, nos festejos de Catarina de Médicis, os convidados armavam-se de estoque e espadão. Em 9 de junho de 1577, em Chenonceau, as damas estavam semi nuas e Henrique III aparecia com um vestido de damasco cor de rosa e decotado, com frisados e untados.¹⁷⁷

No findar do século, as peças de roupas íntimas como as ligas de cetim e seda eram encomendadas. A rainha Isabel da Baviera era uma das consumidoras dessa moda. E as meias não mais eram obrigatórias. Pernas e coxas eram reveladas no novo hábito das mulheres como Catarina de Médicis de andarem a cavalo como amazonas. Desse modo, a rainha apaixonada por caça cavalgava à vontade. O calção, ou calzone em italiano, ou chausson em francês, era vulgarizado na moda cortesã. Por causa das quedas de cavalo, as damas passaram a montar como amazona e não mais de lado.¹⁷⁸

Assim, a revolução da roupa íntima, com o florescimento do consumo dos calções, faz parte dos discursos dos moralistas quinhentistas. Maria Stuart, a degolada a mando de Elizabeth I, tinha em seu patrimônio ricos calções, em Edimburgo, em 1563.¹⁷⁹

Dentre o vestuário masculino, é necessário lembrar as braguilhas, que assumiam proporções assustadoras. Na corte Henrique III, amante de homens, as ceroulas curtas e tufas aumentaram e tornaram-se lisas. Os mercenários suíços reais conservavam as braguilhas proeminentes.¹⁸⁰

No século XVII, os sermões indignados combatiam a nudez e as vestes despudoradas. Exemplo disso, o arcebispo de Arras, Stravius, queixava-se ao papa Urbano VIII sobre o comportamento do seu rebanho em 1636. Era o combate inútil ao aparecimento do colo. Com o avançar do período, a querela propagava-se nos salões aristocráticos.¹⁸¹

Destacam-se, em suma, as mudanças ao longo do tempo da produção, circulação e consumo dos tecidos e das indumentárias. Os artefatos de luxo variavam das jóias, sapatos, toucas até os vestidos luxuosos e simbólicos do clero e da realeza. As linhas interpretativas da História da Moda e da Indumentária fazem parte no conjunto de estudos localizados no fim da Idade Média, ou no fim do Antigo Regime. Ainda vale ressaltar que essa temática precisa ser abordada com mais profundidade no período da

¹⁷⁷ Jean Claude Bologne. Op. Cit., p. 68

¹⁷⁸ Idem, pp. 69-70.

¹⁷⁹ Idem, p. 71.

¹⁸⁰ Idem, p. 73.

¹⁸¹ Idem, pp. 76-82.

Alta Idade Moderna, ou seja, nos séculos XVI e XVII, período esse em que transcorria o processo de mercantilização do Velho Mundo.

2.2. Economia têxtil e formação dos mercados mundiais

Na fabricação dos têxteis, é preciso pesquisar as técnicas, principalmente nas texturas dos tecidos e no tingimento. É necessário, porém, discutir sobre as transformações econômicas da expansão dos têxteis nos séculos XIV ao XVI, na tentativa de realizar uma aproximação, contextualizando o tema, pensando nas conexões da economia com outras esferas da existência.

John H. Munro, na perspectiva da História Econômica, discutiu as aproximações possíveis no âmbito das cores, destacando as suas mudanças. No artigo, *The Anti-Red shift – to the Dark Side: colour changes in Flemish luxury woollens, 1300-1500*, o autor descreve as flutuações das cores e a expansão da “demanda de mercado”. Mantém análise em constante diálogo e articulação com a esfera da cultura, fazendo referências à moda dos têxteis - a qual estava centrada nas metamorfoses das vestimentas pretas - e à sociedade de corte dos Habsburgos de Carlos V da Espanha. Salienta-se o aquecimento do comércio dos têxteis de Flandres a partir da atuação dos mercadores espanhóis, que compravam produtos manufaturados e os expandiam através do Mediterrâneo e Atlântico, comprando “campeche”, madeira mexicana própria para tingimento.¹⁸²

Abordando a temática das cores, Michel Pastoureau, em *Bleu: Histoire d'une couleur*, afirmava que o tingimento de azul possuía no mundo antigo, um alto preço, sendo originário do índigo, proveniente do Oriente, bem como o *lapis lazuli*, pedra originária de regiões como as atuais Sibéria, Afeganistão, Tibet e China, ou ainda o *guède* uma planta para a extração da coloração azul. Mas as cores: o branco, o preto e o vermelho eram privilegiados na liturgia medieval. O azul – *blau* na raiz germânica e *lazaward* na etimologia árabe, manteve-se até o século XII distante da liturgia cristã.¹⁸³

O azul nas imagens cristãs, durante os séculos XII e XIII, aparecia principalmente no manto da Virgem Maria. Essa cor fazia parte das armaduras cavaleirescas e segundo Pastoureau, em 1200 representava 5% dos brasões, em 1250, passava para 15% e finalmente, em 1400 dobrava.¹⁸⁴

A partir de 1200, o azul ganhava força nas vestimentas reais, com o manto real francês bordado com flor-de-lis em ouro. Nesse período, na Europa, essa cor foi

¹⁸² John H. Munro. *The Anti-Red shift – to the Dark Side: colour changes in Flemish luxury woollens, 1300-1500*. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Croker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v. 3, pp. 88-95.

¹⁸³ Michel de Pastoureau. *Bleu. Histoire d'une couleur*. Paris: Ed. de Suel, 2006, pp. 1-42.

acolhida na França e Inglaterra, nas cidades italianas e alemãs sofrendo resistência. Durante os anos de 1230, a tinturaria têxtil do *guède*, planta natural de regiões nobres, era introduzida na Europa por meio de um processo técnico longo e complexo. Dentre locais de produção mais importantes estavam a Picardai, Noramandia, Lombardia, Lincoln, Gloucester e Sevilha. Além dessa planta, o pastel, material tintorial produzido a partir de plantas como o “guède”, era comercializado com Bizâncio e Constantinopla. Com o encontro do Novo Mundo e o trato do índigo nas Antilhas, esse comércio antigo era paulatinamente substituído pelas mercancias Atlânticas a partir do século XVI.¹⁸⁵

Durante os séculos XIII e XIV, a produção têxtil crescia no Ocidente com uma complexa hierarquia social nos trabalhos dos mestres e artesãos tintureiros, principalmente de linho e lã, entre os franceses e, raramente, em tinturarias de algodão nas cidades italianas. Para realizarem seus trabalhos, esses oficiais mecânicos deveriam pedir licença para os administradores das vilas e das cidades. Porém, as relações entre os tintureiros e tecelões eram sempre conflituosas com as autoridades.

Alguns locais especializavam-se em só realizar tinturas com determinado produto, como em Nuremberg e Milão, onde separavam as tinturas entre as diferentes qualidades de vermelho. Nas cidades da Alemanha, como Magdembourg, Erfurt, Constance e Nuremberg, a produção da tinturaria era dividida de acordo com a clientela, havendo aquelas para os tecidos e cores ordinárias e os Fäber, ou Swarzfäber para os de luxo.¹⁸⁶

Observa-se que as técnicas de tingimento, de restauração das tinturas e de coloração das roupas eram processos complicados e demorados, podendo levar de um dia até semanas. Drea Leed pesquisou uma série de reagentes para lavagem e tingimento de tecidos. Eram mais comuns os materiais químicos e os reagentes realizados com urinas e vinho para a produção de sabão. As lavagens frequentes eram realizadas pelo trabalho das mulheres em grupo.¹⁸⁷

Na esfera estritamente circulante, a economia mundo, centrada nas cidades italianas de Veneza, Gênova, Milão e Florença, durante os séculos XV e XVI, o capitalismo mercantil expandiam-se por meio das longas rotas, pelas quais comercializavam os tecidos das várias regiões do mundo mediterrânico. A concentração

¹⁸⁴ Idem, p. 49.

¹⁸⁵ Idem, p. 55.

¹⁸⁶ Idem, pp. 56-60.

mercantil polarizava-se nesse espaço e durante todo o Quinhentos, os centros econômicos estendiam-se da região mediterrânica para o Norte – Países Baixos e Inglaterra.¹⁸⁸

Diferentemente da economia dos Países Baixos, a prosperidade da economia têxtil inglesa pode ser explicada a partir de uma estrutura em que as regiões do interior abasteciam a cidade de Londres, onde finalizavam a sua produção com tingimentos e bordados nos tecidos. Nesse processo, de acordo com John Oldland, as exportações da capital inglesa, no que se refere aos finos têxteis, representavam em meados do século XV, 10% da produção, 50% no final do século XIV e 85% na metade do XVI.¹⁸⁹

Comerciantes flamengos, germânicos, franceses, genoveses, venezianos, franceses e ibéricos compravam têxteis de Londres, apesar do mercado espanhol de tecidos finos ser restringido depois de 1530 devido aos conflitos religiosos com o monarca Henrique VIII.¹⁹⁰ Acompanhava o crescimento da economia de finalização de tecidos londrina, a expansão populacional, principalmente de artesãos como os alfaiates. Também as regiões de York, Coventry, Salisburg, Bristol e Norwich, por meio do fornecimento de tecidos inacabados para a capital, tiveram um aquecimento significativo na sua economia têxtil.¹⁹¹

Atuavam, nesse mercado têxtil, os *frippers*, isto é, vendedores de roupas de segunda mão. Kate Kelsey Staples, por intermédio do uso de testamentos e documentação administrativa, analisou esses comerciantes, observando que as peças usadas eram consumidas por um amplo espectro social como mercadores, artesãos e mesmo a gentry, pois as indumentárias possuíam um excessivo valor. Homens e mulheres, que geralmente tinham atividades relacionadas com os têxteis, como mercadores de tecidos, tecelões e alfaiates, costuravam, reciclavam, reutilizavam e vendiam vestes já usadas no mercado londrino. Essa população sustentava-se também por meio dos negócios indumentários.¹⁹²

¹⁸⁷ Drea Leed. 'Ye shall have it cleane': textile cleaning techineques in Renaissance Europe. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2006, pp. 101-119.

¹⁸⁸ Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterraneo en la Época de Felipe II*. Mexico: Fondo de Cultura Economica. (1ª edição 1953), 2 vols, 2002.

¹⁸⁹ John Oldland. The Finishingof English Woollens, 1300-1550. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.3, 2007, p. 107.

¹⁹⁰ Idem, p. 108.

¹⁹¹ Idem, p. 117.

¹⁹² Kate Kerley Staples. Frippers and the used clothing trade in Late Medieval London. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.6, 2010, pp. 50-71.

Os comércios de tecidos e têxteis estiveram presentes nas rotas do Mediterrâneo. Veneza negociava tecidos de algodão de Chipre, o algodão puro de Cambaia. A senhoria veneziana, segundo Braudel, comercializava armamentos com o rei polonês, em 1564, enviando através das caravanas polonesas 500 arcabuzes.¹⁹³ A seda estava por toda a parte. Era produzida no Vêneto e em Nápoles, vestia luxuosamente a população do século XVI, bem como estava nas rotas mercantis subsaarianas.

Analisando essas rotas da economia mediterrânica, Braudel nota a presença de *cordelates*, tecidos camponeses de Aragão, que estavam presentes em várias feiras. Em Castela ocorria o comércio internacional de lã no século XVI, enquanto que o tecido inglês alcançava este mercado desde fins da Idade Média. Os pequenos mercadores ingleses eram especialistas no comércio de tecidos de lã até 1570. Os genoveses adquiriam o monopólio do sal e da lã no reinado de Felipe II, com o domínio das famílias patrícias dos *nobilli vechi*, ou seja, velhos nobres.¹⁹⁴

A lentidão dos transportes impedia o avanço rápido dos objetos de luxos e tecidos pela Europa. Em 1560, como exemplo, o enxoval de Isabel de Valois demorava a chegar na Espanha para o seu casamento com Felipe II.

Os comércios de tecidos e têxteis eram importantes para as novas camadas sociais enriquecidas com o aparecimento bancário, como era o caso dos Medici. Também as sociedades cortesãs floresciam desde meados do século XIV, como ocorria com o ducado da Borgonha, ou mesmo posteriormente em Nápoles e Constantinopla, onde havia um intenso trato de luxo.

Depois de 1518, os centros mercantis, geralmente, voltavam-se para o Atlântico, como o caso de Lisboa e Sevilha. Essas cidades, portanto, entravam nos circuitos da economia-mundo, obtendo uma população residente mercantil de outras regiões. Genoveses, flamengos, venezianos e florentinos passavam a habitar e a perambular nas ruas e nos portos desses núcleos mercantes ibéricos. Na Espanha, havia também uma imigração francesa e as prostitutas espanholas se vestiam à moda francesa para atrair os estrangeiros.¹⁹⁵

Na estrutura do cotidiano, o consumo indumentário das elites estava diretamente relacionado ao luxo ostensivo e às regras de etiqueta do Antigo Regime. No entanto, para Braudel em sociedades como as do Oriente ou do mundo islâmico, poucas foram as

¹⁹³ Fernand Braudel (2002). Op. Cit, pp. 264-265.

¹⁹⁴ Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterraneo en la Época de Felipe II*. Op. Cit., p. 456.

¹⁹⁵ Idem, p.518 e pp. 552-553.

mudanças ocorridas na moda. Essas sociedades eram “quase imóveis”, e só sofrem transformações quando se altera o poder político. As sociedades européias ao contrário mantinham-se na “loucura da moda”, com alterações significativas no modo de se vestir e no consumo do luxo. A moda moldava-se no contexto da hierarquização social moderna européia.

O autor, em *Civilização Material, economia e capitalismo*, no primeiro volume as “estruturas do Cotidiano”, ao tratar da moda no mundo ibérico afirma: “Com o século XVI impõe-se assim, nas classes altas, o costume do pano preto inspirado nos espanhóis. É um sinal de preponderância política do Império ‘mundial’ do Rei Católico. O suntuoso traje italiano do Renascimento, com grandes decotes quadrados, mangas largas, redes e bordados de ouro e prata, brocados, cetins e veludos carmesins, que tinha feito escola numa grande parte da Europa, é substituído pela sobriedade espanhola, panos escuros, gibão colado, calções bufantes, capa curta, colarinho alto rematado por um frisado. No século XVII, pelo contrário, o traje dito francês, com sedas de cores vivas, de corte mais livre, levará pouco a pouco a melhor. A Espanha, claro, será a mais lenta a deixar-se seduzir. (...) O conflito entre as duas modas existe também em Milão, mas com um outro significado: Milão está então na posse espanhola e numa caricatura dos meados do século espanhol vestido tradicionalmente parece repreender um milanês que optou pela moda francesa. Poderemos ver na difusão desta pela Europa a medida da decadência da Espanha?”¹⁹⁶

Essa influência espanhola predominava os modos de vestir do Velho Mundo. Por todo o império os colonos valorizavam as vestes européias, as Índias de Castela e a América portuguesa assimilavam essas práticas de forma diversa. Provavelmente, as colônias espanholas aproximavam-se do universo da cultura das aparências e do consumo indumentário dos povos da Terra de Santa Cruz, os quais acabaram por fazer parte do processo colonizador.

No jogo das trocas, os tecidos eram comercializados por toda a economia mundo, tanto nos centros como Veneza e Amsterdã, quanto nas regiões mais distantes. Comerciantes genoveses, venezianos e portugueses atingiam regiões longínquas como a Ásia.¹⁹⁷ Um importante exemplo dessa mercancia era o trato dos lusitanos, que vendiam

¹⁹⁶ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, vol. 1, pp. 286-288.

¹⁹⁷ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. O volume das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1998.

seda chinesa aos japoneses em troca da rica prata. Esse comércio acabou sendo um dos facilitadores da constituição da cidade de Macau.¹⁹⁸

Durante o século XVI, o setor mercantil, em algumas regiões, investia capitais na produção. Braudel observa os indicadores da economia de panos de Mestre de Veneza, onde trabalhavam 20.000 pessoas na produção lanífera no final do século XVI. A seda e o algodão eram trabalhados também ao redor da cidade italiana de Alepo. Ainda no século XVI, era importante o tecido camponês de Nápoles. Na Inglaterra, as manufaturas de “cariaseas” desenvolviam-se. Na França, na cidade de Lyon, existiam indústrias têxteis importantes para o período.¹⁹⁹

Em fins do século XVI, a crise do capitalismo mercantil gerava um desenvolvimento nos setores industriais, havendo assim um investimento na produtividade. A indústria açucareira também floresceu graças ao financiamento desse capital.

Em Veneza, o capital mercantil era investido nos teares de seda. Em 1530, o embaixador de Carlos V, Rodrigo Nino, comprava sedas (damascos verdes, azuis, roxos e carmesins) para levá-los ao seu rei. Os tecidos venezianos, produzidos geralmente por estrangeiros, aumentavam a produtividade no decorrer do século XVI, possuindo, entretanto, uma qualidade média. Em Florença, ocorria um movimento populacional originário de Flandres e Brabant, e havia uma queda da produção de tecidos a partir da década de 1580; em Brescia, os artesãos produziam armas.²⁰⁰

Com a bancarrota espanhola, em 1575, com a crise do comércio com Flandres, o comércio de tecidos era afetado, aumentando seus preços, bem como o valor dos produtos alimentares.²⁰¹ Os têxteis ingleses, segundo Braudel, sofriam violentas desvalorizações devido à queda do valor da libra esterlina, durante os anos de 1522-1526 e 1555.²⁰²

¹⁹⁸ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, vol.3 pp.45-46.

¹⁹⁹ A respeito das corporações de ofício, dos papéis femininos e dos movimentos sociais, ver os trabalhos de Natalie Z. Davis. *A trade union in sixteenth century France*. In: *The economic history review*. Vol. XVIII, 1965, pp. 48-69. *Women in the crafts in Sixteenth-Century Lyon*. In: HANAWAT, B. A. *Women and work in Preindustrial Europe*. Indiana, U.S.A, 1984, pp. 167-197. *Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (tradução)

²⁰⁰ Fernand Braudel. Op. Cit. (2002), pp.568-578.

²⁰¹ Sobre as crises na economia mediterrânica ver Fernand Braudel & Frank Spooner. *Os preços na Europa de 1450 a 1750*. In: Fernand Braudel. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 33-208. (Tradução)

²⁰² Idem, p. 51.

A partir da década de 1630, as cidades do Mezzogiorno eram substituídas pelas do Norte, na produção da seda. Os tecidos tinham o ápice da sua produção no Mediterrâneo entre 1590 e 1620. Mesmo a Espanha mantinha uma significativa produção lanífera responsável pelo tecido de baeta. A partir do Quinhentos Lyon, Flandres e Londres passavam a sustentar e a desenvolver as manufaturas e indústrias têxteis. Somente depois dos meados do século XVII, o estopim da industrialização se expandia para toda Inglaterra.²⁰³

Depois de 1535, os produtos ingleses e da Europa do Norte penetravam no Mediterrâneo. Em 1578, para Braudel, os navios normandos carregavam têxteis e traficavam pau-brasil, com uma nau com 20.880 e outra com 4.700 troncos dessa árvore. Havia tráfico inglês de panos a partir de 1573, quando havia o retorno da Inglaterra no mar interior. Além dos tecidos, os navios ingleses carregavam metais como ferro e cobre, bem como carvão. A crise de Veneza, dentre 1571/73 e 1575, levou o crescimento da mercancia inglesa no Mediterrâneo. Nesse período, a Inglaterra avançava comercialmente através do Levante. Em 11 de setembro de 1581, Elizabeth I formou a Levant Company, a qual realizou “abundantes e magníficos negócios”, com benefícios de 300%. Os ingleses tinham como vantagem: bons navios, baixos preços dos tecidos produzidos e organização da empresa marítima. No avançar do século XVI, enquanto o capital mercantil holandês atingia as colônias ibéricas, os ingleses apenas comercializavam com o Levante.²⁰⁴ Em Veneza, o capital comercial era investido na produção de tecidos, os quais eram transportados através do Mediterrâneo.²⁰⁵

No que diz respeito ao consumo, ao analisar as leis suntuárias e as críticas discursivas sobre os excessos das vestes, Margaret Rose Jaster sintetiza as restrições dos modos de vestir a partir do protecionismo econômico, da preservação da hierarquia social e da defesa dos regentes perante o consumo ostensivo de seus vassalos.²⁰⁶ Destacou os significados morais das restrições vestimentárias, isto é, as estruturas ideológicas das proibições em relação aos modos de vestir. Como exemplo, as homilias elizabethanas, em um discurso misógeno, acusavam as mulheres de exortarem os maridos a consumirem artigos luxuosos e levá-los à ruína.²⁰⁷

²⁰³ Idem, pp.272-273.

²⁰⁴ Fernand Braudel. *El Mediterráneo*. Op. Cit., pp. 808-835.

²⁰⁵ Fernand Braudel. *Civilização Material*. Op. Cit., vol. 3, pp. 276-279.

²⁰⁶ Apud, Margaret Rose Jaster. ‘Clothing Themselves in Acres’: apparel and impoverishment in Medieval and Early Modern England. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2004, p. 53.

²⁰⁷ Idem, pp. 96-97.

Assim, existia um discurso moral inglês contrário aos têxteis importados da França, cidades italianas e Espanha. Esse fato era satirizado por Andrew Boorde, no início do ano de 1542:

“I am a Englishman, and naked I stand here

Mising in my mind, what raiment I shall wear

For now I will wear this and now I will wear that

All new fashions be pleasant to me”.²⁰⁸

Além da expansão do comércio têxtil, a mudança nos modos de vestir eram criticadas pelos cronistas quinhentistas ingleses, na medida em que o mercado doméstico transformava-se em mercantil e, conseqüentemente, constituíam-se o moderno sistema mundo.²⁰⁹ No contexto de hegemonia espanhola, perdurada até meados do século XVII, esses artefatos atravessavam o império dos Habsburgos e atingiam os domínios ultramarinos atlânticos.²¹⁰ As recentes Colônias de Castela passavam a fornecer metais preciosos para que a realeza e camadas dominantes das Metrópoles consumissem artigos de luxo, como os tecidos do norte europeu.

Em Portugal, além da constituição mercantil do comércio das especiarias e, posteriormente, do tráfico Atlântico e da própria circulação do açúcar a partir do final do Quinhentos, mantinha-se as estruturas hierárquicas centradas em valores aristocráticos. A normatização jurídica real defendia, em 1472 e 1481/82, a proibição de consumo de ouro e tecidos de ouro aos não-cavaleiros. A inserção da indumentária luxuosa e conseqüentemente da moda cortesã parecia não reconhecer limites. De acordo com Costa Lobo, “Os fidalgos da côrte, segundo o teor de um dos capítulos mudam trajos a miude, vestem brocados, panos de seda e de lã de tão alto preços que dão mau exemplo a todo mundo: nisso desbaratam a maior parte da sua fazenda. O desatino alastrou-se até à ‘gente mean e meúda’. O abuso dos dourados e prateamento em espadas, lanças, punhais, cintos, precisa também de ser proibido. Assim, se dissipam

²⁰⁸ Roze Hentschell. A question of nation: foreign clothes on the english subject. In: Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 49-62.

²⁰⁹ Fernando A. Novais. Op. Cit., (2005), p. 188.

²¹⁰ Sobre a hegemonia política e econômica da Espanha, bem como sua crise ver: Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, (1979), 2001, pp. 24-26.

fortunas, e o reino caminha para a perdição. É urgente um remédio; decretai de que panos se deva cada um vestir, segundo sua graduação”.²¹¹

A crítica ao consumo desenfreado de todos os estamentos sociais eram comuns aos lusitanos quinhentistas, sendo que nesse período Álvaro de Brito afirmava:

“Por trajos demasiados
em todos sam iguais
sam confusos
os três estados, damados,
alterados mesteiras
em seus usos.
Nom devemos ser comuns
senam pera Deus amarmos
e servimos,
nam sejamos todos uns
em ricamente calçarmos
e vestirmos”.²¹²

Em síntese, as crises monetárias dos séculos XV e XVI foram superadas pelo movimento colonizador. Mas os limites do setor mercantil apresentaram-se por meio das políticas de necessidade de apoio do Estado Moderno para o aquecimento comercial. Dentre esses controles, estava o “consumo suntuário não reprodutivo de parte do excedente”.²¹³ Fazia parte das normatizações das cidades italianas, Portugal, Espanha, França, Inglaterra a regulamentação e proteção das hierarquias sociais internas, bem como sua limitada importação e consumo têxtil, durante esse período.

Somava-se a isso, os problemas morais das novas vestes levantados pela ética protestante na Inglaterra, as críticas católicas na Espanha e em Portugal – dinamizadas

²¹¹ Apud. Vito Magalhães Godinho. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971, p. 168.

²¹² Idem, p. 170

²¹³ Fernando Novais. *Aproximação*. Op. Cit., pp. 198-199.

pela Catequese e Inquisição – e os conflitos religiosos na França durante o século XVI. Porém, é necessário destacar ainda essas mudanças na moda nas cortes européias, lembrando da importância das relações de gênero e *status* nas diferentes regiões do Velho Mundo.

2.3. “*Habitus*” antigo e moderno: o poder da moda cortesã e aristocrática

Durante a Renascença, na Borgonha e nas cidades italianas, constituíram-se um modo de vida centrado na constituição de pequenas cortes, representadas por camadas sociais distintas, como papas, cardeais, reis, príncipes, condes, duques, marqueses, banqueiros, grandes comerciantes, artesãos, artistas – principalmente pintores. Nesse panorama, algumas mulheres passavam a participar das mudanças culturais dos séculos XV ao XVII. No universo das cortes européias, rainhas, nobres e intelectuais contribuíram para a metamorfose no vestir e, portanto, para as modas renascentistas.

Nessa perspectiva, Tawny Sherril identificou a moda do *zibellini*, pele de um animal, o zibelino, na qual enfeitavam as patas e os focinhos com ouro, prata e pedras preciosas. Esse costume era comum entre as irmãs Isabela d’Este e Beatrice d’Este. A primeira pedia ao seu agente de Veneza para que não comprasse a indumentária por qualquer preço. A mesma senhora presenteia a irmã com o mesmo artefato quando essa se casava com Ludovico Sforza.²¹⁴

O *zibellini* expandia-se no consumo de corte, sendo parte do espólio de Isabela de Aragão, prima das irmãs d’Este, da sua filha Eleonora Gonzaga. Era consumido pela realeza espanhola, como Isabel de Portugal e seu filho Filipe II. Também na Ilha Britânica esse objeto estava no espólio dos inventários de Henrique VIII e Mary Stuart. Mas até mesmo a própria rainha Elizabeth I ganhava de seu vassalo duque de Leischester esse acessório cravejado de ouro, diamante e rubis. Os acessórios como o *zibellini* eram peças importantes que eram retratadas nos quadros e nas estátuas equestres.²¹⁵

Outra peça importante, no consumo indumentário da corte renascentista do Quinhentos, era o capuz francês para as mulheres, o *chaperon*, ou o *french hood*, presente no dicionário de John Florio (1598). Na linguagem das roupas, esse artefato era também chamado de Billiment, oreillete, cornet, touret, creppin, crespine, cresp e crape. Essa peça ainda era consumida por Chaterine de Médici, Mary Stuart, Mary e Margareth Tudor, irmãs de Henrique VIII, além das esposas desse, Ana Bolena e Ana de Cleves. Enfeitados com diamantes, rubis e com ouro, esses capuzes aveludados

²¹⁴ Tawny Sherrill. Fleas, fur and fashion: zibellini as luxury accessories of the Renaissance. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2004, pp. 122-123.

²¹⁵ Idem, pp. 128-132.

podiam ainda ser suporte de coroas e, enfim, eram modas da França e na corte dos Tudors.²¹⁶

Nesse contexto, Ticiano Vecellio (1490-1570) foi um importante pintor veneziano, o qual retratava a nobreza e a realeza do mundo ibérico, como Felipe II, Carlos V, Isabela de Portugal, Isabela d'Este e Frederico Gonzaga. Ao pintá-los reconstituiu de certa forma a cultura indumentária e as modas renascentistas.

O pintor veneziano destacava os paramentos e ornamentos da corte, nos trajes das mulheres, homens e crianças. Distintamente da temática religiosa, a iconografia retratista ticciana era marcada pela reconstituição corporal das personagens e dos volumes e formas das vestes, principalmente das mangas. Os penteados e as barbas são traços marcantes da sua pintura.

Nota-se ainda a presença da distinção de gênero, pois mulheres e homens se vestem de cores e formas diferenciadas, havendo uma construção do feminino e do masculino nos modos de vestir, apesar de existirem algumas semelhanças quanto às cores das vestimentas.

Os discursos morais sobre a condição feminina atacavam constantemente as formas de vestir. Para Tessa Storey, as prostitutas venezianas e florentinas transgrediam as regras e embaralhavam os gêneros, vestindo-se com roupas de homens. Essas mulheres vestiam-se com ostentação, ultrapassando os limites entre as senhoras honestas e desonestas. Em cidades como Roma, Florença e Veneza as elites locais legislavam para normatizar os modos de vestir das “cortesãs” e diferenciá-las das suas esposas, filhas e parentes.²¹⁷

Por um lado, as vestimentas cotidianas eram diferentes daquelas luxuosas, ostentadas pelas damas cortesãs, presenteadas pelos seus clientes. Por outro, as cortesãs, em sua maioria, em seus rituais de sedução, conseguiam adquirir indumentárias

²¹⁶ Sobre as formas de se vestir o French hood ver: Melanie Schuessler. French Hoods: development of Sixteenth-Century court fashion. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.5, 2009, pp. 129-160.

²¹⁷ De acordo com Storey, Concerns about clothing of courtesains in moral tracts, city statutes and social debate focus more on issues economic propriety and social identity. Since clothes were understood to reflect social, moral and professional status it was particularly important that prostitutes, as immoral women of low social status and dishonest profession, be clearly marked as such. Yet, repeatedly, prostitutes disrupted such straightforward notions about semiotics of dress. Literary and legislative texts imply that it was common practice for prostitute dress in finery inappropriate to their social station, both as an act of display, and in order to ‘disguise’ themselves, whether as honest women or as virgins. Equally problematically, prostitutes often appear to have transgressed the boundaries between the genders, by wearing men’s garments, or adoptions a ‘masculine style’ of attire. (...). Tessa Storey. Clothing Courtesans: fabrics, signals and experiences. In: RICHARDSON, Catherine. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 95-99.

luxuosas, que poderiam ser bordadas de ouro, prata em cetins, sedas e veludos, ou mesmo de têxteis laníferos, como Perpignano, ou Rovezo. Esses últimos tecidos eram consumidos por comerciantes, artesãos e membros da camada intermediária.²¹⁸ As cores dos tecidos poderiam ser de Paonazzo (um forte azul) e o amarelo (a cor mais popular). Por meio das doações de seus clientes, essas mulheres distinguiam-se das comunidades pobres com as quais conviviam.²¹⁹

Os padrões, ou sistemas indumentários, não eram constantes no período renascentista. Ou seja, as vestimentas não eram padronizadas, pois havia dificuldade técnica de produção em série e as vestes diferenciavam-se umas das outras. Pode-se verificar isso, ao analisar as iconografias do período, quando existem indumentárias semelhantes, mas dificilmente iguais.

Outra tipologia documental importante para analisar as maneiras de vestir é a Literatura. Logo no primeiro ato de Shakespeare, *King Henry VI*, os senhores da Inglaterra entravam de luto pela morte do rei Henry V. Esses homens de preto faziam parte da grande moda do século XVI. O luto tornava-se moda no Seiscentos por meio do predomínio da cultura espanhola mesmo na afastada ilha da Inglaterra. Mas na fala de Polinuius para o filho de Laerte, em *Hamlet*, o teatrólogo afirmava

“Costly thy habit as thy purese can buy.
But not exprest in fancy; rich, not gaudy:
For the apperel oft proclaims de man;
And most select and generous, chief in that.”²²⁰

Reduto de divergências temporais e espirituais, a Inglaterra dos Tudors sofria transformações econômicas e sociais significativas, com os cercamentos, caracterizado pela expulsão da população servil para as cidades e a formação da mão de obra urbana e

²¹⁸ Idem, p. 100.

²¹⁹ “The value of clothing also lay in the personal resonance it could hold for the wears. Clothing gifts survived as a reminder of part emotional attachments and experiences with clients, whether bad or good. And although as we have seen, only a handful of courtesans could have purchased the kind of ‘luxury’ attire worn by the elite, many would have been able to acquire items of clothing which represented an escape from dire poverty. On the one hand, this suggests to me that the emphasis on ‘glamour’ in early modern discourse can be understood as a critique of a general transgression of social bondaires. On the other hand this helps to explain the social and personal significance of clothing and the apparent care courtesans took when dressing, whether it was a question of getting into their oldest clothes for a spell in prison, or wearing their ‘best’ clothes buy, choose and wear new clothing was a relatively rare and perhaps longed for experience, one in which women could not only exercise personal taste, but could demonstrate to the community as well as themselves that they were both physically desirable and financially successful”. Idem, p. 107.

²²⁰ *The complete works of Willian Shakespeare*. Oxford, UK: Wordsworth, 1996, p. 675.

trabalhadora. Nesse processo, o desenvolvimento das manufaturas atingia tanto o mercado interno quanto o externo, pois as lãs inglesas integravam as rotas de comércio do Atlântico, como os impérios ibéricos.

No interior da Inglaterra, a realeza dividia-se entre Católicos e Protestantes e estes últimos ainda eram fragmentados entre várias correntes. Luteranos e Calvinistas travariam uma disputa acirrada contra os papistas. Catarina de Aragão levava a moda espanhola para a corte do primeiro esposo Henrique VII.²²¹ A filha com o segundo, o rei Henrique VIII, Maria Tudor era defensora ferrenha do negro, bem como do catolicismo espanhol. Diferentemente, a rainha Elizabeth I, lutando pelo poder, além de não se casar, parece ter ousado nos modos de vestir. As rainhas, além de perspectivas distintas sobre religião, mantinham modas diferenciadas. A primeira voltava-se para o hábito espanhol, mas a segunda defendia as metamorfoses da moda renascentista, vestindo-se com jóias, cetros e indumentárias ricamente bordadas, demonstrando ser poder. Em outras palavras, transformava a moda em poder real.

As disputas no ultramar com os espanhóis além de serem políticas, eram também religiosas, econômicas – por mercados – e culturais – como as modas. A corte renascentista inglesa participava desses conflitos. Apesar de não ser o centro econômico e cultural mais influente, a Inglaterra firmava-se no teatro das aparências durante o século XVI, para no século seguinte realizar o seu desmoronamento. O teatro de Shakespeare ironizava a própria ostentação dos gestos e da moda, realizando, assim, uma crítica acirrada aos costumes e aos modos de vestir excessivos presentes nas cortes européias nesse período.

No final do período dos Tudors na Inglaterra, as representações textuais sobre os têxteis estavam presentes na literatura. Segundo Hentschell, na passagem do século XVI ao XVII, a indústria doméstica de lã inglesa passava por uma crise no mercado externo e os escritores criticavam as constantes mudanças nas formas de vestir, com discursos morais contra certos tecidos e modas. Essas críticas ocorriam devido ao consumo indumentário de têxteis das cidades italianas, da Espanha e da França.

Pode-se ver, contudo, nas xilogravuras do primo do pintor Ticciano, o veneziano Cesare Veccelio descrevia em desenhos e textos as diversidades de trajes. Esse autor publicava pela primeira vez sua obra, *De gli Habit antichi et moderni Diversi Parti del*

²²¹Diane Owen Hugues. Op. Cit., p. 186.

Mondo, nos anos de 1589 e 1590. Uma segunda edição ampliada era realizada em 1598, na qual inseriu os vários espaços do globo como África, Ásia e América.²²²

Esse xilogravurista mantinha contato com os mercadores, os quais participavam de todas as redes mercantis da economia-mundo veneziana, conseguindo relatos das mais variadas regiões do globo. Essas narrativas possivelmente o auxiliavam a produzir as imagens das indumentárias das mulheres do mundo conhecido da época.

É interessante observar ainda a presença dos grandes comerciantes estrangeiros nas cidades italianas. Como exemplo, Vecellio cita o mercador português, o Capitão Ribora Alguazil que realizava o trato China-Lisboa.²²³

As representações do xilogravurista representavam vários esboços da cidade de Veneza. Segundo Tawny Sherril, Cesare possuía também apoio da elite veneziana para propagação de sua glória nas cortes européias, nas quais as suas obras eram lidas.²²⁴ O veneziano mantinha contato com o comerciante português, bem como com as mercadorias importadas e exportadas do centro da economia-mundo veneziana. Na década de 1590, Cesare Vecellio baseava-se nas xilogravuras de Theodor de Bry, o qual contactava os exploradores do Novo Mundo. As representações imagéticas do historiador dos modos de vestir passavam a incluir a população gentílica recém encontrada pelos cronistas. Pode-se sugerir, portanto, que as vestimentas indígenas eram símbolos das novas conquistas e do ideal colonizatório.²²⁵

Também existiam outros livros de xilogravuras de formas indumentárias, como *Receuil de la diversité des habits, qui sont de present en usage, tant espays d'Europe, Asie, Affrique & Isle sauvage* (1564) de François Deserpz; *Omniun fere gentium nostrae aetatis habitu* (1563) de Ferdinando Bertelli; *Habitus praecipiorum populorum tam virorum quam foeminarum singulari arte depicti* (1577) de Hans Weigel; e *I costumi et i modi particolari de la vira de Turchi* (1545) de Luigi Bassano. Essas obras, de acordo

²²² PUBLISHER'S note. Vecellio's Renaissance costume book. *All 500 woodcut illustrations form the famous Sixteenth-Century compendium of wood costume by Cesare Vecellio*. Mineola, U.S.A: Dover Publication, 1977, p. 2.

²²³ Cesare Vecellio. *Habitus Antichi et Moderni*. The clothing of Renaissance world. London, U.K.: Tames & Hudson, 2008, p. 528

²²⁴ Tawny Sherril. Who was Cesario Vecellio? Placing Habiti Antichi in context. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.5, 2009, pp. 161-188.

²²⁵ Margaret F. Rosenthal and Rosalind Jones. Introdução. In: Cesare Vecellio. *Habitus Antichi et Moderni*. The clothing of Renaissance world. London, U.K.: Tames & Hudson, 2008, p. 24. , pp. 8-48.

com Ilg, realizavam uma crítica aos modos de vestir a partir do gênero, da posição social, do “gosto”, da “moda” e do “espaço”.²²⁶

Esses livros de costume foram importantes na medida em que representavam “uma realidade social ideal”.²²⁷ Leva-se, portanto, em consideração a transformação das imagens femininas, contrapondo as suas xilogravuras com outras imagens de mulheres e homens portugueses. Por exemplo, a pintura de Isabel de Portugal, o retrato de D. Sebastião quando menino (destacar o gorro emplumado) e a representação de D. Joana da Áustria, rainha de Portugal e do seu império ultramarino.

As cortes ibéricas se constituíam com regras de etiqueta e com o “teatro das aparências”. De início, sob a dinastia dos Avis, Habsburgos e, finalmente, dos Braganças, a corte portuguesa também fazia parte deste processo, pois participava ativamente da política de casamentos e estabelecia tramas de intercâmbios culturais e comerciais com os Estados Modernos europeus mais ricos e poderosos.

Dessa maneira, conforme observou Ana Paula Megiani no tempo da Reconquista Ibérica e da “Descoberta da América”, Isabel de Castela e Fernando de Aragão constituíram sua corte na cidade de Toledo. Posteriormente, Carlos V e sua corte circulante estabeleceram suas modas de vestir-se de preto, usar barba e bigode. Felipe II, continuando com a forma de vestir de luto, instalou-se em Madrid, mas também circulou pelos domínios, chegando a se estabelecer em Lisboa nos anos de 1581 e 1583, pois essa cidade continuava a ser um importante centro mercantil e cortesão.²²⁸

Nas cortes de Tomar, o rei largava o modo de vestir costumeiro e usava uma indumentária “branca de brocado, sem coroa, tendo o cetro como símbolo da monarquia portuguesa e seguindo a etiqueta tradicional da Casa de Avis”.²²⁹ Portugal, apesar de influenciado pela cultura castelhana, mantinha modos de vestir específicos, sendo que no tempo de Felipe III, em 1619, o padre Mimoso afirmava que “as padeiras e vendedoras de Lisboa” participavam das festas em honra ao rei, “vestidas de gala à sua moda”.²³⁰

²²⁶ Ulrike Ilg. The cultural significance of costume books in the Sixteenth-Century Europe. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 29-47.

²²⁷ Idem, p. 43.

²²⁸ Ana Paula Megiane. *O rei ausente. Festas e cultura política nas visitas dos Felipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004, p.61-62.

²²⁹ Idem, p.135.

²³⁰ Idem, p.162. Apud. (1620, f, 130v)

Megiane também nota, ao estudar as jornadas régias, que, para Matias de Navoa, o fausto da corte lusitana nas entradas de Felipe III fora superior aos das espanholas, graças à presença das conquistas lusitanas.²³¹

Na apresentação da *História do Trajo em Portugal*, os autores afirmam que “O trajo português salvo algumas características, tradicionais, populares, em regiões menos permeáveis á invasão da Moda, onde evoluiu a distância das influências estranhas e portanto, uma lentidão mais consentânea com a sua natural transformação, na composição e no talho e na cor, foi sempre fortemente inspirado no gosto estrangeiro...”.²³² A troca de vestidos era cantada nas antigas trovas portuguesas. No Quinhentos, Simão Machado descrevia essa prática:

“Vê-los hei, disse á Franceza

Depois disso á castelhana;

Hoje andam á Bolonhesa;

Amanhã á Sevilhiana

E nunca á Portuguesa”²³³

As camadas populares conservavam os trajes mais típicos da sociedade lusitana. Mas as fontes pouco informam sobre as maneiras de vestir, ou mesmo a economia e cultura indumentária portuguesa nos séculos XIV, XVI e XVII. A terminologia técnica das peças do vestuário é difusa na documentação, bem como não há precisões nas características das transformações no universo do vestuário. É preciso, portanto, estabelecer algumas características da produção, circulação e consumo, bem como das modas dos trajos portugueses na Alta Idade Moderna.

No medievo, os trajes lusitanos constituíam-se de túnicas, mantos, utilizados desde o século X, quando haviam poucas distinções entre os gêneros na forma de vestirem-se. Na guerra, os cavaleiros usavam “cota de malha até os quadris, com capello, elmo e nazal, - chapa estreita de ferro com que o elmo se prolongava (no século XI) para proteger o nariz (...). Os escudos eram alongados e convexos, negros ou coloridos, e as espadas de guardões retos, punho abotoado, compridos e de dois gumes, continuando a usar-se a acha de armas, o arco, o machado, as lanças, etc...”²³⁴

²³¹ Idem, pp. 277-278.

²³² Agradeço a indicação dada pelo professor Rodrigo Ricupero, a obra: *História do Trajo em Portugal*. Porto: Livraria Chadron, s/d, p. 5.

²³³ Idem, p. 6.

²³⁴ Idem, p. 13.

Os cintos de prata e de ouro, bem como o costume de cobrir a cabeça das damas com mantos, o oral, ou a *mentonière* de seda ou de pano de linho fino faziam parte da moda cavaleiresca portuguesa do século XII. No século seguinte, as peles das túnicas passavam a ser exageradas e também aumentou substancialmente o luxo da nobreza e do clero, com os chapéus de veludo, o “barrete redondo de tecido debruado de peles”, o calçado de cordovão, pontiagudo, assim como o uso das polainas, ou calcetas, disseminaram-se. Os cintos femininos ganharam bordados de ouro e prata. Os toucados eram enfeitados com bordados e pedrarias em formas de flores. O toupete, cabelo levantado à frente de maneira exagerada, o qual foi proibido na pragmática de Afonso IV no século XIV. Os modos masculinos de cabelos compridos e barbas também foram práticas comuns nesse período.

No século XII, o consumo cortesão de trajes de luxo foi crescente com o uso das capas enfeitadas com pedrarias, bem como o aumento das suas caudas. Essa moda feminina era trazida pela rainha D. Brites de Gusmão, esposa de Afonso III, pois vivera na França, na corte de Luiz IX.

A presença de comerciantes e cruzados alemães, franceses, ingleses, flamengos acabava por transformar os modos dos trajes portugueses. Mas as transformações nas vestimentas populares pouco foram modificadas e mesmo as modas cavaleirescas não sofreram metamorfoses radicais até o fim do século XIV. Os modos de vestir sofreram lentas mudanças do século XII até próximos das vésperas do XV. De uma maneira geral, a moda cavaleiresca portuguesa manteve-se na longa duração por todo o fim da Idade Média.

No século XIV, os modos de trajar sofriam uma transformação radical em toda a Europa Ocidental. Nessa “maior revolução no vestuário antigo” no interior das camadas elevadas acabou em um conflito entre conservadores e inovadores. “Os pelotes, descendentes do antigo ‘perpunto’ apareceram, aterrando-se as mangas, fendidas e debruadas de recortes, por onde passam os braços, revestidos de roupa interior, e prolongando-se exageradamente quase até o tornozelo. As lobas dos letrados e burqueses, encurtam-se, fendem-se lateralmente para a passagem dos braços ou deixam-nos aparecer a abertura das mangas”.²³⁵

²³⁵ Idem, pp. 17-18.

A separação dos mantos em duas partes, gibões e os calções de malha coloridas e variadas também são estabelecidas nesse momento, assim como os chapéus tornavam-se mais variados e para os homens, a barba desaparece e o cabelo é curto.

Para o gênero feminino, as metamorfoses dos trajes acompanhavam a moda ocidental, com o modelamento da silhueta, surgindo os “corpetes ajustados sobre o espartilho de feltro bordado, e o talho dos plastrões no peito, feitos de peles ou de tecidos bordados..”.²³⁶ Desaparecia o cinto ricamente bordado, aparecendo várias vestes de seda, provavelmente importadas do Oriente. E o toucado passava a ter tecidos em menores quantidades e dentre as várias jóias, sobressaltavam-se os anéis mágicos, as ajorcas, pulseira, as esclavagens, colares de miçangas e os aljôfares e os arrancanes e brincos.

Em menor escala, os trajes populares modificavam-se, pois as mulheres passavam a utilizar corpetes, os chapéus de feltros, assim como os cabeções eram recortados e as calças de malhas começavam a ser consumidas pelas várias camadas sociais. Os hábitos eclesiásticos, principalmente das freiras, mantinham-se mais tradicionais aos costumes do início da Idade Média. As leis suntuárias foram pregadas a partir desse período por Afonso IV, distinguindo o vestuário dos mouros e dos judeus, sendo que esses deveriam inserir nas vestes uma estrela de seis pontas.

No século XV, as diferenças da maneira de vestir de homens e mulheres acentuam-se em Portugal, com a presença dos estilos indumentários ingleses e posteriormente franceses. Nas vestimentas masculinas, o toucado do fidalgo ganhava um chapéu triangular, á moda de Castela. No final da centúria, a barba voltava a ser usada. Os penteados femininos da camada aristocrática ficavam cada vez mais elaborados, com o véu branco à moda francesa, ou o toucado flamengo, caracterizado por “véus dobrados ou ainda a forma de trançar os cabelos com fitas e tiras bordadas e decoradas com jóias. As camadas populares adotavam apenas os chapéus de feltro, ou simples gorros e carapuças.”²³⁷

Como sapatos, aparecem os borzequins, calçado de canhão, de cores fortes. Com o crescimento do comércio da seda, os fidalgos passavam a utilizar pantufos desse tecido. Diferentemente, a camada popular calçava borzequins de peles grosseiras.²³⁸

²³⁶ Idem, p. 19.

²³⁷ Idem, p. 25.

²³⁸ Idem.

As vestimentas dos homens encurtavam com o felote, ou gibão, de fraldilha curta, rodado, com ricos tecidos e manga tufadas ao alto e compridas. Os exemplos da moda cortesã estavam em todo o aparato das vestimentas reais. “D. João, nas festas de Évora, pelo casamento do príncipe D. Afonso, apareceu, em certa cerimônia, vestido à francesa, de gola roçagante de tela doirada, constelada de pedrarias, pelote forrado de martas esmagado no peito por uma cadeia de oiro, espada de oiro lavrada e chapéu branco emplumado”²³⁹

Os trajes femininos eram caracterizados pelos corpetes mais justos ao corpo, decotes aparecendo o colo, e as caudas nas sobrevestes faziam parte da moda “no tempo de D. Afonso III e D. Diniz. Todavia, as camadas populares vestiam-se de maneira mais simples, sendo difundido o gibão, vestimenta usual entre a gente do mar, a qual também vestia-se com botas de couro e carapuças.”²⁴⁰

No século XIV, os judeus eram proibidos de consumir seda e continuavam a vestir com a marca da estrela de seis pontas. As mulheres mundanas não podiam vestir seda, bem como tecidos caros, a única exceção era o tecido de Londres por ser mais fino. A seda passava a ser limitada segundo as leis suntuárias, mais constantes no reino durante o Quatrocentos. A realeza tentava impedir o luxo desmedido, o qual a partir da morte de D. Afonso passava a fazer parte da moda cortesã em Portugal.²⁴¹

No início do Quinhentos, o estilo de gibão masculino sofria transformações significativas, sendo usado “desgolafo, vendo-se a camisa arrendada ou folhada, e era todo entretalhado de cetins, veludos e tafetás, com mangas tufadas e golpeadas deixando ver, artífisiosamente, os forros de tecidos caros. Não descia mais abaixo do que dos quadris. Sobre ele vestia-se o pelote, sem mangas ou de mangas abertas, para dar passagem às do gibão, em geral de bracodo de pelo forrado de cetins, de veludo ou barrado de peles, pelote que descia, em média, até os joelhos. O tabardo, mais comprido, de tecido pesado, frisa-se geralmente em pregas, e vestia-se sobre um pelote curto de mangas fechadas”.²⁴²

Mas os trajes femininos na primeira metade do século XVI, em Portugal, não sofriam mudanças em relação às formas. Na segunda parte do Quinhentos, as mulheres usavam ainda mais jóias e adornos nos penteados e os mercadores traziam leques de penas, luvas de Valença e chapins de seda. Ainda no reinado de Felipe II, era moda o

²³⁹ Idem, p. 26.

²⁴⁰ Idem, p. 27.

²⁴¹ Idem, p. 30.

trajo escuro, os tingimentos de cabelo feminino de loiro. Mas é na indumentária masculina, no gibão, que a moda cortesã fazia-se presente. “O gibão desce sobre as calças”, (...) “transformando-se num corpete alongado, em bico, sobre o ventre muito cintado” e, desse modo, os gibões masculinizam-se.

A partir da segunda metade do século faziam-se presentes as leis suntuárias, como a proibição das capas largas no luto. Na prática, enfeitavam-se os gibões com ouro, os damascos de Luca, os veludos de Gênova e os brocados de Florença. Os comerciantes também passaram a consumir o luxo, que antes era privilégio de poucos.²⁴³

Durante o final do Quinhentos a moda cortesã era proveniente de Castela e da requintada e lúgubre corte espanhola. Contudo, é notável, a perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, sobre os modos de vida e o “ethos aristocrático” ibérico, quando afirmava que “jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da Antigüidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor”.²⁴⁴

Em 1578, na preparação de D. Sebastião para a Batalha de Alcácer-Quibir, em Marrocos, a ostentação militar era presente entre os fidalgos, pois cada um estava “mais galante e custos”, que “iam ricamente vestidos: porque, se a matéria dos vestidos era rica, a obra, feitos e invenções da mais rica sobejava; porque tudo era brocado, tela d’ouro e prata, tecidos de seda mui custosos. Os veludos, damascos e todas as mais sedas perderam sua valia; e se algumas tinham, era pelos muitos passames, tendilhas, espiguilhas, torchados e alarmes d’ouro que lhe punham. Mais tudo era de pouco gasto em comparação dos feitos, que destruíam os homens”²⁴⁵

²⁴² Idem, p. 31.

²⁴³ Idem, p.38.

²⁴⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ª ed. 1936), 2001, p. 38.

²⁴⁵ Idem, p. 180

A sociedade portuguesa quinhentista constituía-se em uma hierarquização com a ascensão de mercadores e administradores coloniais. Os “padrões de comportamentos”, como a arte de vestir, eram predominantemente ditados pela nobreza lusitana. Uma das características do reconhecimento desses ascendentes era a “adoção de hábitos e atributos” nobiliárquicos.²⁴⁶

A colonização passava a ser uma forma de mudança de *status* para alguns estratos sociais do Velho Mundo. De acordo com Vera Lucia Amaral Ferlini, em *Açúcar e Colonização*, “Enfrentar os mares e viver em colônias era uma das opções de enriquecimento e de afidalgamento. Se faltavam as guerras heróicas da Índia, no Brasil, além da defesa do litoral, havia os sertões a conquistar. E se a costa oferecia o espetáculo concreto e realista dos negócios, o sertão desafiava a imaginação e atiçava os sonhos”.²⁴⁷

Enfim, a partir da segunda metade do Quinhentos, o domínio espanhol atingia o seu apogeu na economia e cultura indumentária no Velho e Novo Mundo, por meio das conquistas, da expansão mercantil têxtil e dos costumes ibéricos. Esses últimos eram marcantes nos estratos sociais superiores. Ou seja, a arte de vestir europeizante engendrava-se no mundo colonial variando conforme as hierarquias sociais e os gêneros.

²⁴⁶ Vera Lucia Amaral Ferlini. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 17.

²⁴⁷ Idem, pp. 61-62.

CAPÍTULO III - DO MEDITERRÂNEO AO ATLÂNTICO: O IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS E O EFÊMERO

3.1. Os caminhos da seda: a Metrópole e o trato com as Índias Orientais e Ocidentais

Os mercadores florentinos, genoveses e venezianos intensificavam a comercialização da seda desde o século XII. No entanto, qual seria a razão de se encontrar tão poucas referências desse negócio nas cartas sobre as frotas mercantis lusitanas no Quinhentos como um todo? Possivelmente, as rotas da seda fixavam-se no Oriente, onde os lusitanos deixavam os têxteis e acumulavam jóias e especiarias para comercializar nos mercados do Velho Mundo.

Em 1501, Bartolomeu Marchioni, comerciante florentino, residente em Portugal, em carta a um destinatário desconhecido, maravilhava-se com a possibilidade de encontrar na Ilha da Taprobana, uma “grandíssima cidade, na qual há lojas de seda com 100 teares e onde se trabalha constantemente”.²⁴⁸ Dessa maneira, a seda era um tecido desejado pelos comerciantes, pois com essa mercadoria conseguiriam adquirir lucros, dado o caráter raro e precioso do tecido comercializado principalmente nas Índias Orientais.

Ainda nos relatos, estavam presentes os modos de vestir das outras sociedades em contato com os portugueses. Em carta de D. Manuel aos reis católicos, o rei português afirmava que na cidade de Cochim, os mercadores mantinham 50 naus e que viviam como cristãos e sem nunca fazer as barbas ou os cabelos.²⁴⁹

No início do século XVI, o comércio português do Oriente crescia na acumulação de capital mercantil, havendo perspectivas de investimento no Novo Mundo. Na crônica de 1501 de Daniele Bárbaro, do centro da economia-mundo da República Veneziana afirmava que “Apesar de tudo [perda do monopólio do comércio oriental para os portugueses], os senadores se consolavam pelos ganhos e processos que faziam das outras coisas. Julgavam que era coisa muito rara em nossos tempos ter

²⁴⁸ “Carta de Bartolomeu Marchionni, fins de julho de 1500”. In: AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. Brasil (1500). Quarenta Documentos. Brasília. UNB, 2001, p. 195.

²⁴⁹ “Carta de D. Manuel aos reis católicos”, 29 de julho de 1501. in: AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. Brasil (1500). Quarenta Documentos. Brasília. UNB, 2001, p. 230.

encontrado novas regiões e novos povos e quase um outro mundo que havia nascido para nós”²⁵⁰

Na primeira metade do Quinhentos, a expansão portuguesa no Celeste Império da dinastia Ming (1368-1644), era marcada por uma série de conflitos. Invadindo Malaca – uma província chinesa - em 1511, os aventureiros portugueses, chefiados por Afonso de Albuquerque, descontentaram o domínio chinês. Essa região conquistada era província do Império do Meio.

Nesse primeiro momento de contato, os portugueses estabeleceram algumas relações esporádicas no campo diplomático. Ademais, os lusitanos eram acusados, por algumas autoridades orientais, de atos violentos, tais como o rapto de mulheres, crianças e o tráfico de escravos.²⁵¹

Após uma série de negociações, os lusos se estabeleceram e fundaram com a autoridade da corte de Pequim a Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, em 1557.²⁵² Com esse território lusitano, ficava estabelecido o entreposto mercantil com o Japão através da rota entre Nagasaki e Macau. Neste circuito, os comerciantes lusitanos compravam seda e outros produtos do Celeste Império e trocavam pela prata japonesa. Para Boxer, o mercado português no Extremo Oriente era centrado nas cargas de tecidos desse têxtil para o Japão.²⁵³

²⁵⁰ “Crônica de Daniele Bárbaro”. In: AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. Brasil (1500). Quarenta Documentos. Brasília. UNB, 2001, p. 260.

²⁵¹ Fok Cheong. *Estudos sobre a instalação dos portugueses em Macau*. Lisboa, Pt.: Gradiva, 1996, p.13.

²⁵² Sobre as relações entre portugueses e o Celestial Império ver: Jorge M Alves. dos Santos. Um tempo de ajustamento. Macau, O Estado da Índia e os Ming no primeiro quartel do Século XVII. In: ALVES, Jorge dos Santos. (coord.) *Portugal e a China. Conferências do II Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China. (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Pt.: Fundação do Oriente, 1999, pp.105-120. Vítor Gaspar Rodrigues. “O quadro social da capitania da viagem da Cinha e do Japão”. In: ALVES, Jorge dos Santos. (coord.) *Portugal e a China. Conferências do III Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China. (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Pt.: Fundação do Oriente, 2000, 65-78. Rui Manuel Loureiro. *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no século XVI*. Lisboa, Pt: Fundação do Oriente, 2000. João Paulo Oliveira Costa. Macau e Nagasaki – Os Pólos da presença portuguesa no mar da China na segunda metade do século XVI. In: ALVES, Jorge dos Santos. (coord.) *Portugal e a China. Conferências do III Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China. (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Pt.: Fundação do Oriente, 2000, 79-104. Fok Cheong Cheong. Op. Cit. Kirti Chaudhuni. O estabelecimento no Oriente. In: BITHENCOURT, Francisco. & CHAUDHUNI, Kurti. *História da expansão portuguesa*. Navarra, Espanha: Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, pp. 163-191.

²⁵³ De acordo com o autor, “the great profits reaped by the portuguese from this voyage, were due to the political situation in East Ásia. Owing to the frigestful havor wrought by the Japonese Wako pirtates along the China coast, direct commerce between the two Empires had been categorically forbbidden by the Ming Emperor about 1480. It is true that smuggling trade on a greater or lesser scale never entirely ceared, any more than did the illegal Sino-Portuguese coastal trade in 1520-1550, but the Imperial Ban did the Chinese merchants ar the great disadvantage. In this away, the peculiar position had arisen that the Chinese could only trade officially with their Japonese neighbours through the médium of the Portuguese, who, in addition to being (prior to 1600) the only important source of supply for European and Indian goods for Japan, likewise enjoyed a virtual monopoly of the Chinese silk export market wich was far and away the most profitable part of the Sino-Japonese commerce this sounds strange today, when Japonese

No decênio de 1560, o agitado comércio Macau-Japão fixava-se na cidade de Nagasaki, com a presença dos membros da Companhia de Jesus. Dessa forma, estabeleceram-se como intermediários comerciais e o cargo de capitão-mor desse comércio era um dos mais “cobiçados”, chegando a ganhar 600 a 700 pardaus. Apesar das dificuldades encontradas pelos dois impérios (da dinastia Ming e os daimyo japoneses), esse extenso trato lusitano de seda e prata com o extremo Oriente auferia ganhos mercantis aos portugueses.²⁵⁴ Assim, conforme Fernand Braudel, “O comércio de longa distância não é tudo, mas é a passagem obrigatória para um plano superior de lucro”.²⁵⁵

No Oriente, de acordo com Boxer, o comércio têxtil dos portugueses era também realizado com as manufaturas algodoeiras indianas e com a costa Africana Oriental. Os lusitanos controlaram o sistema mercantil do Oriente, obtendo lucros com o negócio dos tecidos até por volta de 1639, comercializando as sedas chinesas para as Filipinas, México e Peru, em troca da prata do Novo Mundo. Mas a disputa comercial com os holandeses, ingleses e mesmo espanhóis, bem como o fechamento do comércio com o Japão contribuíram para a crise dessa mercancia.²⁵⁶

Não eram apenas bens materiais que eram trocados, mas havia um corrente tráfico de corpos femininos nos mares do Oriente. Para Boxer, nos galeões participavam da tripulação mercadores lusitanos, capitães, homens de artilharias holandesas, marujos vendedores, escravos africanos, mui-tsais (cativas domésticas) coreanas, japonesas e chinesas. E, as cargas, como sedas, ouro e prata, eram vendidas entre Macau, Nagasaki e Goa Dourada e os bens mais preciosos eram os cavalos árabes, os tigres de Benguela e os pavões do Oriente.²⁵⁷

Dentre os relatos encontrados, sobre a população chinesa feminina, destaca-se a crônica do Frei Gaspar da Cruz, abade da Ordem de São Domingos, nascido em Évora, provavelmente na primeira metade do Quinhentos. Parte para o Oriente em 1548, como

silks have a deservedly higher reputation than Chinese, but the case was far otherwise in the sixteenth century when the wealthy classes preferred the Chinese material, both raw and finished, in much the same way as good English cloth was valued in Spain and Portugal above the native product. The Portuguese could therefore buy in the cheapest market and sell in the dearest, and the gold and silver bullion they carried away from Japan in payment disposed of in Índia and China respectively, where the relative and fluctuating values of these two metals enable them to make further profits on the rates of exchange”. C. R. Boxer. *Fidalgs in the far east, 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macau*. The Hague: Martinus Mjhoff, 1948, pp.5-6.

²⁵⁴ Sanjay Subrahmanyam. *O império asiático português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995, pp.147-149.

²⁵⁵ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, vol. 2., p.535.

²⁵⁶ C. R. Boxer. *Fidalgs in the far east, 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macau*. The Hague: Martinus Mjhoff, 1948, p. 10.

missionário, passando por Goa e Malaca (1550-1560). Voltando à Lisboa, faleceu em Setúbal no ano de 1570. Conhecedor do Oriente português, o religioso escrevia *O tratado em que se encontram muito por extenso as coisas da China*. Nesta obra, à respeito das mulheres chinesas, descrevia seus modos de vida. A imagem da mulher enclausurada, presas ao domínio dos maridos era recorrente. Como costume, deveria ter pés pequenos e apertados com tiras, bem como deveriam ser obedientes ao esposo. O frade descrevia o corpo das chinesas da camada lustrosa. Relatava o frei que as mulheres locais “(...) Trazem os cabelos muito bem pensados, recolhidos e atados no cume da cabeça e de baixo até acima apertados como uma fita larga e muito bem assentada. E a fita ordenada de jóias e peças de ouro em roda. Usam saias compridas ao modo das portuguesas, as quais têm a cintura da mesma maneira que elas”.²⁵⁸

Além das referências ao comércio, destaca-se a narrativa descritiva dos modos de vestir, sempre destacando a distinção entre os gêneros. Nesse sentido, as leituras das vestes femininas estavam relacionadas a determinados padrões da visão renascentista, sendo que as mulheres chinesas eram representadas como nobres ou matronas. Os desenhos das indumentárias retratados por Cesare Vecellio eram floridos e possuíam adereços diferenciados do estilo veneziano, ou mesmo português. Eram os detalhes que diferenciavam as vestes entre as chinesas. A matrona chinesa possui as mãos livres e delicadamente segura uma flor e esta com o seu olhar nela. A nobre estava com a mão esquerda escondida na roupa, e sua atenção está voltada para baixo, em sinal de respeito e de complacência.

As portuguesas eram vistas como mulheres reservadas, as quais se distanciavam do espaço público, não podendo ter contato com os homens. Ficavam fechados em seu gineceu para o mundo. Essa visão da mulher reclusa portuguesa condiz com as imagens narrativas descritas pelos escritores na América Lusitana. Desse modo, é possível perceber que essa está com o corpo ainda mais coberto do que as chinesas, o que demonstra o seu recato e o vendamento do seu corpo para os homens. A lusitana era uma mulher com poucos adornos e ostentação, possuindo um chapéu, um leque e uma capa fechada, que escondia até mesmo seu rosto. Essas indumentárias apresentavam-se com poucos adereços decorativos. As mulheres portuguesas se fazem pouco atraentes e sem diversidade nos modos de se vestir. Portanto, as portuguesas, na perspectiva de

²⁵⁷ Idem, p. 12.

²⁵⁸ Frei Gaspar da Cruz. *O tratado em que se encontram muito por extenso as coisas da China*. In: Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*. Porto: Mello & Ir., 1984, p.113.

Veccelio, tinham uma moda mais simples do que as próprias orientais. (Imagens I, II e III)

Imagem I

Matrona portuguesa.

Fonte: Vecellio's Renaissance costume book. *All 500 woodcut illustrations form the famous Sixteenth-Century compendium of wood costume by Cesare Vecellio. Mineola, U.S.A: Dover Publication, 1977, p.80. [Habiti antichi, et moderni di tutto el Mondo, printed from Giovanni Bernado Sessa, Venice, 1598]*

Imagem II

Nobre chinesa.

Fonte: Vecellio's Renaissance costume book. *All 500 woodcut illustrations form the famous Sixteenth-Century compendium of wood costume by Cesare Vecellio. Mineola, U.S.A: Dover Publication, 1977, p. 148. [Habiti antichi, et moderni di tutto el Mundo, printed from Giovanni Bernado Sessa, Venice, 1598]*

Imagem III

Matrona Chinesa

Fonte: Vecellio's Renaissance costume book. *All 500 woodcut illustrations form the famous Sixteenth-Century compendium of wood costume by Cesare Vecellio. Mineola, U.S.A: Dover Publication, 1977, p. 148. [Habiti antichi, et moderni di tutto el Mondo, printed from Giovanni Bernado Sessa, Venice, 1598]*

O xilogravurista veneziano assumia a dificuldade de conseguir informações sobre os estilos de vestir das regiões geograficamente longínquas da Ásia, da África e do Novo Mundo e descrevia seu texto como de “entretenimento”.²⁵⁹ Com relação à China, descreve-a como um dos principais reinos do mundo, sendo que as suas mulheres nobres casadas, lá possuíam “vestimentas em vários estilos”, destacando seus preciosos bordados – geralmente com rosas –, os pés pequenos – significados de beleza feminina. Ficava encantado com as pérolas, os perfumes e cosméticos das mulheres, estes últimos em excesso. Descrevia também a importância da descrição dos costumes relacionados ao casamento, dote e tratamento entre pais e filhos. Assim, os relatos

dessas várias partes do mundo eram constituídos por meio das trocas de informações orais.²⁶⁰

No outro lado do hemisfério, a saída das mulheres portuguesas para as regiões longínquas do Oriente foram numericamente muito poucas. No entanto, parece que a presença feminina nas naus portuguesas não era de todo inexpressiva. Mesmo impedidas pela legislação de atravessar os mares sem a autorização régia, os mercadores e aventureiros dos mares acabavam sendo acompanhados por mulheres, que no início do Quinhentos partiam em maior número em direção ao Pacífico do que à Terra de Santa Cruz. Essas imagens de riquezas e fortunas eram atrativos importantes para a emigração feminina.

De todas as regiões asiáticas, Goa, segundo Boxer, ocupava o primeiro local de escolha de entrada de portuguesas. A presença feminina européia estava relacionada à União Ibérica (1580-1640), pois fazia parte da política da coroa espanhola enviar mulheres para os domínios coloniais, principalmente para acompanhar os maridos nos serviços administrativos. Isso era mais raro acontecer antes do século XVIII na Metrópole portuguesa.²⁶¹ Como exemplo de nobres portuguesas que acompanharam os esposos no governo das Índias, o autor aponta D. Maria de Noronha, mulher de D. Fernando de Mascarenhas e D. Maria Meneses, as quais eram da elite goense do Seiscentos.²⁶²

Entre as mulheres portuguesas que enfrentavam a travessia para as Índias, destacavam-se as órfãs e as degredadas, sendo estas últimas perseguidas pelas tramas da Santa Inquisição. Sobre este assunto há a obra de Joel Coates Timoth, *Exiles and orphans: forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720*. Neste trabalho, o autor defende a idéia de que a Coroa, por um lado, forçava a colonização por meio da expulsão de prostitutas, ciganos, órfãos, degredados e criminosos da Metrópole, fazendo assim que a população indesejada fosse retirada do reino. Por outro lado, financiava a formação de casas de caridade como as Misericórdias para as mulheres reinóis, bem como a prática do dote, para auxiliá-las no casamento. Entre 1588 e 1618, eram enviadas 18 órfãs para a casa. Outra instituição importante, era

²⁵⁹ Cesare Vecellio. Op. Cit., p. 485.

²⁶⁰ Idem, pp. 524-529.

²⁶¹ Charles Ralph Boxer. *Mary and Misogyny. Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815). Some facts, fancies and personalities*. London, UK: The Trinity Press, 1975.

²⁶² Timothy Joel Coates. *Exiles and orphans: forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720*. Minnesota, U.S.A.: Thesis submitted to the Faculty of the graduated school of the University of Minnesota, 1993, p.209.

o Recolhimento de Santa Maria Madalena, onde as “mulheres desgraçadas” e de “vida suspeita” eram salvas.²⁶³ Ainda uma terceira instituição de caridade, era o Convento de Santa Mônica, que recolhia majoritariamente as filhas mestiças de Goa e de outras regiões da Ásia lusitana como Macau.

Apesar das inconstâncias na economia e política macauense, a população da cidade sempre cresceu vertiginosamente. Todavia, parece haver mais, pois, segundo os dados de Joan Coat, existiam 730 mulheres, entre européias e mestiças, sendo que 263 eram viúvas e 306 solteiras. Em inícios do século XIX, 2149 mulheres brancas moravam na região, em um total de 4628 habitantes. Também nesta cidade havia o Convento Santa Clara, acusado de aliciar casamentos aos “soldados” portugueses. Em 1687, era proibido entrar mais mulheres.²⁶⁴

A partir destes dados, percebe-se que a presença das senhoras do reino foi mais constante do que as narrativas historiográficas apontam. Porém, é necessário destacar o papel das mui-tsai, moças chinesas indesejadas pelos pais e vendidas aos portugueses e euro-asiáticos, por um período de trabalho ou por toda a vida. Habitualmente, estas agregadas eram adotadas pelas viúvas ou viúvos, vivendo no mesmo domicílio.²⁶⁵

Foi Boxer que apontou para a atuação destas moças. No testamento de 1614, do senhor Chistovão Soares, percebe-se uma série de doações às afilhadas. Dentre estas, destaca-se a de um dinheiro, ainda não conseguido da venda de seda para o Japão, à órfã Violante, que vivia em casa de Jorge Serqueira. Neste mesmo documento, a moça Madalena é encarregada de servir Maria Soares, senhora da elite macaense, por seis anos.²⁶⁶

Outra estratificação social definida por Frei Gaspar, eram as “mulheres de partido”, as quais viviam fora dos muros das cidades, aprendendo a “tanger viola e outros instrumentos a cantar”. Segundo o clérigo, (...) Os senhores, ou lhes levam as honras ou lhas vendem; e quando hão-de ser postas nas ruas das mulheres de partido, são escritas por um oficial de el-rei em um livro e o senhor é obrigado a acudir cada ano com um tanto a este oficial; elas são obrigadas a responder a seu senhor cada mês um tanto. Quando são velhas, a poder de arrebique e alvaiade, as fazem parecer moças. E

²⁶³ Idem, p. 255 e 284-287.

²⁶⁴ Idem, pp. 304 e 312-313.

²⁶⁵ Sobre os agregados em um local da colonização, ver: Eni de Mesquita Samara. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: EDUSP, 2005.

²⁶⁶ Boxer. Op. Cit. (1975), pp.119-120.

depois que já não são para aquele ofício, ficam livres de todo e sem nenhuma obrigação, nem ao senhor nem a ninguém e não comem então do que juntaram.²⁶⁷

A população feminina macaense era de maioria mestiça, pois a saída das mulheres portuguesas era rara, devido às intempéries das trajetórias marítimas e das condições existentes de Macau. Nos primeiros tempos de permanência lusitana, as piratarias e os conflitos armados eram constantes. Em 1622, tiveram que expulsar à bala a investida anglo-holandesa. Depois, em meados do século XVII, a cidade via-se às voltas com os confrontos internos do Celeste Império, com a mudança das dinastias Ming para Ching, que só se efetivava definitivamente em 1655.²⁶⁸

A cidade foi sempre um importante porto marítimo para a Metrópole portuguesa, devido às rotas de comércio com Cantão, Malaca, o Japão (até 1639 quando os portugueses são expulsos) e todo o mar do sul da China. Para os chineses, Macau estabelecia um papel relevante, pois impedia o avanço da pirataria chinesa e japonesa e, ao mesmo tempo, era uma fonte de riqueza e lucro. Por fim, os mandarins e a corte celestial viam a cidade como um território controlado, impedindo, assim, que estrangeiros intervissem agressivamente no Império Celestial.

Nessa perspectiva, os senhores da elite macauense viviam a negociar com a governança da terra, bem como com os negócios de grosso trato. As suas mulheres, possivelmente, tinham que administrar a casa e comandar os trabalhos domésticos, pois os senhores viviam regularmente em movimento nas tramas mercantis do Império Metropolitano Ultramarino português, o qual tinha possessões do Oriente à América portuguesa no Atlântico.

Desse modo, os escritores do império ultramarino português construíram imagens sobre as mulheres no Oriente, salientando diferenças e aproximações. Por um lado, as chinesas seriam ainda mais recatadas que as lusitanas, bem como teriam um requinte especial nas maneiras de se comportar. Por outro, faziam parte do séquito dos comerciantes e dos administradores locais como concubinas, prática essa que também foi muito comum entre as índias brasileiras.

As mulheres da elite e as indígenas brasileiras, portanto, tiveram as suas imagens descritas pelos cronistas coloniais no decorrer do Quinhentos. Diferentemente, de outras regiões do império ultramarino português, como Macau, na América portuguesa, as

²⁶⁷ Frei Gaspar da Cruz. Op. Cit., pp.114-115.

²⁶⁸ Fok Kai Cheong. Op. Cit., 106.

relações de gênero estavam profundamente relacionadas com as contingências da exploração da força de trabalho escrava indígena e a imagem dos gentios.

No extremo Oriente, não obstante, a presença cultural e das populações chinesas, fizeram de Macau uma feitoria mercantil e um ponto político estratégico para a coroa Portuguesa, sendo a população chinesa a sua grande maioria. Nesta região, não havia um Novo Mundo para ser produzido à imagem e semelhança do Velho.

Embora houvesse o costume de comercialização de mulheres, era no grosso trato das mulheres e crianças africanas da Guiné e de Angola, que os negociantes e a Metrópole realizavam a acumulação de capital mercantil, vendendo estes cativos para os senhores de Engenho da Bahia, Pernambuco e mesmo em regiões mais distantes como São Paulo Colonial. Segundo Novais, “no conjunto, a exploração no ultramar organizada nos quadros do Antigo Sistema Colonial, permite distinguir nitidamente três elementos básicos: área densamente povoada quando do início da expansão marítima europeia, portadora de civilizações tradicionais, onde a dominação política permitia o comércio vantajoso de alguns produtos de alto valor unitário no mercado europeu como as famosas especiarias do mundo indiano; zonas de povoamento e colonização europeia, onde se estruturaram economias complementares ao capitalismo mercantil europeu, fornecedoras sobretudo de produtos tropicais e metal nobre (a América é por excelência o teatro da ação colonizadora europeia durante o primeiro sistema colonial) e, finalmente, a África fornecedora de força de trabalho escravizada que permite pôr em funcionamento a produção colonial do segundo setor”.²⁶⁹

Desse modo, estruturava-se o sistema colonial português e espanhol, durante o século XVI, quando esse “estava praticamente constituído e o que se segue não é mais que desenvolvimento e desdobramento do mesmo”. As potências ultramarinas portuguesa e espanhola entravam nas competições por mercado no Velho Mundo.²⁷⁰

A predominância espanhola continuaria até meados do século XVII, momento em que se formava a crise política e econômica das Monarquias Ibéricas, pois, “Comércio dos produtos orientais, produção colonial, tráfico negreiro, são de aí por diante objetos de a famosa competição por parte dos ingleses, franceses, holandeses, além dos precursores ibéricos”.²⁷¹

²⁶⁹ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, (1ª ed., 1979) 2001, p. 33.

²⁷⁰ Idem, p. 34.

²⁷¹ Idem, p. 39.

Nesse contexto ultramarino, a condição feminina no ultramar variava conforme a estratificação social, sendo muito diferente os modos de vida das mulheres do Velho Mundo. Havia, na verdade, uma distância enorme entre o cotidiano de uma mulher portuguesa em Salvador colonial, uma escrava africana da Guiné na mesma cidade, ou entre uma mulher lusitana na cidade de Macau e uma chinesa concubina no entreposto comercial.

Apesar destas diferenças, houve neste período uma constante movimentação da população feminina, que atravessava os mares e se aventurava em lugares distantes como o Oriente, a África e o Novo Mundo. Em todas estas regiões Portugal e Espanha constituíram posses e transportaram modos de vida e de pensar, formando, assim, um império que mantinha a sua unidade graças à expansão da fé cristã, da economia mercantil e das transposições de homens e mulheres através dos oceanos, sendo que a saída da população feminina ibérica para os oceanos representava por volta de 30 por cento da circulação populacional feminina do Velho Mundo.

Em suma, as mulheres auxiliavam no processo de constituição do império ultramarino e do Antigo Sistema Colonial. E, ainda foram construídas imagens pelos escritores coloniais sobre as mulheres das populações locais, tais como chinesas, africanas e índias brasílicas. E graças a esses relatos é possível compreender o comércio têxtil e os discursos sobre os diferentes modos de vestir das várias regiões do globo, no século XVI.

3.2. Colonização, catequese e indumentária no Novo Mundo

No século XVI, as transformações na economia e cultura indumentária do Velho Mundo foram marcadas principalmente pela circulação de tecidos, pelo consumo da corte e pela descoberta do Novo Mundo. Nesse sentido, algumas questões se apresentam: Como pode-se relacionar a economia indumentária com a colonização? Como era revelada esta articulação transformava-se durante os primeiros séculos? Quais eram as especificidades nas esferas da produção, do consumo e da circulação indumentária na colônia portuguesa no primeiro século?

No ano de 1500, um relato anônimo afirmava que o capitão Pedro Álvares Cabral, ao encontrar os índios nus, mandava vesti-los com uma camisa e um barrete vermelho, e que os gentios “ficaram muito contentes com o vestuário e maravilhados com as coisas que lhes mostravam”.²⁷² As indumentárias lusitanas, portanto, passavam a ser vestidas pela população indígena, segundo o mesmo que era descrita como “pardos, andam nus, sem vergonha; os cabelos são compridos, e a barba pelada; as pálpebras e os olhos e a parte de cima eram pintadas com figuras de cores brancas, pretas, azuis e vermelhas, têm os lábios da boca, isto é, o de baixo, furado, e nos buracos metem um osso grande como prego; outros trazem uma pedra azul ou verde, comprida, pendente nos ditos buracos; as mulheres andam do mesmo modo, sem vergonha; são belas de corpo, com cabelos compridos. (...)”²⁷³

O cronista descrevia a coporalidade gentílica, classificando-os quanto ao gênero, pois homens e mulheres vestiam-se diferentes. Destacava também a maneira dos índios fazerem as incisões de pedras no corpo, bem como a beleza feminina com a imagem dos cabelos compridos sempre presente nos relatos quinhentistas.

Ao navegar pelo Atlântico Sul do Novo Mundo, Vespucci observava as constituições físicas e os costumes dos habitantes desconhecidos, para “pesquisar a terra”.²⁷⁴ Segundo o navegador, “Os homens costumam furar os lábios e as faces, depois naqueles furos metem ossos ou pedras – e não se pense que são pequenas; a maioria desses homens tem três filhos, alguns sete, outros nove, nos quais introduzem pedras de abastro verde e branco, que têm meio palmo de comprimento e a grossura de uma

²⁷² “Relação do português anônimo”, 1500. in: AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. Brasil (1500). Quarenta Documentos. Brasília. UNB, 2001, p. 134.

²⁷³ Idem, p.137.

²⁷⁴ “Carta de Américo Vesúcio a Lourenço dei Médici. Setembro/outubro de 1502”. in: AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. Brasil (1500). Quarenta Documentos. Brasília. UNB, 2001, p. 282.

ameixa catalã, que parecem coisa fora do natural. Dizem fazer isso para parecer mais ferozes. Enfim, é coisa bestial”.²⁷⁵

Dessa forma, Vespúcio assossia o comportamento e a fisionomia do homem gentílico ao universo bélico. Mas qual a justificativa da guerra desses povos para o florentino? A razão aventada do Velho Mundo para as guerras ligava-se à luta por bens, domínios, impérios, ou seja, riquezas. A resposta que Vespúcio encontrava para a sociedade indígena era a “vingança da morte dos seus pais e antepassados”.²⁷⁶

Em 1502, o mesmo afirmava que levantara em Cabo Frio um forte, em que deixava 24 homens. Nessas fortalezas, os franceses estabeleciam um incipiente povoamento, no qual conseguiam adquirir as riquezas naturais da terra. Além disso, conviviam com a população indígena, constituindo os primeiros grupos de mamelucos.

No ano seguinte, Vespúcio continuava a descrição dos gentios: “Todos, de ambos os sexos, andavam nus, sem cobrir coisa nenhuma parte do corpo; como saem no ventre materno, assim vão até a morte. Com efeito, têm os corpos grandes, quadrados, bem dispostos e proporcionais com cor tendendo para o vermelho, o que lhes acontece, julgo, porque, andando nus, são bronzeados pelo sol. Tem o cabelo amplo e negro; são ágeis de andar e nos jogos, de rosto afável e bonito, que, contudo, eles mesmos destroem”. Observava também a cor da pele indígena, chamando-a de vermelha, bem como a agilidade corporal dos indígenas nus.

Novamente, aqui a sua atenção é chamada para a prática de incisão corporal indígena de artefatos de madeira e pedra. Vespúcio também notava a ausência de tecidos e vestes de linho, seda e lã, pois os indígenas não precisariam destes têxteis.²⁷⁷

Com relação aos combates gentílicos e as suas armas, acrescentava o arco e flecha, assim como a ausência de proteção. Relatando sobre a mulher indígena, afirmava, “embora andem nuas e sejam libidinosíssimas, tem contudo os corpos formosos e limpos, nem são tão torpes quanto talvez se pudesse estimar, porque, já que são carnudas, aparece menos a sua torpitude, que, a saber, é coberta pela maior parte da boa qualidade da corporatura, Extraordinária visão para nós é que, entre elas, nenhuma parecia que tivesse as mamas caídas. E as que pariram nada se distinguem das virgens, na forma e contratura do ventre; pareciam iguais nas partes restantes dos corpos, o que

²⁷⁵ Idem, p. 279.

²⁷⁶ Idem, p. 281.

²⁷⁷ Idem, p. 315.

omito de propósito, por virtude. Quando podiam juntar-se aos cristãos, impelidas pela forte libido, contaminavam e prostituíam toda pudicícia”.²⁷⁸

Chavamava a atenção de Vespúcio a nudez das mulheres indígenas e a falata de pudor delas com relação a isso. Além da nudez feminina, as incisões corporais indígenas eram objeto da descrição dos escritores na Colônia.

Em 1504, na carta de João de Empoli, encontrava-se de novo referência à população e costumes gentílicos, observando que “a sua gente é de boas formas; andando nus, tanto homens quanto mulheres, sem cobrir nada; emburacam a pele até a cintura e adornam-se com várias penas de papagaios. Seus lábios são cheios de óleos de peixes. Suas armas são como dardos, com as pontas cobertas dos ditos ossos de peixe. (...)”²⁷⁹

A nudez dos índios incomodava os cronistas quinhentistas. Por um lado, detratavam a corporalidade gentílica com o pecado da população nua. Por outro, descreviam e maravilhavam-se com a beleza das índias, a agilidade em jogar dos índios e com a arte plumária, na qual os gentios brasílicos utilizavam uma ampla gama de cores.

A colonização dos primeiros tempos margeava a região costeira e os relatos eram ricos nas descrições dos primeiros contatos com os gentios. Mas o Novo Mundo era colonizado também por mercadores de várias regiões distintas do Velho Continente, como biscainhos, genoveses, napolitanos, os quais realizavam carregamentos de pau-brasil, como a expedição de quatro embarcações de Cristóvão Jacques em Pernambuco, nos anos de 1526/27.

No mesmo período, navegava Sebastião Caboto, que realizando reconhecimento da Costa Brásílica, navegando até o rio do Prata. Ainda na nessa época, Diogo Garcia realizava escala em São Vicente, onde negociava gentios e abastecia as naus. Também em maio de 1530, o navegador Caboto aportava na mesma Capitania para resgatar índios e deixar doze ou quinze tripulantes, os quais mais tarde partiriam para o Porto dos Patos.²⁸⁰

É interessante observar que os defensores da costa da América portuguesa encontravam corsários e piratas franceses carregando pau de tinta para tecidos, bem

²⁷⁸ Idem, p. 317.

²⁷⁹ “Carta de João de Empoli. 16 de setembro de 1503. In: AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. Brasil (1500). Quarenta Documentos. Brasília. UNB, 2001, p. 360.

²⁸⁰ Carta de Jacome Monteiro a D. João III, de 10 de março de 1527. In: *Colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921, vol. 2, p.81.

como roupas usadas e mesmo têxteis comercializáveis. Em carta de Jacome Monteiro a D. João III, em 1527, este informava que os franceses roubavam roupas e fazendas de espanhóis e flamengos.²⁸¹ E, em outra correspondência, o dr. Gouvêa para o conde de Castanheira notava que 22 navios bretões e normandos “tomavam toda a roupa como lhes sempre acostumavam”.²⁸²

A maior expedição de reconhecimento da costa, acontecia entre os anos de 1530 e 32, com a presença de Martim Afonso de Souza (1500-1571). Senhor de domínios ultramarinos, conseguia expulsar os franceses, exploradores de pau-brasil e formadores de pequenos povoamentos na costa, assim como estabelecia o controle da América portuguesa. Segundo Almeida Prado, eram ao todo quatrocentos tripulantes, “fidalgos, marujos e homens de armas, portugueses, espanhóis, alemães e italianos”, não havendo mulheres brancas. Mas esses novos colonizadores acabavam por receberem as “índias como presente”.²⁸³

Durante a travessia, essa expedição ainda embarcava em um povoado localizado no Porto dos Patos, encontrando quinze castelhanos. Dentre eles, Francisco del Puerto afirmava encontrar “um rei cerra acima de tês clara e vestido à européia, adornando com chapas de ouro da cabeças aos pés”.²⁸⁴

Nessa expedição, abasteceram de pau-brasil e encontraram naus francesas, repletas do pau de tinta. Segundo o relato de Fernão Lopes de Sousa, “A gente desta terra é toda alva, os homens mui bem dispostos, e as mulheres mui formosas, que não há nenhuma inveja às da rua Nova de Lisboa. Não tem os homens outras armas senão arcos e frechas; a cada duas léguas tem guerra uns com os outros”.²⁸⁵ A descrição da população gentílica feminina acentuava as imagens da nudez, construídas e reconstruídas durante todo o período quinhentista.

O relator ainda observava que despejavam escravos na feitoria de Diogo Dias, assim como desciam através do “caminho do Sul”, constituindo assim a exploração costeira com o apoio de homens de várias regiões do Velho Mundo, como “alemães,

²⁸¹ Carta de Jacome Monteiro a D. João III, de 10 de março de 1527. In: *Colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921, vol. 2, p. 88.

²⁸² Carta do dr. Gouvêa para o conde de Castanheira pedindo-lhe que inste com o almirante para embargar navios destinados ao Brasil. In: *Colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921, vol. 2 p. 92.

²⁸³ J.F. de Almeida Prado. *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1532)*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 193, p.90.

²⁸⁴ Idem, p.95.

²⁸⁵ Pero Lopes de Sousa. *Diário de Navegação (1530/32)*. São Paulo: Obelisco, 1964, p. 28.

italianos, e homens que foram a Índia e franceses”, sendo “todos espantados com a formosura da terra”.²⁸⁶

No que diz respeito às vestimentas no universo marítimo, Lopes de Sousa afirmava que encontrava no dia 13 de dezembro de 1531, no caminho do Sul, três homens e uma mulher, sendo todos “cobertos com peles”. A mulher “trazia cabelos compridos e castanho, tinha uns ferretes que lhe tomavam as olheiras; eles traziam na cabeça uns barretes das peles das cabeças de onças, com os dentes com tudo”. Além disso, a mulher vestia uma camisa e os homens levavam um “barrete vermelho”.²⁸⁷

Fontes importantes para a análise das relações de gênero, cultura e economia indumentária são as cartas jesuíticas que estão representadas no *Monumenta Brasiliae* - obra dedicada à Cidade de São Paulo, realizada, provavelmente, no período das comemorações do aniversário da cidade -, compiladas por Serafim Leite. Essas fontes são analisadas por tratarem da catequese e das relações econômicas da formação colonial da América portuguesa. No plano dos modos de vestir, auxiliam na abordagem do significado da nudez e da necessidade jesuítica de cobrir os povos conquistados.

A ordem religiosa da Companhia de Jesus era fundada em 1546, em Portugal e se espalhava pelas províncias de Goa, Índia, Japão e Etiópia. Na Terra de Santa Cruz, a primeira expedição jesuítica chegava no dia 29 de março de 1549, com o padre Manuel da Nóbrega (Superior), Pe. Leonardo Nunes, Juan de Azpicuelta Navarro, Antonio Pires, os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Esses inicianos estabeleciam-se juntamente com os governantes da Nova Terra, o governador geral Thomé de Souza, o Ouvidor-Mor Pedro Borges e o Provedor-Mor Antonio Cardos de Barros. A governança da terra e a catequese formeciam as condições da expansão da fé e do império do rei D. João III (1502-1557).²⁸⁸

Na Terra de Vera Cruz, o padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) procurava catequizar os índios, estabelecendo práticas de conversão por meio dos sermões e dos ensinamentos aos gentílicos. Em fins de 1552, seguiu da Bahia para a Capitania de São Vicente, auxiliando na fundação de São Paulo dos Campos de Piratininga. No entanto, os conflitos gerados no Rio de Janeiro, com as invasões francesas e a resistências dos

²⁸⁶ Idem, p.58.

²⁸⁷ Idem, pp. 59-60.

²⁸⁸ Serafim Leite. Introdução Geral. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp.1-84

índios de etnia Tupinambá faziam o Provincial partir para essa Capitania, deixando a região paulista e fixando-se como Reitor do Colégio Jesuítico no Rio.²⁸⁹

Na Capitania de São Vicente, outro jesuíta importante era o padre Vicente Rodrigues (1528-1600), mestre-escola. Nasceu por 1528 em S. João da Talha, filho de Antão Rijo e Isabel Jorge, irmão do padre Jorge Rijo, ministro do Colégio de Coimbra. Entrou na Companhia em Coimbra a 16 de novembro de 1545 e seguiu para o Brasil com Nóbrega em 1549. Segundo Serafim Leite, “passados 15 dias, escrevia Nóbrega que o irmão Vicente ‘ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever’”.²⁹⁰

Em 1553, o inaciano Rodrigues ordenava-se e partia para a Capitania de São Vicente. No Colégio de São Paulo trabalhava com os índios e de acordo com Leite: “Como os alunos a princípio não eram, nem podiam ser, muitos, ainda lhe sobrava tempo para agricultor e aprender a arte de tecelão, a fim de ensinar este ofício aos Índios”. Superior em 1562, tomou parte na conquista do Rio de Janeiro, voltou à Bahia como Padre Espiritual, retornou ao Rio, falecendo no dia 9 de Junho de 1600.²⁹¹

Também o padre Antonio Rodrigues (1516-1568) esteve presente na Companhia de Jesus em São Vicente em 1553, participando da fundação da vila de São Paulo e da armada de Mem de Sá contra os franceses no Rio de Janeiro, em 1567.²⁹²

No Novo Mundo, as conquistas reais ultramarinas expandiam-se por meio do estabelecimento das feitorias locais, do povoamento com “a gente em grandíssimo número”, da luta constante contra os “poderosos” “ladrões do mar”. O reino português guardava a costa brasílica dos ataques normandos e bretões, graças aos “homens do mar” como Martim Afonso de Sousa e o próprio governador geral. Além disso, formava-se a instituição da Companhia de Jesus no universo da Reforma Católica e dos impérios ultramarinos, contrários aos hábitos, ou costumes, dos huguenotes protestantes.²⁹³

Na perspectiva da Coroa, os hábitos dos Inacianos e da governança da terra expandiriam a fé e o império da Cristandade. Em carta do padre Pedro Fabro ao dr. Diogo de Gouveia, em Paris, havia a expectativa de que a catequese jesuítica conseguisse aprender as línguas dos colonizadores e enriquecesse a Igreja.

²⁸⁹ Idem, pp.34-36.

²⁹⁰ Idem, pp.40-41.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem, p.44.

Possivelmente, jóias e ricas indumentárias faziam parte das esperanças religiosas da Cúria Romana.²⁹⁴ Também o rei D. João III esperava que seus súditos nas novas conquistas adquirissem conhecimento da vida, da letras e dos costumes, conforme carta de 1539.²⁹⁵

Com a dificuldade colonizadora na primeira metade dos Quinhentos devido à resistência gentílica e as expedições francesas e espanholas nas costas brasileiras, a Coroa portuguesa decidia estabelecer um Governo Geral, bem como a Companhia de Jesus. A região costeira da América portuguesa, assim, ficava povoada graças à formação das feitorias e ao processo de catequização dos gentios.²⁹⁶

Em carta de Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues, aquele escrevia logo ao chegar na Bahia, em 1549, achando “ a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação”, o qual se encontrava em pecado mortal, pois os colonos viviam com as negras da terra a fazer filhos. O iniciano descreve ainda a presença de um principal, o qual “Anda muito fervente e grande nosso amigo; demo-lhe hum barrete vermelho que nos ficou do mar e humas calças. Traz-nos peixe e outras coisas da terra com grande amor. (...)”. Observava a necessidade de vestir os selvagens, ao afirmar que “Parece-me que nom podemos deixar de dar roupa que trouxemos a estes que querem ser christãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguaes com eles, ao menos, por nom escandalizar aos meus Irmãos de Coimbra, se souberem que por falta de algumas siroulas deixa hum alma de ser christãa e conhecer o seu Criador e Senhor e dar-lhe gloria. Ego, Pater mi, in tanto positus igne charitatis non cremor”.²⁹⁷

²⁹³ “Carta do Dr. Couto de Gouveia, o velho a D. João III, Rei de Portugal”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, 1956, p. 91.

²⁹⁴ “Carta do P. Pedro Fabro e companheiros ao dr. Diogo de Gouveia, Paris”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, 1956, p. 98.

²⁹⁵ “Carta de D. João III, rei de Portugal a Pedro de Mascarenhas, Roma. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, 1956, pp.101-104.

²⁹⁶ Sobre esse primeiro momento da exploração costeira do espaço da Terra de Santa Cruz, ver Capistrano de Abreu. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, (1ª ed. 1883), 1999. Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Ed. UNB, (5ª ed.) 1963, pp. 58-62. Alexander Marchant. *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Ed. Nacional, (2ª ed.), 1980. Leyla Perrone-Moisés. *Vinte luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁹⁷ “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. Da Bahia, 10 de abril de 1549” in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol. 1. (1538-1553), p. 113.

Além disso, para Nóbrega havia um principal indígena batizado, o que ganhava pelos serviços cristãos prestados e pela aliança, um “barrete vermelho que ficou no mar com umas calças.”²⁹⁸

O primeiro grupo de jesuítas chegava na América portuguesa realizando missas, construindo Colégios e possuindo terras, escravos e produzindo açúcar. Ao auxiliar na construção de Igrejas e Colégios Jesuíticos, os inacianos, a administração local e os colonos ganhavam espaços de visibilidade dos gestos e das maneiras de vestuário no Novo Mundo, em frente às populações ameríndias. Ademais, os jesuítas aliavam-se com as autoridades gentílicas, dando-lhes artefatos.

Ainda segundo Nóbrega, o padre Leonardo Nunes juntamente com Diogo Jácome ensinava a “doutrina aos meninos” em Ilhéus e Porto Seguro. Nesse sentido, a catequese cristã constituía-se uma prática religiosa, na qual os jesuítas revestiam os curumins sobre a fé, o espírito, bem como de roupas para eliminar o mal e a nudez dos catecúmenos. Confissões e vestuários, no primeiro século de Colonização eram, conjugadas, principalmente no que diz respeito às índias e crianças indígenas brasílicas, aliadas aos colonos.

A preocupação com a cristianização também fazia parte do ideário de Tomé de Souza, o qual fora, segundo Nóbrega, “escolhido por Deus” para engrossar o número de cristãos na Terra Brasilis.²⁹⁹

Em outra carta, em agosto do mesmo ano, o jesuíta Principal descrevia os costumes dos selvagens de conviverem em pecado, sem o sacramento do matrimônio, havendo assim concubinatos entre os colônos, os quais possuíam filhos com as índias. O jesuíta ainda indicava a circulação das mulheres brasílicas e o baixo custo de sua escravidão. As cunhãs eram divididas em algumas categorias sociais. De início, classificava-as como aliadas ou inimigas, ou “livres”. As primeiras eram as “negras mancebas”, as cativas e as forras. As segundas eram aquelas que viviam soltas e distantes dos ensinamentos de Deus.

Posteriormente, no mesmo texto, divide as hierarquias de três maneiras: resgatadas, casadas e vendidas. Descrevia o comércio de cativas indígenas na primeira

²⁹⁸ “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. Da Bahia, 10 de abril de 1549” in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol. 1. (1538-1553), p. 113.

²⁹⁹ “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. Da Bahia, 10 de abril de 1549” in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol. 1. (1538-1553), p. 114-115.

metade do século XVI, porém, diferentemente das escravas africanas, essas não atravessariam o Atlântico Sul e não integravam-se na constituição do capital mercantil.

Contudo, para Nóbrega, nesse momento, a hierarquia social dos homens era mais simples, havendo apenas a alteridade de “colonos” e/ou “livres”, os índios mansos e os bravios, que viviam resistindo com lutas e provocando escândalos, como a guerra por vingança. Os conflitos entre colonos e índios mansos versus os bravos gentios do sertão, tornavam-se um costume da terra. A primeira geração de colonos, conviviam provavelmente muito próximo dos gentios, os quais podiam ser aliados – ajudantes –, ou inimigos – resgatados e escravizados e comercializados. Os jesuítas atacavam a mercância dessa mão de obra.

O processo de colonização parece ter alterado os estados de guerra das tribos gentílicas e, segundo Nóbrega, os conflitos bélicos estavam diretamente relacionados à força dos homens guerreiros. Nesse primeiro momento, a atividade guerreira era parte integrante da masculinidade, para utilizar um conceito atual, dos gentios. Todavia, como os jesuítas compreendiam o “homem gentílico” e qual era a construção dos inacianos a respeito das relações de gênero? Como essas imagens foram sendo transformadas?

Com relação ao gênero feminino, Nóbrega mantinha a preocupação com a salvação das almas, principalmente das mulheres brancas e “erradas” do reino. O jesuíta pedia ao rei que enviasse mulheres dessa categoria à Terra de Santa Cruz para que povoassem a terra e se redimissem dos pecados.

Além de defender a vinda de casais cristãos, o inaciano pedia ao rei, “algum petição para roupa, para entretanto cobrimos estes novos convertidos, ao menos uma camisa a cada mulher, pela honestidade da religião cristã, porque vem todos a esta cidade à missa aos domingos e festas, que faz muita devoção e vem rezando as orações que lhe ensinamos, e nom parece honesto estarem nuas entre os cristãos na igreja, e quando os ensinamos. E disto peço ao Pe. M. João tome cuidado, por ele ser parte na conversão destes gentios, nom importante [5r] para cousa tão santa; e a isto se avião de aplicar todas as restituições que lá se houvessem de fazer, e isto agora somente no começo que eles farão algodões para se vestirem ao diante”.³⁰⁰

³⁰⁰ Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Roderigues, Lisboa. Da Bahia, 15 de abril de 1549. In: Serafim Leite, Monumenta Brasiliae. Nonumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 1, pp. 127-128.

Apesar de repetir em suas correspondências a necessidade de vestir os povos indígenas, Nóbrega continuava a notar que algumas índias brasílicas adotavam o costume colonizador, pois andavam “ al traje de gigantas con paños de algodón, por la tierra ser más fria que esta la qual aquí es muy templada (...)”.³⁰¹

Ainda na correspondência de Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues, o jesuíta descrevia as procissões na Nova Terra, em que a população fazia “danças e invenções”³⁰² à moda de Portugal. É interessante pensar, portanto, em como eram realizadas a criatividade colonial, e como eram as vestimentas dos participantes dessas manifestações culturais.

Na carta de Nóbrega para Martín Azpicuelta Navarro, pode-se levantar novas informações sobre a indumentária e os modos de vestir na Colônia. Os membros da Companhia de Jesus deveriam defender o “vestuário cristão”.³⁰³ E a cultura indumentária estava diretamente relacionada à Cristianização e Catequese na América portuguesa durante o Quinhentos.

Escrevia o padre Pedro Domenech de Lisboa para os padres de Coimbra, que no dia seguinte do dia de reis, os jesuítas “vestiam suas sobrepelices e um deles uma capa e os meninos [órfãos enviados para a Colônia] com sua cruz levantada e um retabolo de Nossa Senhora, levantavam no ar cantando a Salve Rainha...”³⁰⁴ Além disso, encontrase outro dado sobre as vestimentas jesuíticas, dessa vez um auxílio real. Em 1550, D. João III enviava para a Companhia 56\$000 réis para utilizarem para “vestido e calçado”.³⁰⁵

Vestir as populações indígenas como os civilizados europeus era uma forma de transformação radical. Os corpos dos povos indígenas eram brutalmente metamorfoseados por meio do consumo indumentário. A nudez e a utilização das plumárias foram colonizadas e catequizadas por roupas europeizadas.

³⁰¹ Informações das terras do Brasil do P. Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra. Da Bahia, agosto de 1549. Serafim Leite, Monumenta Brasiliae. Nonumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 1, p. 147.

³⁰² Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Roderigues, Lisboa. Da Bahia, 15 de abril de 1549. In: Serafim Leite, Monumenta Brasiliae. Nonumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 1, p. 135.

³⁰³ Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Roderigues, Lisboa. Da Bahia, 15 de abril de 1549. In: Serafim Leite, Monumenta Brasiliae. Nonumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 1, p. 135.

³⁰⁴ Do P. Domenech aos padres e irmãos de Coimbra. Lisboa, 27 de janeiro de 1550. In: Serafim Leite, Monumenta Brasiliae. Nonumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 1, pp. 175-176.

³⁰⁵ De D. João III, rei de Portugal a Tomé de Sousa, governador do Brasil”. In: Serafim Leite, Monumenta Brasiliae. Nonumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 1, p.212.

Nesse sentido, também as silhuetas dos indígenas foram colonizadas, pois as roupas de seda, veludo, jóias, tecidos de algodão lentamente passaram a ser consumidos por todas as camadas sociais, inclusive pelos cativos. A hierarquia social estabeleceu-se logo de início e as dificuldades dos colonos de manterem-se de conformidade com as aparências ibéricas e europeizantes eram evidentes.

Em síntese, na primeira metade do Quinhentos, a governança da terra e a catequese jesuítica foram estruturadas na Terra Brasilis, com base na inovação do processo colonizador, a partir do conhecimento da costa, da conquista do território e da aquisição de mão de obra e catecúmenos indígenas. No campo da cultura indumentária, as vestimentas do Velho Mundo foram, de maneira lenta, inseridas no cotidiano dos colonizadores. Mas as vestes coloniais transformavam de modo radical as articulações entre os gêneros, bem como a relação com o corpo entre as populações indígenas.

3.3. *Estilo de vida e ideal cortês da elite açucareira*

O período de 1500 até 1530 representava um momento chave para a colonização portuguesa no Novo Mundo, pois se constituía o processo de exploração da costa, da conquista vagarosa das terras e da utilização da mão de obra indígena para a extração de pau-brasil pela primeira geração de colonos.

Nesses primeiros tempos, a população ibérica ocupava de maneira lenta a região costeira. As aventuras dos primeiros exploradores, que constituíam as primeiras famílias de mamelucos, resultavam em uma sociedade fluida com intensa mobilidade.

A partir da terceira década do Quinhentos, os lusitanos começavam a estabelecer as suas bases no Novo Mundo, na perspectiva da formação das instituições governamentais.³⁰⁶

O estilo de vida inicial aproximado ao indígena, distanciava-se das características locais e paulatinamente inseria-se na formação da sociedade e economia açucareira quinhentista. Segundo Ricupero, “... as iniciativas colonizadoras empreendidas pelos donatários na segunda metade da década de 1530 já se estruturaram centralmente na produção açucareira, relegando para segundo plano o extrativismo do pau-brasil, que vinha sendo explorado desde as primeiras expedições de reconhecimento no início do século XVI”.³⁰⁷

Dessa maneira, senhores do ultramar, como Mem de Sá, começavam a investir nas primeiras famílias senhoriais, possuidoras de terras, engenhos e inicialmente cativos indígenas.³⁰⁸ Por intermédio das doações de Sesmarias “para viabilizar a colonização mercantil” e da exploração da mão de obra, primeiramente indígena, depois africana, a camada senhorial colonial em constituição passava lentamente, ao longo do Quinhentos, a integrar-se na economia exportadora da economia-mundo.³⁰⁹

Nesse contexto de desenvolvimento do processo de ocupação do litoral colonial do Quinhentos, as mulheres brancas pobres portuguesas atingiam na colônia uma ascensão social importante, tornando-se inicialmente senhoras de escravos índios e

³⁰⁶ Conforme Ricupero, nesse momento “já tinha começado a se formar uma elite local, associada, mesmo antes da criação do Governo-geral, aos objetivos da Coroa e a uma embrionária administração colonial, lembrando-se que ao rei cabia a nomeação nas capitânias de vários cargos, particularmente os ligados à Fazenda”. Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 25-26.

³⁰⁷ Idem, p. 24.

³⁰⁸ Idem, p. 25.

³⁰⁹ Segundo Ferlini, “o alvará de 8 de dezembro de 1590 abria amplamente as possibilidades de datas, ao determinar que a todas as pessoas que se dirigissem ao Brasil com suas mulheres e filhos lhes fossem dadas terras de sesmarias”. Vera Lucia Amaral Ferlini. *Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 236.

posteriormente, africanos. Conseguiram administrar a mão-de-obra cativa e realizar papéis econômicos relativamente significativos como a mercancia e os ofícios de tecelãs. Além disso, adquiriam *status*, casando com a governança da terra, possuindo riquezas como engenhos, lavouras canavieiras, cativos, jóias, vestes e indumentárias de luxo originárias do Velho Mundo.

O padre Anchieta crítico mordaz do comportamento das elites senhoriais e escravistas da Terra de Santa Cruz, e mais especificamente de Salvador, afirmava que “Os homens e mulheres portugueses, nesta terra se vestem limpamente de todas as sedas, veludos, damascos, raseis e mais panos finos como em Portugal, e nisto se tratam com fausto, máxime as mulheres que vestem muitas sedas e jóias e creio que levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, às de Portugal e todos, assim, homens como mulheres como aqui vêm se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazendas de açúcar por onde reina o ócio e lasciva e o vício da murmuração geralmente”.³¹⁰

O mesmo missionário observava que em Salvador as mulheres tinham que trabalhar na lavoura, na produção de mantimentos e no cuidado da roupa. Com relação à indumentária, mantinha-se uma pequena produção de tecidos e roupas de algodão da terra e o mais era trazido do Reino. Sem recursos, a Colônia era obrigada a importar uma série de produtos do Velho Mundo: “Para vestir há muito algodão que se encontra e todos os anos dão umas árvores frescas como salgueiros e todos os anos dão uns folhelhos ou capuchos cheios de algodão. As mais cousas de vestir vem da Europa, isto é, veludos razes, damascos, tafetás, panos finos e baixos de toda sorte, holandas e lenços de linho”³¹¹

Também Gabriel Soares de Sousa descrevia a possível opulência da elite baiana senhora de engenho, realizando, em certo sentido, uma crítica: “Na cidade do Salvador e seu termo há muitos moradores ricos de fazenda e raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos e alfaias de casas, entanto que há muitos homens que têm dois e três mil cruzados em jóias de ouro e prata lavrada. Há na Bahia mais de cem moradores que têm cada ano de mil cruzados até cinco mil de venda, e outros que têm mais, cujas fazendas valem vinte mil até cinquenta e sessenta mil cruzados, e desvantagens, os quais tratam suas pessoas mui honradamente, com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, por que não vestem senão sedas, por a terra não

³¹⁰ Joseph de Anchieta. “Informação da Província do Brasil para nosso padre (1585)” In: *Cartas, informações e fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 426.

ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer peão anda com calções e gibão de cetim ou damasco, e trazem mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo, os quais, como têm qualquer possibilidade, têm suas casas mui bem concertadas e na sua mesa serviço de prata, e trazem suas mulheres muito ataviadas de jóias de ouro”.³¹²

Na América portuguesa, os valores extra-econômicos como os ideais nobiliárquicos de fidalguia e nobreza eram significativos, sendo constante o desejo por objetos de luxo. No entanto, esses artefatos correspondiam a um consumo ainda muito incipiente e a vida material da elite ainda era bem simples em comparação com a Metrópole.

Um vestido, um espelho, uma porcelana, ou qualquer outro artigo importado representava uma capacidade de gerar riqueza, a qual se convertia em artigo luxuoso. De acordo com Ferlini, “Mais importante do que a riqueza era a sua ostentação, em público, nas ruas e igrejas, trajes e adereços diferenciavam as pessoas. Gorgurão, veludo e seda, tecidos das vestes ricas, constam nos inventários dos mais ricos em maior quantidade, mas está presente nos bens dos que, embora com menor posses, faziam parte da elite. O vestuário e as jóias constituíam signos de riqueza e honra. Ainda no primeiro século da colonização o cronista [Gabriel Soares de Sousa] anotava, indicando a possibilidade de viver honradamente na colônia e ascender a uma posição elevada na hierarquia da sociedade colonial”.³¹³

Assim, o consumo indumentário na colônia portuguesa, caracterizado pelo “simbolismo do aparecer”³¹⁴, por sua vez, estava relacionado ao estilo de vida senhorial e escravista, e este modo de vida era caracterizado também pela ostentação das aparências.³¹⁵ Os livres pobres e a população escrava poderiam ser desclassificados pela elite no que tange às maneiras de se comportar e de vestir, pois os cativos eram proibidos de usarem sapatos, e sendo, muitas vezes, criticados pelos cronistas coloniais por imitarem os modos de vestir das camadas superiores. Para Sérgio Buarque de Holanda, “o calçado teve com bastante frequencia um prestígio quase mágico em terras de portugueses, valendo como prova de nobreza ou importância social de quem o usava.

³¹¹ Idem.

³¹² Gabriel Soares de Souza. *Tratado descritivo do Brasil em 1587. Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Itatiaia, 2001, p. 108.

³¹³ Vera Lucia Amaral Ferlini. Op. Cit., (2010), p. 119.

³¹⁴ Idem, p. 111.

³¹⁵ Daniel Roche. Op. Cit., 2007.

Entre as mulheres, então, tinha-se como indiscreta ou provocada exibição dos pés nus. (...).³¹⁶

A elite tentava excluir grande parte da população do seu consumo indumentário ostensivo. Este modo de vestir ocorria periodicamente, em situações de exposição pública. Segundo Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, “O luxo asiático, que muitos imaginam generalizado ao norte açucareiro, circunscreve-se a famílias privilegiadas de Pernambuco e Bahia. E este mesmo luxo mórbido, doentio, incompleto. Excesso numas cousas, e esse excesso à custa de dívidas; deficiências noutras. Palaquins forrados de seda, mas telha-vã nas casas-grandes e bichos caindo na cama dos moradores”.

O autor descreve enfaticamente sobre a participação das senhoras de engenho no fabrico dos doces e das comidas, bem como na comensalidade, na hospitalidade e nos modos de se comportar à mesa. No entanto, pouco revela sobre os modos de vestir e a indumentária destas mulheres. Sobre as formas de uso das roupas e ornamentos da elite, Freyre apenas destaca que “Nem esqueçamos este formidável contraste nos senhores de engenho: a cavalo grandes fidalgos de estribo de prata, mas em casa uns franciscanos, descalços, de chambre de chita e às vezes só de ceroulas. Quanto às grandes damas coloniais, ricas sedas e um luxo de tetéias e jóias na igreja, mas na intimidade, de cabeção, saia de baixo, chinelo sem meias. Efeito em parte do clima, esse vestuário tão à fresca; mas também expressão do franciscanismo colonial, no trajar como no comer de muito fidalgo, dos dias comuns.”³¹⁷

Na sociedade colonial, a população mantinha-se com padrões de consumo indumentário específico, na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda, “ética de fidalgos”³¹⁸, que valorizava o ócio, a ostentação, a cultura das aparências e a presença de uma “sensibilidade indumentária” excludente. Contudo, na prática, centrava-se no uso de roupas e adereços comuns, que passavam em mãos em mãos por meio do mercado de roupas de segunda mão e deixadas como heranças valiosas.

Para Freyre, em *Modos de Homem & Modas de Mulher*, “desde o século XVI”, os colonos importavam modelos de vestir, mas as “tendências” e “adaptações” dos mesmos eram “lembrados ou guardados na memória e trazidos, por colonos de maior poder econômico..”. Ademais, as mulheres, para o autor, tinham pouco espaço e viviam

³¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (1ª ed. 1956), p. 27.

³¹⁷ Gilberto Freyre. *Casa-grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, pp. 38-39.

subordinadas às ordens patriarcais, assim como predominavam os modos masculinos no que diz respeito à cultura e economia indumentária.³¹⁹

Todavia, a vida do dia-a-dia na colônia era distante do reino e do ideal de fidalguia, na medida em que as mulheres da elite acabavam assumindo papéis distintos daqueles que lhes eram reservados na Metrópole, principalmente quando se tornavam viúvas, pois se viam também obrigadas, muitas vezes, a assumir a administração dos bens e a trabalharem.

No comando dos negócios, como bem observou Charles Boxer, o papel das mulheres viúvas nas colônias portuguesas era extremamente importante.³²⁰ Um dos casos mais famosos foi o poderio de Dona Beatris de Albuquerque. Filha de uma família proeminente de Portugal, que veio à América Portuguesa acompanhando o irmão Jerônimo de Albuquerque e o esposo Duarte Coelho, primeiro donatário da rica Capitania de Pernambuco.³²¹ Esta senhora, após a viuvez viu-se na condição de governante, era chamada de “governadora”, e, como tal detinha o consistente apoio da Companhia de Jesus.³²² Provavelmente, ficou como tutora do filho Jorge Coelho de Albuquerque, o qual, segundo Gabriel Soares de Souza, conseguia governar uma região que enviava de quarenta a cinquenta navios carregados de açúcar e pau-brasil.³²³

Pero de Magalhães Gandavo descrevia a presença de outra senhora da elite, Jeronyma de Albuquerque, viúva do capitão Pero Lopes de Souza, que acompanhava o esposo na Capitania de Tamaracá, onde havia um engenho de açúcar e muito “pau-brasil e algodão”.³²⁴

Nessa perspectiva, as viúvas portuguesas, na colônia, obtinham o controle sobre a família – o espaço privado – e por extensão à esfera pública, pois na colônia o público e o privado eram imbricados, não havendo uma nítida distinção.³²⁵ A partir disto,

³¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras (1ª edição 1936), 1995, p. 37.

³¹⁹ Gilberto Freyre. *Modos de Homem & Modas de Mulher*. Rio de Janeiro: Global, (1ª ed. 1987), 2009, p. 250.

³²⁰ Charles Ralph Boxer. *Mary and Misogyny. Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815). Some facts, fancies and personalities*. London, UK: The Trinity Press, 1975.

³²¹ Alida C. Metcalf. *Go-betweens and the colonization of Brazil (1500-1600)*. Austin, U.S.A.: University Press, 2005, p.292, nota 56.

³²² Do P. Riu Pereira aos padres e irmãos de Portugal. De Pernambuco, 6 de abril de 1561. Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu. (1558-1563) Romoa/Coimbra: 1958, vol.3. (1558-1563), pp. 323-336.*

³²³ Gabriel Soares de Souza. *Op. Cit.*, p. 46.

³²⁴ Pero de Magalhães Gandavo. *Tratado da Terra do Brasil & História da Província de Santa Cruz. Século XVI*. São Paulo: EDUSP, 1980, p. 25.

³²⁵ Eni de Mesquita Samara. *Famílias, Mulheres e Povoamento, São Paulo, século XVII*. Bauru: EDUSC, 2003, pp.45-51. Fernando. A. Novais. Condições da privacidade da colônia. In: SOUZA, Laura de Mello

pergunta-se até que ponto esta senhora esposa do donatário detinha realmente o poder de mando? Será que os cronistas e jesuítas não construíram uma imagem da portuguesa poderosa, em oposição à suas cativas indígenas?

Na capitania da Bahia, havia outra senhora de engenho, Dona Leonor Soares, viúva de Simão da Gama de Andrade, que tinha uma fábrica de açúcar na rica região da beira do rio Piraja.³²⁶

Em Ilhéus, segundo Soares de Souza, o nobre cavalheiro Pedro de Campos Tourinho, acompanhado da esposa Inês Fernandes Pinto e dos filhos, estabelecia-se, fazendo guerra contra o gentio e construindo engenhos. Após a sua morte, a região ficava mal governada com o filho Fernão do Campo Tourinho. Mas foi com a morte deste e com a venda da Capitania para o duque de Aveiro, d. João de Alencastre, que a região se enriquecia. A filha solteira, Leonor do Campo, com a ajuda dos padres da Companhia de Jesus, construía engenho e estabelecia comércio com a Metrópole.³²⁷

Além da atividade de comando dos engenhos, as mulheres da elite açucareira participavam ativamente das redes de caridade cristã. Este costume parece ter sido frequente em outros locais da Colônia. Na Bahia, por exemplo, o jesuíta Rui Pereira contava que “...ao domingo, depois da missa, vinham as mulheres com suas esmolas de farinha e peixe, e ofereciam as diante do altar, e às vezes em tanta quantidade que não tenham os nossos, que aí residiam, em que as recolher, até que o Padre Iho veio a defender. E isto, afora as esmolas que cada dia traziam a casa ora uns ora outros”.³²⁸

Dessa forma, o número e a importância do papel das mulheres da elite açucareira parecem maiores do que aqueles apontados por Gilberto Freyre e pela historiografia posterior. As esposas dos governantes da terra parecem ter acompanhado os esposos no primeiro século da colonização. Quando viúvas, na Terra de Santa Cruz, essas mulheres tinham presígio, *status* e, geralmente, organizavam o trabalho cotidiano das casas-grandes e eram exemplos de conduta e valores nas cidades mais importantes da América portuguesa.

As mulheres da elite açucareira possuíam espaços relevantes na sociedade, acompanhando os maridos nas empreitadas administrativas e colonizadoras, tendo

e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 13-40.

³²⁶ Gabriel Soares de Souza. Op. cit., p.113.

³²⁷ Idem, p. 66.

³²⁸ Carta do P. Rui Pereira aos padres e irmãos de Portugal. Da Bahia, 15 de setembro de 1560. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1958, vol. 3. (1558-1563), p. 305.

status de senhora de engenho e realizando teias de caridade cristã. Além disso, coordenavam as costuras e as atividades cotidianas nas casas-grandes. Nas cidades, distinguiam-se nos primeiros tempos coloniais por serem exemplos da ostentação indumentária. Essas senhoras eram imitadas por outras de camadas sociais menos favorecidas. Estas últimas criticadas pelos relatos quinhentistas de Gabriel Soares de Souza e dos jesuítas por exagerar nas vestes e nos ornamentos.

Para os jesuítas, tanto as senhoras quanto as escravas indígenas deveriam ter seus costumes normatizados pelos sacramentos do batismo e do casamento. Além da religiosidade e do recato, era valorizado o trabalho na fiação e costura. Segundo o padre Rui Pereira, “as moças, com as mais mulheres, se vão depois da doutrina a fazer seus serviços e a fiar para terem pano que se cubram, das quais muitas andam já cobertas”.³²⁹

Desde o início da colonização, os padres destacavam a transformação das silhuetas das mulheres indígenas de maneiras radicais, pois a imagem da nudez feminina atritava com o sentimento catequético e cristão dos jesuítas. Combater o mal das índias nuas era tarefa difícil para os missionários cristãos.

No primeiro contato entre administração colonial, jesuítas, colonos e indígenas do Século XVI, as silhuetas femininas foram transformadas radicalmente. Posteriormente, as mudanças se deram aparentemente de forma mais lenta. Os discursos sobre as imagens das vestes das mulheres indígenas foram metamorfoseadas aos poucos. Novas cores, formas e materiais dos tecidos e indumentárias eram inseridos na sociedade colonial nesse momento. Além disso, a constituição fixa dos vestidos femininos e dos gibões masculinos fazia com que a capacidade criativa e o estilo colonial fossem ainda mais intensos. A rigidez da forma das indumentárias fazia com que as mulheres coloniais, autoras centrais desta cultura das aparências, criassem novas indumentárias. Logo, no Novo Mundo, diferentes modos de vestir eram descobertos e transformados com uma criatividade incrível, que passava aos olhos contemporâneos da modernidade como exótico.³³⁰ Desse modo, a teatralidade dos gestos e dos comportamentos foi uma característica marcante encontrada nas narrativas quinhentistas.

³²⁹ Carta do P. Luiz Pereira aos padres e irmãos de Portugal. Da Bahia, 15 de setembro de 1560. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 3, 1958, p.294.

³³⁰ John Block Friedman. The art of the exotic: Robinet Testard's Turbans and Turban-Like Coiffure. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.4, 2008, pp.173-191.

No Novo Mundo, os colonos viviam ao mesmo tempo, conforme descreve Novais, em “duas faces: senhor e empresário”. Nesse sentido, “na própria aquisição das condições de estilo senhorial o colono já se defronta com o mercado; sendo o escravo uma mercadoria, a sua obtenção se dá na órbita da circulação. Assim, se a posse de escravos era critério de status e possibilidade de estilo senhorial de vida, a sua aquisição envolvia penetrar no mundo das relações mercantis; as duas faces são, pois, como o anverso e reverso da mesma moeda, e esta nos parece uma peculiaridade da formação social da colônia”.³³¹

Concluindo, as mulheres coloniais conviviam nesse mesmo universo, estando ora a frente dos negócios na administração dos bens, ora consumindo os produtos e vivendo ao estilo e valores da nobreza ibérica, os quais incluíam os ideais femininos e masculinos. Nesse sentido, a economia e cultura indumentária estavam imbricadas às distinções e hierarquias de gênero, bem como ao universo da escravidão e no âmbito mais geral à dinâmica do Antigo Sistema Colonial.

³³¹ Fernando Novais. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005, p. 148.

PARTE II
ENTRE GIBÕES E FLECHAS:
A ECONOMIA DO ALGODÃO NO PLANALTO
PAULISTA

CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO DA VILA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVI

4.1. *As primeiras famílias coloniais e os jesuítas*

Os têxteis e tecidos do Velho Continente espalhavam-se por várias partes da economia mundo.³³² No império ultramarino português, o algodão era cultivado também pelos povos africanos de Moçambique, chamado pela população nativa de machira. Apesar da influência dos tecidos hindus, flamengos e ingleses, os africanos continuavam a utilizar os têxteis locais.³³³

Ainda no século XVI, os espanhóis nas Índias de Castela encontravam uma série de tecidos de algodão edificados na região noroeste do atual México, na cultura mexica, sendo as mulheres totonacas e huastecas, especialistas na tessitura e no bordado desses têxteis. Essas índias eram protegidas pela deusa das flores, da juventude e do amor, Xochiquetzal. Também na região Sul da América espanhola, nos reinos Incas, havia uma rica cultura algodoeira, principalmente em Chancay, ao norte de Lima.³³⁴ Também em Tucumã, havia produções caseiras, possivelmente comandadas pelas mulheres, de tecidos rústicos em linho e algodão.³³⁵

No Atlântico Norte, o algodão passava a ser cultivado pelos povoadores pioneiros. Primeiramente, na região da Virgínia, no início do século XVII, esse produto fazia parte das matérias primas exportadas para a Metrópole Inglesa. A partir de 1650, entretanto, o cultivo algodoeiro atingia a Carolina do Sul e a Geórgia. As plantações de

³³² Braudel sintetiza a posição do Novo Mundo na economia mundo: “A América, no seu conjunto, apresenta-se como uma justaposição, um amontoado de sociedades e de economias diversas. Na base, economias semifechadas, chamam-lhes como quiserem; acima delas, economias semi-abertas, se assim se pode dizer, finalmente nos planos superiores, as minas, as plantações, talvez certas grandes organizações de pecuária (mas não todas) e os negócios. O capitalismo é, quando muito, última fase mercantil: os aviadores dos mineiros, os mercadores privilegiados dos consulados, os mercadores de Vera Cruz em conflito constante com os da Cidade do México, os mercadores que se refestelam por trás da máscara das Companhias criadas pelas metrópoles, os mercadores de Lima, os mercadores do Recife, em face da “senhorial” Olinda, ou os da cidade da Bahia em face da cidade alta. Mas com todos esses homens de negócio, encontramos-nos, na realidade, no tecido das ligações da economia-mundo européia, que é como uma rede lançada sobre a América inteira. Não no interior de capitalismo nacionais, mas no quadro de um sistema global, manobrado a partir do próprio coração da Europa”. Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, v.3, 1996, pp. 396-397.

³³³ Meulonne Toussaint-Sanar. *História técnica y moral del vestido*. 2. Las Telas. México: Alianza Editorial, 1990, p.131.

³³⁴ Idem, p.136.

algodão passavam a atingir os mercados Atlânticos, engendrando-se no trato de escravos africanos, os quais eram comercializados também por tecidos fabricados graças à mão de obra escravista.³³⁶

No comércio do Atlântico Sul, genoveses, flamengos e portugueses negociavam especiarias, açúcar, escravos e como sempre os tecidos. Desse modo, o capital mercantil estendia-se até a região costeira da América portuguesa, expandindo-se na passagem do século XVI ao XVII.

O trabalho com os têxteis estava nas raízes das sociedades indígenas, bem como dos recém colonizadores. O jesuíta Anchieta afirmava que as índias brasílicas traziam “suas camisas de algodão soltas até o calcanhar sem outra roupa e os cabelos e quando muito entrelaçados com uma trançadeira de fita de seda ou de algodão; mas homens e mulheres de ordinário andam nus e sempre descalços”.³³⁷

As populações femininas indígenas, principalmente as Carijó, possuíam habilidades técnicas rudimentares com relação à fabricação dos têxteis de algodão na Terra de Santa Cruz, anteriormente à chegada dos colonizadores. Talvez, esse fato tenha auxiliado na utilização da sua mão de obra, ainda mais em regiões como a Capitania do Sul da América portuguesa, especialmente a de São Vicente.

No primeiro século da colonização, na Capitania de São Vicente constituíram-se as primeiras famílias da elite paulista por meio das uniões consanguíneas – os casamentos entre os colonos recém chegados e as índias brasílicas –, dos combates e aprisionamento dos gentios. J. F. de Almeida Prado observou que nos primeiros trinta anos do século XVI, os lusitanos organizaram expedições costeiras, nas quais encontravam uma série de navios piratas e corsários. Dentre os navios franceses, destaca-se o de Benot de Paulmier de Gonneville, almirado da Normandia, o qual trafegava nos mares do Atlântico Sul, carregando “madeiras para a tintura”.³³⁸ No dia 22 de fevereiro de 1511, outra nau comandada por Cristovan Pires saía carregada de pau-brasil. Novamente, em 1525, a expedição de Garcia Jofre de Loaysa encontrava duas naus e um galeão francês. Esses barcos, portanto, deveriam estar carregados de

³³⁵ Alice P. Canabrava. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/Edusp, 1984, pp. 33-34.

³³⁶ Idem, pp.137-146.

³³⁷ Joseph de Anchieta. *Catas, informações e fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 426.

³³⁸ J.F. de Almeida Prado. *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1532)*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1935, p.24.

plumas e de madeira para as tinturarias francesas renascentistas para a confecção das suas indumentárias.³³⁹

Os portugueses, como João Ramalho, estabeleciam-se nas regiões de São Vicente, logo no início do Quinhentos. Para o historiador Almeida Prado, por volta de fins do decênio de 1520, a exploração da costa passava a ser auxiliada pelos novos moradores, chamados de “náufragos, degredados e desertores”.³⁴⁰

Em torno do dia 21 de janeiro de 1532, Martim Afonso de Sousa chegava com sua frota na Capitania de São Vicente, encontrando, provavelmente, João Ramalho e família, cujo parentesco com os chefes indígenas, dava-lhe privilégio na captura dos gentios. E, segundo o seu irmão deveria “povoar vilas” e “celebrar matrimônio”.³⁴¹

Dessa forma, o senhor ultramarino e o colonial estabeleceram o princípio de povoamento nessa região. O primeiro fora antigo pajem real, primo-irmão do vedor da fazenda D. Antonio de Ataíde, futuro Conde de Castanheira, tornava-se capitão-mor da armada de exploração. Era um homem da governança, representante do rei e conquistador de novas terras para a expansão da fé e do império no ultramar português.³⁴² E, conforme Silva, a doação de Martim Afonso de Sousa era uma recompensa pelos serviços prestados para a Coroa.³⁴³

O segundo colonizou e povoou as paragens do Planalto de Piratininga, formando com a prole mameluca, as primeiras famílias coloniais da região. Devido à dificuldade com os nomes homônimos é duvidoso afirmar que o João Ramalho do início do século XVI, fosse o mesmo da fundação da vila de Santo André da Borba do Campo. Mas, por sua vez, deveria ser um patriarca ascendente distinto entre as populações gentílicas da região.

Membros masculinos da família originária pelo primeiro João Ramalho povoaram a Capitania, como Antonio Rodrigues, ou mesmo, Pedro Afonso, Gaspar Afonso, Domingos Luis Grou, Brás Gonçalves, Pedro Colaço, Padre Pedro Correa, Bras Gonçalves, Jorge Ferreira, Luis de Góes, Jerônimo Rodrigues, Pedro Capico, Domingos Leitão, Pero Góes da Silveira, Pedro Gonçalo Monteiro, Belchior de Azevedo, João de Prado, Henrique da Cunha, João Pires e Vicente Pires.

³³⁹ Idem, pp. 24-64.

³⁴⁰ Idem, pp. 68-96.

³⁴¹ Idem, pp. 70-72.

³⁴² C. Malheiros Dias. Introdução. In: *História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921, vol. 2, p. 43.

³⁴³ M.B. Nizza da Silva. (org.) *História de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 14.

Apesar da população feminina ser formada, em sua maioria, por mulheres indígenas, como a esposa de João Ramalho, Bartira, filha do chefe Tibiriçá, encontrava-se governando a região no Reino, a esposa de Martim Afonso de Souza, D. Ana Pimentel, mulher pertencente à nobreza de Salamanca.³⁴⁴

Nesse sentido, Alida Metcalf, no artigo, *A busca pelo intermediário feminino no século XVI no Brasil*, indica que a partir da década de 1530, a população feminina dividia-se socialmente em cativas e senhoras coloniais, como Beatriz de Albuquerque, a qual, “serviu como um poderoso lembrete dos ensinamentos católicos sobre o casamento”. Mulheres como essa “reafirmaram os laços culturais da colônia com Portugal”.³⁴⁵ A hierarquia feminina dividia-se ainda entre as órfãs e marginalizadas (as degredadas) enviadas à Colônia pela Coroa, e as esposas índias e mamelucas.³⁴⁶

Segundo Adalzira Bittencourt D. Ana Bitencourt era “moça de salão, Franzina, miúda, delicada e bela. Educada junto à Corte, afilhada del-Rei, dama de companhia da Rainha Catarina, irmã de Carlos V da Espanha, cercada de criadas e açalafas, habituada ao luxo, filha que era de dom Francisco Maldonado e de dona Joana Pimentel, fidalgos e ricos, que a criaram como uma princezinha...”.³⁴⁷ A autora também observa que a nobre senhora era trajada por criadas, os “vestidos de sedas e rendas ou de brocados bordados, a ouro que o esposo manda-lhe das Índias ou da China”.³⁴⁸

A descrição historiográfica parece exagerada, todavia, a “moça palaciana”, possivelmente, governava as terras, o povoamento e a colonização incipiente à distância, nomeando como lugar-tenente o Capitão Antonio de Oliveira, substituindo o padre Gonçalo Monteiro.³⁴⁹

A senhora ainda, em 1534 e 1540, assinava duas doações de terras de Jeribatiba para o seu criado Braz Cubas. Ficava a encargo do novo senhor a administração das novas terras, nas quais os conflitos com os gentios eram constantes.³⁵⁰ Talvez, os negócios do Novo Mundo recém descoberto era demasiado custoso e naquele momento

³⁴⁴ Edith Porchat Rodrigues. *Informações históricas sobre São Paulo no primeiro século de sua fundação*. São Paulo: Livraria Martins, 1956, p.96.

³⁴⁵ Alida Metcalf. A busca pelo intermediário feminino no século 16 no Brasil in: Stuart Schwartz. & Erick Lars Myrup. (org.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru, S.P.: Edusc, 2009, pp. 314-315.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Historiadora do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Adalzira Bittencourt reconstrói a trajetória das mulheres paulistas, de uma bela maneira literária. No entanto, os dados reais confundem-se com os imaginados. Adalzira Bittencourt. *A mulher paulista na História*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A., 1954, p. 28.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem, pp. 28-29.

não tão lucrativo quanto a mercancia do Oriente. Na governança das Índias, Martin Afonso era nomeado capitão mor em 1534 e em 1541.³⁵¹

Uma das medidas mais importantes de D. Ana Pimentel, segundo Rodrigues, foi a revogação da ordem do marido da proibição de europeus nos campos de Piratininga. Essa atitude incentivou o povoamento da Capitania de São Vicente.³⁵² Essa região era lentamente povoada durante o século XVI, possuindo como famílias principais, os colonos recém chegados e as mulheres indígenas. Provavelmente, o início do processo de formação familiar e da conquista de novas terras e gentios acontecia a partir de 1532.

Contudo, é raro encontrar dados sobre a constituição econômica dessa região, nesse período. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, cita uma carta, na qual o governador Martim Afonso de Souza deixava os seus poderes ao padre e capitão locotenente Gonçalo Madeira. Esse vigário, por sua vez, doava terras a Estevão da Costa para que esse pudesse fazer “roças de canas e algodões, e o que na terra der”.³⁵³

A Capitania de São Vicente começava a ser povoada pelos colonizadores a partir das três primeiras décadas do século XVI, constituindo as primeiras famílias mestiças, assim como o governador Martim Afonso trazia as primeiras mudas de cana-de-açúcar da Ilha da Madeira e estabelecia o Engenho dos Erasmos.³⁵⁴

No decênio seguinte, as fontes são escassas e poucos dados existem sobre esse período. Em 1548, na costa da região vicentina, a economia açucareira estabelecia-se com seis engenhos, seiscentos colonizadores e quatro mil cativos indígenas na região costeira.³⁵⁵

Com a chegada de Tomé de Souza, governador-geral, e dos membros da Companhia de Jesus, as informações sobre a capitania eram descritas nas cartas dos inicianos. Possivelmente, as feitorias estabelecidas nas costas continuavam a pipocar, entretanto, sem grandes avanços para a Coroa, a qual desejava o crescimento da

³⁵⁰ Idem, pp.32-36.

³⁵¹ Edith Porchar Rodrigues. Op. Cit.

³⁵² Idem, p.97. Segundo Taunay, “depois de facultar D. Ana Pimentel a entrada dos portugueses no Campo, vários concorreram para ela, e a povoação cresceu por sorte, achando-se nesta Capitania, o primeiro governador geral Tomé de Souza, pelos anos de 1553, mandou criar nela uma vila; com tanto porém, que antes disso a fortificassem com uma trincheira e quatro baluartes, onde se cavalgasse artilharia”. Alfredo E. de Taunay. *João Ramalho e Santo André da Borba do Campo*. São Paulo: Publicação para o Quartocentenário da Fundação da vila de Santo André da Borba do Campo, 1953, p. 51.

³⁵³ Pedro Taques de Paes Leme. *História da Capitania de São Vicente (1773)*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 84.

³⁵⁴ Edith Porchar Rodrigues. Op. Cit., p. 136.

³⁵⁵ John Manuel Monteiro. *Negros da terra. Índios, bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 30.

economia – principalmente de roças de cana e algodão –, bem como dos domínios da fé e do império ultramarino português. Assim, segundo Nóbrega, o governador era o “escolhido por Deus” para engrossar o número de cristãos na Terra de Santa Cruz.³⁵⁶

O governante, segundo Ricupero, “realizou uma viagem pela costa ao sul da Bahia, em fins de 1552 e início de 1553, com certeza tendo estado em Ilhéus, Espírito Santo e São Vicente. Tomando uma série de medidas, direta ou indiretamente relacionadas com a defesa, como cercar de taipa as vilas e os engenhos e prover a artilharia necessária nas diversas capitanias, ou ainda ordenar a vila de Santo André da Borda do Campo, a fim de agrupar os portugueses que viviam no planalto, e destituir o capitão de Ilhéus. Além disso, mandou endireitar as ruas de algumas vilas e, ainda, que se fizessem casas de audiência e cadeia em todas elas, demonstrando que sua autoridade se estendia inclusive sobre assuntos locais”.³⁵⁷

Aos poucos as novas conquistas levavam a uma formulação da constituição econômica colonizadora da América portuguesa, pois a Coroa estabelecia de forma paulatina práticas de exploração de pau-brasil e, posteriormente, incentivavam a produção açucareira e de início pouco avançavam na produção rudimentar de algodão já existente na terra.

Na cidade de Olinda, da Capitania de Pernambuco, o Principal Manuel da Nóbrega escrevia, em 1551, ao rei D. João de Portugal, pedindo que mandasse alguns escravos da Guiné para que esses trabalhassem nas lavouras de mantimento e de algodão, com o intuito de prosperar a casa dos meninos do Colégio da Bahia, assim como para sustentá-los e vesti-los.³⁵⁸ Nesse sentido, a economia algodoeira despontava na Capitania da Bahia já em meados do século XVI. O mesmo jesuíta, relatando as novas conquistas, afirmava em abril do ano da sua chegada que os colonos “para se vestirem farão um algodoal que há cá muito”.³⁵⁹

Os membros da Companhia de Jesus, em meados do Quinhentos, começavam a escrever a favor do trato da Guiné e buscavam capturar a população gentílica com o

³⁵⁶ Do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues em Lisboa. Bahia, abril de 1549. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, vol.1, 1956, pp. 108-115

³⁵⁷ Rodrigo Ricupero. *A formação da elite colonial. Brasil (c. 1530 – c. 1630)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 109.

³⁵⁸ Do Padre Manuel da Nóbrega a D. João III, rei de Portugal. Olinda, 14 de setembro de 1551. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, vol.1, 1956, p. 293.

³⁵⁹ “Carta do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues”, Bahia, abril, 1549. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, 1956, p. 126.

intuito de catequizá-los. Os jesuítas, por meio da catequese, defendiam a vinda de africanos e lutavam pela utilização das populações ameríndias. Para Novais, “na fase de implantação compeliu-se o indígena ao trabalho do cultivo da cana e fabrico do açúcar. A expansão da produção, consumindo cada vez mais a força de trabalho escravizada deu lugar ao tráfico negreiro para o Novo Mundo”.³⁶⁰ E, quando havia a ausência de africanos, os colonos utilizaram a mão de obra indígena. Os ganhos da produção dos negros da terra acabavam por serem acumulados na Colônia, mas o trato Atlântico gerava lucro externo, fluindo o capital mercantil para a Metrópole.³⁶¹

Nesse processo de expansão da conquista Colonial, as Capitanias centrais da Bahia e Pernambuco entravam no sistema da economia-mundo e como afirma Pedro Puntoni, a população indígena passava por um “mundo em dissolução” e os cativos africanos passavam a formar uma mão de obra comercializada nas cidades nessa dinâmica econômica.³⁶²

É interessante observar que, na estrutura, a economia colonial externalizada integrava-se ao projeto inaciano colonizador. Isto é, a mercantilização dos africanos era propagada pelos agentes mercantis, bem como pelos jesuítas. Mas essa justificativa encontrava limites na montagem da economia açucareira, pois as senhoras e senhores de engenho, os lavradores de cana e os produtores de algodão precisavam constantemente da força de trabalho indígena, principalmente na conjuntura do último quartel do Quinhentos. Além disso, os jesuítas, chamados por Neves de “soldados de Cristo” utilizavam-se habitualmente dessa população nos aldeamentos espalhados pela “Terra dos papagaios”. Em termos da “ideologia gesuítica”, segundo o autor, “O que tentam fazer o tempo todo de suas vidas – o modo como eles a representam para si e aparece em seus textos – é uma imitação da vida de Cristo; são cenas teatralmente visuadas e que eles efetivamente tentam reproduzir na vida quotidiana”, deles, dos colonos e dos indígenas.³⁶³

Na Capitania de São Vicente, a dinâmica do trabalho indígena fora um processo bem mais longo que aquele ocorrido na região açucareira como Pernambuco ou Bahia. A transição da mão-de-obra gentílica para a africana percorreu por uma longa duração

³⁶⁰ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, (1979), 2001, p. 104.

³⁶¹ Idem, p.105.

³⁶² Pedro Puntoni. *O Estado do Brasil. Poder e política na Bahia Colonial (1584-1700)*. São Paulo. Tese de Livre docência apresentada ao Departamento de História/FFLCH/USP, 2010, p. 12.

³⁶³ Luis Felipe Baêta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, pp. 80-81.

em São Paulo colonial, abrangendo quase dois séculos, perdurando até meados do Setecentos.³⁶⁴

Os jesuítas, na Capitania de São Vicente e na Vila de São Paulo na segunda metade do século XVI, tiveram a atuação direta, concreta, auxiliando, muito provavelmente, no processo de constituição dos ofícios mecânicos e na governança da terra. Os inacianos defendiam a conversão da grande maioria da população indígena e o primeiro passo para esse caminho seria vesti-los.

Além disso, o Principal apontava a necessidade do envio de tecelões e oficiais mecânicos para tecerem o algodão da terra, pois havia excedente dessa matéria prima.³⁶⁵ Nóbrega, ao descrever o trabalho da população indígena, notava que “os índios da terra ajudam a fazer as casas e o demais que querem ocupar, de maneira que vai todo em grande crescimento e há cem casas feitas, e começando engenhos de açúcar, e planta-se as canas e muitos algodões e muitos mantimentos...”³⁶⁶

No plano econômico, a cultura algodoeira começava a ser inserida na América Portuguesa. Inicialmente, para vestir a população indígena, mas depois crescendo sempre em segunda posição à expansão dos engenhos de açúcar. Dessa maneira, Anchieta explicitava a presença da cultura algodoeira, havendo “muito algodão”. Mas quanto essa economia era realmente importante no primeiro período de Colonização, em meio à prosperidade açucareira, com a formação de engenhos e o crescimento do trato africano?

A quantificação em relação à produção e comercialização do algodão é mais difícil, pois os relatos quinhentistas descrevem pouco sobre o produto. O senhor de engenho Gabriel Soares de Souza afirmava que os índios o chamavam de “Maniim”, “cujas árvores parecem marmeleiros arruados em pomares; mas a madeira dele é como de sabugueiro, mole e oca por dentro; a folha parece de parreira, com o pé comprido, vermelho, com o sumo da qual se curam feridas espremendo nelas. A flor do algodão é uma campainha amarela muito formosa, de onde nasce um capulho, que ao longe parece uma noz verde, o qual se fecha em três folhas grossas e duras, da feição das com que se

³⁶⁴ John Manuel Monteiro. Op. Cit. Ilana Blaj. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

³⁶⁵ De acordo com Nóbrega, “Serão cá muito necessárias pessoas que teçam algodão, que cá há muito, e outros oficiais”. “Carta do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues”, Bahia, abril, 1549. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, 1956, p. 127.

³⁶⁶ “Carta do padre Manuel da Nóbrega ao dr. Martim de Azpicuelta Navarro, Coimbra, Salvador, 10 de agosto de 1549”. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, 1956, p. 134.

fecham os botões das rosas; e como o algodão está de vez que é agosto, por diante, abrem-se estas folhas, com que se fecham estes capulhos, e vão-se secando e mostrando o algodão que têm dentro, muito alvo, e se não o apanham logo, cai no chão; e em cada capulho³⁶⁷ destes estão quatro algodão, cada um do tamanho de um capulho de seda; e cada capulho destes tem um caroço preto, com quatro ordens de carocinhos pretos, e cada carocinho é tamanho e da feição do feitio dos ratos, que é a semente de onde o algodão nasce, o qual no mesmo ano que se semeia dá a novidade”³⁶⁸

Para além da informação do aspecto da natureza do algodão, esse senhor não declarava o seu processo produtivo ou comercial. No entanto, o consumo indumentário das primeiras famílias coloniais era caracterizado pela escassez de produtos da terra e pela necessidade de comprar, tecidos, jóias e artefatos domésticos dos mercadores. Com a importação e crescimento do uso de tecidos e têxteis, constituíam-se na América portuguesa as importantes atividades dos oficiais mecânicos, como sapateiros, alfaiates e tecedeiras.

A primeira metade do Quinhentos, no contexto, é marcada pelos avanços colonizadores nas terras e pelas novas conquistas em algumas regiões costeiras, como em Pernambuco, Bahia e São Vicente. Nessa última Capitania, mais especificamente no planalto a dinâmica populacional e econômica diferenciava-se principalmente das regiões centrais. De acordo com Ricupero, “...a partir de 1546, as investidas dos índios atingem São Vicente, ganhando força no ano seguinte, quando o posto avançado de Bertioxa, peça chave na defesa das vilas de São Vicente e Santos, é destituído pelos índios, que, vindos da região do atual Rio de Janeiro ameaçavam a capitania vicentina, obrigando os moradores, sob comando de Brás Cubas, a engajarem-se numa guerra defensiva que se manteria até a criação do Governo-Geral, quando os colonizadores passaram à ofensiva”.³⁶⁹

A economia da costa da Capitania de São Vicente crescia a partir da segunda metade do século XVI, de acordo com os relatos dos inicianos. Em 1551, o jesuíta Leonardo Nunes afirmava que se trabalhava sem sossego a serviço do Senhor, tendo “um dos melhores engenhos de açúcar”.³⁷⁰ Também Antonio Pires descrevia o esforço

³⁶⁷ Espécie de cápsula, na qual se encontra a semente do algodão.

³⁶⁸ Gabriel Soares de Souza. Op. Cit., p.159.

³⁶⁹ Rodrigo Ricupero. Op. Cit., p.102.

³⁷⁰ Do p. Leonardo Nunes ao p. Mestre Simão Rodrigues de Lisboa. São Vicente, 20 de junho de 1551. in: Serafim Leite (org.). *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historiae Societatis Iesu*. Roma, vol 1, 1956, p. 238.

dos membros da Companhia nessa região, havendo um colégio para ensinar os meninos indígenas, principalmente os Carijó.³⁷¹

O Principal relatava os caminhos do Colégio dos Meninos Jesus de São Vicente, no qual os jesuítas utilizavam com grande fruto os mantimentos e as vestimentas de el-rei. Enfrentavam os índios pelo mar e pelas trilhas da costa. A terra ainda era povoada por colonos, sendo esta gente degradada e pobre. O jesuíta afirmava a diferença com a Capitania da Bahia, mais trabalhosa, pois a casa dos meninos mantinha um número superior a trinta e faziam-se muitos algodoais para a constituição de panos. Novamente, o jesuíta Nóbrega pedia à Coroa o envio de negros da Guiné para realizarem como escravos os serviços da casa jesuítica.³⁷²

Contudo, o discurso do Principal era ambíguo. Por um lado, criticava os colonos por praticarem as práticas gentílicas, como a nudez, o concubinato e a antropofagia. E, por outro, propagava os frutos da catequese, assim como da formação da colonização para conseguirem apoio real e da governança da terra, com o intuito de manutenção dos Colégios espalhados pela América portuguesa.

No processo de formação da Colônia, segundo o discurso jesuítico, a conquista da terra, a manutenção do cativo indígena por meio dos resgates e da Guerra Justa permaneciam latentes. A economia mercantil começava, principalmente a partir da segunda metade do XVI a desenvolver-se na Terra Brasília por intermédio dos investimentos na produção açucareira e a iniciante cultura algodoeira, mas sendo essa última realizada de maneira caseira.

Na Capitania de São Vicente, os inácianos mantinham uma prática de expandirem-se pela região, ensinando os meninos ameríndios e trabalhando para conseguirem sobreviver no cotidiano por meio da utilização da mão de obra excedente da população feminina e das crianças. Esses indígenas trabalhavam com dificuldades para a produção dos mantimentos e vestimenta, como observava o padre Manuel da Nóbrega em carta para Simão Rodrigues, em 1553.³⁷³

³⁷¹ Do p. Antonio Pires aos padres e irmãos de Coimbra. Pernambuco, 21 de agosto de 1551. In: Serafim Leite (org.). *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, vol 1, 1956, p. 260.

³⁷² Do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão de Vasconcelos, Lisboa. Bahia, 10 de julho de 1552, In: Serafim Leite (org.). *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. *Monumenta Historia Societatis Iesu*. Roma, vol 1, 1956, pp. 348-357.

³⁷³ Do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão de Rodrigues. Lisboa. São Vicente, 12 de fevereiro de 1553. In: *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 419-425.

No mesmo ano, em correspondência, Pero Correa declarava que os membros da Companhia de Jesus eram chamados de “roupas largas” pelos indígenas. Segundo esse inaciano, os escravos ameríndios realizavam a confissão e louvavam a Deus com maior intensidade que os “homens brancos”.³⁷⁴

A população indígena prestava serviço constantemente às primeiras famílias de colonos na Capitania e as mulheres mamelucas, filhas dos homens cristãos brancos, casavam-se com outros colonizadores. Para Nóbrega, “Entre los chistianos ia se hizo el fructo que se podría hazer, y creo que se hallaron los que delles N. S. tiene predestinados, en los otros a entrado tanta dureza, que se sentaron en los pecados de manera que sus escravos y índias de la terra por la doctrina que oien se quieren apartar del pecado, y se vienen para nosotros diziendo que Dios, y los señores son tales que unos les mandan que no vengam a la doctrina, y otros les dizen que no ai más que vivir a la voluntad en este mundo, que en outro la alma no siente (...)”³⁷⁵ Nesse sentido, formava-se, na região, paulatinamente um grupo social branco e mameluco – marcadamente originário de homens brancos e mulheres indígenas – possuidor de cativos indígenas, centrados basicamente no trabalho feminino e infantil.

Os resgates realizados pelos colonizadores mantinham-se permanentemente na costa da Capitania de São Vicente, espraiando-se para o interior na região do Planalto de Piratininga. Também as Guerras Justas, ou seja, as lutas dos portugueses e Tupiniquins com os índios contrários faziam com que os jesuítas criticassem o comportamento dos novos senhores de cativos gentílicos, provavelmente, em conflito pela mão de obra. Mas os inacianos alinhavam-se aos colonizadores para defender a costa dos ataques de gentios bravos e dos invasores, principalmente franceses.

No ano de 1548, o arcabuzeiro alemão Hans Staden partia de Hessen para Lisboa, com o intuito de seguir à Índia, mas fora recrutado para outra direção, no navio do capitão Penteado, com o intuito de comercializar pau-brasil. Passava por uma série de contratemplos, combatendo comerciantes infiéis na costa africana na Barbaria, bem como participando do processo de conquista da terra, nas capitanias de Pernambuco e São Vicente. Desse modo, segundo Novais, “Hans Staden protagoniza, portanto, no seu limite, essa autêntica aventura no Intertrópico, que foi a implantação dos primeiros

³⁷⁴ Do padre Pero Correa ao padre Simão Rodrigues, Lisboa. São Vicente, 10 de março de 1553. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 433-448.

núcleos europeus nessa parte meridional do Novo Mundo. Do achamento da terra (1500) às últimas décadas do século (digamos, 1587, data do Tratado descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa), desenrola-se a árdua implantação da colônia portuguesa na América portuguesa, o período intermediário (entre Martim Afonso de Souza e os primeiros governadores gerais) foi o seu momento crítico e decisivo. Histórias trágicas de naufrágios e sobrevivências, fascínio pela paisagem radiosa, perplexidade diante da pureza humana estampada na nudez dos selvagens; os tratos mercantis e os primeiros contatos culturais mais duradouros, a construção das primeiras instalações para a fixação e o povoamento, encontros e desencontros de culturas, o conflito aberto levado ao extremo; a competição e o conflito com outros europeus (franceses e ingleses) que disputavam a terra para realizar as mesmas façanhas: é em meio a essas vicissitudes que se vai implantando pouco a pouco, a colonização portuguesa no Novo Mundo. (...)”³⁷⁶

Nesse contexto de paulatina constituição da colonização, formava-se a Capitania de São Vicente, com a vinda do tipo ideal do homem “aventureiro”. Assim, afirmava Novais que eram os “piratas e corsários que disputavam o comércio do pau-brasil”, “os capitães e as tripulações portuguesas (estes, muitas vezes aventureiros forçados) das naus que tentavam impedir e expulsar os *estrangeiros*, reservando para os lusos a exclusividade da exploração e o domínio da terra: aventureiros, enfim, os missionários que se enterravam por esses confins, para engajar o diálogo de conversão do gentio. Dominação política, exploração econômica, mesma aventura, porque absolutamente imprevisível. E a figura típica que encarna, aqui, nesse momento, é a do degredado, isto é, o aventureiro forçado; deles pouco se sabe, além do fato de que foram fundamentais para o destino dessa experiência”.³⁷⁷

Mas o arcabuzeiro de Hassen apenas observava no comando da Capitania por Braz Cubas em 1554, o período da constituição da vila de São Paulo de Piratininga.³⁷⁸ O processo de conquista e exploração da nova terra apoiava-se nos portugueses contrários aos franceses. O relato de Stadem, na verdade, é importante por retratar “um momento decisivo da colonização”, de fixação e constituição de duas importantes

³⁷⁵ Do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues, Lisboa. São Vicente, 10 de março de 1553. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), p. 453.

³⁷⁶ Fernando A. Novais. O “Brasil” de Hans Stadem. In: *Aproximações*. São Paulo: Cosac&Naif, 2005, p. 229.

³⁷⁷ Idem, p. 231.

³⁷⁸ Hans Staden. *Dois Viagens ao Brasil (1557)*. Belo Horizonte/Itatiaia, 2008, p. 117.

capitanias: Pernambuco e São Vicente, bem como o estabelecimento do domínio lusitano no Novo Mundo, frente aos piratas e corsários invasores.³⁷⁹

Os colonos vicentinos adquiriam uma autoridade significativa perante as populações indígenas, expandindo-se para o Planalto, constituindo relações de aliança, parentesco e sociabilidade com as tribos Tupiniquim.³⁸⁰ Porém, a expansão inicial da produção açucareira passava por dificuldades. “A dificuldade na obtenção de mão de obra, os constantes conflitos com os indígenas e as dificuldades no comércio com a metrópole levaram à estagnação e à decadência, contudo, os engenhos, embora simples e rústicos, não desapareceram da capitania e, mesmo ‘serra acima’, registrava-se a produção de alguma água ardente e rapadura durante o século XVII”, afirma, nesse sentido, Ferline.³⁸¹

Enfim, essas primeiras famílias colonizadoras, juntamente com a Companhia de Jesus, formavam as vilas de Santo André da Borba do Campo e São Paulo de Piratininga. Por meio do concubinato e das práticas gentílicas, as famílias vicentinas, originárias de João Ramalho, aventureiro, patriarca e intermediário cultural, e Isabel, filha do chefe Tibiriçá constituíam as primeiras economias domésticas de algodão da Capitania.

Em resumo, é necessário, a partir dos relatos jesuíticos, reconstituir: os primeiros movimentos de fixação e povoação dos colonos; as práticas de catequese da Companhia de Jesus; a constituição das principais famílias da terra; e o trabalho da população feminina, predominantemente indígena ou mestiça. E é a partir desse contexto que se formavam as governanças locais e os patrimônios familiares – dentre eles as lavouras de algodão e os seus produtos derivados – fruto da mão de obra gentílica.

³⁷⁹ Fernando A. Novais. (2005) Op. Cit., p. 235.

³⁸⁰ Idem, p.84.

³⁸¹ Vera Lucia Amaral Ferlini. Op. Cit, (2010), p. 182.

4.2. Governança da terra e poder local

Na segunda metade do Quinhentos, a Companhia de Jesus estabelecia-se no Planalto de Piratininga, encontrando as primeiras famílias da terra, compostas, basicamente, por populações conhecedoras da vida material do sertão – espaço fronteiriços, nos quais eram importantes os conhecimentos das técnicas indígenas brasileiras.

Essas primeiras famílias da terra interagiam entre as culturas indígenas e as colonizadoras - segundo Alida Metcalf - como João Ramalho, o qual integrava-se aos costumes gentílicos, provavelmente participando de rituais de incisões corporais, realizando uniões – geralmente concubinas - com as mulheres indígenas, como Batira, batizada de Isabel. Nos conflitos entre portugueses e Tupiniquim, o patriarca passava a comandar cinco mil cativos indígenas contra os inimigos Tupinambá.³⁸²

Nessa região, as principais famílias da terra conviviam com conflitos e alianças com os membros da Companhia de Jesus durante a década de 1550. O intermediário João Ramalho, mediador entre colonos portugueses e indígenas, e a sua descendência mameluca tivera, em um primeiro momento, desavenças com o inaciano Leonardo Nunes, pois o jesuíta não admitia as relações ilícitas, já que esse era casado em Portugal e na Capitania, com a índia Batira. Todavia, Nóbrega mantendo contato com Ramalho e seus filhos, estabelecia importantes acordos para a conquista da terra e catequização dos índios.³⁸³

Dentre as estratégias de alianças, estavam as relações entre os inacianos e a população feminina, que pareciam aproximar-se da religiosidade cristã, juntamente com seus filhos, por meio do uso de crianças, mulheres indígenas e mestiças como interpretes dos jesuítas. Nesse sentido, segundo Alida Metcalf, “mulheres indígenas e mamelucas se tornaram algumas das primeiras e mais fervorosas seguidoras dos jesuítas. Por desaprovarem a maneira como os homens portugueses no Brasil viviam com muitas mulheres indígenas, os jesuítas enfatizaram, em suas pregações iniciais, o pecado em que incorria tal situação. Os jesuítas exortaram todos os homens, tanto indígenas como portugueses a casar-se com apenas uma mulher. A atenção dada pelos jesuítas aos pecados dos homens portugueses teve um impacto sobre as mulheres

³⁸² Alida Metcalf. *Go-betweens and colonization of Brazil (1500-1600)*. USA: University of Texas, 2005, p. 79.

³⁸³ Idem, pp. 106-107.

indígenas e mestiças, que antes tinham pouca escolha além de aceitar sua condição de concubina livres ou escravas. Com a chegada dos jesuítas, novas oportunidades abriram para as mulheres”.³⁸⁴

As relações entre a população indígena e os colonos, durante a segunda metade do século XVI, sofreram mudanças importantes, com a constituição das principais famílias coloniais do Planalto, as quais adquiriam mão-de-obra indígena por meio dos resgates. Esse processo sofria vicissitudes a partir dos conflitos dos cativos, bem como da utilização da força trabalho do gentio, predominantemente feminino, para a constituição da vida material da vila de São Paulo.

As referências ao artesanato com o couro e ao comércio com a região costeira estão presentes nas atas da Câmara da vila de São Paulo. Conforme percebe-se nessas fontes, que se faziam sob a ótica dos interesses das autoridades da governança da terra, os mercadores atingiam os seus tentáculos na vila de São Paulo, pois era esse o mais importante entreposto entre o mar e o sertão, onde se configurava ponto estratégico para a expansão colonial. Conquistar, povoar, produzir o botim e depois explorá-la foi um processo fundamental na realidade do Quinhentos na região Meridional da América portuguesa.

Nas atas camarárias, encontram-se decisões da governança da terra, na qual participavam o juiz, vereadores, procuradores do conselho, almotacés e escrivão. Existiam também referências aos capitães, ou mesmo aos porteiros, no entanto, na vila de São Paulo, os membros camarários nem sempre estavam presentes, pois constantemente partiam para o sertão, ou mesmo para as regiões litorâneas.

Os agentes camarários da vila de São Paulo trataram de maneira central sobre a governança e no caso dessa pesquisa, serão abordados os temas relacionados à vida cotidiana na vila de São Paulo, bem como as relações entre os oficiais camarários e os mecânicos. Nesse sentido, serão ressaltados os assuntos conectados ao universo da indumentária, da economia algodoeira e dos currais.

A economia paulista, de uma maneira geral, durante os anos de 1561 e 1591, era marcada pelas agitações e confrontos com as populações indígenas.³⁸⁵ No ano de 1560, a vila de Santo André da Borba do Campo era unificada com São Paulo de Piratininga a

³⁸⁴ Alida Metcalf. Op. Cit. (2009), p. 321.

³⁸⁵ Sobre as revoltas da população indígena na longa duração da história de São Paulo ver o belo artigo de John Manuel Monteiro. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: Paula Porta. *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 21-61.

comando do governador Mem de Sá.³⁸⁶ Os moradores da Capitania de São Vicente auxiliavam esse governador na expulsão dos franceses e na chamada Guerra dos Tamoios. Para Rafael Ruiz, “A partir de 1560 deu-se o começo da vila de São Paulo, com uma população composta por brancos, mamelucos e índios, alguns livres e, outros, escravos”. Entretanto, “os últimos anos da década de sessenta marcaram um compasso melancólico para a Capitania de São Vicente e o Colégio de Piratininga. As guerras contra os tamoios e os franceses e a necessidade de fundar e fortificar uma cidade da baía de Guanabara provocou uma enorme diminuição da população vicentina”.³⁸⁷

Assim, de acordo com John Monteiro, ao tratar do povoamento da Capitania de São Vicente, “entre as décadas de 1540 e 1560, todo o litoral e muitas partes de Serra Acima foram envolvidas na chamada Guerra dos Tamoios”.³⁸⁸ As dificuldades de manutenção das fazendas da camada senhorial da vila eram constantes. Em 1564, os Tupinambá atacavam as roças dos moradores, matando pessoas e abatendo os gados vacuns. Os oficiais camarários receavam que se despovoasse a vila devido aos prejuízos causados.³⁸⁹

Nesse mesmo período, Martim Afonso de Sousa doava terras para a Companhia de Jesus na aldeia de Pinheiros, importante espaço para a catequese indígena. Nesse território, ocorriam as tensões entre os colonos e os inácianos sobre a mão de obra dos negros da terra.³⁹⁰

Dessa maneira, por meio das Guerras Justas contra os gentios, os atacantes paulistas adquiriam escravarias para trabalharem nas suas roças. Constituíam-se a camada senhorial paulista, apreando índios, tratando dos gados, plantando roças de produtos alimentícios e de algodão para o uso cotidiano. O contato com o Rio de Janeiro e com Santos era permanente para a sobrevivência da região, devido à contenção desses conflitos.

No ano de 1575, era marcante a presença dos moradores da vila com a Guerra Justa contra os Tupinambá no Rio de Janeiro. O procurador do Conselho Domingos

³⁸⁶ John Monteiro. Op. Cit. (1994), p. 39.

³⁸⁷ Rafael Ruiz. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004, p. 43 e 44.

³⁸⁸ John Monteiro. Op. Cit. (1994), p. 35.

³⁸⁹ Requerimento da Câmara de São Paulo a Estácio de Sá, capitão-mor da Armada Real de São Paulo de Piratininga. 12 de maio de 1564. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Munimenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.4. (1563-1568), p.47-52.

³⁹⁰ Permuta de terras, confirmação de registro de Sesmarias de Geraibatiba. Piratininga. São Vicente, 14 de março de 1564. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Munimenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.4. (1563-1568), pp. 41-47.

Luiz não estava presente, pois “estava de caminho para o Rio de Janeiro e ele levava consigo o capitão da guerra que requeria a sua mercê fizessem hum procurador a sua ausência para se não perdessem as cousas do conselho...”³⁹¹

A fiscalização maior da instituição estava com o juiz, o qual era responsável pela segurança da vila, bem como a distribuição de alimentos. Segundo Taunay, o seu cargo era o de maior prestígio, sendo seguido pelo alcaide – controlador da vida “pública” e moral.³⁹² O almotacé e os vereadores são agentes importantes para a compreensão atual da estrutura administrativa camarária. O primeiro distribuía e fiscalizava as carnes, cuidava da produção dos oficiais mecânicos – fiscalizando as medidas dos tecidos e a qualidade dos artefatos vendidos. Os vereadores participavam das decisões sobre os destinos da Câmara, tentando estabelecer mandos e ordens para a vida cotidiana da vila. Todavia, para Taunay, “Não se deve esperar que as Atas refiram-se ao exato cumprimento das posturas e regimentos dos ofícios”, havendo assim, uma “elevada tolerância” da governança da terra em relação aos oficiais mecânicos.³⁹³

A formação da vila de São Paulo contava com uma variada população de oficiais mecânicos, os quais possuíam suas atividades controladas pela governança da terra. No ano de 1578, participavam o juiz Baltazar Rodrigues, os vereadores Salvador Pires e Jorge Nogueira, os almotacés Antonio Cubas e Gaspar de Britos, o contador Pero Dias, o alcaide Gaspar Nunes, bem como o porteiro Pero Fernandes. Segundo decisão do conselho, no dia 19 de julho, “nenhum tecelão nem tecedeira tecesse pano que não seja pela marca do mar que é três palmos e meio de pena que o que o contrário fizer pagará mil réis pela primeira e pela segunda dos mil e pela terceira três mil cada dia a qual pena será há metade para o conselho desta via e outra metade para quem o auizar [sic] e não havendo acusador pera todo o conselho desta vila”.³⁹⁴

No mesmo ano, no dia 30 de agosto, os oficiais mecânicos como sapateiros, carpinteiros, vendedores de mantimentos e carnes, assim como o serviço dos alfaiates eram convocados para cobrir os caminhos, fontes e pontes, devido às intempéries das fortes chuvas presentes na vila.³⁹⁵

É interessante notar ainda a presença da população ibérica na região dos Campos de Piratininga, no qual realizam os mais variados ofícios de trabalhos mecânicos. Esses

³⁹¹ Atas da Câmara da vila de São Paulo (1562-1596). São Paulo: AMSP, 1914, vol.1, p.72

³⁹² Afonso de E. Taunay. *São Paulo nos primeiros anos (1554-1601)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

³⁹³ Idem, p. 134.

³⁹⁴ Atas da Câmara da vila de São Paulo (1562-1596). Op. Cit., pp.118-122.

³⁹⁵ Idem, pp. 122-123.

trabalhos eram feitos cada vez mais por povos conquistados como os Tupinambá durante a segunda metade do século XVI.

Em 1580, novamente a governança da terra controlava a produção tecelã. Os oficiais camarários, no dia primeiro de outubro, tabelavam o preço do pano grosso de algodão para \$150 réis e o delgado à \$200 réis, sendo as multas de \$500 réis a primeira vez, mil pela segunda e mil e quinhentos pela terceira.³⁹⁶

Os homens bons continuavam a regulamentar os ofícios mecânicos das tecedeiras e tecelões para por fim à venda ilegal de tamanho do pano de algodão. Na ata do dia 15 de outubro de 1584, pregavam na Igreja a proibição de venda de três palmos e meio de largura sem a autorização da câmara deveriam pagar novamente mil réis pela primeira vez, dois mil réis pela segunda e três pela terceira vez. A multa deveria ser paga ao denunciante e ao conselho, mas caso não houvesse denuncia, os vendedores eram inquiridos pelo procurador do conselho.³⁹⁷

As posturas das câmaras paulistas tentavam regular as atividades dos artesãos domésticos, que tinham como auxiliares a mão de obra indígena. Existiam constantes queixas das alterações das medidas dos panos de algodão.³⁹⁸

No ano seguinte, senhores oficiais da câmara normatizavam as regras da venda dos poucos panos de algodão existentes. Novamente, estipulavam que a metragem máxima do tecido para pedir licença que era de três palmos e meio, sendo a pena de mil réis pela primeira vez, dois na segunda e três na terceira, mais prisão e castigo. Os acusadores ganhavam a metade da multa e a governança da terra a outra parte. Desse modo, provavelmente, havia uma prática de não pedirem a licença para vender os tecidos de algodão da terra. As frequentes posturas camarárias, na década de 1580, demonstram as tentativas de fiscalização do comércio dos tecidos maiores de três palmos e meio, bem como as tecedeiras e os tecelões eram obrigados por parte dos homens bons da câmara a venderem a \$300 réis a vara, por conta de perderem a mercadoria.³⁹⁹

As pressões camarárias continuavam no ano de 1586. Nas atas do dia sete de abril, a mando do procurador do conselho Antonio Dias ordenava que devido à carestia de panos de algodão, e, os oficiais estabeleceriam o preço de \$200 réis a vara, bem como a oito cruzados o quintal e também exigia que as tecedeiras e os tecelões levassem

³⁹⁶ Idem, p. 168.

³⁹⁷ Idem, pp. 248-249.

³⁹⁸ Idem, pp. pp.293-295

os produtos para o almotacé para que esse liberasse a venda. Estabelecia-se que o quintal de algodão custasse seis cruzados. Acordavam os camarários que “todo o pano de algodão que vier do mar e de fora desta vila que o trouxer seja obrigado a trazê-lo a camara pera ser visto e dar-lhe seu preço – e toda pessoa que fiser o contrário do aqui neste assento declarado pagara de pena pela primeira vez mil réis, pela segunda dois mil réis, e pela terceira três mil réis, aplicados a metade pera os cativos e a outra metade pera o acusador do concelho”.⁴⁰⁰

Mas será que as tecelãs e os tecelões vendiam a esse preço, ou a câmara fazia vistas grossas, como declara Taunay? Provavelmente, as denúncias e a fiscalização, nesse momento, eram importantes fontes de renda para os oficiais camarários e para os denunciante. Além disso, tecedeiras e tecelões geralmente possuíam outros ofícios, tendo roças, gado e chegavam até mesmo a comercializar seus produtos para conseguirem algum pequeno excedente.

Os ofícios de tecelagem eram realizados pelas mulheres e pelos homens, não havendo uma exclusão quanto ao gênero nessa atividade. Será que esse trabalho era menos valorizado, ou havia uma predominância da mão de obra feminina nesse ofício e uma perseguição maior às suas mercadorias? Talvez, as tecedeiras predominavam e os oficiais camarários tentavam exigir o fisco.

A fiscalização camarária no final da década de 1580 reduzia-se devido à preocupação com o processo de ocupação da terra e de resgate da população indígena e aos conflitos dos moradores com a população gentílica. Segundo Monteiro, constituíam-se, nesse momento, os “principais aldeamentos da região”, como o de São Miguel e Pinheiros, com o papel intermediário dos jesuítas.⁴⁰¹

Nesse momento, avançavam em direção ao Planalto uma série de novos colonos. De acordo com Taunay, “desde os primeiros anos, vieram numerosos espanhóis fixar-se, fenômeno muito natural se atendermos à série contínua de navegações castelhanas dirigidas ao rio da Prata (...)”. Dentre os espanhóis presentes estavam Bartolomeu Bueno da Ribeira, natural de Sevilha, oficial mecânico, pai de Amador Bueno. Outro também de Sevilha era José de Camargo, juiz da Câmara.⁴⁰²

³⁹⁹ Idem, pp. 264-265.

⁴⁰⁰ Idem, pp. 293-295.

⁴⁰¹ John M. Monteiro. Op. Cit.(1996), pp. 44-45.

⁴⁰² Afonso de E. Taunay. *São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, (1ª ed., 1914) 2003, pp. 370-371.

No início do decênio seguinte, os confrontos acirraram-se com a revolta dos índios aldeados em Pinheiros e a economia algodoeira caseira sofria uma redução momentânea, bem como as possibilidades de exigências camarárias frente às tecedeiras e tecelões.⁴⁰³

Em 1596, as fiscalizações dos senhores oficiais retomaram com as taxas sobre o sobre preço dos tecidos de algodão, sendo estabelecidos a \$200 réis a vara. Mas até o fim do século XVII, as posturas camarárias não possuem mais dados sobre as atividades das tecedeiras e tecelões da vila de São Paulo de Piratininga.⁴⁰⁴

Nas atas da câmara, a governança da terra debatia sobre a relevância da produção algodoeira. Em 1606, os agentes camarários escreviam ao donatário da Capitania afirmando, “Pode Vossa Mercê fazer aqui grande reino a Sua Majestade, há grande meio e trato para Angola, Peru e outras partes, podem-se fazer muitos navios, que só o bem se pode trazer de lá, pois há muito algodão, muitas madeiras e outros achegos”.⁴⁰⁵

As informações sobre os panos de algodão retomam somente em 1610, nas atas camarárias. Na ata do dia 24 de junho, Corneles de Arzan era pago por meio do ouro, pano e gado dos moradores paulistas.⁴⁰⁶ Os senhores da câmara debatiam sobre a necessidade de adquirir armas como espingardas, espadas e espadelas para procurar gentios. Dois anos depois, eram realizadas as expedições através dos sertões para a procura de índios Carijó, na Lagoa dos Patos.⁴⁰⁷

Os homens bons, em 1620, os vereadores Garcia Rodrigues e Gaspar da Costa e Pero Dias, o procurador do conselho Francisco Jorge, “mandavão que se todos mandassem a seus negros fassam frechas e os senhores estejam prestes para o que se ofereser e de como assin o mandaram...”.⁴⁰⁸

Dois anos depois, o Planalto contava com mais de 300 homens e 1.500 Carijó. No entanto, na vila de São Paulo, o número de moradores senhoriais não passavam de 190. Apesar da pequena população da região, o governador alardeava ao rei que existiam grandes possibilidades de crescimento devido à pujança dos algodoais e gado da terra. Essa produção segundo o mesmo expandia-se no “trato com Angola e Peru”,

⁴⁰³ Idem, pp. 414-415.

⁴⁰⁴ *Atas da câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, 1914, vol. 2, pp. 12-13.

⁴⁰⁵ “Carta ao donatário” In. *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, 1915, vol. 2, p. 499.

⁴⁰⁶ Idem, p. 272.

⁴⁰⁷ Idem, p. 310.

⁴⁰⁸ Idem, p.456.

estabelecendo e limitando-se, por um lado, ao comércio e às conexões com a economia do Atlântico Sul. Por outro lado, as expedições contavam com 200.000 homens através dos sertões, obtendo o auxílio da administração paulista.⁴⁰⁹

A administração local, em 1624, entrava em tensão com os sertanistas, devido à necessidade de gente na vila de São Paulo, pois, possivelmente, a localidade ficava restrita à participação das senhoras e das escravarias, devido às ausências dos senhores no comércio com as vilas do mar, principalmente, com o Rio de Janeiro e Santos.⁴¹⁰

Os agentes camarários organizavam os movimentos populacionais dos descimentos até o Paraguai em busca dos negros da terra, para entre outros trabalhos, roçarem as lavouras de algodão, tocarem as rezes de gado, bem como produzirem produtos alimentícios para os senhores da vila de São Paulo.

A economia caseira do algodão mantinha-se presente e com uma constância, mas os panos desse têxtil cresciam a partir da produção local e os oficiais passavam a se preocupar com a saída de gado, com as regulamentações sobre a mão de obra indígena, com o processo de povoamento e da administração da vila, como por exemplo a manutenção dos caminhos, das pontes e da movimentação dos bois e vacas através das ruas, destruindo as terras aos moradores de São Paulo.

Assim, a movimentação populacional era caracterizada, por um lado pelos descimentos e cativos dos negros da terra. Por outro, pelo transporte e comércio do gado vacum e dos pequenos comerciantes para Santos e o Rio de Janeiro através do Caminho do Mar.

Outra fonte utilizada para compreender as transformações da economia algodoeira são os testamentos relativos à vida religiosa e material. Também encontram-se informações significativas sobre as doações e esmolas, assim como as disposições aos herdeiros. As indumentárias de algodão e as de tecidos metropolitanos encontram-se presentes nas vontades testamentárias dos colonizadores.⁴¹¹

Também, na análise dos inventários *post-mortem*, serão descartados o rol dos bens indumentários, as partilha na herança e as vendas nos leilões públicos.⁴¹² Para auxiliar nos processos jurídicos, transcorridos nessa série documental, abordou-se

⁴⁰⁹ Idem, pp. 498-450.

⁴¹⁰ *Atas da câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMSP, vol. 3, 1915, pp. 98.; pp. 115-116.

⁴¹¹ *Inventários e Testamentos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1921-1998, vol. 1-47.

⁴¹² Idem.

também as normas do direito constituídas nas Ordenações Filipinas e os decretos reais.

413

Enfim, a partir de um variado corpo documental, preocupou-se em abordar as mudanças nas relações entre os gêneros, na economia e cultura indumentária, bem como na produção, circulação e consumo do algodão e dos seus artefatos, no quadro do contexto da movimentação populacional na Capitania de São Vicente e nas dinâmicas dos patrimônios familiares na vila de São Paulo. Logo, percebe-se a formação da Civilização do Algodão paulista, ocorrida a partir da década de 1570, com a relevância das tarefas cotidianas das mulheres na vida econômica paulista.

⁴¹³ *Ordenações Filipinas (1603). Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d' El Rei D. Filipe, o primeiro.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985.

4.3. A vida econômica e as “fazendas”

Durante a segunda metade do século XVI, as povoações do Planalto passaram por transformações profundas, com a constituição das primeiras fazendas, isto é, patrimônios das famílias senhoriais de negros da terra. A vida econômica da vila era marcada por pequenas propriedades domésticas, com os sítios de produções variadas, como feijões, trigo, roças de mandioca, milho criações de gado vacum, bem como da cultura algodoeira, a qual florescia especialmente no planalto.

Analizando os inventários seiscentistas da vila de São Paulo, Alcântara Machado afirmava: “A imensa maioria das avaliações denuncia a carência de cabedais apreciáveis. Sabem quanto recebem a viúva e os filhos do capitão Belchior Carneiro, sertanista ilustre, companheiro de Antônio Raposo, êmulo de Borba Gato e Fernão Dias no descobrimento das Minas Gerais? Duzentos mil e oitocentos e cinquenta réis. Mesmo entre os fidalgos a abundância não é muita. (....)”.⁴¹⁴

Mesmo com as escassas fortunas, para o autor, “Nos inventários quinhentistas a anomalia parece bem acentuada.” E, para exemplificar as distinções, mostra o arrolamento dos bens de Grácia Rodrigues, esposa de Pero Leme. No rol dos 70\$560 réis, encontravam-se 5\$000 réis na casa da vila e o mesmo valor na “saia do reino de Londres”.⁴¹⁵

Ao abordar a vida material dos inventariados, Machado colocava em pauta uma significativa questão: “Vaidade, luxo, ostentação? Em parte. Esse não é, porém, o único motivo por que os homens de então convertem seus trabalhos de metal precioso quinhão tamanho de seus haveres. Mais de um terço de quanto possuem. (...) Não há crédito organizado, nem segurança efetiva. O que hoje parece explosão de vaidade é naquele tempo intimação das condições econômicas e da situação precária da ordem pública”⁴¹⁶

Posteriormente, o autor retomava o tema do luxo e afirmava: “É na baixela e nas alfaias de cama e mesa que a gente apotentada faz timbre de ostentar a sua opulência”⁴¹⁷. Destaca a presença da “Baixela”, notando que “A cerâmica indígena atingira ao tempo do descobrimento uma perfeição relativa. Eram as mulheres que amassavam o barro, misturando-lhe um pouco de cinza; elas, que executavam os vasos

⁴¹⁴ Alcântara Machado. Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, (1ª Ed. 1933) 2006, p. 44.

⁴¹⁵ Idem, p. 45.

⁴¹⁶ Idem, p.87.

⁴¹⁷ Idem, p.104.

de serventia doméstica (...)⁴¹⁸. “Os apotentados”, possuíam “verdadeiras baixelas”, sendo a mais valiosa a de Bartolomeu Bueno Cacunda, a qual valia 302\$080 réis.⁴¹⁹

A vida material dos paulistas do sertão, analisada por meio dos inventários, também foi estudada por Sergio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1956. Obra de destaque da historiografia, segundo Fernando Novais, o historiador analisou São Paulo por ser o “pólo modernizador”, no qual “os tempos coloniais são privilegiados para descobrir as raízes mais profundas dessa peculiaridade. E a vida material é visada por ser nessa esfera da existência que se expressa mais claramente a originalidade do intercuro cultural dos adventícios com os ameríndios”⁴²⁰.

Dessa maneira, Holanda desta os papéis da população indígena na constituição da vida material paulista. Para Ilana Blaj, em artigo intitulado, *Sergio Buarque de Holanda, Historiador da Cultura Material*, publicado em 1998, observa que “...nas várias sedimentações provisórias, o indígena será sempre o agente. O percurso do paulista em seus múltiplos caminhos e fronteiras, o cotidiano e a cultura material construídos nascem da necessidade do apresamento do gentio da terra, fazem-se pela introjeção do seu saber e se modificam para tentar burlar suas estratégias e escapar de seus ataques”⁴²¹.

A análise do cotidiano e da vida material, realizada por Holanda era formulada graças ao cruzamento de um número significativo de fontes, tais como testamentos, inventários *post-mortem* e as atas da câmara da vila de São Paulo. Preocupado com os modos de vida do sertão, o historiador procurou nos pequenos detalhes a presença dos negros da terra e mestiços, os quais sobreviviam provisoriamente através da fronteira paulista, procurando plantas, pescando, caçando, alimentando-se com iguarias encontradas nas matas e realizando roças de milho e trigo.

O trabalho indígena parece ter se tornado uma questão fundamental para a constituição dessas fazendas, como aponta Holanda, Ainda sobre os homens aventureiros, o autor afirma que “essa ância de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?”⁴²²

⁴¹⁸ Idem, p.83.

⁴¹⁹ Idem, p.86.

⁴²⁰ Fernando Novais. “Prefácio”. In *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 8.

⁴²¹ Ilana Blaj. “Sergio Buarque de Holanda: historiador da cultura material”. In: Antonio Candido. (Org.) *Sergio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 45.

⁴²² Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ªed. 1936), 2001, p. 46.

As dinâmicas econômicas da vila de São Paulo constituíram-se centradas nos avanços e recuos do povoamento; nas formas de aprisionamento da população indígena e nos parques patrimônios familiares constituídos em fins do século XVI. A partir da análise das fontes notariais do Juízo dos Órfãos, os testamentos e inventários *post-mortem*, pode-se compreender algumas características importantes das transformações específicas da civilização algodoeira, centrada em uma conexão entre as relações econômicas de produção, consumo e circulação dos bens algodoeiros, mas também os aspectos culturais e do cotidiano da vila de São Paulo.

Assim, para entender as modificações dos bens familiares analisa-se os inventários *post-mortem*. Essas fontes possuem um caráter extremamente heterogêneo, porém, é possível distinguir alguns temas mais recorrentes. Descrever essa série documental é essencial para a compreensão de alguns aspectos formais do processo da sua constituição. A sua descrição a seguir é dividida a fim de melhor organizar a explicação do processo inventarial, em sete partes: intróito (data e local de falecimento e de abertura do processo, juiz, escrivão, estado conjugal do (a) inventariado (a); notificação dos avaliadores; rol dos herdeiros e legatários (filhos, cônjuge, netos, parentes e amigos); arrolamento dos bens materiais (cartas de terras, benfeitorias, animais de criação, estoques, artefatos domésticos, ferramentas, indumentárias, metais, jóias, dinheiro, escravos e peças do gentio); dívidas e créditos; relações de escravos indígenas e africanos; folha de contas (monte-mor, monte-menor, meação, terça, vendas e compras do patrimônio em leilões, processos de partilhas).

Ao analisar a documentação do Juízo dos Órfãos desde o final do Quinhentos, é possível compreender as transformações econômicas nos domínios senhoriais e as suas conexões com a população cativa indígena. Desse modo, Monteiro afirma que “Os portugueses, em suas relações com os índios, buscaram impor diversas formas de organização do trabalho e, em contrapartida, defrontaram-se com atitudes inconstantes que oscilaram entre a colaboração e a resistência. No entanto, as diversas formas de exploração ensaiadas, nenhuma delas resultou satisfatória e, igualmente, todas tiveram um impacto negativo sobre as sociedades indígenas, contribuindo para a desorganização social e o declínio demográfico dos povos nativos. Como consequência, os colonizadores voltaram-se cada vez mais para a opção do trabalho forçado na tentativa de construir uma base para a economia e sociedade colonial. (...)”⁴²³

⁴²³ John M. Monteiro. Op. Cit., p.18

Ademais, sobre a instituição do Juizado, o autor observa que “responsável pela partilha de bens dos colonos falecidos, o juiz dos órfãos (ou, ainda, nos casa de ausência de titular, um juiz ordinário da câmara municipal) tinha árdua tarefa de garantir a observância das leis de herança”. E, por meio desses processos os cativos, os patrimônios eram distribuídos entre os familiares.⁴²⁴

Eram partilhados os sítios de algodão, os estoques e os produtos subsidiários ao mesmo. A economia algodoeira era constituída a partir das relações entre colonos, seus familiares e as populações indígenas, diferenciando-se, portanto, da organização do trabalho, da produção como um todo e do consumo da época pós-industrial. Essa cultura do algodão estava articulada no Novo Mundo com o processo colonizador, de estabelecimento e de ocupação do território da América portuguesa durante o transcorrer do Quinhentos.

Na vila de São Paulo, as principais famílias da terra mantinham seus patrimônios logo no final do século XVI com a organização do Juizado para controlar os bens dos órfãos e dos cônjuges viúvos.

Em 14 de outubro de 1596, Izabel Felix enferma declarava em testamento que da terça doassem entre outras esmolas uma saia de pano de algodão e uma camisa para a sua sobrinha Antonia. Deixava como testamenteiro o tio Domingos Luiz e não o esposo Diogo Sanches.

Dentre as fazendas que a testamenteira declarou ter um pano, em \$400 réis, sapatos e chinelos (\$500 réis), doze varas de algodão novo (2\$400 réis), uns calções (1\$200 réis), duas camisas de homem (\$800 réis), meias e mantéos (\$600 réis), a saia e a camisa da sobrinha Antonia com um valor maior de 1\$000 réis, os calções de algodão (\$400 réis) e a roupeta (1\$000 réis). Percebe-se, por meio da análise do inventário *post-mortem*, que a economia indumentária paulista em fins do século XVI era centrada em produtos algodoeiros, na presença de chinelos e calções velhos. Além disso, os artefatos têxteis para a casa eram igualmente importantes como três redes de dormir (2\$000 réis), as toalhas (\$800 réis), assim como a espada e tiros, avaliados em 1\$4000 réis. Era avaliado conjuntamente com uma casinha, o manto de algodão, valendo ambos 2\$400 réis.⁴²⁵

Em testamento de 1596, Pero Leme, “fidalgo da casa del rei” rogava ao compadre Paulo de Veres que o enterrassem na Igreja da Matriz, favorecia a filha

⁴²⁴ Idem, p. 111.

⁴²⁵ Testamento e Inventário de Izabel Felix (1596). T.I. São Paulo: AESP, 1921, v. 1, pp. 126-129.

Leonor Leme e cobrava de Manuel de Oliveira, rendas do cargo de Bertioiga, oferecido por Braz Cubas, para casamento com sua filha. Declarava que possuía como fazendas apenas as 6 vacas. O inventário *post-mortem* do senhor continha um amplo rol de patrimônio.⁴²⁶ Dentre as vestimentas algodoeiras, destacam-se as camisas de homens de algodão, por \$600 réis. Como por costume, especificava-se o gênero mesmo nas indumentárias algodoeiras. Alguns hábitos de vestir eram distintos entre homens e mulheres nas hierarquias sociais nos confins do Novo Mundo, desde o final do Quinhentos.⁴²⁷

Mas a cultura algodoeira era fundamental para a constituição das “fazendas” da elite da vila. O patrimônio familiar do fidalgo contava com várias indumentárias feitas de algodão, como os calções brancos (\$300 réis), o cabeção usado (\$080 réis). As roupas da casa, como a fronha (\$240 réis) e a camisa de travesseiro (\$450) faziam parte dos produtos do mesmo têxtil.⁴²⁸

O consumo algodoeiro não fazia-se presente sozinho, pois contava com produtos laníferos – como os vinte arretéis de lã podre e suja de \$400 réis. Provavelmente, a lã apodrecia graças ao clima úmido e pouco protegido da região do planalto paulista.⁴²⁹

Grácia Rodrigues, mulher do fidalgo Pero Leme, testava em 1592, doando pano de algodão para o altar de Nossa Senhora. Esse tecido poderia ter sido realizado pela senhora, ou mesmo por alguma de suas cativas indígenas.⁴³⁰

Do rol das fazendas da senhora, contavam alguns produtos feitos de algodão, como uma saia, avaliada em \$400 réis, a rede nova, custando 1\$000 réis, outra velha de \$400 réis, sendo esta última bem mais barata.⁴³¹ Desse modo, observa-se que as indumentárias caseiras e as roupas de vestir da terra valiam muito mais que 50% quando novas. O vestuário novo era uma das maiores fortunas para os povoadores recém chegados ao Novo Mundo, sendo essa produção caseira de algodão, predominantemente feminina, de importância capital para a constituição do patrimônio familiar das camadas senhoriais do Planalto.

Estava presente no rol do inventário *post-mortem* o excedente de meia arroba de algodão, por 1\$200 réis. Esse produto poderia ser metamorfoseado em vestes para a camada senhorial, bem como para produzir esmolas para as igrejas e confrarias. A

⁴²⁶ Testamento de Pero Leme (1596). In: T.I. São Paulo: AESP, 1921, vol. 1, p. 32.

⁴²⁷ Inventário de Pero Leme (1600). In: T. I. São Paulo: AESP, 1921, vol.1, p. 33.

⁴²⁸ Idem, p. 34.

⁴²⁹ Idem, p. 35.

⁴³⁰ Testamento de Gracia Rodrigues (1592). In: T. I. São Paulo: AESP, 1921, v.1 p. 42.

senhora Grácia Rodrigues deixava ainda 3 varas de pano como esmola para o altar de Nossa Senhora de Assunção.⁴³²

Em 1600, no inventário *post-mortem* de Gaspar Fernandes, tinha o patrimônio familiar de 165\$665 réis, porém, 70\$000 réis era o preço dos sete cativos. Encontram-se relatos sobre os artefatos algodoeiros com as toalhas para lavar as mãos, uma toalha de mesa e um pouco de estoque de algodão, tudo por 1\$960 réis. Apesar da produção ainda ser pequena e caseira frente aos valores dos cativos, do gado *vacum*, a relevância desse produto era maior que a pouca de lã, de \$640 réis.⁴³³

No momento das partilhas, a viúva Domingas Antunes necessitava de todo os bens para que “ela os alimentaria [os órfãos] e criaria sem levar na da de sua fazenda e os vestiria e sendo cada um de idade emancipado ou casado se obrigaria a tudo lhe pagar pela avaliação de cada um...”⁴³⁴ E, terminado o processo em 1624, a senhora distribuía a herança aos filhos e quitava as dívidas, conseguindo alimentá-los e vesti-los.

Na documentação do Juízo dos Órfãos, aparecem em vários momentos a personagem das viúvas que precisavam vestir e alimentar os filhos, e, para isso, precisavam da parte do espólio dos maridos, provavelmente falecidos ou sumidos no sertão.

No monte-mor do Quinhentos, valorizava-se a mão de obra indígena, havendo um valor monetário. No decorrer do século seguinte, os cativos da terra não eram contabilizados na soma das fazendas familiares. Para Monteiro, as expedições de aprisionamento dos ameríndios expandiam-se a partir do governo de dom Francisco de Sousa através de jornadas pela Bahia, Espírito Santo e São Paulo.⁴³⁵

Na passagem do século XVI ao XVII, a dinâmica econômica da vila de São Paulo, assentava-se lentamente com a utilização de um número pequeno de mão de obra indígena, na produção alimentícia, na pecuária *vacum*, bem como na economia doméstica algodoeira, importante, nesse período, para a vestimenta das famílias senhoriais.

Observa-se, portanto, que o patrimônio familiar construído durante esse período, encontrado no inventário *post-mortem* de Fernão Dias, era constituído pela escravidão indígena de 17 cativos, avaliada em 131\$000 réis, bem mais da metade do

⁴³¹ Idem, p.46.

⁴³² Idem, pp.45-47.

⁴³³ Inventário de Gaspar Fernandes (1600). In: T.I. São Paulo: DAESP, 1921, v.1, 373-394.

⁴³⁴ Idem, p. 387.

⁴³⁵ Sobre o projeto desse governador ver; J. M. Monteiro. op. cit., pp. 58-59.

monte-mor (209\$180 réis). Moradores da região do Pinheiros, a família, cuja inventariante e testamenteira era a viúva Lucrecia Leme, possuía relações com outras regiões da América portuguesa. Vicente Teixeira, filho do inventariado e da primeira esposa, vivia na cidade de Salvador de Todos os Santos e a filha Izabel Paes morava no Rio de Janeiro com o marido José Serrão. Essas conexões familiares demonstram o movimento na política de casamento das mulheres senhoriais, a demora em resolver os litígios de partilha, bem como a possibilidade da realização de negócios entre os parentes.

Nesse comércio estavam os têxteis e as indumentárias. Dentre os produtos algodoeiros, por volta de 5\$600 réis, eram arrolados os lençóis de pano de algodão usados em 2\$000 réis, duas camisas de pano de algodão de homem, em 1\$600 réis, uma toalha em \$200 réis e cinco guardanapos velhos de pano de algodão e uma toalha de mesa de Flandres, em \$863 réis.⁴³⁶

No começo do Seiscentos, Manuel de Chaves mantinha uma rica indumentária algodoeira, como as armas de algodão alcochoadas, avaliadas na fortuna, para a época de 8\$300 réis, vendidas ao Manuel Mendes Alemão. O algodão era beneficiado em produtos valorizados, pois o preço dessa vestimenta era significativo no monte mor de 76\$960 réis.⁴³⁷ Encontram-se no rol dos bens móveis, alfinetes e agulhas vendidas à Braz Gonçalves por \$640 réis.⁴³⁸ Além dos artefatos algodoeiros, faziam parte do patrimônio das famílias paulistas as ferramentas básicas para a construção das vestes de algodão.

Fazia parte do patrimônio, os cativos gentílicos, arrematados para a constituição da distribuição dos bens. Nesse momento, as famílias escravas indígenas eram vendidas em conjunto. Isto é, os membros da família conviviam com um mesmo senhor. Um casal com duas crianças eram vendidos para Mathias Gomes por 20\$000 réis. Outro casal com duas crianças eram comprados por Domingos Gonçalves, o Velho por 34\$200 réis.

A inserção das peças gentílicas nos valores das “fazendas”, ou seja, nos patrimônios familiares, fazia com que esses aumentassem consideravelmente. No decênio de 1600, no inventário de Izabel Fernandes, além do gado vacum e do sítio, a sua família contava com oito arrobas de algodão (6\$400 réis). Porém, a grande fortuna

⁴³⁶ Inventário de Fernão Dias (1605). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1921, v.1., pp. 395-443.

⁴³⁷ Inventário de Manuel Sanches (1603). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1921, v.1., pp.464 e 480.

⁴³⁸ Idem, p. 468.

estava nos 11 negros da terra, por 218\$000 réis. Desse modo, o monte mor era de 504\$060 réis, sendo que a escravaria valia aproximadamente, 43,5 % do valor.⁴³⁹

Nesse momento, a arma de acolchoado de algodão tinha valor alto. Contudo, com o avançar da primeira década do século XVII, o preço dos cativos desaparece e apenas são arrolados os escravos e as suas partilhas nos patrimônios familiares.

Retomando, no final do século XVI, a vila de São Paulo sofria um crescimento populacional, uma diversificação econômica na produção de produtos alimentícios e de algodão encontradas nos espólios das famílias coloniais da terra. Além disso, florescia o trato de gado vacum e a maioria das importações e do consumo eram relacionados às vestes, em que o algodão predominava na produção das redes, dos lençóis, toalhas, guardanapos, camisas e gibões, contando com uma relevância na economia indumentária no Planalto de Piratininga como um todo.

A vida econômica das famílias senhoriais da vila, a partir da análise das “fazendas” dos inventários *post-mortem* paulistas, durante esta conjuntura (por volta de 1600-1640) centrava-se na produção abastecimento como o trigo e a carne. Conforme afirma Monteiro, a “conquista definitiva dos índios do planalto nos últimos anos do século XVI propiciou uma nova fase para o desenvolvimento da Capitania. Antes confinados aos modestos limites do núcleo original, os colonos agora iniciavam a ocupação e exploração das terras circunvizinhas”.⁴⁴⁰

O povoamento do interior, por um lado, utilizava-se da força de trabalho dos cativos indígenas para a sua expansão e para o ideal do ócio, com o consumo doméstico e familiar de tecidos de origem do Novo Mundo. Por outro, era necessário o emprego da coordenação da mão de obra, o que implicava na obtenção da pequena mercancia e do ofício cotidiano das tarefas de exploração da terra para produzir escassos excedentes como os panos de algodão.

Nesse contexto de primeiro momento de ocupação do Planalto, as famílias senhoriais passavam a acumular poucas indumentárias algodoeiras graças ao comando das mulheres e ao trabalho constante da população indígena, nas casas e sítios paulistas, os quais floresceram depois do início do século XVII com o aumento demográfico e das expedições, com o povoamento de novas áreas ao redor da vila e os aldeamentos paulistas.⁴⁴¹

⁴³⁹ Inventário de Izabel Fernandes (1607). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 5, p.3-20.

⁴⁴⁰ J.M. Monteiro. *Op. Cit.*, p. 100.

⁴⁴¹ Ver a obra de Pasquale Petrone. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: DAESP, 1995.

Assim, a cultura algodoeira centrava-se no domínio da produção doméstica das senhoras, que comandavam as atividades têxteis das escravarias indígenas. Enquanto a população masculina saía da vila, as mulheres trabalhavam ativamente na produção caseira do algodão.

CAPÍTULO V - PRODUZINDO VESTES E TECIDOS: OS PAULISTAS E A PRODUÇÃO CASEIRA DO ALGODÃO

5.1. Entre casas e sítios: a vida doméstica e os têxteis

Na Terra de Santa Cruz, a necessidade de vestir os colonos e os indígenas fazia com que os jesuítas ensinassem aos moços e moças órfãos as práticas de oficiais mecânicos, como sapateiros, tecelões e costureiros. Eram valorizadas pela Companhia de Jesus, as casas em que se praticassem essas atividades com o algodão da terra.

Em 1562, Brás Lourenço declarava que enquanto nas Índias Orientais, os lusitanos entravam em conflito pelos entrepostos comerciais para as especiarias. Na América portuguesa, os colonos escravizavam os gentios, por meio da Guerra Justa, graças ao comando do governador Mem de Sá, assim como produziam açúcares, algodão e comercializavam pau brasil.⁴⁴²

A economia algodoeira e a extração do pau de tinta permaneceram crescentes na década de 1560. O padre Baltazar Fernandes descrevia a região como rica em algodão, pau brasil e gado vacum, no entanto, percebia a diferença do Planalto ao afirmar da falta de açúcar.⁴⁴³ Com relação à economia caseira do algodão afirmava que um homem devoto com a esposa administravam o trabalho de moças em alfaiataria e costura. Em um Colégio Jesuítico da Bahia, uns rapazes aprendiam ofícios de tecelões e as mulheres a tecelagem.⁴⁴⁴ Essas atividades eram constantes em todas as capitanias, mas, na vila de São Paulo, as saídas ao sertão da população masculina obrigavam às mulheres senhoriais a administrarem os trabalhos cotidianos domésticos para o sustento das famílias.

Durante os dois primeiros séculos de Colonização, de uma maneira geral, na região de fronteira como São Paulo Colonial, o dia-a-dia diferenciava-se pelo labor nas lavouras para alimentos, bem como para a produção de algodão, ao trabalho artesanal de fiação, costura e na troca desses produtos. Enquanto os homens chefiavam expedições e tinham suas trajetórias de vida relacionadas à expansão colonizadora e dos resgates

⁴⁴² “Por comissão do P. Brás Lourenço ao P. Miguel de Torres, Lisboa. Espírito Santo, 10 de junho de 1562”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae (1558-1563)*. Lisboa, 1954, vol. 3, p. 465 e 468

⁴⁴³ Do Padre Baltazar Fernandes aos padres e irmãos de Portugal. Piratininga, 5 de dezembro de 1567. In: “Por comissão do P. Brás Lourenço ao P. Miguel de Torres, Lisboa. Espírito Santo, 10 de junho de 1562”. In: Serafim Leite *Monumenta Brasiliae (1563-1568)*. Lisboa, 1954, vol. 4, pp. 421-429.

⁴⁴⁴ “Por comissão do P. Brás Lourenço ao P. Miguel de Torres, Lisboa. Espírito Santo, 10 de junho de 1562”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae (1558-1563)*. Lisboa, 1954, vol. 3, p. 465 e 468.

indígenas, as mulheres senhoriais ficavam em casa para gerenciar as escravarias, que se acumulavam ao longo do século XVII.

Na Capitania de São Vicente, o algodão era plantado, colhido e descaroçado nas lavouras e nos sítios das famílias senhoriais da vila de São Paulo, desde os finais do século XVI. Todavia, foi a partir da centúria seguinte que a sua produção começou a florescer. Nos primórdios do Seiscentos, as famílias senhoriais constituíram as suas primeiras propriedades, formando uma agricultura de algodão em São Paulo.

As lavouras próximas às casas e os sítios tomavam parte significativa dos bens arrolados nos inventários das famílias senhoriais. A liderança doméstica das senhoras sobre as escravarias era importante para a manutenção econômica da vila de São Paulo. Solteiras, casadas ou viúvas, as mulheres trabalhavam arduamente nas lavouras de produtos alimentícios, no cercamento dos gados e na indústria caseira de algodão, auxiliando no processo de constituição do patrimônio familiar e na acumulação de excedentes, comercializando com outras regiões da América portuguesa.

Contudo, a produção algodoeira crescia na passagem do Quinhentos para o Seiscentos para o consumo da população do sertão. No inventário *post-mortem* de Maria Gonçalves, em 1590, havia “toda a fazenda, inclusive escravos em 374\$350”, mais \$920 réis em fios de algodão.⁴⁴⁵

Oito anos depois, no inventário de Izabel Felix, moradora do Tejeguauçu, era encontrado \$400 réis por uma arroba de algodão. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, esse produto valia “aproximadamente” 2\$000 réis o quintal. No entanto, de 1599 até 1600, havia a variação de \$800 até \$640 réis à arroba. Ainda segundo o historiador, o preço oscilava entre 1\$000 e \$320 réis nos anos de 1600 até por volta de 1640.⁴⁴⁶

Essa produção de algodão servia, segundo Alcântara Machado, “não só como moeda de troca, como o vestido da terra”,⁴⁴⁷ significando, assim, a necessidade do produto para a constituição de várias indumentárias como meias, camisas e gibões, costurados pelas próprias senhoras, ou pelas suas escravas da terra.

Segundo o mesmo, os gibões de produção caseira feminina eram usados para as descidas ao sertão, os bandeirantes deveriam estar bem equipados, com armas de fogo, pólvora e com “a armadura que o ambiente reclama, encontraram-na os paulistas. São as armas de algodão colchoadas. É o gibão de armas de algodão de vestir, adaptação da

⁴⁴⁵ Inventário de Maria Gonçalves (1590). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 1, pp. 185-383. Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, (1ª Ed. 1933) 2006, p. 43.

⁴⁴⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 213.

velha jaqueta medieval às condições do meio americano. É o escupil usado pelos espanhóis nas guerras contra o gentio do México, do Peru e do Chile. É uma carapaça de couro cru, recheio de algodão, forro de baeta. Tanto basta para proteger o corpo, à maneira das costas de malha, contra a penetração das setas inimigas”.⁴⁴⁸

Esses patrimônios familiares Seiscentistas, segundo Muriel Nazzari, faziam parte do sistema de dote realizado entre os principais da terra. Esse adiantamento da herança era muito importante para a formação de um novo núcleo familiar e fazia com que as filhas moças fossem privilegiadas nas partilhas. Elvira Rodrigues, moradora da vila São Paulo na década de 1610, é um exemplo disso. Recebia dos pais Martim Rodrigues e Suzana Rodrigues, um dote significativo. Dentre os produtos algodoeiros, o seu adiantamento da herança contava com 2 lençóis e 2 toalhas. Também era-lhe dado 4 índios adultos, 2 crianças para trabalhar na roça de algodão – outra propriedade herdada dos pais.⁴⁴⁹

No inventário *post-mortem* de Maria Tenória de 1620, percebe-se a relevância do monte-mor de 509\$680 réis e os 127 indígenas cativos para o viúvo Clemente Alves e os sete filhos do casal. Destacam-se, na cultura algodoeira, o sítio com bananal, por 5\$000 réis, mais outro de 5\$000 réis, e o algodão era beneficiado em 100 varas de pano.⁴⁵⁰ Neste processo, 3 cativos crianças eram arrolados como sem nome e trabalhadores das roças.⁴⁵¹

A economia caseira têxtil era fundamental para gerar um excedente de bens para as famílias senhoriais paulistas. Na década de 1620, a região norte da vila crescia com o estabelecimento de Salvador Pires e Inês Monteiro de Alvarenga de uma fazenda de índios Guarani e o início da constituição do patrimônio familiar dos Pires.⁴⁵²

Com novos patrimônios adquiridos do comércio através do Caminho do Mar, as famílias desenvolviam sua produção graças ao trabalho dos índios, que se dedicavam principalmente às lavouras de trigo. Havia também a necessidade do trabalho cativo na produção de outros gêneros alimentícios como o milho e a mandioca.⁴⁵³ No final do

⁴⁴⁷ Alcântara Machado. Op. Cit., p.85.

⁴⁴⁸ Idem, pp. 240-241.

⁴⁴⁹ Muriel Nazzari. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.279. (tradução)

⁴⁵⁰ Inventário de Maria Tenória (1620). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.44, pp.8-45.

⁴⁵¹ John Manuel Monteiro. Op. Cit. (1994), p. 164.

⁴⁵² John Manuel Monteiro. Op. Cit. (1994), p. 194.

⁴⁵³ Sobre a produção de gêneros alimentícios na Capiania de São Vicente e a crescente mercantilização ver Ilana Blaj. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

Quinhentos, encontra-se na vila de São Paulo, vários sítios com algodão, o qual era utilizado inicialmente na economia doméstica.

Conforme pode-se perceber no arrolamento dos inventários *post-mortem*, a produção algodoeira paulista crescia com o avançar do seiscentos. As famílias senhoriais possuíam os algodoais para o consumo, pois eram necessários os tecidos de algodão cru para as vestimentas dos cativos.⁴⁵⁴ Conforme Sérgio Buarque, “a lavoura algodoeira segue a expansão do planalto e cresce com a ela. Quase todos os sítios da roça têm seu pequeno algodoal (...) Mas há de dar alguma necessidade caseira ou para ajudar a vestir a gente de serviço. (...)” Mas ao mesmo tempo realizavam redes de comércio desse produto para a obtenção de excedentes.

As lavouras e os sítios algodoeiros ultrapassavam o espaço urbano/rural da vila de Piratininga e estendiam através da circulação populacional do planalto paulista. Para o autor, “nos primeiros tempos plantava-se nos próprios arredores da vila de São Paulo, não obstante seu clima úmido e inconstante. Especialmente na Embuaçava e na Mooca. Transpor o Tietê, as plantações acompanhavam-lhe as margens, sobretudo rio a baixo, e também as dos seus tributários como o Pinheiros, o Cutia e, em partes, o Jaguari. Em Parnaíba ao assinalados algodoais no sítio de Belchior Carneiro desde 1609, dezesseis anos antes de fundar-se a vila; no Ururaí em 1624 nas terras de Matias de Oliveira e Marcos Fernandes, e em 1620 na área de Mogi das Cruzes”.⁴⁵⁵

Contudo, nota-se que é necessário pensar no espaço de maneira como era compreendido nos Seiscentos, tentando realizar aproximações nas delimitações. Conforme Glezer, a “confusão e dificuldade de definir os espaços e os termos do rossio atrapalha muito os especialistas na história de São Paulo. Se acrescentar a eles a divisão administrativa, religiosa, em freguesias, que espacialmente era diversa, fica difícil a definição de espaços de forma compatível aos padrões atuais”.⁴⁵⁶

Para aproximar a análise do espaço, destacavam-se os papéis dos sítios e das casas com pequenos algodoais no seu interior para a produção caseira de tecidos. Dentre os sítios importantes estava o da família de Nicolau Barreto, senhor comerciante que realizava contato constantes com outras regiões como Santos, Rio de Janeiro e Angola. O patrimônio algodoeiro de sua família era constituído pelo “sítio forte, casa com três lanços com seu cobertor de telha de taipa de mão com suas árvores de espinho algodoal,

⁴⁵⁴ Sérgio Buarque de Holanda. Op. Cit, p. 214.

⁴⁵⁵ Idem, pp. 214-215.

⁴⁵⁶ Raquel Glezer. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 106.

valendo tudo 20\$000 réis”.⁴⁵⁷ Encontra-se também um estoque de “quatro arrobas de algodão a 2\$000 réis”.⁴⁵⁸

Mas poucos artefatos eram fabricados com os excedentes algodoeiros, dois lenços de 1\$280 réis e uma toalha de mesa (\$320 réis), sendo que, provavelmente, deveriam ter comercializado o têxtil ou mesmo os seus derivados, pois mantinham estoque e lavoura de algodão para as maiores produções encontradas no rol de bens do inventário *post-mortem* do mercador do Atlântico Sul.⁴⁵⁹

Nas avaliações do patrimônio familiar de Garcia Rodrigues, encontra-se o sítio da roça com lanço de casa com seu algodão e a casa coberta de telha de taipa de mão, avaliado em 6\$000 réis, um valor bem menor do que o do mercador acima declarado. Essa benfeitoria ficava com a viúva Maria de Barros para o seu sustento.

Eram também arrolados uma quantidade significativa de panos de algodão – 48 varas, no valor de 4\$800 réis, arrematados por João Nogueira de Pazes, por um preço inferior, de 4\$620 réis. E, no ano de 1633, o gibão de algodão custava pouco, \$160 réis, um valor bem inferior àquele de possível qualidade superior, do início do século – o gibão acolchoado de algodão de armas de 8\$000 réis de Manuel de Chaves.⁴⁶⁰

No inventário de Manuel Vandala, o sítio de 40\$000 réis continha além das roças de algodão, feijões, parreira e bananeiras. E, nas partilhas, ficava com a “nobre e honrada” viúva Madalena Holsquor.⁴⁶¹

Na década de 1630, os artefatos de algodão aumentavam nas relações dos patrimônios familiares dos moradores dos sítios da vila. No raro testamento de mão comum, ou seja, em conjunto, de Messia da Pena e Álvaro Neto, o velho, havia a distribuição das toalhas de mesa de algodão. No inventário da esposa encontra-se, nas partilhas, a distribuição das duas redes aos dois filhos. Álvaro Neto, o moço ficava com duas camisas de pano de algodão (\$960 réis) e Matheus Neto com uma outra de \$460 réis.⁴⁶² Essas vestimentas algodoeiras poderiam ser femininas, mas o que importava para os herdeiros eram os valores dos bens, assim como a relevância da indumentária, que poderia ser de uso para as noras e netas da falecida. Desse modo, o consumo algodoeiro era fundamental na vila dado à escassez de vestimentas no século XVII.

⁴⁵⁷ Inventário de Nicolau Barreto (1629). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1921, v.8, p. 30.

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 32.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 30.

⁴⁶⁰ Inventário de Garcia Rodrigues (1632). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1921, v.8, p. 420, 421, 423.

⁴⁶¹ Inventário de Mauel Vandala (1628). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 7, p. 53.

⁴⁶² Inventário de Messia da Pena (1635). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1921, v.9, pp. 429-459.

Observa-se que, no contexto do início do decênio de 1640, a conjuntura da economia do trigo entrava em crise, juntamente com as expedições de aprisionamento de cativos indígenas. Na perspectiva de Monteiro, “com a interrupção do abastecimento de cativos guarani a partir dessa data, os colonos passaram a enfrentar uma crise de graves repercussões sobre as estruturas locais, pois tornava-se difícil manter a população cativa no nível até então atingido”.⁴⁶³

Na vila de São Paulo, durante o Seiscentos, ocorriam inúmeras tensões entre as diferentes categoriais sociais, expressas nos conflitos camarários, em decorrência das proibições, que alguns dos oficiais faziam da saída de rezes e dos aumentos dos seus preços.⁴⁶⁴

Essa presença do pastoreio ocorria de forma dispersiva da população, sendo uma das características deste espaço as “forças centrífugas”. A pecuária auxiliava na expansão territorial, fazendo com que os colonos procurassem mais terras e cativos na Capitania de São Vicente. Entretanto, a colonização paulista também tinha como sentido as “forças centrípetas”, de sedimentação do povoamento e de solidificação do núcleo da vila, com o lento processo de cercamento do gado e com a formação dos sítios das principais famílias da terra.⁴⁶⁵

Todavia, nesse momento de crise da triticultura, a produção algodoeira e os currais de gado *vacum* começavam a crescer, substituindo os investimentos e administração da mão de obra indígena. Em outras palavras, o patrimônio familiar dos inventariantes paulistas, de uma maneira geral, sofria um crescimento na cultura algodoeira, bem como uma expansão no trato do gado *vacum*. Apesar da crise econômica do trigo, outros produtos passavam a superá-lo. No pequeno monte mor de 25\$020 réis do inventário de Antonio de Proença Varela de 1642, havia apenas umas meias de algodão branco no valor de \$240 réis, as quais ficavam com a viúva Maria Maciel.⁴⁶⁶

Luiz Dias, morto no sertão quando estava em uma “armação com o sogro”, possuía poucos bens, dentre eles um pequeno sítio com um pedaço de mandioca e outro

⁴⁶³ John M. Monteiro. Op. Cit (1994), p. 58.

⁴⁶⁴ Ilana Blaj, tratando dos cercamentos do gado e do abastecimento de carne no final do século XVII e início do seguinte, diz “A venda crescente do gado paulista para outros núcleos e para o litoral causava, assim, problemas para o abastecimento interno de carne, requerendo a intervenção constante da câmara”. Ilana Blaj. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002, p. 164.

⁴⁶⁵ Oliveira Viana. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/UFF, 1987, vol. 1, p.28 e 84.

⁴⁶⁶ Testamento de Antonio de Proença (1642). In: I. T. São Paulo: DAESP, v. 41, 1966, p. 19.

de algodão, no valor de 4\$000 réis, que era arrematado por Francisco Rodrigues, sogro do falecido e pai de Maria Rodrigues. O próprio sogro comprava no leilão dos bens dos órfãos vários bens, tais como a sete arrobas de algodão (2\$900 réis).⁴⁶⁷

É importante salientar o papel familiar da economia dos paulistas no século XVII, no que se refere tanto à produção, circulação e consumo algodoeiro nos sítios, quanto às expedições realizadas pelos senhores da terra através do sertão. Além disso, havia uma rede de solidariedade e auxílio entre a família materna e os genros para conseguirem sobreviver no Planalto Paulista e participarem do processo de resgate de cativos.

Os sítios eram locais importantes para a produção algodoeira encontrada nos patrimônios familiares. No inventário de Ana da Costa, a benfeitoria de Trabembe possuía roças desse produto, apesar de valer pouco para a época, 4\$000 réis. Como já anteriormente observado, as lavouras algodoeiras tinham significativa relevância para a elaboração de tecidos e de indumentárias para as famílias senhoriais paulistas.⁴⁶⁸

Em testamento da viúva Lucrécia Leme de 1643, a senhora declarava que dotara as filhas, destacando o contrato com o capitão Pedro Vaz de Barros com a filha Luzia Leme. Emprestava escravaria aos netos e deixava a cativa Paula para a filha Leonor Leme. Ainda deixava como testamenteiros Fernão Dias Leme e dona Isabel Paes, sua filha, e o neto Valentim de Barros. A sua terça ficava para filha Luzia Leme. Não deixava, porém, nenhuma referência, no testamento, sobre os artefatos de algodão, encontrados no seu inventário, nem ao papel de alfinetes (\$240 réis), panos de algodão (\$360 réis), a tipóia com sua franja (\$160 réis), a saia (\$400 réis), as tesouras (\$100 réis), 50 varas de pano grosso (5\$000 réis) e mais 40 varas de pano (3\$200 réis). Os filhos Pedro Leme e Luiz Dias Leme deviam à falecida mãe juntos 92\$800 réis.

Dentre a partilha dos bens algodoeiros, destaca-se a distribuição desses artefatos para todos os herdeiros. O filho Pedro Dias recebia do patrimônio familiar mais valorosos: o sítio de Pinheiros, vinte e cinco varas de algodão (2\$500 réis) e enxadas. O quinhão de Luiz Leme possuía dos bens mais valiosos uma parte do mesmo sítio e 3\$000 réis em pano. Além das varas e do pedaço da mesma benfeitoria, a herdeira Maria Leme ficava com uma saia de pano de algodão (\$400 réis). As varas de pano de algodão foram herdadas por Fernão Dias o Velho, o qual também ficava com os

⁴⁶⁷ Inventário de Luiz Dias (1642). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, p. 435, 440 e 441.

⁴⁶⁸ Inventário de Ana da Costa (1643). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 34, 1951, pp. 7-37.

alfinetes, foices e a benfeitoria. Entre o órfão João e a Bastiana, netos da testadora, ficavam 1\$250 réis dos tecidos para cada um.

A viúva Lucrecia Leme, provavelmente, comandava a produção caseira de algodão no sítio de Pinheiros, deixando para seus herdeiros um acréscimo no patrimônio familiar, pois a senhora conseguia além de manter a herança do falecido marido, progredir os negócios e agregar ainda mais bens aos herdeiros, obtendo sozinha um monte menor de 139\$100 réis.⁴⁶⁹

O patrimônio familiar, encontrado no inventário *post-mortem* de Isabel de Freitas, em 1655, é rico na descrição dos artefatos algodoeiros: um colchão listrado de azul desse têxtil valia 2\$570 réis, quatro lençóis com enfeites de rendas ao redor (4\$000 réis), um pavilhão com seu capelo (3\$000 réis), duas toalhas de mesa já usadas (1\$6000 réis), mais três toalhas de mesa (1\$440 réis).

Esses artefatos caseiros de algodão eram produzidos graças ao sítio com parreira para vinha e o algodoal, o qual custava 32\$000 réis. Ainda continha nesse local dentre outras ferramentas, um tear e meio com três pentes, por 4\$300 réis, bem como dez arrobas (5\$000 réis). Esses artefatos importantes, nas partilhas ficavam com o viúvo.⁴⁷⁰

Poucas indumentárias algodoeiras encontram-se no inventário *post-mortem* de Ana de Siqueira, esposa do ferreiro Amaro Alves Tenório, como dois coletes de pano de algodão (\$320 réis), mais oito arrobas de algodão (3\$200 réis). Apesar das escassas posses em algodão, o casal possuía 22 cabeças de gado e 42 peças do gentio.⁴⁷¹

O sítio “com as suas árvores e pedaços de algodoal” de 6\$000 réis e as poucas cabeças de gado de Pascoal Dias Peres mal davam para o sustento das sete filhas, sob a responsabilidade da pobre viúva, que mantinha apenas 5 cativos solteiros: José, Manoel, Maria, Inácio e Marcos.⁴⁷²

Desse modo, os sítios com algodoais, bananeiras e casas de morar eram espaços importantes de trabalho e de sobrevivência. No patrimônio familiar de Maria Pompeu e Manuel Góes Raposo, encontra-se o de 30\$000 réis, com as 45 cabeças de gado, os porcos, 20\$000 réis em ovelhas, 20\$600 réis em cavalgaduras e 35 gentios

⁴⁶⁹ Inventário de Lucrecia Leme (1645) e Testamento de Lucrecia Leme (1643). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1921, v.14, pp. 311-343.

⁴⁷⁰ Inventário de Isabel de Freitas (1654). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 46, 1999, pp. 93-135.

⁴⁷¹ Inventário de Ana de Siqueira (1645). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 33, 1945, p. 41.

⁴⁷² Inventário de Pascoal Dias Peres (1645). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 32, 1942, p. 137.

escravizados. Mas as dívidas eram significativas, sendo o monte mor de 265\$580 réis e o menor de 70\$195 réis para dividir entre o viúvo, os dois filhos e as doações.⁴⁷³

Algumas famílias senhoriais viviam com pequeno patrimônio algodoeiro. O pequeno sítio, com lavoura de mandioca, mais duas arrobas de algodão, os quais valiam apenas 2\$320 era o de Diogo Pinheiro, com sua esposa Ana Ribeiro, juntamente com os filhos pequenos Diogo e Maria.⁴⁷⁴

Outro sítio com algodoal e pequena lavoura de canas, bem mais significativo que o anterior, era de 6\$000 réis. Além disso, contava com sete arrobas de algodão. Para a família de Beatriz Rodrigues, viúva de André Saraiva e casada novamente com Domingues Fernandes Pinto, o espólio algodoeiro e dos 11 cativos era capital para a manutenção dos bens e sobrevivência dos filhos.⁴⁷⁵

Enfim, até meados do Seiscentos, formava-se uma variada camada senhorial, proprietária de cativos indígenas, de lavouras de produtos alimentícios – basicamente centrada na triticultura e de gado vacum. Todavia, os pequenos algodoais eram importantes para a produção caseira comandada pelas mulheres senhoriais e constituição da economia algodoeira.

⁴⁷³ Inventário de Maria Pompeu (1647). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.15, 1921, pp. 2-48.

⁴⁷⁴ Inventário de Ana Ribeiro (1650). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 40, 1955, p. 75.

⁴⁷⁵ Inventário de Beatriz Rodrigues (1650). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 41, 1966, pp. 88-89.

5.2. As tarefas das senhoras: tecer, costurar e comandar

Nas vilas e cidades da América portuguesa e das Índias de Castela, a população feminina possuía importantes papéis no cotidiano do trabalho e na administração dos negócios durante todo o processo de colonização. Dentre as atividades mais importantes, destacam-se o comando das serviçais indígenas nas colônias espanholas e das escravas africanas na América portuguesa nas áreas de predominância açucareira.

Analizando a presença e os papéis femininos, principalmente de formas de trabalho e o cotidiano da vida das mulheres no contexto da colonização ibérica, Samara afirmou que “No cotidiano da sobrevivência e no mercado de trabalho, conviviam livres e escravos num contexto em que o predomínio era das mulheres. Ao que tudo indica, esse era um traço comum ao mundo urbano colonial, onde a estrutura sexual sempre apresentava um equilíbrio em favor das mulheres. (...)”⁴⁷⁶

Nas Índias de Castela e na América portuguesa, “a fiação e a tecelagem eram as principais tarefas das mulheres, além, naturalmente, dos serviços domésticos”.⁴⁷⁷ As mulheres das elites coloniais eram obrigadas a gerir os patrimônios familiares, bem como ensinar e comandar as tarefas domésticas da mão de obra, como as preparações das refeições, as lavouras dos sítios e das fazendas. Comandavam as tarefas relacionados à produção, circulação e consumo dos tecidos e das indumentárias. Ademais, conforme Samara, “as tarefas domésticas, por sua vez, eram complexas e pressupunham a alimentação e o vestuário de todos os membros da família. Unidades familiares e de produção ao mesmo tempo exigiam controle, supervisão e divisão do trabalho”⁴⁷⁸

Nos domicílios paulistas, as mulheres senhoriais trabalhavam na manutenção e nos cuidados com as crianças por meio do comando das escravarias indígenas. A partir disto, assumiam papéis importantes no seio familiar. Nas casas e nos sítios, figuravam os móveis e utensílios de metais, que para muitos eram considerados objetos de extremo valor. Dentre os mais comuns, destacavam-se as redes de dormir – fabricadas com o algodão da terra -, as ferramentas de uso cotidiano, como as facas, as caixas de madeira, os caldeirões de latão, os teares e os fusos.

⁴⁷⁶ Eni de Mesquita Samara. *Lavoura Canavieira, trabalho livre e cotidiano, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005, 40.

⁴⁷⁷ Idem, p. 45.

⁴⁷⁸ Idem, pp. 45-46.

Os trabalhos diários, realizados muitas vezes pelos escravos indígenas, ultrapassavam o ambiente doméstico e atingia toda o espaço da vila de Piratininga.⁴⁷⁹ Toda essa produtividade paulista se configurava por intermédio de um longo processo de obtenção de mão de obra nas expedições. Escravizados, os indígenas eram batizados, constituíam famílias e passavam a realizar as atividades cotidianas na vila de São Paulo. Plantar, descaroçar, fiar, tecer e eventualmente costurar eram parte das responsabilidades das escravas, que passavam um bom tempo das suas vidas curtas trabalhando para os senhores. Dando continuidade às interpretações da economia doméstica e do trabalho feminino, Silva Dias nota que no período colonial, “...as tarefas domésticas tomavam proporções enormes e de complexidade dificilmente apreciadas para quem não estuda de perto os afazeres de sobrevivência nas casas do Brasil colonial: o artesanato doméstico implicava capacidade de liderança e de administração, desdobradas em horas de trabalho e treinamento de escravos e de execução de tarefas penosas e lentas, envolvendo dias a fio de trabalho incessante, essenciais para a sobrevivência do grupo”.⁴⁸⁰

Nesta perspectiva, o trabalho feminino levava a uma produção variada de tecidos e de indumentárias. Por meio dos dados encontrados nos testamentos e inventários *post-mortem*, nota-se a presença de uma variedade de artefatos de algodão que iam dos mais simples até os mais elaborados, como as toalhas de franjas, rendas e tecidos de diferentes colorações.

As atividades femininas eram muito importantes para a sobrevivência cotidiana do grupo familiar, por isso as mulheres senhoriais paulistas adquiriam uma grande autonomia na vida doméstica. Ajudavam com os trabalhos caseiros e os negócios, que atingiam grandes dimensões inclusive no ultramar português, como no caso de Angola, onde os gibões paulistas, as “armaduras de algodão”, eram utilizadas para a defesa militar.⁴⁸¹

⁴⁷⁹ Para Belmonte, “...dentro de casa, como lá fora, a vida paulista não transcorre na ociosidade. Enquanto o gentio, de um lado, cuida da lavoura, de outro lado, produzem telhas nas olarias, e sob os telhais se enchem peroleiras de vinho, nas formas se fazem pães, nas cozinhas se adicionam caixas de marmelada, e se alinham potes de manteiga, e se equilibram queijos e se enchem frascos de água de rosas, e se encesta a farinha, e se ensacam flocos de algodão...” Belmonte. *Nos tempos dos bandeirantes*, p. 29.

⁴⁸⁰ Maria Odila Silva Dias. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 105.

⁴⁸¹ “Armaduras de algodão, gibões resistentes às flechas de índios – fabricados e usados pelos paulistas nas suas bandeiras – são importadas da capitania vicentina pelos governadores de Angola a partir de 1612, e ao longo do século, para servir de proteção nas escaramuças com os africanos. A utilidade dos gibões parecia efetiva nas batalhas contra os frecheiros nativos: Luís Mendes de Vasconcelos chegou a escrever a el-rei que o fabrico e uso das armaduras de algodão pelos portugueses da América fazia a

No início do século XVII, a viúva Francisca Correa e a família ficavam com as casas da vila (6\$000 réis), onde produziam tecidos, utilizando dois teares com seus adereços (3\$000 réis), 3 pentes (1\$500 réis), a urdideira e a caixa de novelos (\$080 réis). Contavam com a mão de obra das escravas tecedeiras indígenas, Esperança, Antonia, já velha, e do rapaz Manuel, que em conjunto valiam 45\$000 réis.⁴⁸²

As mulheres senhoriais, habitualmente, produziam algodão e tecidos desse produto para o consumo local. Maria de Paiva, na viuvez, administrava com a família o sítio com casas de palha de algodão e demais plantas (16\$000 réis). Essa proprietária conseguia estocar 3 arrobas de algodão (1\$440 réis) e tinha no arrolamento apenas 2 camisas de algodão e 2 ceroulas. Comandava 14 cativos de nação Tememynó, sendo três crianças e duas senhoras idosas.⁴⁸³ A viúva Hilária Luiz, em 1609, ficava com os fogos e as lavouras de algodão que estava ao redor no valor de 12\$000 réis.⁴⁸⁴

Na década de 1610, Sicília Gaga e o esposo Francisco Dias administravam as pequenas lavouras de algodão e os domicílios velhos (2\$000 réis). As roupas eram produzidas com o algodão da terra, tendo a família 2 pares de ceroulas e 3 camisas novas. Para o costume de limpar-se contavam com uma única toalha de rosto.⁴⁸⁵

Domingos Luis, o Moço e Feliciano Parenta moravam nas casas de taipa cobertas de telhas (28\$000 réis). Sobreviviam do sítio com fogos e benfeitorias, mais 3\$200 réis de lavouras de algodão. Estocavam 9 novelos e 9 varas de pano (1\$520 réis) trabalhadas pelas cunhãs.⁴⁸⁶

Justa Maciel recebeu do inventário do falecido esposo André Martins a importância de 49\$000 réis, contendo em destaque as moradas da vila (25\$000 réis), o gado vacum (15\$000 réis) e o estoque de 2 arrobas de algodão (1\$000 réis), valendo pouco menos que o sítio de 1\$500 réis. A viúva liderava o trabalho dos escravos da Guiné no valor de 24\$000 réis e os 15 negros da terra.⁴⁸⁷

Em 1616, Antonia Gonçalves, na viuvez, gerenciava o sítio com “quintal e casa de taipa de pilão, com seus mantimentos, que está dentro com a casa de telha e algodão com todas as demais benfeitorias”, avaliado em 15\$000 réis. As ferramentas de trabalho das índias escravas eram constituídas por 3 coifas de rede de linha de algodão (\$150

conquista o Brasil ser mais fácil que Angola”. Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 95-96.

⁴⁸² Inventário de João Serrano (1601). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 11, pp. 1-5.

⁴⁸³ Inventário de Jorge Rodrigues (1606). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1937, vol. 30, pp. 47-67.

⁴⁸⁴ Inventário de Belchior Carneiro (1609). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 109-198.

⁴⁸⁵ Inventário de Francisco Dias Pinto (1611). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 19-31.

⁴⁸⁶ Inventário de Domingos Luiz, o Moço (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 67-119.

réis), a prensa de um fuso (1\$000 réis). Graças às cativas acumulavam 3 arrobas e meia de algodão com caroço no valor de 1\$750 réis. Teceram a vara de pano de algodão delgado novo, mais 9 varas de pano (1\$260 réis), um arretel e três quartos de fio de algodão. Tinham ainda guardado 3 potes de manteiga, 23 arretéis de cera, 4 arrobas de carne de porco salgada que custavam 2\$000 réis. A sua família era também proprietária de uma escravaria de 17 indígenas.⁴⁸⁸

No inventário *post-mortem* de Isabel Fernandes, esposa de Belchior Fernandes, existiam apenas artefatos caseiros, como as toalhas de mesa e guardanapos, por preços pouco expressivos.⁴⁸⁹ Mas os pequenos algodoais da vila formavam parte importante do patrimônio para o sustento das viúvas. Dona Izabel do Prado, viúva de Paschoal Leite mantinha além dos cativos a agregada Izabel Beldiaga, na região de Pinheiros. A segunda senhora era madrastra de Maria Fernandes Nobre e também viúva de Domingos Fernandes Nobre, além disso, possuía além da cativa Vitória para lhe acompanhar, umas camisas de algodão, mantos velhos, um saio de baeta. A primeira senhora vivia com mais duas agregadas, as quais, provavelmente, lhes ajudavam na administração das escravarias.⁴⁹⁰

Em 1632, a viúva Potencia Leite ficava com 9 filhos, mantidos graças à exploração do sítio. Nesse local, produzia a parreira, o algodoal e as árvores de espinho que valiam 6\$000 réis. Criava o equivalente a 5\$430 réis em porcos. Para o trabalho em suas propriedades contava com a relevante escravaria de 30 cativos, que faziam os serviços da casa, lavoravam a terra e realizavam as atividades na produção caseira dos tecidos de algodão.⁴⁹¹

No mesmo ano, Feliciano Parenta, na viuvez, administrava o sítio com a cultura algodoeira, ao lado da casa de palha coberta de telha com lavoura de mandioca (17\$000 réis). Tinha ainda outro sítio com mato e casa de palha e algodoal (5\$000 réis), o canavial e a roça de um ano (16\$000 réis) e 197 alqueires de feijão (21\$920 réis). Morava no fogo da vila que ia à São Bento (25\$000 réis), onde havia no seu interior uma toalha de mesa de pano de algodão lavrado azul com renda e franja (1\$600 réis),

⁴⁸⁷ Inventário de André Martins (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 3, pp. 121-198.

⁴⁸⁸ Inventário de Antonia Gonçalves (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.3, pp. 123-198.

⁴⁸⁹ Inventário de Isabel Fernandes (1619). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1939, v. 30, p.

⁴⁹⁰ Inventário de Izabel Beldiaga (1622). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.6, pp.2-12.

⁴⁹¹ Inventário de Antonio Rodrigues Miranda (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 11, pp. 45-55.

mais 2 toalhas azuis, outra de rosto, uma por acabar também rendada e 3 lençóis, tudo feito com a importante escravaria de 98 negros brasílicos.⁴⁹²

As famílias senhoriais viviam em geral com poucos bens de consumo no âmbito doméstico. No que tange às vestimentas, era comum o uso do algodão por todas as camadas sociais.

Para o consumo indumentário algodoeiro dos membros familiares, as senhoras precisavam constantemente comadar o trabalho da escravaria indígena. Como notou Sérgio Buarque de Holanda, esses artefatos de algodão eram produzidos com o uso das “técnicas adventícias” e o processamento ocorria de forma doméstica. Conforme o mesmo, “(...) Mais do que outras atividades manufatureiras, a fabricação de fios e tecidos destinados a uso doméstico andava estreitamente associada, aqui, à vida do lar. Nos sítios da roça, onde quer exista mão-de-obra suficiente para o mister, o excesso de produção servia para permutas e pagamentos, mesmo depois que o pano de algodão deixou de constituir a principal moeda da terra”.⁴⁹³

Frei Vicente Salvador descrevia as atividades cotidianas femininas da população indígena, a qual vivia, geralmente, em movimento atravessando as várias regiões da colônia portuguesa: “...os ensinam [aos índios] a fazer balaies e outras coisas de cerâmica, para as quais têm grande habilidade, se eles querem aprender; que, se não querem, não os constroem, nem os castigos por erros e crimes que cometam, por mais enormes que sejam. As mães ensinam as filhas fiar algodão e fazer redes de fio e mastros para os cabelos, dos quais se prezam muito, e os penteiam e untam de azeite de coco bravo, para quer façam compridos, grossos e negros”.⁴⁹⁴

Contudo, nem sempre as mulheres e crianças predominavam nas escravarias, como era o caso das 12 cativas, em um total de 26 negros da terra, de Ignez Pedroso, esposa de Thomé Martins, as quais trabalhavam com o algodão do sítio de Jagoaperuba de 24\$000 réis.⁴⁹⁵

Em testamento, Catharina Gonçalves, filha de Clemente Alves e Maria Alves, declarava seus negócios com a cultura algodoeira, ditando que devia “ao bem

⁴⁹² Inventário de Manuel Alves Pimentel (1632). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 31, pp. 153-200.

⁴⁹³ Sérgio Buarque de Holanda. Op. Cit. (1954), pp. 218-219.

⁴⁹⁴ Maria Oliveira Leda. *A História do Brasil de Frei Vicente Salvador: História e política no Império Português*. Odebrecht, 2009, f. 25.

⁴⁹⁵ Inventário de Ignez Pedroso (1632). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, p. 374.

aventurado Santo Antonio uma toalha de algodão do altar que lhe prometi”, também devia à “mulher que foi do violeiro quatro varas de algodão”.⁴⁹⁶

Possivelmente, a senhora, casada com Gonçalo Gil, comandava as escravas Gracia, Lucrecia e Clemencia – que tinha um filho de mama - para o trabalho de tecer e coser no cotidiano da vida doméstica na vila de São Paulo, havendo dois lanços de casa com um pedaço de algodoal, duas porcas e uma roça de mandioca. Essa produção caseira era mantida pela mão de obra feminina, possivelmente de etnia Carijó e ainda do fruto do resgate dos senhores no Guairá.⁴⁹⁷

No inventário *post-mortem* de Manuel de Edra de 1647, a viúva, testadora, e curadora dos órfãos paternos, Maria Ribeira juntamente com os dez filhos ficavam com os parcos 12\$400 réis. Mais da metade era constituído pelo sítio com o algodoal, o qual deveria ser fundamental para o difícil sustento familiar, a qual contava com os cativos Domingos e a esposa Izabel e Sabina, solteira. Também tinham a escrava Andeza, que acabara fugindo.⁴⁹⁸

A viúva Catarina do Prado deixava uma grande prole e possuía uma família bem extensa para os padrões demográficos da vila de São Paulo. A sua prole era constituída de Joana da Cunha, solteira de vinte anos, Maria da Cunha, casada com Jerônimo da Viega, os netos da defunta Luzia da Cunha, outra neta Ana Ferreira, Catharina do Prado, casada com Mathias Lopes, o Moço, Antonia da Cunha, casada com João Ribeiro Baião, Paula da Cunha, casada com Bernado Sanches de Pimenta, Ana da Cunha, esposa de Antonio Paes e Izabel da Cunha, casada com Manuel da Costa. Dentre os filhos masculinos tinha João do Prado da Cunha, cônjuge de Messia Raposo e João Gago, casado com Ana Pires.

Filha de Felipa Vicente e João do Prado, a senhora Catarina possuía uma extensa rede de irmãos: Isabel do Prado, Helena do Prado – esposa de Pero Leme, o Velho -, Maria do Prado – cônjuge de Miguel de Almeida – Luiz Furtado, João do Prado e Pero do Prado. O inventário materno de 1627 era mais simples, contendo de valor as casas de 20\$000 réis e o quintal com roças de mantimentos e algodoais de 4\$000 réis mais as 15 varas de pano de algodão.⁴⁹⁹

Declarava em testamento que as filhas casadas já haviam adquirido o dote e que era viúva de João Gago da Cunha. Dizia ter perdido duas filhas Luzia da Cunha e Felipa

⁴⁹⁶ Testamento de Catharina Gonçalves (1635) . *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 10, p.408.

⁴⁹⁷ Inventário de Catharina Gonçalves (1637). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.10, p. 411.

⁴⁹⁸ Inventário de Manoel de Edra (1647). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 29, 1937, pp. 149-158.

Gago. Observa-se também que mantinha uma negra da terra por nome Cecília dada pela filha Luzia, a qual deixava para Domingos Rodrigues, o Moço. Outra menina Paula era de Batista Gago e um rapaz Gaspar ficava para o mesmo. Para a filha Joana deixava Mathias e Apolônia e o moço Silvestre. Como testamenteiros ficavam o filho João Gago e o genro Mathias Lopes.⁵⁰⁰

Dentre as benfeitorias arroladas no inventário *post-mortem* de Felipa Vicente estavam as moradas de casas com o alto valor de 65\$000 réis, mais um lanço de tapia e umas casas na rua de São Bento, no valor de 25\$000 réis. Além dos domicílios da vila, mantinha o sítio e a fazenda, local em que possivelmente comandava a escravaria para fabricar cem varas de pano de algodão, em 8\$000 réis, duas redes novinhas em 3\$200 réis, seis toalhas de pano de algodão em \$920 réis. Contava ainda com os quatro pentes (1\$200 réis), provavelmente para comandar os serviços de fabricação de tecidos. Ainda estava presente em suas posses 2 algodoais (4\$000 réis) e 20 arrobas de algodão (6\$400 réis). As atividades das peças dos gentios eram constantes sob a administração da viúva, a qual possuía também gado, porcos e roças. Para trabalhar e manter esse patrimônio estavam os 36 cativos, sendo a sua maioria solteiros – destes, 7 eram rapazes.

As dívidas do inventário eram de 55\$920 réis e ficavam ainda líquido 234\$480 réis, sendo que a terça era de 78\$160 réis e como as filhas já haviam retirado a parte que lhes cabia dos dotes, ficava a cada filho 52\$320 réis. Ou seja, a família de Catarina do Prado mantinha um patrimônio significativo e graças à sua manutenção por meio da gerencia econômica da viúva. Os filhos ainda recebiam uma expressiva herança e dentre os bens da cultura algodoeira, a órfã Ana da Cunha ficava com os pentes para tecer pano e o algodoal, juntamente com os índios Mathias e sua mulher Apolônia, Silvestre e sua nova mulher Andreza, Miguel e a esposa Juliana, Gonçalo e sua mulher Maria com dois filhos Juliana e Fernando, Paulo com sua esposa Luiza e filha, Ursula Rapariga e Luiz, rapaz, Maria e Domingas solteiras. Desse modo, Ana da Cunha herdava a maioria dos cativos para fazerem o trabalho e servirem como possibilidade de ajudarem a conseguir um casamento com um homem da terra de prestígio.

Embora tenha havido disputas com protestos, entre as filhas casadas e dotadas, os dois filhos homens e a órfã e até mesmo com os netos, as partilhas perduraram por mais de dez anos. Mas devido, possivelmente, às negociações que estabeleceram os desejos da viúva e a distribuição dos últimos bens familiares entre os filhos homens e a

⁴⁹⁹ Inventário de Felipa Vicente (1627). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 7, pp. 220-238.

⁵⁰⁰ Testamento de Catharina do Prado (1649). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v.15, 1921, p. 84.

órfã e neta Ana Ferreira.⁵⁰¹ Essa herdeira era filha de Felipa Gaga e Antonio Ferreira, e morara com a avó Catarina para que essa lhe ensinasse a “coser e aos bons costumes”. Além disso, a órfã recebia 31\$080 réis da partilha dos bens da mãe.⁵⁰²

Dessa maneira, percebe-se a constituição de uma tradição feminina de trabalho caseiro com o algodão e com a produção indumentária como vestidos, gibões e camisas para o consumo da camada senhorial paulista. As moças aprendiam a coser e a tratar com os têxteis com as mães e avós, assim como a comandar as escravarias indígenas para os trabalhos nos sítios e nas casas da vila de São Paulo.

Em 1654, a curadora e tutora dos filhos, viúva de Afonso João, Generosa da Costa comprometia-se a mandar a “ensinar a todos os bons costumes apartando os do mal e chegando para o bem e que os machos mandasse ensinar a ler e escrever e contar e as fêmeas a cozer”.⁵⁰³

No mesmo período, outra viúva, Catarina Dias era responsável também por reger e governar as fazendas dos filhos, mandando ensinar os meninos a ler, escrever e contar e deveria educar as meninas a coser.⁵⁰⁴ Esse era o caso de Isabel Bicuda, possuidora somente de dívidas, que se encarregava de cuidar da prole e “pagar as dívidas do marido”.⁵⁰⁵ Era responsabilidade das senhoras a educação dos filhos e das filhas, às quais caberiam o aprendizado da arte da costura, e, no caso da vila de São Paulo, o principal tecido era o algodão da terra.

Luzia Leme, mãe do capitão Pedro Vaz de Barros, viúva de Valentim de Barros, possuía além dos sete filhos homens, apenas uma filha, Lucrecia Pedroso. A rica senhora mandava rezar seiscentas missas na vila e mais quatrocentas na cidade de Lisboa. E, pedia aos testamenteiros que lhes dessem razão dos negócios algodoeiros e que partissem a terça igualmente entre os herdeiros.⁵⁰⁶

Na perspectiva das relações de gênero, é preciso destacar os papéis femininos na economia do algodão. Cabia às senhoras a constituição e o comando da escravaria para o plantio, colheita e beneficiamento do produto. Dentre os bens descritos na relação de bens da falecida Luízia Leme, encontravam-se dois lanços de casa na vila, no valor de 130\$000 réis e no sítio de Pinheiros, com o preço de 64\$000 réis, contendo parreiras e construções e cercados. Provavelmente, os algodões já haviam sido colhidos e

⁵⁰¹ Inventário de Catarina do Prado (1649). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v.15, 1921, pp. 81-169.

⁵⁰² Inventário de Felipa Gaga (1628). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v.7, p. 187 e 194.

⁵⁰³ Inventário de Afonso João (1654). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 45, 1998, p. 29.

⁵⁰⁴ Inventário de Pedro Caraça (1653). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 45, 1998, p. 217.

⁵⁰⁵ Inventário de Pedro Dultra Machado (653). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 45, 1998, p. 274.

transformados nas 41 varas de algodão fino (8\$880 réis), mais os 17\$800 réis em roupas de cama, como toalhas de água a mão e as de mesa. Além disso, contava com 517\$000 réis em dinheiro e mais 109\$680 réis em 73 cabeças de gado. O patrimônio líquido de 1:088\$650 réis era produzido graças ao trabalho da extensa escravaria indígena de 200 cativos da terra, além da escrava solteira Maria fugida.⁵⁰⁷

A movimentação e a sedimentação da população no espaço de fronteira do Planalto já no final do século XVI eram constantes. Para Holanda, em São Paulo, “particularmente a população masculina, se distinguiu durante todo o período por uma excessiva mobilidade...”.⁵⁰⁸ Nesse processo de circulação e povoamento da população, as famílias, segundo Samara, “se organizaram a partir desse movimento, com mulheres que ficavam e homens que se embrenhavam no sertão, desbravando, ocupando terras virgens e fundando vilarejos novos”.⁵⁰⁹

Com a saída da maioria da população masculina, as mulheres senhoriais passavam a comandar os negócios e a administração da produção, da circulação e do consumo local. Conforme Muriel Nazzari, “As esposas não só representavam os maridos em transações comerciais ocasionais, como também administravam os bens comuns durante longos períodos de tempo. Embora somente ao ficar viúva que uma mulher se tornava legalmente chefe da família, as esposas administravam as propriedades da família enquanto seus maridos, filhos e genros se ausentavam durante anos seguidos, em expedições de escravização de índios”.⁵¹⁰

A administração da casa e dessa mão de obra ameríndia era fundamental para as transformações da economia algodoeira e indumentária na vila de São Paulo. Com os maridos ausentes, as mulheres precisavam administrar a casa e comandar a escravaria, principalmente, na produção de produtos alimentícios e têxteis.

As atividades femininas e os têxteis estavam presentes em outras regiões colonizadoras, conforme defende a Dorothy Jones. Ao estudar a Austrália, a pesquisadora, examinando cartas, diários e fontes de ficção, observou que as mulheres colonizadoras possuíam uma contribuição importante para a economia doméstica das colônias inglesas. Além disso, o consumo dos têxteis estava conectado às relações de gênero, como as concepções da cultura feminina, como maternidade e feminilidade. Em

⁵⁰⁶ Testamento de Luzia Leme (1655). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v. 15, p. 412-413.

⁵⁰⁷ Idem, pp. 429-431.

⁵⁰⁸ Sérgio Buarque de Holanda. Op. Cit. (1995), p. 60.

⁵⁰⁹ Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 63.

⁵¹⁰ Muriel Nazzari. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 33.

outras palavras, vestes são “gendered”. Desse modo, para a autora, “For many women, the hability to sew was a pratical necessityile embroided skills were considered a mark of refined upper-class femininity. Cloth and its production were, therefore, important in the lives of women settlers and travellers, often acting as significant props for ther perfomance of social approved femininity and indicating women’s complex role both as colonisers and colonial subjects”.⁵¹¹

No contexto populacional da vila de São Paulo, durante os anos de 1620 e 1640, segundo Monteiro, a população da vila contava com a entrada de novos colonos da Espanha e das Índias de Castela, os quais se integravam às famílias importantes da terra, como os Bueno, Camargo e Fernandes.⁵¹²

Com o florescimento da produção caseira de algodão e dos patrimônios familiares relacionados a esse artigo, os senhores de cativos indígenas passavam a partir de meados da década de 1650 a assumir a produção mais consistente e os tecidos paulistas aos poucos adquiriam o mercado colonial. A cultura algodoeira crescia com a expansão do têxtil através do comércio do Caminho do Mar. Entretanto, as mulheres senhoriais continuavam a manter o comando dessa economia doméstica algodoeira nas pequenas e médias propriedades.

Durante um longo tempo a região da vila de São Paulo e da Capitania de São Vicente e posteriormente Capitania e Província de São Paulo, contaram com as atividades das mulheres tecedeiras, costureiras no cotidiano das sobrevivências das famílias coloniais. Alida Metcalf, ao abordar as modificações familiares nas diferentes hierarquias sociais em uma região de fronteira, Santana do Parnaíba, destaca a presença das famílias de poucos cativos no trabalho doméstico. Na passagem do século XVIII ao XIX, senhoras viúvas livres pobres, auxiliadas por poucos escravos e pelas filhas pequenas, sobreviviam graças às suas atividades de fiandeiras e tecedeiras.⁵¹³ Eni de Mesquita Samara, estudando o papel da população livre pobre, predominantemente feminina no século XIX, em Itu, afirmou que “as agregadas também são bastante comuns nas casas de mulheres rendeiras, fiandeiras, louceiras, costureiras e tecelãs, onde ajudavam nos serviços e aprendiam um ofício. Assim, Ana Maria de Jesus (branca, solteira, 34 anos) e suas três agregadas ‘viviam de costuras’. Também Maria

⁵¹¹ Dorothy Jones. “Defining Self and Others through Textiles and Text”. In: *Women’s Writing*. Women’s colonial and post-colonial writing: idenity and cultural difference. Oxford, UK, (2000), p. 376.

⁵¹² J. M. Monteiro. Op. Cit.,(1994) p. 107.

⁵¹³ Alida C. Metcalf. *Family and frontier in Colonial Brasil*. Santana do Parnaíba. 1580-1822. Berkley, USA: University of California Press, 1992, pp. 146-152.

Tereza do Monte (branca, solteira, 40 anos) e suas quatro agregadas eram costureiras em Itu, no ano de 1822”. Como afirmou a autora, era “numeroso, portanto, o grupo de mulheres solteiras e viúvas que se agregavam com seus filhos às famílias locais ou viviam maritalmente com homens que algumas vezes proviam-lhe o sustento”.⁵¹⁴

Retomando, nos espaços coloniais, a condição feminina era diferenciada por meio das atividades cotidianas no interior dos domicílios – locais de moradia, produção, circulação e consumo de uma intensa vida material. Desse modo, era característica desse espaço, as predominantes saídas masculinas no interior do sertão, e as mulheres atarefadas na administração da casa e dos negócios, nas cidades, nas vilas e no povoamento.

Provavelmente, esses trabalhos de fiação, tecelagem e confecção de vestuário, já faziam parte do cotidiano feminino colonial desde o Quinhentos. Algumas viúvas, no cotidiano da vila de São Paulo, mantinham-se como auxílio dos filhos mais velhos e com o trabalho das cativas nas tarefas domésticas e na sustentação do patrimônio familiar. No entanto, as casadas também tinham que auxiliar maridos e filhos, pois esses viviam em saída para os resgates e as guerras nos sertões da América portuguesa. Nota-se, neste sentido, a presença das redes de caridade cristã com as doações de artefatos algodoeiros realizadas, principalmente, pelas mulheres senhoriais.

⁵¹⁴ Eni de Mesquita Samara (2005). Op. Cit., p. 164.

5.3. Teares e tramas: ferramentas e doações de esmolas

Na Terra Brasília, constantemente faltavam ferramentas para o trabalho durante o século XVI. Mas os inacianos tentavam suprir essa carência, constituindo ofícios como ferreiros para a fabricação de artefatos úteis para a expansão das terras cultiváveis, bem como para as construções de moradias, utensílios de cozinhar e de coser. Era necessário cotidianamente construir casas, móveis e ferramentas para a vida doméstica colonial dada a ausência desses objetos nas sociedades brasílicas.

As populações indígenas passavam a se utilizar também das ferramentas do Velho Mundo, como afirmava o irmão Pero Correa.⁵¹⁵ Surgia a necessidade de consumo de artefatos como facas, coifas, alfinetes e fusos, modificando assim o interior das sociedades e das culturas gentílicas.

Nos inventários *post-mortem*, encontram-se ferramentas de uso cotidiano levantadas a preços pequenos, mas importantes para o rol dos bens móveis. Em 1605, um fuso custava \$300 réis no levantamento do patrimônio familiar de Mecia Roiz.⁵¹⁶ A mesma senhora emprestava ao padre Viegas um pano de algodão por 1\$000 réis.⁵¹⁷ A economia indumentária algodoeira rendia às mulheres pequenas rendas para ajudar no sustento das casas. Os trabalhos com rocas, fusos e agulhas levavam tempos longos de administração da escravaria gentílica, que sustentava como mão de obra as lavouras e os sítios paulistas.

Dentre os dados encontrados nas atas camarárias eram raras as referências sobre as técnicas e as ferramentas. Mas é interessante perceber a presença do engenho de ferro para a produção de artefatos de trabalho para os oficiais mecânicos em 1626.⁵¹⁸ Também havia a presença dos “engenheiros carpinteiros”, como Gracia Roiz e Fernão de Munhoz, os quais eram responsáveis pela produção das varas de medir os tecidos de algodão para os oficiais camarários.⁵¹⁹

A governança da terra, conforme a análise das posturas camarárias demonstram, retomava o controle dos pesos e as medidas dos produtos dos oficiais mecânicos por meio de uma série de posturas camarárias encabeçadas pelo procurador do conselho.

⁵¹⁵ Do irmão Pero Correa ao Padre irmão Simão Rodrigues, Lisboa. São Vicente, 10 de março de 1553. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 445-446.

⁵¹⁶ Inventário de Mécia Roiz (1605). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, 1938, v. 30, p. 37.

⁵¹⁷ Idem, p.42.

⁵¹⁸ Atas da câmara da vila de São Paulo (1623-1628). São Paulo: AMSP, 1915, pp. 221-222.

⁵¹⁹ Idem, p. 272. Atas da câmara da vila de São Paulo (1629-1639). São Paulo: AMSP, 1915, v.3, p. 33.

Como exemplo disso, encontra-se a ata de 8 de fevereiro de 1631, sob o poder administrativo de Leonel Furtado.⁵²⁰

Na ata da câmara de 15 de abril de 1645, os oficiais definiam que “toda a pessoa que tivesse teares fizesse o pano pelo antigo conforme estava posto pelas posturas antigas e que nenhuma pessoa mandasse tecer pano nem teça sem ordem e licença da câmara e isto com pena da alçada dela...”⁵²¹

Tratando do tema dos ofícios mecânicos e o trabalho de carpintaria, de ferreiro e da “pequena indústria” de tecidos, redes, toalhas, lençóis e vestuário, Caio Prado realiza uma de suas raras notas sobre a participação feminina: “Esta pequena indústria doméstica, entregue a escravos mais hábeis, ou às mulheres da casa – como a fiação, tecelagem e costura, - embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes domínios rurais, já assinaladas noutros setores, e que represente em traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia. Além disso, constituiu o embrião de uma indústria de maior vulto e expressão, que infelizmente, a política da Metrópole, bem como outros fatores...fizeram gorar no seu nascedouro”.⁵²²

Dentre os produtos realizados com o beneficiamento do algodão da terra, destacavam-se os gibões, as toalhas de mesa, de banho e de lavar as mãos, assim como as redes de dormir. O trabalho de fazer estes artefatos constituía um processo “monótono e fatigante”, tendo papel relevante no cotidiano da vida doméstica dos paulistas, ocupando “grande parte” dos escravos. “Basta-se dizer que sendo precisos vários arretéis de algodão para se fazer a rede, só para a limpeza de um arretél cada pessoa consumia quase um dia inteiro (...)”.⁵²³

No inventário *post-mortem* de Francisco Seixas, encontravam-se 4 novelos de fio de algodão. Pouco relacionado no rol dos bens esses novelos custavam apenas \$320 réis, mas eram importantes para a produção da indumentária como camisas, calções, ou saias.⁵²⁴

⁵²⁰ Atas da câmara da vila de São Paulo (1623-1628). São Paulo: DAMSP, 1915, v.3, p. 84.

⁵²¹ Atas da câmara da vila de São Paulo (1640-1652). São Paulo: DAMSP, 1915, v.5, p. 259.

⁵²² Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 220-221.

⁵²³ Idem, pp. 247-248.

⁵²⁴ Inventário de Francisco de Seixas (1615). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 3, p.413.

Ainda mais raro, nos patrimônios familiares, era encontrar ferramentas de coser, como os preciosos dedais de prata do inventário *post-mortem* de Luiza da Gama, esposa de João Paes.⁵²⁵

Apesar do pouco patrimônio familiar, em 1641, Balthazar Correa e Isabel Afonso mantinham como ferramentas para trabalhar na cultura algodoeira, dois podões (\$160 réis) e 2 serras de pentes (\$160 réis). A escravaria era formada por 33 indígenas, contendo quatro famílias, 15 solteiros soltos, os quais, possivelmente, viviam perambulando pela vila, e ainda 4 casais sem filhos e 3 negros da terra ausentes. Provavelmente esses últimos deveriam estar nas expedições através dos sertões.⁵²⁶

Durante a década de 1640, a dinâmica da economia algodoeira passava por algumas transformações importantes. No processo inventarial de Dona Maria, esposa de João Bartolomeu, além dos objetos caseiros, como toalhas e panos de mesa, encontra-se o corpinho de tavi [sic] verde e amarelo, enfeitado com passames da mesma cor, por 2\$000 réis, 28 varas de panos de algodão, por 2\$240 réis. Dentre as ferramentas para o trabalho de beneficiamento do produto: o tear, aviamento, urdidera e roda, por 2\$560 réis. A família devia do contrato do pano de algodão com a câmara da vila, 34\$480 réis. Dos débitos, destacam-se aqueles realizados com Bartolomeu de Ares, no Rio de Janeiro, de 40\$000 réis e a Antonio Soares de Souza, morador de Santos, 42\$000 réis.

Apesar das dívidas contraídas, a falecida deixava importantes esmolos para as irmandades e confrarias. Os irmãos de Nosso Senhor São Luiz recebiam 15 varas de pano de algodão, com um gibão e um colete de uso de Dona Maria. Para a família sobrava uma benfeitoria de 41\$880 réis e mantinham dois africanos da Guiné, Bastião e José (80\$000 réis), bem como uma extensa escravaria de 142 negros da terra.⁵²⁷

Iniciado o processo inventarial de Bartolomeu de Quadros, em 1649, encontravam-se arrolados importantes patrimônios familiares relativos à cultura algodoeira. A viúva Isabel Bicuda de Mendonça ficava com 8 filhos, de idade de 14 anos como Antonio, até Bernado de 11 meses. Provavelmente, dentre os bens adquiridos em mais de uma década e meia, estavam o sítio de 20\$000 réis, com as casas, roças e gado vacuum (17\$6000). Em algumas das construções estavam os 5 teares de 6\$400 réis, bem como os dez arretéis de fios de algodão (1\$000 réis). Toda a fazenda do inventário, ou seja, o monte mor valia 204\$950 réis e ficava para a viúva,

⁵²⁵ Inventário de Luiza da Gama (1615). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.3, p. 477.

⁵²⁶ Inventário de Isabel Afonso (1641). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1937, v.28, pp. 135-148.

descontando as dívidas, 89\$875 réis. Desses bens, ficavam-lhes o sítio, os teares e mais as foices de roçar e o fio de algodão. Ainda lhes restavam a significativa escravaria de 17 gentios da terra para o seu comando. Não lhes faltavam as roças de trigo e o gado para a sobrevivência, pois a senhora era curadora e tutora dos filhos órfãos, sendo obrigada pelo juizado a cuidar dos filhos homens, ensinando-lhes a ler, contar e escrever e as filhas a coser e lavar.⁵²⁸

A senhora Isabel declarava perante o juiz que “tinham postos a ensinar mesmo as fêmeas”. Ademais, a viúva, “trabalhando para o sustento dos ditos órfãos” tinha em seu poder a escravaria dos filhos.⁵²⁹ Contudo, o processo do inventário continuava até que em 1673, morando em Santana do Parnaíba com uma filha e o genro, quando a curadora e tutora quitava as suas legítimas dos filhos.⁵³⁰

Ainda na década de 1650, com o falecimento de Francisco Gomes, a viúva Sebastiana do Amaral ficava com a metade do patrimônio líquido familiar de 25\$690 réis. Contava com poucos bens para sustentar os filhos pequenos Francisco (5 anos) e Elias (3 anos). Dentre as importantes ferramentas arroladas no inventário, encontrava-se um tear com dois pentes com seu caneleiro e urdideira quebrada de 1\$920 réis.⁵³¹ Os cativos que lhes restavam para o trabalho de tecelagem era o casal Antonio e Margarida, Cristina e Potencia, solteiras. Mas os órfãos ainda tinham os negros da terra “soltos”, como Marta com sua cria de peito, como outra Porensia e Francisco.⁵³²

Em 1654, as foices de roçar algodão, valendo apenas \$480 réis, eram entregues à viúva de Antão Rodrigues Lopes, Maria Fernandes Lopes. Apesar da pouca monta, essas ferramentas foram importantes para o trabalho das escravarias indígenas, pois a senhora conseguia pagar a dívida de 12 arrobas de algodão ao findar as partilhas em 1679.⁵³³

Assim, por intermédio da venda dos artefatos de algodão fabricados pela exploração da mão de obra das mulheres e famílias escravas indígenas, as senhoras paulistas adquiriam bens importados e passavam a ter um consumo indumentário ostensivo como forma de distinção e diferenciação dos povos conquistados. Os objetos

⁵²⁷ Inventário de Dona Maria (1642). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1937, v.28, pp. 189-222.

⁵²⁸ Inventário de Bartolomeu de Quadros (1649). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.39, 1954, p. 65.

⁵²⁹ Idem, p. 67.

⁵³⁰ Idem, p. 72.

⁵³¹ Inventário de Francisco Gomes (1650). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.40, 1955, pp. 98-109.

⁵³² Idem, p. 102.

⁵³³ Testamento e Inventário de Antão Ruiz Lopes (1654). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.45, 1998, pp. 41-95.

têxteis eram importantes para as doações para as instituições de caridade como Igrejas e Confrarias.

As mulheres senhoriais também participavam ativamente das redes de doações de esmolas, realizando práticas de filantropia, para ajudar os necessitados e esperando com isso conseguir a salvação de suas almas. Na vila de São Paulo, havia uma trama de solidariedade senhorial que fazia com que o gênero feminino tivesse um significativo espaço na religiosidade cristã. Logo no final dos quinhentos, os paulistas realizavam testamentos, que tinham o sentido de distribuir os bens materiais e declarar as vontades religiosas dos testadores. Um dos aspectos fundamentais, presente nessa documentação, era a esmola, ou doação, retirada, geralmente, da terça parte do patrimônio dos falecidos.

As esmolas testamentárias são fundamentais para a compreensão das relações sociais e da vida religiosa. Mesmo os moradores que não tinham muitas posses deixavam em testamento contribuições para as instituições religiosas, as quais cresciam com muita rapidez na passagem do século XVI para o seguinte. Conforme Taunay, “vieram regulares estabelecer-se em São Paulo, ao lado dos jesuítas. Havia beneditinos, carmelitas e capuchos de Santo Antonio decididos a fundar novas casas de suas ordens na América Portuguesa...”.⁵³⁴

A prática de testamento aberto, ou seja, de caráter “público” se dava por intermédio da atuação de um escrivão e da presença de testemunhas, varões livres maiores de 14 anos. Caso o testador não soubesse assinar, como acontecia na maioria das vezes com as mulheres, uma das testemunhas assinaria por ela. Se não houvesse escrivão, um homem maior poderia substituí-lo.⁵³⁵

Na verdade, as senhoras paulistas participavam ativamente das redes de caridade cristã. Este costume parece ter sido freqüente em outros locais da Colônia. Na Bahia, por exemplo, o jesuíta Rui Pereira contava que “...ao domingo, depois da missa, vinham as mulheres com suas esmolas de farinha e peixe, e ofereciam as diante do altar, e às vezes em tanta quantidade que não tenham os nossos, que ai residiam, em que as

⁵³⁴ Afonso de Escagnolle Taunay. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio e reconstituição social. São Paulo no século XVI: história da vila de Piratininga*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 69.

⁵³⁵ “Título LXXX. Dos testamentos e em que forma se farão”. *Ordenações Filipinas (1603)*. Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d’ El Rei D. Felipe, o primeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985, pp. 900-907.

recolher, até que o Padre lho veio a defender. E isto, afora as esmolas que cada dia traziam a casa ora uns outra outros”.⁵³⁶

É interessante notar que não fazia parte das esmolas dadas às instituições religiosas a mão de obra indígena. As mais frequentes eram os artefatos de algodão e o gado. Esta rede caridosa estendia-se também aos familiares como sobrinhas, cunhadas, filhas ilegítimas. Habitualmente, os senhores doavam tecidos de algodão e roupas às meninas órfãs da vila para as auxiliarem no dote.

O testador ao doar a esmola esperava salvar a sua alma e com isso redimir-se dos pecados realizados na vida terrena. As mulheres viúvas senhoriais, com muita regularidade, pagavam as esmolas doadas pelos maridos. Era, portanto, uma prática muito comum serem as responsáveis pelo auxílio às instituições religiosas, quando mandavam rezar missas e praticavam atos da caridade cristã aos necessitados, além de doarem bens para familiares e amigos. Para o historiador Russell-Woold, “por meio dessa generosidade, a mulher branca não só reconhecia suas obrigações com a sociedade, mas era movida por um profundo sentimento de caridade cristã”.⁵³⁷

As doações também tinham outros destinatários para além das instituições, pois as roupas eram doadas para a população livre pobre em formação. Com o passar do tempo, as esmolas aos “pobres”, parentes, confrarias e igrejas paulistas passaram a ter os tecidos e as roupas de algodão produzidos na vila. Em 1619, Izabel Sobrinha doava como esmola 40 varas de pano de algodão.⁵³⁸ Mas a testadora Felipa Gaga pagava com apenas 5 varas de pano de algodão à Santa Casa para que essa instituição lhe acompanhasse o corpo.⁵³⁹

O testador Balthazar Nunes privilegiava as doações para mulheres, talvez, para aquelas com maiores necessidades, deixando 10 varas de algodão para a cunhada Paula Cubas, esposa de Paschoal Dias, filho de Jorge Pres, assim como mais 5 varas para Catharina Diniz.⁵⁴⁰

⁵³⁶ Serafim Leite “Carta do P. Rui Pereira aos padres e irmãos de Portugal. Da Bahia, 15 de setembro de 1560”. In: *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1958, vol. 3. (1558-1563), p. 305.

⁵³⁷ A. R. J. Russell-Woold. “Women and society in colonial Brazil”. In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, nº 1, 1977, p. 8.

⁵³⁸ Testamento de Izabel Sobrinha (1619). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 5, 1920, pp. 273-300 d.

⁵³⁹ Testamento de Felipa Gaga (1627). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 7, 1920, p. 178.

⁵⁴⁰ Testamento de Balthazar Nunes (1623). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, pp. 16-19.

A senhora Messia Bicudo doava umas cortinas de algodão para a Nossa Senhora da Luz.⁵⁴¹ Maria de Moraes, casada com D. Francisco de Lemos, como “é uso e costume” entregava “pano de algodão”.⁵⁴² No entanto, mesmo em testamento em mão comum, como o de Messia da Penha e Álvaro neto, de 1625, eram presentes doações em algodão, como os panos, que eram doados à Santa Casa de Misericórdia, importante instituição religiosa da vila.⁵⁴³

Como já apontado, as mulheres senhoriais eram responsabilizadas pela caridade, pois tinham o dever moral de fazer o sacrifício de pagar as dívidas dos maridos para com as Igrejas, confrarias e irmandades cristãs.⁵⁴⁴ Aos mordomos de Nossa Senhora do Rosário, a viúva Dias doava 5\$000 réis em pano de algodão. Francisco Jorge, Paschoal Dias, João Peres Calamares do Santíssimo e Paulo da Costa da Confraria de São Paulo, Inosensio Preto, mordomo do Bem-aventurado São Francisco tinham o privilégio de receber a dádiva de 4 varas de pano de algodão cada um, assim como as “drogas do sertão”.⁵⁴⁵

O senhor Braz Leme era inventariante da filha Maria Pedrosa devido a ausência do genro no sertão. A testadora deixava em esmola para a Igreja Nossa Senhora do Carmo 25 varas de algodão, além do corpinho de tafetá verde, e uma camisa para algum pobre.⁵⁴⁶

A testadora Isabel de Freitas, esposa de Bras Leme, em 1654, deixava em testamento para a mulher de Manuel Alves, sapateiro, três patacas em pano de algodão, e para a esposa de Lazaro Machado mais 8 varas da mesma qualidade de tecido.⁵⁴⁷

Na viuvez, as senhoras salvavam suas almas por meio da virtude religiosa da caridade, a qual, segundo Natalie Davis, a ‘volição’ e a ‘devoção’ eram exigidas.⁵⁴⁸ As mulheres senhoriais tecedeiras atuavam nas redes de doações de esmolas, ficando como encargo feminino o apoio familiar aos clérigos e às Igrejas, atuando em uma rede de solidariedade entre as camadas senhoriais paulistas. Realizavam, portanto, auxílios

⁵⁴¹ Testamento de Messia Bicudo (1631). *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp. 286-306.

⁵⁴² Testamento de Maria de Moraes (1630). *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 25, 1920, p. 107.

⁵⁴³ Testamento de Messia da Penna e Álvaro Neto, o velho (1625). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 8, 1920, p. 449.

⁵⁴⁴ A. R. J. Russell-Woold. Op. Cit. (1977), p. 8.

⁵⁴⁵ Inventário de João Gaga da Cunha (1636). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 10, pp. 385-386. Inventário de Manuel de Siqueira (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 11, pp. 42-43. Inventário de Sebastião Preto (1623). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 31, pp. 92-99.

⁵⁴⁶ Testamento de Maria Pedrosa (1645). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1945, v.23, p. 57.

⁵⁴⁷ Testamento de Isabel de Freitas (1655). In: *T.I.* São Paulo: DAESP, v.46, 1999, p. 96.

⁵⁴⁸ Natalie Zemon Davis. “The spirit of the gift” In: *The Gift in sixteenth century France*. USA: The University of Wisconsin Press, 2000, p. 15.

àqueles que se tornavam cada vez mais distantes dos senhorios mais abonados em patrimônio e poder. Ajudando aos mais pobres e necessitados, as mulheres senhoriais conseguiam a liberação dos pecados impostos pelo ideal cristão.

Além das redes de caridade, as senhoras conseguiam auxiliar os familiares, atuando na produção algodoeira graças à mão de bra das mulheres escravas indígenas e dos seus filhos, que faziam as tarefas mais difíceis e penosas. Ainda nos meados do século XVI, as cunhãs e os curumins especializavam-se na produção dos tecidos caseiros de algodão, sendo responsáveis por todo o seu fabrico.⁵⁴⁹ Desde o plantio até a confecção dos tecidos, as mulheres senhoriais controlavam o feitiço dos tecidos e das vestimentas de algodão da terra. As populações indígenas eram provenientes das expedições através dos sertões chefiadas pelos homens. Nos primeiros tempos da colonização, a população gentílica era o remédio e a sobrevivência dos primeiros colonos de toda a América portuguesa, sendo fundamentais para a constituição do patrimônio familiar senhorial.

As senhoras acabavam privilegiando alguns herdeiros com artefatos de algodão, por meio da terça. Ana da Costa, em testamento, deixava 6 varas de algodão, provavelmente, elaborados sobre seu comando, para a filha Ana Machado. Essa mesma filha também recebia o dote do pai, Bras Machado, cuja terça deixava para as filhas solteiras para se casarem. Nas partilhas, o irmão João Machado ficava responsável pelos órfãos Isabel, Maria e Paulo, para olhar, administrar, reger e governar os irmãos e as legítimas, ensinando o menino a ler e escrever e as meninas a cozer e lavar.⁵⁵⁰

Em suma, as mulheres senhoriais casadas ou viúvas ensinavam a tradição de costura e produção de “*habitus*” para as suas filhas, netas, agregadas, enteadas, ou mesmo para as escravas tecedeiras indígenas. Nesse sentido, os papéis femininos senhoriais eram fundamentais para a cultura do algodão, no que diz respeito ao universo do trabalho, do gerenciamento dos cativos, dos negócios e da sociabilidade feminina, sendo esse último aspecto presente graças ao ideal de solidariedade cristã. Contudo, as cativas, com a ajuda dos seus filhos, representavam o esteio da produção e da expansão econômica algodoeira.

⁵⁴⁹ Sobre o trabalho infantil no Brasil ver: Ida Lewkowicz, Horácio Gutiérrez e Manolo Florentino, Trabalho compulsório e trabalho livre na História do Brasil. São Paulo: Unesp, 2008, especialmente páginas 105-130.

⁵⁵⁰ Testamento de Ana da Costa (1643). In: I. T. São Paulo: DAESP, v. 34, 1951, p. 33.

CAPÍTULO VI – ENTRE TEIAS, ROCAS E FIOS: GÊNERO, ESCRAVIDÃO E A EXPANSÃO DA CULTURA ALGODOEIRA

6.1. Aprisionamento, posses e famílias escravas

No discurso catequético jesuítico encontrava-se constantemente referências aos costumes gentílicos, como a nudez, a antropofagia e as festividades, no entanto, as práticas de tecelagem entre as mulheres indígenas pareciam existir anteriormente à chegada dos colonizadores, pois fazia parte dos “*habitus*” do gentio, o artesanato lento e moroso de fazer redes para dormir.

As redes eram fabricadas com rústico algodão da terra, de acordo com o Nóbrega, em 1549, índias e índios Tupiniquim dormiam juntos ao redor do fogo, juntamente com os demônios.⁵⁵¹ As atividades das índias brasílicas apareciam em alguns momentos nos discursos dos inacianos. Geralmente, havia uma segregação do trabalho entre homens e mulheres gentílicos.

No mesmo ano, Nóbrega afirmava que as índias brasílicas poderiam ser resgatadas, casadas e vendidas na Capitania da Bahia.⁵⁵² Essas últimas, diferentemente das escravas africanas não atravessavam o Atlântico e não correspondiam às mudanças demográficas e sociais desencadeadas pelo trato negreiro e pela constituição do capital mercantil intensificado a partir do final do Quinhentos.⁵⁵³

Em 1551, o jesuíta Antonio Pires, acompanhando Nóbrega pela Capitania de Pernambuco, observava que havia uma fazenda com mais de 200 cativos. O mesmo notava também que 50 índias brasílicas eram resgatadas e batizadas para terem seus pecados remediados.⁵⁵⁴ No ano seguinte, escrevendo aos irmãos de Coimbra, afirmava que já havia na região escravos da Guiné, com a Confraria do Rosário para se fazer festa. O tráfico despontava nesse território no meados do Quinhentos e o missionário

⁵⁵¹ Informações das terras do Brasil do Padre Manuel da Nóbrega aos padres irmãos de Coimbra. Bahia, agosto de 1549. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Manumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 150-151.

⁵⁵² Luiz Felipe de Alencastro. Op. Cit.

⁵⁵³ Do Padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues, Lisboa. Bahia, 9 de agosto de 1549. in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Manumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), p. 120-121.

⁵⁵⁴ Do Padre António Pires aos padres e irmãos de Coimbra. Pernambuco, 2 de agosto de 1551. in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Manumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), p.262.

declarava que era intérprete uma rica e honrada senhora, a qual era provavelmente uma dona de engenho.⁵⁵⁵

Com o processo colonizador, as separações nítidas por gênero, na sociedade indígena, tornaram-se menos evidentes. Da Capitania de São Vicente, o irmão Pero Correa escrevia ao padre Nunes Barreto, que “algunas mugeres, que ansí en armas como em todas as cosas siguen ofício de hombres, y tienen otras mugeres con que son casadas. La mayor injuria es que les pueden hazer es lhamardes mugeres: en tal parte, se lo llamara alguna persona que ocorrera perigo de tirarse frechadas”.⁵⁵⁶

Na diferente descrição de Correa, as categorias de gênero eram constituídas de acordo com: tempo - período da catequese e da colonização -; espaço - a Capitania de São Vicente; e a categoria social - a população indígena. As mulheres indígenas assumiam papéis os quais estavam distantes da concepção cristã e mesmo gentílica. No contexto colonizador, as negras da terra lutavam ao lado da população masculina, que diminuía consideravelmente nesse período.

Continuando sua descrição da sociedade gentílica, o jesuíta relatava o ritual ocorrido após as guerras. “Y quando se llega a matança, hazen una casa pequeña con solamente tejados sin paredes, donde algunos días antes ponen los que han de ser muertos con su mugeres y con muchas guardas que los guardan, y entre tanto por las casas todos andan ocupados en hazer pluma vermeja y amarilla, y otras tintas de que hazen sus libreas, porque la cortan mui menuda que pega como visco, y sobre aquella resina pegan la pluma en lavores que tienen alguna arte, y en las cabeças ponen diademas de plumas de colores mui bien hechas, y otras invenciones (...) Y después que tienen todas las cosas acabadas pintam el rosto a los que han de matar de azul, haziéndoles también muchas lavores, y en la cabeça les puenen una calapuça de cera toda cubierta de franja de pluna y átlante una soga de algodón por la cintura, y házenle y ramales, y el miserable está en el medio y por los cabos tiene la gente en quanto está en el lugar (...)”⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ Do Padre Antonio Pires aos padres e irmãos de Coimbra. Pernambuco, 4 de junho de 1552. in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 325-326.

⁵⁵⁶ Do Ir. Pero Correa ao padre João Nunes Barreto, Àfrica. São Vicente, 20 de junho de 1551. in: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), p. 225.

⁵⁵⁷ Idem, pp. 228-229.

Todavia, a utilização da mão de obra gentílica na América portuguesa, em geral, modificava as relações de gênero das populações ameríndias, pois os homens eram obrigados a participar das tarefas cotidianas, anteriormente voltadas para as mulheres. As autoridades da governança, jesuítas e colonos defendiam os trabalhos voltados para as lavouras, tanto para os índios guerreiros quanto para as cunhãs. Na Capitania da Bahia, Manuel da Nóbrega escrevia ao padre Simão Rodrigues, observando que havia um principal que casava-se várias vezes para ter mão de obra.⁵⁵⁸

Em 1563, o padre Antonio de Sá escrevia que em Pernambuco, os escravos dos engenhos viviam amancebados, mas faziam “muito fruto” nos ensinos. As mulheres estudavam de dia e os homens a noite, devido ao trabalho. A população masculina via-se forçada a exercer atividades antes voltadas para as mulheres, as quais deveriam voltar-se para a vida doméstica. Essas mudanças, de certa forma, significavam o embaralhamento das relações de gênero anteriores com relação ao trabalho e ao ócio durante o processo de colonização.⁵⁵⁹

A produção caseira algodoeira expandia-se ao longo da década de 1560 na costa brasileira, entretanto, os jesuítas reclamavam também da falta de cativos e da necessidade de proverem os serviços com os cativos da Costa da Mina, como afirmava Inácio de Azevedo.⁵⁶⁰

Nesse período, a governança da terra também defendia a possibilidade de utilizar o trabalho da escravaria da terra pelos senhores coloniais, conforme decisão da Junta da Bahia, em 1566, na qual participavam Mem de Sá, o Bispo de Salvador Pedro Leitão e o ouvidor geral do Brasil Brás Fragoso.⁵⁶¹ As críticas jesuíticas eram realizadas por Nóbrega, que combatia o comércio e o resgate. Nessa defesa, o inaciano criticava as

⁵⁵⁸ Do Padre Manuel da Nóbrega ao Padre Simão de Rodrigues, Lisboa. Bahia, fins de agosto de 1552. Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1. (1538-1553), pp. 403-404.

⁵⁵⁹ Do Padre Antonio de Sá aos padres e irmãos de Portugal. Pernambuco, 8 de setembro de 1563. Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.4. (1563-1568), p. 225.

⁵⁶⁰ Do Padre Inácio de Azevedo ao padre Francisco Borja, Roma. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1567. Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.4. (1563-1568), p. 384.

⁵⁶¹ Resoluções da Junta da Bahia sobre as aldeias dos padres e dos índios. Bahia, 30 de julho de 1566. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.4. (1563-1568), pp. 354-357.

escravas dos cristãos como sendo “os anzóis para prender e cativar os pobres índios”, bem como atacava a “cobiça” dos colonos.⁵⁶²

O processo colonizador desarticulava as organizações familiares indígenas. Sendo assim, de acordo com Monteiro, a substituição das unidades domésticas multifamiliares por unidades nucleares bem como a proibição da poligamia tiveram grande impacto (...). Além disso, os missionários procuravam inculcar nos seus súditos indígenas uma nova concepção do tempo e do trabalho, na qual a divisão sexual do trabalho e a organização rígida do tempo produtivo necessariamente esbarravam nos conceitos pré-colonais”.⁵⁶³

Entretanto, a população indígena aldeada ou escrava – essa última a partir dos resgates – realizaram momentos de resistência, acirrando os conflitos com as autoridades coloniais, bem como estabelecendo práticas de rituais antropofágicos e festins diabólicos. Nos relatos quinhentistas, as mulheres possuíam um papel central, representadas pelas feiticeiras.⁵⁶⁴

As relações de gênero e as estruturas familiares desestruturaram-se e reorganizavam-se por meio dos resgates e da exploração ameríndia a partir dos fins do século XVI. Conforme observa Monteiro, “Até meados do século XVIII, os colonos, partindo para o sertão em busca de cativos, jogavam com esta imagem dualista. Inúmeras denúncias surgiram ao longo deste extenso período, apontando que os colonos saíam com o intuito de reprimir os povos mais indomáveis, bárbaros e traiçoeiros para integrá-los ao grêmio da Igreja, porém regressavam, no mais das vezes, apenas com cativos tupi, frequentemente mulheres e crianças”.⁵⁶⁵

Em meados do Seiscentos, nos arrabaldes da vila de São Paulo, em umas casas de 5\$000 réis em Birapoeira, vivia Luzia Teixeira que administrava as tecedeiras e tecelões escravos, em sua maioria ainda muito novos, Francisco de 15 anos, Mônica, Antonio de 11, Maria de 6, Joana com um curumim de colo, Angela de 8, que ficava para cuidar da órfã Maria. Sobrevivia com esses cativos pequenos, uns poucos bens e a

⁵⁶² Se o pai pode vender o seu filho e se hum se pode vender a si mesmo. Resposta do padre Manuel da Nóbrega ao P. Quirício Caxa, Bahia. Rio de Janeiro, agosto de 1567. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Manumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.4. (1563-1568), p. 415.

⁵⁶³ John M. Monteiro. Op. Cit. (1996), p. 47.

⁵⁶⁴ Sobre as transformações das imagens femininas indígenas ver: Ronald Raminelli. *Imagens da Colonização*. São Paulo: Edusp, 1997.

⁵⁶⁵ John M. Monteiro. Op. Cit., (1994), p.52.

filha pequena. Para essa senhora, a viuvez tornava-se um fardo e que era suportado graças ao trabalho da escravaria de 14 indígenas.⁵⁶⁶

Em inventário *post-mortem* realizado no sertão, encontram-se informações importantes sobre a mão de obra e família indígena, pois Belchior Carneiro havia “morrido para buscar remédio a seus filhos” conseguirem se casar. Assim, as expedições eram constituídas também como uma forma de sobrevivência das novas gerações, ou seja, as insituições senhoriais.⁵⁶⁷

Em 1616, no parco inventário da viúva Izabel Paes, senhora de 4 cativos, havia uma velha Carijó chamada Joana, uma moça Brigida e o pai solteiro Francisco com a filha pequena Clara. Com a morte da senhora, o curador Antonio Rodrigues trazia Brigida, índia escrava tecedeira de algodão, que estava ausente, cuidando da cunhã curumim Clara na região de Parapetengi.⁵⁶⁸

Em fins da década de 1630, o senhor Raphael de Oliveira era casado com Maria Ribeiro, irmã do senhor de escravos e de moinho Francisco Bueno e mãe de Ana de 10 anos, Paula de 6, Paschoal de 5 e José de 1. Viviam em casas com corredor e quintal (28\$000 réis), localizadas na rua de Santo Antonio e eram vizinhos de João Rodrigues de Eredia e de Antonio Madureira.

As benfeitorias constituíam-se de um pedaço de algodoal (4\$000 réis), onde as cunhãs plantavam e colhiam sob a liderança da senhora. Depois do plantio, as indígenas desencaroçavam, fiavam nas rocas e teciam no tear com a sua urdideira (3\$000 réis) as obras de arte e de guerra que ultrapassavam o Atlântico em direção à Angola.

A família em questão comprava tecidos coloridos como os 2 côvados e meio de tafetá azul (1\$000 réis), 34 varas de passames vermelhos e de outras cores (1\$360 réis), 7 varas e meia de crê (3\$600 réis), 4 côvados e meio de serafina negra (2\$640 réis), 4 côvados de bocaxim vermelho (\$640 réis), 4 oitavas de retrós pardo (\$320 réis), 4 côvados de bombazinha (\$960 réis), 3 varas de raxeta verde (\$960 réis), 2 varas de picote a meia pacata a vara (\$320 réis) e uma pele de cordovão negro (\$960 réis).⁵⁶⁹

⁵⁶⁶ Inventário de Pedro Osório Rodrigues (1615). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 107-200.

⁵⁶⁷ Inventário de Belchior Carneiro (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol.2, p. 165.

⁵⁶⁸ Inventário de Izabel Paes (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, p. 61.

⁵⁶⁹ Segundo Silva, o côvado valia três palmos (por volta de 69 centímetros) e a vara cinco (perto de um metro e dez centímetros). Irineu da Silva. *História dos pesos e das medidas*. São Carlos: UfsCar, 2004, p. 130.

A escravaria de 194 indígenas era constituída de uma grande porcentagem de famílias (um terço dela tinha algum vínculo familiar). Também nela era comum a presença de casais com poucos filhos, como Maria e Belchior, pais de Ana. Outro tipo familiar frequente era aquela fragmentada, exemplificado no caso de Martha, mãe solteira da curumim Marqueza.

No inventário de Maria Ribeiro estava arrolado um farto número de cativos. Esposa de Raphael de Oliveira, irmã de Francisco Bueno, senhor de 78 cativos, e do juiz Amador Bueno, essa proprietária era membro da governança da terra. Provavelmente, o seu poder ultrapassava a condição de esposa e irmã de senhores potentes. Era uma das mulheres que tinha maior prestígio da vila devido às relações familiares e ao tamanho das propriedades em bens e cativos. Tinha em seu domínio, portanto, o controle de várias cunhãs e curumins que faziam todo o trabalho cotidiano doméstico do sítio e das lavouras algodoeiras.⁵⁷⁰

A produção de tecidos e de vestes contava com a administração das mulheres senhoriais paulistas e com o trabalho das “cunhãs tecedeiras”, que traziam para as casas das famílias senhoriais a tradição de produzir gibões e redes do sertão.⁵⁷¹ Descrevendo o labor das escravas, Holanda declara que “para fazer rede, tendo os fios necessários, nenhuma tecedeira, por ativa que fosse, gastava menos de três ou quatro semanas de trabalho incessante, e muito mais em regra, se a rede tivesse abrolhos e varandas. Por isso, a preço mais elevados do que os catres de mão, que qualquer carpinteiro podia fazer algumas horas”⁵⁷²

Nessas atividades, geralmente coletivas, as escravas tecedeiras precisavam ter habilidades manuais para que os fios de algodão fossem delicados e uniformes. Era necessário tecerem também com destreza e cuidado para formar um pano mais fino e de maior valor.⁵⁷³ Na maioria das vezes, mantinham laços familiares com índios de outras etnias e suas proles auxiliavam-nas nos ofícios cotidianos, recebendo os comandos das mulheres senhoriais para o trabalho doméstico.

No ano de 1642, no testamento de Santana de Parnaíba, Ambrosio Mendes declarava que “por descargo de minha consciência e sendo que por algum direito justo

⁵⁷⁰ Inventário de Maria Ribeiro (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, 1921, pp. 362-385.

⁵⁷¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.* (1954)

⁵⁷² *Idem*, p. 248.

⁵⁷³ William Sayers. Flax and linen in Walter of Bibbesworth's thirteenth-century french treatise for english housewives. In: *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.6, 2010, pp. 111-126.

das leis de Sua Majestade eu isto não possa fazer com tomo os ditos índios e índias nomeados nesse capítulo na minha terça para que assim de um modo ou outro fiquem libertos sem serem obrigados a servidão nenhuma de alguma pessoa contra suas vontades aos quaes mando se lhe de minha terça a cada casal quatro peças de ferramenta a saber duas enxadas um machado e uma foice para que tenham com que remediar suas vidas”. Desse modo, o senhor possuía um discurso ambíguo em relação aos negros da terra. Por um lado, via-se com dificuldades de declarar a escravidão dos indígenas e a possível partilha da escravaria. Por outro, acabava por utilizá-los como mão-de-obra cativa nas casas e nos sítios e dividi-los entre os parentes.⁵⁷⁴

O mesmo testador deixava ao filho André Mendes 100 alqueires de trigo, um capado e 2 arrobas de algodão. Para o sobrinho Salvador Ambrosio Mendes deixava uma “gente de serviço” para serem agasalhados e duas arrobas de algodão.⁵⁷⁵ No inventário do senhor, ainda encontravam-se a toalha de mesa com rendas e franjas e os dois lençóis de algodão, tudo por 2\$560 réis e uma toalha de mão (\$400 réis). Fazia parte da indumentária algodoeira umas meias de algodão velhas (\$160 réis), umas ceroulas de algodão novas (\$320 réis), mais as camisas novas (1\$600 réis) e umas meias pretas (\$320 réis). Como estoque mantinha 2\$00 réis em 20 varas de pano de algodão e contava o viúvo com 18 cativos para o auxílio nas lidas diárias. Dentre o patrimônio familiar restava para a mãe testamenteira ainda viva e o filho, 230\$600 réis.⁵⁷⁶

No inventário de Fernão Dias Borges e da esposa Izabel de Almeida de 1643, o sítio de 16\$400 réis com algodão, assim como os 29 indígenas escravizados eram fundamentais para a sobrevivência dos 5 filhos órfãos. Na escravaria existiam muitos escravos velhos, crianças, uma negra chamada Feliciano, fugida e uma outra Domingas, casada com um velho da aldeia e emprestada a Lucrecia Leme.⁵⁷⁷

A mortalidade indígena era alta devida as precárias condições de existência dessas populações. No processo inventarial de Francisco Dias de 1645, o Juiz Dom Simão de Toledo Piza julgava as sentenças das partilhas às revelias dos herdeiros, pois os indígenas estavam “morrendo alguma vá por todo tempo se desfará”.⁵⁷⁸ Ou seja, o juízo dos órfãos acelerava as decisões em função da probabilidade de não haver distribuição dos negros da terra.

⁵⁷⁴ Testamento de Ambrosio Mendes (1642). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 480-481.

⁵⁷⁵ Idem, p.485-486.

⁵⁷⁶ Inventário de Ambrosio Mendes (1642). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 49489-496.

⁵⁷⁷ Inventário de Fernão Dias Borges e Izabel de Almeida (1643). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 14, 1921, pp.251-284.

A expansão da economia algodoeira dava-se de maneira lenta no decorrer do primeiro quartel do século XVII. Os artefatos de algodão faziam parte do espólio dos senhores e das senhoras de outras vilas da Capitania de São Vicente, como Santana do Parnaíba.

A produção era realizada em casa com o serviço das mulheres escravas indígenas, auxiliadas pelas filhas. Os produtos algodoeiros faziam parte do consumo cotidiano da população povoadora desse território de fronteira, ou seja, na boca de sertão. Para Alida Metcalf, a constituição dessa vila ocorria em meio aos descimentos dos paulistas ao Guairá em 1628, quando os descendentes de João Ramalho, na pessoa de Suzana Dias, juntamente com o esposo Manuel Fernanandes fundaram esse povoamento a 40 quilômetros de São Paulo. A partir da segunda metade do século XVII, o valor das benfeitorias próximas aos núcleos centrais das vilas cresciam em valores.⁵⁷⁹

Os artefatos algodoeiros eram importantes para o modo de vida dos sertanistas. No inventário *post-mortem* realizado no sertão de Sebastião Gonçalves, de 1642, encontravam-se uma vara e meia de algodão, 2 ceroulas novas, um calção, um calção e roupetas de picote velho, um gibão velho – esse de fustão, uma rede usada. E o mais interessante, uma almofadinha, lenço e dois guardanapos. Apesar de pouca monta, o calção de pano de algodão era arrematado por \$500 réis pelo senhor Antonio da Cunha. Os alfinetes eram comprados por Matheus Alves, e os pentes por \$200 réis a Gonçalo Guedes.⁵⁸⁰ Como pode-se perceber, essas indumentárias algodoeiras usadas também faziam parte do comércio da vila de São Paulo, bem como constituíam o modo do Juiz dos Órfãos, curadores e tutores conseguirem arrecadar fundos para o sustento dos menores.

Na primeira metade do século XVII, a população indígena resgatada inseria-se nas propriedades paulistas superando a entrada dos escravos africanos na economia atlântica. Segundo Alencastro, “o número de índios cativados nos anos 1625-1650 sobrepuja largamente o contingente de africanos introduzidos no mesmo período no Brasil holandês e português, cujo montante situava-se no entorno de 50 mil indivíduos. Globalmente, os escravos da África subsaariana deportados para os mercados ocidentais, isto é, para a península Ibérica, as ilhas atlânticas e as Américas, somam

⁵⁷⁸ Inventário de Francisco Dias (1645). In: I. T. São Paulo: DAESP, v. 14, 1921, p. 380.

⁵⁷⁹ Alida C. Metcalf. *Family and frontier in Colonial Brasil*. Santana do Parnaíba. 1580-1822. Berkley, USA: University of California Press, 1992, pp. 24-53.

nesses anos uma cifra inferior a 200 mil indivíduos. Desse modo, as entradas dos bandeirantes no período 1627-40, concentradas na zona do Guairá-Tape e envolvendo o cativo de perto de 100 indígenas, apresentam-se como uma das operações escravistas mais predatórias da história moderna. Onde foi parar essa multidão de índios?”⁵⁸¹

Assim, o território do Planalto, de acordo com o autor, tornava-se região provedora de produtos alimentícios, bem como de “tecidos rústicos e gibões de algodão a prova de flechas”.⁵⁸² Apesar da “estagnação” da triticultura, o cativo do gentio voltava-se para a pecuária nascente e as pequenas lavouras. Os algodoads continuavam sempre presentes nos sítios das senhoras e senhores paulistas.

A economia algodoeira expandia-se por intermédio da utilização dos escravos aprisionados nos descimentos ao Tape, bem como por meio das redes mercantis, as quais se intensificavam com Santos e o Rio de Janeiro, através do Caminho do Mar, principalmente a partir das décadas de 1650 e 60. Todavia, a metade do século XVII, de acordo com Monteiro, foi “marcada pela ruptura da camada dominante, concretizada no conflito entre os Pires e Camargos, o que criou uma instabilidade social. Ambas as facções mobilizaram seus índios, que travavam verdadeiras batalhas campais em São Paulo”⁵⁸³, surgindo a primeira grande revolta indígena no Setecentos, no bairro do Juqueri, no qual possuíam lavouras de trigo e produção de panos de algodão.

A partir da segunda metade do século XVII, com a derrota dos Holandeses (1654), a reconstituição da economia açucareira entre os portugueses, bem como as revoltas dos índios Tapuias na chamada Guerras dos Bárbaros (1651-1720), os sertanistas de São Paulo foram chamados para socorrer os conflitos entre colonos e indígenas. Nessas batalhas, os colonos aprisionavam as mulheres e crianças, as quais passaram a ser escondidas pelos Tapuias. Um dos principais setanistas era o capitão Fernando de Camargo, conhecido como Tigre, que auxiliava na pacificação dos índios na Guerra do Orobó (1657-1659).⁵⁸⁴

Desse modo, a população indígena masculina acompanhava os sertanistas de São Paulo nas artes da guerra brasileira, a qual segundo Puntoni “era o resultado não só da

⁵⁸⁰ Inventário de Sebastião Gonçalves (1642). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 9, 1921, pp. 501-502.

⁵⁸¹ Luis Felipe de Alencastro. O trato dos viventes, pp. 193-194.

⁵⁸² Idem, p. 195.

⁵⁸³ John M. Monteiro. Op. Cit. (1994), pp. 177-178.

⁵⁸⁴ Sobre as revoltas indígenas e a colonização do sertão ver Pedro Puntoni. *A guerra dos Bárbaros e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002. Para o período aqui tratado ver pp. 97-106.

acomodação da arte militar européia às condições” locais, como as emboscadas.⁵⁸⁵ Nesse sentido, os gentios auxiliavam os colonos no processo de conhecimento e sobrevivência do meio. E, retomando, o gibão de algodão, feito pela mão de obra indígena e predominantemente feminina, por meio do comando das senhoras paulistas, era a indumentária fundamental para os combates e as andanças através dos sertões da América portuguesa.

Além disso, conforme observa Puntoni, “O recurso aos paulistas significava a adoção decisiva da arte da Guerra colonial, apta a enfrentar o modo de Guerra dos Bárbaros. A sua institucionalização [por meio de um terço das tropas] na ordem militar do Império seria, pouco a pouco, condição de recrutamento.”⁵⁸⁶

A passagem da primeira metade da década de 1650 para a seguinte era marcada ainda pela mudança com relação ao modo de combate dos sertanistas. Para Alencastro, as “Grandes expedições, como as que haviam sido lançadas contra o Guairá e os Tapes, são abandonadas em favor de grupos menores, mais bem petrechados com armas de fogo. Mais preocupados em capturar índios para uso de suas próprias roças do que o tráfico de escravos. Na segunda metade do século XVII, quando o tráfico negreiro para o Brasil é reativado, os bandeirantes saem do sul para virar bugreiros no Norte. (...)”⁵⁸⁷

Nesse panorama, a cultura do algodão auxiliava o processo de povoamento e de colonização por intermédio da ocupação do território e da pacificação dos índios bravos do sertão, onde os sertanistas de São Paulo conseguiam mão de obra para as lavouras, os sítios e os fogos comandados pelas senhoras escravistas.

No testamento de Antonio Pedroso de Barros, o senhor emprestava os cativos para as “matronas” da Família, a mãe Luzia Leme e a sogra Ines Monteiro. Sua escravaria vivia em revolta, como acontecia em toda a década na vila de São Paulo. Em 1653, os oficiais do Juízo de Órfãos afirmavam que o curador dos órfãos, o capitão Pedro Vaz de Barros, “Perguntando pelas criações de ovelhas, porcas, porcos, gados vacuum e cavalgaduras disse que foi tanto o número do gentio que naquela ocasião acudiu a morte de seu amo e outros alheios que não deixaram cousa viva que não destruíssem, matassem e comessem por serem de seu natural daninhos como é notório em toda a capitania”.

⁵⁸⁵ Pedro Puntoni. Op. Cit, (2010), p.131.

⁵⁸⁶ Idem.

⁵⁸⁷ Luis Felipe de Alencastro. Op. Cit., p. 208.

E o relato sobre a resistência indígena contra o senhor continuava deixando a entender que os revoltosos “se mataram uns aos outros” e fugiram para a casa de alguns brancos, ou estavam pelos matos, mas “parte do gentio tinha já junto com carícias, mimos e dádivas”. Possivelmente, os senhores aplacavam a ira dos 500 cativos indígenas de nação Carijó e Guaianases, com a distribuição da escravaria e com a perseguição às fugas e aos rebeldes, havendo “armações no sertão”, com o aprisionamento de seis negros da terra.⁵⁸⁸

Ficava sobre a responsabilidade do capitão Pedro Vaz de Barros, a distribuição da escravaria no arrastado processo de partilha, pois durara mais de vinte anos, com a órfã Ines Pedroso de Barros e a mãe Leonor Leme falecidas. E o órfão Pedro Vaz de Barros, então casado e de maior idade, recebia 80 cativos do espólio paterno, havendo um índio Marcos tecelão com três filhos pequenos.⁵⁸⁹

A órfã Ines Pedroso de Barros ficava com 74 cativos, sendo que a escrava Luzia estava em casa de Natalia Borges, juntamente com uma filhinha de peito, um rapaz era aleijado. A sua irmã, Maria Leme ficava com 76 negros da terra, e o irmão Antonio Pedroso de Barros com 79. Nota-se que o “quinhão” dos filhos era ainda maior que das irmãs, possivelmente, por serem eles chefes de família e elas já casadas. Ao todo existiam 258 peças do gentio para serem divididos com os quatro filhos e a órfã ilegítima Sebastiana.⁵⁹⁰

Ademais, o testador Antonio Pedroso de Barros, segundo Costa Pinto, estava envolvido em uma imbricada trama familiar, sendo assassinado por Alberto Pires, por tê-lo traído com a esposa Leonor Camargo.⁵⁹¹ A partir disso, expandia-se na vila por quase cem anos o conflito entre os Camargos e os Pires. Esses últimos eram representados por D. Inês Monteiro de Alvarenga, viúva que recolheu o filho em sua casa. A senhora ainda recebia, em 1655, uma carta do conde de Autogüia, governador Geral do Brasil, para que concedesse o perdão para o “bem da pátria” e “maior alívio” à governança.⁵⁹²

Entretanto, os Pires constituíam-se como uma das principais famílias da terra. Salvador Pires e sua esposa D. Inês, na década de 160, estabeleciam-se ao norte da vila de São Paulo uma fazenda com “uma centena de cativos guarani”. E, as gerações

⁵⁸⁸ Inventário de Antonio Pedroso de Barros (1651). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.20, 1921, p.55-56.

⁵⁸⁹ Idem, pp. 245-246.

⁵⁹⁰ Idem, pp. 245-250.

⁵⁹¹ Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Lutas de Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 49.

⁵⁹² Idem, p. 89.

posteriores receberam suas as fortunas, as filhas os dotes, os filhos escravos e terras. O caçula, João Pires Monteiro, segundo Monteiro, “exerceu o posto de capitão do bairro na década de 1660.”⁵⁹³

Nesse contexto, os conflitos entre os indígenas e os colonos permaneciam constantes na vila durante as décadas de 1640 e 50. No dia 28 de maio de 1653, os oficiais da câmara declaravam que “os índios fogem e mais quando ficam no princípio do sertão e que são inclinados e quase na fronteira de Castela”.⁵⁹⁴ Os humildes vassalos de Sua Majestade justificavam as saídas pelo sertão em resgate do gentio para o trabalho em suas lavouras, sítios e casas.

A movimentação populacional masculina continuava presente em São Paulo, com a entrada de homens de outras praças como Rio de Janeiro e Santos. Os oficiais camarários mandavam que todos os “forasteiros que assistir acudão a esta câmara”, “para darem razão de so, de sua vida, e ofícios de que vivem, e o cabedal que cada um tem de seu trajo e manejo”.⁵⁹⁵

As tensões e os conflitos, os quais atingiam o comércio internalizado, eram marcadas também pelos movimentos anti jesuíticos em São Paulo na segunda metade do Seiscentismo. Nesse momento, as técnicas brasílicas de guerra, dos quais os paulistas sertanistas possuíam conhecimento profundo, passavam a fazer parte dos confrontos dos lusitanos e holandeses em Angola e nos descimentos do Guairá. O uso do gibão de algodão dos paulistas era presença significativa, juntamente com a “matula de milho”.⁵⁹⁶

Em 1668, a viúva de João Pires, Messia Rodrigues possuía no sítio além das ferramentas, lavouras e até uma espingarda, lençóis de algodão, toalhas e um tear com três pentes, bem como meia arroba de algodão. Mantinha para o trabalho 51 negros da terra. E apesar do trabalho de tecelagem caseira ser predominantemente feminino, a viúva mantinha dois cativos Davi e Paulo, os quais eram solteiros e tecelões.⁵⁹⁷

Contudo, cabia às mulheres escravas tecedeiras com seus filhos o trabalho mais pesado de preparo do algodão, como a plantação e fiação e aos homens a responsabilidade de oficiais mecânicos reconhecidos pela governança da terra. Na perspectiva de estudos de gênero, é importante destacar os papéis das cativas e dos seus

⁵⁹³ John Manuel Monteiro. Op. Cit. (1994), p. 196.

⁵⁹⁴ Atas da câmara da vila de São Paulo (1653-1678). São Paulo: DAESP, 1915, v. 6, p. 29.

⁵⁹⁵ Idem, pp.51-52.

⁵⁹⁶ Luis Felipe de Alencastro. Op. Cit., p. 294.

⁵⁹⁷ Inventário de Messia Rodrigues (1668). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.17, 1921, p. 134.

filhos no cotidiano do trabalho nas casas, nos sítios, nas lavouras e no interior da vila de São Paulo.

6.2. *Mulheres escravas tecedeiras indígenas*

No início do século XVI, as mulheres indígenas representavam importantes papéis de mediadoras com os primeiros colonos, inserindo-os no universo e na sobrevivência do Novo Mundo, como era representado pelas índias Batira ou Paraquacu.

Contudo, de acordo com Metcalf, “na medida em que a colonização se iniciava, as mulheres indígenas cada vez mais se tornavam escravas, servas e concubinas de homens europeus”. E, desse modo, “simbolizavam a dominação do mundo europeu sobre o mundo indígena”.⁵⁹⁸

Durante grande parte do século XVI, na América portuguesa, a população indígena constituía o principal esteio da estrutura de trabalho nas lavouras canavieiras, nos engenhos, bem como nas pequenas roças de produtos alimentícios e algodão. Esse último, possivelmente, era conhecido entre os povos gentílicos.

No que se refere ao algodão, poucos, mas importantes informações podem ser encontradas no discurso de Hans Standen. O arcabuzeiro observava que somente os gentios conseguiam tecer cordas e redes. Afirmava que os franceses comercializavam algodão e pau brasil com os Tupinambá, comandados pelo “chefe supremo Cunhambebe”.⁵⁹⁹ Retratava um pouco do cotidiano Tupinambá, grupo com quem aprendeu sobre a língua e os costumes, afirmando que “Os habitantes andam nus. Na parte da terra que fica entre os trópicos, em nenhum tempo do ano faz frio, como aqui no dia de São Miguel, mas a terra ao sul do trópico do Capricórnio é um pouco mais fria. Ai vive uma tribo de índios que se chama carijós. Servem-se de peles de animais selvagens, preparam-nas bem e cobrem-se com elas. Suas mulheres fazem tecidos de fio de algodão como sacos, abertos em cima e em baixo. Vestem-nos e chamam-nos em sua língua de tipoi.”⁶⁰⁰

Todavia, as índias Carijó, habitantes da região Sul da América portuguesa, possuíam conhecimentos rudimentares de técnicas de fabrico de tecidos de algodão para fazerem o “tipoi”. Esta prática contribuiu para que as mulheres escravas indígenas tornassem importantes tecedeiras sob a orientação das senhoras coloniais. As negras da

⁵⁹⁸ Alida Metcalf. Op. Cit. (2009), p. 336.

⁵⁹⁹ Hans Staden. Op. Cit., pp. 122-124; p.132; p. 140.

⁶⁰⁰ Idem, p. 152.

terra Carijó utilizavam-se de vestimentas rudimentares para os colonizadores com o intuito de proteção ao frio.

O algodão era utilizado em tiras para as mulheres indígenas carregarem os filhos pequenos. Segundo o relato de Stadem, “carregam seus filhos envolvidos em panos de fio de algodão, sobre as costas, e assim trabalham. As crianças dormem, entretanto, e estão satisfeitas não obstante as mulheres se dobrarem e locomoverem bastante com elas”.⁶⁰¹ O mesmo percebia as atividades cotidianas de trabalho e de cuidado com a prole das negras da terra, as quais, possivelmente, formavam a principal força de trabalho do primeiro século da colonização de toda a Terra de Santa Cruz.

Os pequenos algodoais da vila de São Paulo formavam parte importante do patrimônio para o sustento destas mulheres e suas famílias. Assim, o trabalho feminino levava a uma produção variada de tecidos e vestes.

A mão de obra feminina escrava era treinada para trabalhar na indústria de artesanato de suas senhoras, como tecedeiras de produtos caseiros que abundavam nos inventários paulistas. Com a utilização da mão-de-obra das mulheres tecedeiras e costureiras, bem como dos alfaiates formava-se a cultura do algodão, no qual se produzia uma variada gama de “*habitus*”, como o gibão que encarnava o *ethos* militar das expedições paulistas, representando a capacidade guerreira dos sertanistas, e assim, eram vendidos para Angola. Era também como o auxílio deste traje que os colonizadores expandiram-se por todo o vasto território inóspito da América Portuguesa.

No fim das contas, foi também graças ao trabalho das senhoras e das escravas indígenas tecedeiras que o povoamento e a expansão territorial se estenderam por todo o Seiscentos. As armaduras faziam com que os senhores se protegessem das setas indígenas e conseguissem participar com destaque nas guerras brasílicas. Este trabalho feminino, realizado geralmente em grupo, foi essencial para a sobrevivência da vida econômica no Atlântico Sul.

A economia e a sociedade paulista se voltavam ora para a mercancia no litoral, ora para o sertão em busca de mão de obra indígena para as lavouras e sítios.⁶⁰² Em uma zona de fronteira, a sociedade paulista colonial estava em constante movimento, possuindo características e valores próprios, diferenciados das regiões centradas na

⁶⁰¹ Idem, p.170.

⁶⁰² Fernando A. Novais. *Aproximações. Estudo de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naif, 2005. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.

economia açucareira. A partir do consumo de vestes com tecidos importados e de algodão cru, que eram elaborados para as caridades das senhoras, bem como comercializado nas redes do Atlântico.

Entre os moradores da vila de São Paulo que pertenciam à elite senhorial e de mercancia estabelecia-se um teatro ostentatório, no qual as roupas, produzidas com tecidos importados tinham o significado de fixar o status do indivíduo perante seu grupo social. No entanto, as escravas gentílicas e negras, assim como as mulheres livres pobres lutavam para a manutenção de prestígio, consumindo, na medida do possível, indumentárias mais próximas das grandes senhoras da terra.⁶⁰³

Vale ressaltar novamente que as mulheres escravas indígenas voltavam-se para as atividades da casa e dos sítios das famílias senhoriais paulistas. Cuidar dos filhos dos senhores, criar animais e ser força de mão-de-obra na lavoura, conjuntamente com os curumins e às vezes com os esposos que embrenhavam-se nas expedições pelos sertões, eram trabalhos penosos e demorados feitos cotidianamente por essas cunhãs cativas. Essas negras da terra, habitualmente, também eram responsáveis pela realização dos transportes de água das fontes da vila para as casas senhoriais, assim como pelo leva e trás dos tecidos de algodão.

Os cativos da região Sul da América portuguesa pareciam ter um conhecimento rudimentar de técnicas de tecelagem. Era parte do cotidiano feminino o trabalho com o algodão e a produção de indumentárias para a população, que se movimentava por todo o Atlântico Sul.

Entre o Quinhentos e o Seiscentos, as cunhãs escravizadas passaram a ter uma atuação cada vez maior na vila de São Paulo. Responsáveis pela constituição da produção caseira do algodão, presente na zona de fronteira paulista, as mulheres escravas tecedeiras indígenas, juntamente com os curumins, trabalhavam diariamente nos serviços domésticos e nas vendas no espaço urbano/rural de Piratininga. Mães de filhos e esposas de maridos que partiam para os sertões com os seus senhores, essas mulheres eram o esteio econômico da casa e dos sítios das senhoras proprietárias.

Assim, predominavam as mulheres e crianças cativas para a difícil mão de obra cotidiana, fiando, tecendo os tecidos vendidos na costa. Como exemplo dos têxteis algodoeiros domésticos, encontra-se, no inventário de Antônio Cubas de Macedo o sítio

⁶⁰³ Silvia H. Lara. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (Século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil, Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 177-191.

com a casa velha e algodoal por 5\$000 réis, as três arrobas de algodão (\$900 réis) e a produção caseira de duas camisas, umas ceroulas velhas e uma toalha, possivelmente guardados no catre. Tudo valia apenas 1\$260 réis, mas associados a isso, contavam as 10 cabeças de gado, provavelmente regidas pelos negros da terra.⁶⁰⁴

As escravas indígenas de Ana de Moraes, provavelmente, cuidavam dos tecidos e das vestimentas e trabalhavam como tecelãs e costureiras para a sua senhora. Provavelmente, foram essas cativas que realizavam 6 varas de pano de algodão que Ana de Moraes devia em vida para Luiz Fernandes Bueno.⁶⁰⁵

Nas casas e fazendas da viúva de Francisco Gomes Botelho, Antonia Dias sobrevivia com o bananal juntamente com as roças de algodão, gado vacum, porcos, foices, grilhões e pavilhão, com papelho de pano de algodão (2\$600 réis), os quais eram tecidos com dificuldade dada a presença de apenas uma cativa casada e duas com filhos pequenos. Izabel, Carijó, esposa de Gaspar e mãe de Felipe, Ana Guarmenin, Pés Largos, com o cônjuge Aleixo e filho do mesmo nome paterno, e Bárbara de Nação Tememinó, casada com Marinho, Carijó. Além desses gentios da terra, a senhora possuía Helena, esposa de Ascenso, mas essa última estava em negociação com Francisco de Chaves, bem como o moço de nação carijó, cativo de Antonio Pinto encontrava-se no Rio de Janeiro.

Nota-se que apesar de Antonia Dias, ser casada duas vezes, possuía um monte mor pequeno de 42\$160 réis, partia-se entre os três herdeiros 7\$436 réis. Contudo, eram relevantes as disposições da terça – esmolas e doações – bem como das suas posses cativas.⁶⁰⁶

Em 1622, o testador Antonio Cubas de Macedo constituía uma rede restrita de comércio de arrobas de algodão com João Branco e Paschoal Dias, seu irmão. Também vendia 17 varas de pano de algodão à Simão Ribeiro, mas pagas por João Ribeiro. Tinha apenas uma rapariga gentia da terra e um casal, os quais deixavam para a viúva, curdora e tutora dos filhos, Antonia Gonçalves, filha de Braz Gonçalves e Maria Delgado, assim como para os órfãos Francisca de 4 anos, Maria de 2 e Antonio de mama.⁶⁰⁷

Para o sustento da família senhorial, trabalhavam a pequena escravaria do casal Luiz, Helena e a pequena de sete anos Beatriz de Nação Carijó. O curador e irmão do

⁶⁰⁴ Inventário de Antonio Cubas de Macedo (1622). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.5 1920, pp. 474-475, 484.

⁶⁰⁵ Inventário de Ana de Moraes. (1616). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.15, 1921, p. 98.

⁶⁰⁶ Inventário de Francisco Gomes Botelho (1616) e Antonia Dias (1622). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, pp.316-389.

inventariado, Paschoal Dias declarava que o cativo estava em poder de mais um moço Ambrosio, solteiro, Sabina, Josepha, Marina, solteiras e Carijó e um rapaz, Paulo, da mesma etnia.

A escravaria de Balthazar Nunes, contando com 27 negros da terra, trabalhava para a senhora Izabel Dias no ofício de tecelões. Eram 12 de etnia Carijó e 13 de outras Nações, bem como 6 homens adultos e 21 mulheres e crianças. Dentre as mulheres escravas tecedeiras indígenas adultas estavam Catharina, Ana, Lucrecia, Felicia, Jeronyma e Ignez, as quais teciam em dois teares de 2\$000 réis. No processo inventarial a viúva declarava comandar os cativos para alimentar e vestir os cinco filhos órfãos. As cativas indígenas auxiliariam a senhora na sobrevivência cotidiana, plantando, colhendo, fiando e tecendo, assim como realizando os serviços domésticos com a colaboração das crias indígenas no sítio em Pinheiros. A escrava Ignez tinha um filho de colo, porém, Jeronyma era mãe solteira de Paula e Francisco.⁶⁰⁸

Nesse mesmo momento, os cativos de Mathias de Oliveira trabalhavam nos 2 teares com seus ornamentos de 4\$000 réis, bem como nas lavouras e sítio (32\$000 réis), além da casa na vila, com pedaços de mandioca e dividia um algodoal com Marcos Fernandes. Essa benfeitoria estabelecia-se com a viúva Ana de Freitas, porém, um dos teares herdava Henrique da Cunha Lobo e outro a órfã Sebastiana, sob a custódia do irmão. Nas partilhas dos gentios, a senhora, na viuvez, ficava com dois casais, um moço e duas escravas tecedeiras indígenas, Merencia e Francisca, as quais fiavam as 20 varas de pano de algodão para pagar as esmolas para Frei Leão da Purificação, 4 para Manuel Vaz de Gusmão, outras 4 para as esmolas do Santíssimo Sacramento, e ainda mais o mesmo tanto ao mordomo da Nossa Senhora do Rosário, Domingos Cordeiro. Aleixo Jorge, tesoureiro da Santa Misericórdia também recebia a mesma quantidade de esmola. Assim, as cativas eram obrigadas a trabalhar na tecelagem para as senhoras ajudarem seus maridos nos negócios com os homens e com Deus.⁶⁰⁹

As escravas tecedeiras indígenas, Estacia, esposa de Jorge, com uma criança de peito, Antonia, mãe solteira, Lourença, sozinha com um casal de filhos pequenos, Lucrecia, mãe de Simão e a cativa Ana, trabalhavam para a senhora Izabel Soares, além das lavouras de trigo, na economia doméstica algodoeira, juntando 60 varas de pano de algodão. A mão de obra feminina parecia coser com as seis tesouras e alfinetes. A partir

⁶⁰⁷ Testamento de Antonio Cubas de Macedo (1622). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.5 1920, pp. 470-473.

⁶⁰⁸ Inventário de Balthazar Nunes (1623). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, pp. 25, 33 e 36.

⁶⁰⁹ Inventário de Mathias de Oliveira (1628). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, pp. 264-317.

da confecção caseira desses cativos, a senhora Izabel Soares distribuía 10 varas de pano de algodão para o acompanhamento da tumba e bandeira da Santa Misericórdia, mais 4 varas para Izabel Gonçalves, viúva, mais 5 varas ao compadre Manuel Edra. Assim, da tecelagem das cativas, auxiliadas pelos filhos pequenos, faziam com que o inventariante e esposo Gabriel Pinheiro pudesse pagar as esmolas da falecida esposa.⁶¹⁰

O sítio com algodoal da família de Domingos Cardoso, português da região de Coimbra e cônjuge de Antonia de Paiva, tinha um valor bem estimado para a conjuntura paulista no ano de 1629, com o preço de 17\$000 réis. Trabalhavam para a economia algodoeira dos senhores, as cativas Maria, com a filha Estância, a esposa de Salvador com uma filha e a negra da terra Angela.

Mas a senhora falecia e o viúvo casava-se novamente com Ana Ribeiro, morando no limite da vila de São Paulo, na região do Jaraguá. Com a morte da senhora é interessante notar o desaparecimento das referências algodoeirais. Talvez, poderia haver a possibilidade das escravas e do sítio passarem para as filhas ou filhos herdeiros.⁶¹¹

Sozinha com a escravaria de sete indígenas, Ana e seu filho pequeno, Lariço com o filho José, Catarina, Pedro (rapaz) e Maria, vivia comandando suas roças, um tear com seus aviamentos trabalhado pelos cativos, que tinham que tecer três arrobas de algodão.⁶¹²

As cativas Helena, Tereza, Maria e Camila, que faziam parte da escravaria da viúva de Christovão Meendes, eram comandadas pela senhora Gracia da Costa para trabalharem no sítio com o algodoal de 8\$000 réis, retirando seis arrobas e meia de algodão das lavouras, produzindo no tear sem pentes e liças de 1\$960 réis, para a confecção das camisas e das roupas caseiras.⁶¹³

Em testamento de 1647, Beatriz Moreira declarava ser viúva de Diogo Moreira, com o qual teve um filho. Casada novamente com João Pires Antunes, tendo mais quatro, dois meninos e duas meninas. Pedia para ser enterrada Igreja da Matriz com a bandeira da Santa Misericórdia. Sem muitos bens pedia para dividir a terça com a prole, mas deixava a escrava Cristina à filha Maria de idade de 3 anos.⁶¹⁴

⁶¹⁰ Inventário de Izabel Soares (1629). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, pp. 111-128.

⁶¹¹ Inventário de Antonia de Paiva (1629) e Inventário de Domingos Cordeiro (1643). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp.129-189.

⁶¹² Inventário de Maria Correa (1630-1640). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 32, 1942, pp. 106-109.

⁶¹³ Inventário de Christovão Mendes (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 12, 1921, pp. 16-23.

⁶¹⁴ Testamento de Beatriz Moreira (1647). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 37, 1966, pp. 8-9.

Dentre os artefatos para trabalho da escravaria, encontrava-se um tear de tecer rede, valendo poucos \$320 réis, mais as casas cobertas de telhas, corredores, vinha e algodão, em 8\$000 réis. Nota-se, no entanto, a presença de um colar com o mesmo valor das moradias. A família contava com 36 cativos, porém, eram 14 gentios soltos, e as cativas indígenas Vitória, Ilária e Lucrecia velhas, bem como uma criança, filha da gentia solteira Suzana.⁶¹⁵

As escravarias contavam com mulheres solteiras indígenas com filhos pequenos de colo. A partir disso, levanta-se a idéia de que tinham que cuidar da prole dos senhores, dos serviços domésticos, das roças e ainda do trabalho nos têxteis, plantando nos pequenos algodões, colhendo, desencaroçando, fiando e tecendo. Mas as tarefas de costura poderiam ficar a encargo das senhoras, as quais ensinavam as filhas a coser.

É difícil encontrar referências sobre os cativos indígenas, pois os inventários são concisos com relação aos seus ofícios. Uma das raras informações, é extraída do testamento da senhora viúva de Domingos Barbosa, Maria Rodrigues, mãe de seis filhos. Para as três filhas declarava ter deixado os dotes devidos e aos filhos a legítima. O remanescente da terça ficava com o filho Diogo Barbosa, mas ensinara o índio João Martins o ofício de tecelão para ajudar o filho Francisco Barbosa, assim como partilhava a escravaria para com a prole. O filho Domingos Barbosa recebia o negro Bartolomeu, a esposa deste e a filha. A índia Isabel ficava com a filha Maria Barbosa e o escravo Bastião era entregue ao filho privilegiado. E recebia a viúva Ana Moreira a escrava Ana.

Todavia, apesar de se encontrar sítio, roças, gado e ferramentas no inventário *post-mortem* da viúva, não havia nenhum dado sobre a cultura algodoeira. Possivelmente, a senhora poderia ter ensinado o índio tecelão, na própria moradia do filho Francisco Barbosa.⁶¹⁶

No ano de 1654, em testamento, a viúva Isabel de Moraes deixava uma negra chamada Tereza, com o ofício de costureira e lavadeira para a filha Ana de Moraes viúva de Luis Fernandes Bueno. O desejo foi cumprido no seu inventário *post-mortem*. A filha recebia também mais dois negros grandes, Mathias e Alberto, a Maria solta, Theodozia solta, Ipolita velha, Thomazia de dez anos, Aleixo de seis, e outra Tereza de

⁶¹⁵ Inventário de Beatriz Moreira (1648). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 37, 1966, pp. 7-43.

⁶¹⁶ Testamento e Inventário de Maria Rodrigues (1648). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 37, pp.137-158.

doze, filha do negro Mathias. Dessa maneira, a senhora não separava a família fragmentada de pai e filha, assim como amparava a filha na viuvez.⁶¹⁷

Cuidar da prole da camada senhorial, trabalhar a terra, participar das colheitas, fiar, tecer e coser eram atividades diárias que as cativas realizavam em grupo, sob o comando das senhoras. O leva-e-traz do pequeno comércio das redes de crédito e débito das famílias senhoriais ficava a encargo dessas escravas ganhadeiras, que comercializavam gêneros alimentícios e tecidos para a sobrevivência cotidiana. Concluindo, as mulheres senhoriais paulistas comandavam as tarefas das cativas tecedeiras para a produção das indumentárias algodoeiras que serviam para o consumo familiar e para o comércio.

Em suma, as famílias senhoriais mantinham-se com uma economia indumentária centrada na produção caseira do algodão, bem como no consumo ostensivo das vestes, valorizadas pelo espírito da moda cortesã, presente em todo o mundo ibérico ao longo do século XVI.

⁶¹⁷ Testamento de Isabel de Moraes (1654). *T.I.* São Paulo: DAESP, v.46. 1999, p. 142.

6.3. Do sertão ao Atlântico: a economia do algodão no mundo colonial

A mercancia no mundo mediterrânico expandia-se para novos mercados durante o século XVI, distribuindo a circulação do capital mercantil para outros centros econômicos como Lisboa, Sevilha e Antuérpia. As travessias do Atlântico Sul expandiam os negócios dos mercadores genoveses, venezianos e flamengos. Nesses tratos, os tecidos eram sempre comercializados, pois de difíceis decomposições e de necessidade no Novo Mundo, tornaram-se logo artigos de luxo na América portuguesa e provavelmente nas Índias de Castela.

O comércio através da costa da Terra de Santa Cruz despontava-se no início do século XVI, por meio da extração de pau-brasil. Nesse momento de exploração costeira, franceses, principalmente, negociavam com a população indígena aliada e utilizavam-se do trabalho dos indígenas para a mercancia de cabotagem.

Todavia, as expedições lusitanas determinaram território por intermédio da montagem da exploração da terra e do trabalho dos indígenas. Por meio dos investimentos da Coroa e dos investidores estrangeiros, as feitorias aumentavam no decorrer da primeira metade do século XVI.

Na economia mercantil do Atlântico Sul, os tratos estendiam-se entre a Capitania de São Vicente, sendo o limite comercial direto dessa última. Os paulistas pombeiros tratavam com o Paraguai, resgatando índios e fazendo mercancia com os circuitos negreiros mais intensamente por volta da década de 1640. Na circulação dos produtos, destacam-se os gibões bem como a farinha de guerra. O comércio de produtos têxteis era sempre presente no trato negreiro. Nesse panorama, as mulheres predominavam não só nos Assientos como herdeiras, ou como a “maravilhosa” rainha Jinga (1582-1663), mas também nas atividades comerciais Atlânticas – como mercadoria juntamente com os seus filhos.⁶¹⁸

Na Terra de Santa Cruz, as cativas africanas trabalhavam na lavoura, nos domicílios, bem como participavam da produção conjunta da tecelagem e da costura. Nesse sentido, provavelmente, teciam em conjunto com a mão de obra indígena, que predominavam nas escravarias paulistas.

Na vila de São Paulo, as malhas do crédito eram constantes até o século XIX. Mas no início século XVII, os estoques de algodão eram mais significativos,

⁶¹⁸ Alencastro apresenta a rainha Jinga no contexto do mundo atlântico do século XVII. Luiz Felipe Alencastro. Op. Cit., pp. 277-283.

principalmente, no interior das famílias senhoriais paulistas. Em 1615, Antônio Machado emprestava uma arroba de algodão de Manuel Roiz Góes, o qual matinha uma rede de crédito como outros moradores como a Maria Roiz, viúva de Domingos Barbosa e provavelmente uma parente sua. O “defunto” devia 20 varas de panos de algodão à Álvaro Neto, o moço, assim como devia “gibões de arma” para Pero Domingues, no valor de 1\$000 réis.⁶¹⁹

No testamento do padre vigário da vila Manuel Nunes, havia uma importante malha de crédito em varas de algodão, como as 102 que devia para Domingos Alves Cousseiro. E dentre os artefatos desse produto, destacam-se os de uso caseiro como as toalhas de mesa, o lençol, a toalha de rosto e os guardanapos além da extensa rede de devedores da Bahia e da própria vila.⁶²⁰

Os negócios algodoeiros, no primeiro quartel do século XVII, avançavam apesar dos poucos dados existentes sobre o assunto. Em 1623, Balthazar Nunes mandava tecer 70 varas de pano de algodão com Gaspar Gomes, sendo que esse último ficava com 10. A esposa comandava em sua casa a confecção de 105 varas. Depois mandava tecer mais 75 varas para o senhor citado e alugara 24 cativos para irem ao mar. Esse mesmo tecelão de Santos lhe enviava uma botija de vinho, meia dúzia de pratos de louça, cinco varas de pano de picote, touca de volante, chapéu, caixa de marmelada, calçado de mulher, côvado de beranjol, uma botija de azeite, tara, meia e facas. Além disso, negociava com Lopo Ribeiro, 46 varas de pano de algodão e 5 varas de pano da Índia.⁶²¹

Em 1629, Gaspar Barreto, esposo de Lucrecia Leme, declarava em testamento os conhecimentos, ou seja, um livro com a lista de negócios de crédito e débito. O inventário realizado no mesmo ano, contava com um monte mor de 1:298\$000 réis, com o predomínio das benfeitorias em Santos, dos empréstimos no Rio de Janeiro, e dos cativos africanos. Como exemplo de estoque, eram arrolados os 2\$000 réis, em 4 arrobas de algodão nas mãos da viúva, no que se refere à economia algodoeira. Assim, o capital circulante despontava no patrimônio familiar da mesma, pois somente um credor, Luiz de Almeida devia ao espólio 168\$000 réis.

A senhora de cativos africanos Lucrécia ficava com a quantia de 651\$280 réis. Além disso, observa-se que o inventariado possuía negócios em Angola. Devido à

⁶¹⁹ Inventário de Manuel Ruiz Góes (1615). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 30, 1921, p. 156, 182 e 184.

⁶²⁰ Inventário de Manuel Nunes (1644). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 38, 1937, p. 67.

⁶²¹ Inventário de Balthazar Nunes (1623). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, pp. 20-21.

complicada rede de empréstimos contidas no processo inventarial esse era findado somente em 1644.⁶²²

No ano de 1638, Antonio Vieira da Maia comprava 75 varas de panos de algodão, por 8\$200 réis das arrematações do espólio de Francisco da Cunha Gago. Além dos tecidos, eram comercializados o cano de escopeta e fechos à Pero Fernandes Aragonez, pelo mesmo valor, a espada, adaga, cintos e talabartes eram vendidos à Francisco João por dez patacas. O vestido de baeta era vendido para Sebastião Gil, por 2\$600 réis, bem como outra indumentária, juntamente como ferragoulho e roupeta, em 2\$700 réis.⁶²³ Constituíam-se, portanto, um importante comércio de tecidos algodoeiros, vestimentas e armamentos na vila de São Paulo. As indumentárias senhoriais possuíam uma significativa relevância no patrimônio familiar, em relação às benfeitorias, gado e os poucos escravos africanos.

A partir da segunda metade do século XVII, a economia algodoeira entrava em uma nova fase de expansão do patrimônio familiar senhorial paulista, como a fortuna do já citado Antonio Pedroso de Barros, que deixava 300 varas de pano para repartir entre as viúvas Ignez Monteiro, sogra, e Luzia Leme, mãe. Senhor de mais de 500 cativos indígenas. Possuidor do monte menor de 1:182\$551 réis declarava em testamento de 1658 possuir 700 varas de algodão pouco mais ou menos que estava “tecendo em seus teares”.⁶²⁴ Além das roupas caseiras, possuía um pavilhão de algodão, com suas franjas, por 8\$000 réis, e outro por 4\$000 réis. Um dos travesseiros valia 4\$000 réis. Mas os seus negócios algodoeiros prosperavam a partir do comércio com Santos através do Caminho do Mar. Domingos Coutinho lhe devia em panos 328\$400 réis. Gonçalos Pires Garape também tinha uma dívida de 10\$000 réis em algodão. Em dinheiro, Bento Pires Ribeiro devia-lhe 127\$320 réis.⁶²⁵ No entanto, o senhor de extensa escravaria acabava, segundo Sérgio Buarque de Holanda sendo morto por meio da revolta indígena, os quais destruíram os teares de Potribu.⁶²⁶

As partilhas do inventário *post-mortem* ficavam sob a responsabilidade do irmão, o capitão Pedro Vaz de Barros, responsável pela fazenda, dinheiro, ouro e prata dos órfãos. A responsabilidade de curador e tutor dos menores legítimos também era sua, tendo que mandar os meninos Pedro (7 anos), Salvador (2 anos) para aprender a ler,

⁶²² Inventário de Gaspar Barreto (1629). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp. 19-90.

⁶²³ Inventário de Francisco da Cunha Gago (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 12, 1921, pp. 268-269.

⁶²⁴ Inventário de Antonio Pedroso de Barros (1651). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 20, 1921, p. 8.

⁶²⁵ Idem, pp.1-253.

⁶²⁶ Sérgio Buarque de Holanda. Op. Cit. (1958), p. 221.

escrever e contar, assim como deveria mandar as meninas Inês (5 anos) Luzia (4 anos) a aprender a coser e lavar. Também ficava a seu encargo o cuidado dos filhos ilegítimos do irmão: Paulo e Bastiana, filha de Maria, Paschoal e Ventura, filhos mamelucos.⁶²⁷ No entanto, passava a responsabilidade de administrar a venda dos patrimônio dos órfãos ao procurador Francisco Barreto durante o ano de 1651.

Ao analisar a documentação notarial e as atas camarárias, Holanda afirmou que era necessário “tentar” uma “aproximação muito hesitante”. Desse modo, segundo o autor, “À falta de depoimentos e testemunhos diretos sobre essa fiação e tecelagem doméstica, não restaria outros recurso além dessas notícias, depois de devidamente verificadas à luz de nossas fontes documentais”.⁶²⁸

O historiador estava preocupado em compreender as técnicas de produção e não com a comercialização dos tecidos e dos produtos. A partir da abordagem dos inventários do Juízo dos Órfãos e das posições camarárias é possível verificar as negociações sobre as varas de algodão. Nessa perspectiva, por um lado, percebe-se o florescimento e o enriquecimento e a mercantilização da cultura algodoeira na vila de São Paulo a partir da segunda metade do século XVII. Por outro, nota-se que a produção caseira do algodão continuava na longa duração por meio da administração feminina e senhorial, bem como a mão de obra cotidiana das mulheres escravas indígenas.

No primeiro plano, o comércio de produtos coloniais com a Metrópole centravam-se com o açúcar. Logo em seguida, o algodão começava a ser produzido e comercializado no trato com a Coroa. Mas como era esse mercado nos primeiros dois séculos da colonização? Jobson de Andrade Arruda destaca a sua importância no mercado internacional quando aborda as balanças de comércio do final do século XVIII.

Nas análises das Listas Nominativas também do Setecentos, encontram-se muitos fogos com esse produto. Provavelmente, a economia algodoeira sempre foi relevante em toda a Colônia, contudo, deve ser destacado a sua dinâmica nas Capitânicas do Sul, juntamente com o gado vacum.

No comércio do Caminhos do Mar, os mercadores de gado saíam constantemente da vila para Santos. “Aos vinte e quatro dias do mês de maio de mil e seiscentos e quarenta e dois anos nesta vila de São Paulo nas casas da câmara dela estando juntos em vereação os oficiais da dita câmara abaixo assinado por eles foi mandado ao procurador do conselho requeresse o que conviesse ao bem comum ao qual

⁶²⁷ Inventário de Antonio Pedroso de Barros (1651). Op. Cit., p. 25.

⁶²⁸ Sergio Buarque de Holanda. Op. Cit., p. 222.

requereu que mandasse ao alcaide fosse a busca aos forasteiros em suas caixas e fatos que desta vila se levão para a vila de Santos porque tenha notícia levão desta todo o dinheiro ficando esta vila sem nenhum”.⁶²⁹

O comércio com a costa era realizado por estrangeiros e a monetarização lenta era dificultada pela saída do capital, pois tornava-se mais frequentes as queixas dos oficiais camarários das moedas e a política econômica da elite da câmara pelo escambo – troca natural – da governança da terra.

As redes de crédito e débito iam além da vila de São Paulo, sendo, na maioria das vezes, com as praças do Rio de Janeiro e Salvador. Na década de 1650, o testador Pedro Dias Leite negociavam até em Lisboa, com o irmão Fernão Paes de Barros.⁶³⁰ No seu inventário, os herdeiros recebiam como pagamento das dívidas 1.000 varas de panos de algodão, pela fortuna de 80\$000 réis, assim como mais 100 arrobas de algodão por 32\$000 réis.⁶³¹

Os negócios do algodão mantinham-se constantes na vila, como por exemplo, no inventário *post-mortem* de Martins Rodrigues Tenório de 1654, os valores dos artefatos desse têxtil aumentavam consideravelmente, um vestido de pano de algodão vermelho e preto, o calção, roupeta e capa, um amador de catafulo com suas mangas de pinhoela já usada, valem 5\$000 réis. Um pavilhão de algodão com sua franja ao redor custava 3\$500 réis. Essa última indumentária era vendida em leilão, em dinheiro, para Antonio Ribeiro, por \$100 réis a mais.⁶³²

Nesse mesmo ano, a malha comercial entre São Paulo, Santos, São Vicente, Rio de Janeiro e até mesmo naquele momento com Lisboa expandiam-se, com “muito negócio”. Muitos dos agentes camarários tratavam de suas mercancias na região costeira da América portuguesa Meridional, como o procurador do Conselho Diogo Rodrigues e Simão Rodrigues, ou mesmo no ano seguinte o outro procurador Crispim Duarte estava no Rio. A governança também queixava-se da saída de dinheiro da vila para a costa.⁶³³ Todavia, o comércio era afetado pela presença de conflitos entre as principais famílias da terra, os Pires e os Camargos. Em 7 de fevereiro de 1654, chegava o capitão mor Bento Ferrão de Castelo Branco, em companhia de José Hortis de

⁶²⁹ Atas da câmara da vila de São Paulo (1640-1652). São Paulo: DAMSP, 1915, v. 5, p. 131.

⁶³⁰ Testamento de Pedro Dias Leite (1950). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.15, p. 9

⁶³¹ Idem, p. 34.

⁶³² Inventário de Martim Rodrigues Tenório (1654). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1999, v. 47, p. 276-292.

⁶³³ Atas da Câmara da vila de São Paulo (1653-1678). Parte I. Op. Cit., pp. 87-118

Camargo, por “estar esta terra em perigo de se perder pelos tumultos que via, gentio e armas...”⁶³⁴

Dois anos depois, nas atas de 9 de setembro, havia um “grande tumulto popular pondo este povo em grande risco e arriscando haver morte e ruínas”⁶³⁵ As tensões e os confrontos aumentavam e os agentes camarários, em 1657, decretavam que “nenhum negro traga na vila paos nem arcos nem flechas pelas muitas mortes que sucedem cada dia assim mais que os ditos juízes mandassem que todos os forasteiros quae dizem aqui estarem essa vila despejassem dela...”⁶³⁶ Até o avançar do ano seguinte, a população da vila mantinha-se em confrontos permanentes. No dia 24 de dezembro, a vereança declarava que “a derradeira câmara que tinha feito fora aos dezessete dias do mês de agosto deste presente ano e que a causa que tiveram de se não ajuntarem mais cedo nem fazerem câmara nem menos acudir a sua obrigação de tratarem o bem comum fora pelas muitas sedições e tumultos que haviam nesta vila (...) por causa do gentio andar rebelado fazendo muitas mortes e roubos...”. Neste final de ano, a vila parecia estar mais “pacificada”.⁶³⁷

A partir da análise das atas, a historiografia paulista construía as imagens dos valorosos homens paulistas. Belmonte, descrevendo os gibões dos homens bandeirantes, afirmava que o “gibão de armas” era “um ferragoulo recheado de algodão como um acolchoado e que porá o bandeirante a salvo de flechadas”⁶³⁸

A economia algodoeira expandia ainda mais na vila de São Paulo como um todo durante a década de 1660. Nas atas das câmaras do ano de 1666, momento esse que a Capitania passava por uma epidemia de bexigas, a contribuição dos donativos reais era realizada a partir do trabalho dos índios aldeados para fazerem panos de algodão. Neste mesmo ano, no dia oito de maio, eram levados por Agostinho de Figueiredo, 154 varas para o porto de Cubatão por ordens de sua Majestade, sendo que esses tecidos valiam 586\$960 réis.⁶³⁹ Fixavam o preço da vara de algodão para \$200 réis. A Câmara arrecadava ainda 650\$00 réis em varas de algodão.⁶⁴⁰

No ano seguinte, o vereador João Viegas entregava para os oficiais da câmara um recibo de 40 peças de pano de algodão com 4.603 varas e meia de tecido entregues

⁶³⁴ Idem. 85.

⁶³⁵ Atas da Câmara da vila de São Paulo (1653-1678). Parte II. Op. Cit Idem, pp. 31-32.

⁶³⁶ Idem, p. 57.

⁶³⁷ Idem, pp. 101-102.

⁶³⁸ Belmonte, p. 248.

⁶³⁹ Atas da câmara da vila de São Paulo (1653-1678). São Paulo: DAESP, v.6, Parte II, 1915, p. 453-493.

⁶⁴⁰ Idem, pp. 506-507.

ao provedor da fazenda real André Góes de Siqueira no dia 17 de março. Agostinho de Figueiredo novamente partia para a costa, enviando esses têxteis para o procurador Pedro de Matos.⁶⁴¹

O procurador do conselho da câmara cobrava os contratadores a pagar os 803\$330 réis, no entanto, os acusados defendiam-se novamente afirmando que só devia a metade e as dívidas eram por razões das doenças de bexigas que atingiam os índios aldeados. Pediam de novo um maior prazo de dois meses.⁶⁴²

A partir das várias saídas de tecidos de algodão, pode-se perceber que dinâmica da economia algodoeira estava em pleno aceleração na vila de São Paulo, a qual passava por um crescimento de perímetro com a constituição dos bairros e da movimentação constante populacional das novas expedições e ocupações através da parte Sul da América portuguesa e das entradas nas fronteiras.

No final da década de 1660, a economia camarária da vila também crescia, por meio da produção de tecidos para o pagamento dos impostos dos donativos reais. Em 1668, Estevão Fernandes, depois de meses de atraso, pagava 4.800 varas de algodão para o pagamento real, sobre o ano anterior. As cobranças dos oficiais da câmara continuavam durante aquele ano e os dois próximos e a governança da vila negociava com outros mercadores para realizarem a contratação do pagamento do donativo real.

Apesar da descrição da dinâmica econômica da Costa Brasileira, existem poucos dados sobre esse primeiro momento de maior intensidade da cultura algodoeira. O algodão ficava sempre em segunda escala, quando se tratava do interesse da Coroa e dos colonos e não pode se esquecer da relevância do produto no trato mercantil em expansão, no qual estavam envolvidos os portugueses, espanhóis e flamengos durante a primeira metade do século XVII. Para Brandão, na vila de Olinda, habitavam “inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte...”. Além dessas importações, no porto, em média existiam trinta navios ancorados, carregados, respectivamente de “açúcares, pau-brasil e algodões”.⁶⁴³ Em outro momento, o mesmo autor, exagerando as riquezas da terra, afirmava que na hierarquia econômica, estavam a primeira, a lavoura canavieira, na segunda o comércio,

⁶⁴¹ Idem, p 532, 545.

⁶⁴² Idem, pp. 556-557.

⁶⁴³ Ambrosio Fernandes Brandão. *Diálogos da Grandeza do Brasil (1618)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997p. 32.

na terceira, o pau-brasil e somente em quarta posição, os algodões, juntamente com as madeiras e os produtos alimentícios e o gado seguiam adiante, em quinta e sexta.⁶⁴⁴

Insistindo no enriquecimento dos comerciantes, o cronista destacou dois modos de mercancia. O primeiro era caracterizado os que comercializavam com o reino, trazendo mercadorias diversas e levando açúcares e algodões. O segundos eram os “assistentes na terra com loja aberta, colmadas de mercadorias de muito preço, como são em toda a sorte de lençaria, sedas riquíssimas, panos finíssimos, brocados maravilhosos, que tudo se gasta em grande cópia na terra, com deixar grande proveito aos mercadores que as vendem”.⁶⁴⁵

A Colônia portuguesa não possuía ainda como as Índias de Castela riquezas minerais aos olhos vistos. Diferentemente, o reino lusitano e o capital mercantil deveriam investir na constituição de engenhos e plantações canavieiras, bem como de algodão para o enriquecimento da Coroa e dos capitalistas durante o processo de constituição do Antigo Sistema Colonial. A expansão econômica do algodão no mercado internacional, ocorria a partir da conjuntura da segunda metade do século XVIII. De acordo com Novais, o algodão fazia parte daqueles produtos tropicais comercializados que por meio do exclusivo colonial, constituía a acumulação de capital nos centros econômicos, assim como a cana-de-açúcar e o tabaco. Em outras palavras, a economia algodoeira estava presente na dinâmica do Antigo Sistema Colonial, como segundo produto de exportação. Este produto também servia para o abastecimento do mercado consumidor de manufaturas em ampliação a partir do século XVIII.⁶⁴⁶ Corroborando com essa análise, Ferlini notou que as capitanias de Pernambuco e da Paraíba passavam a integrar-se no mercado de exportação.⁶⁴⁷

Enfim, a economia da vila de São Paulo era centrada na mercantilização do algodão, que no século XVIII seria sobreposta pela maior produção e circulação do açúcar.

No entanto, o algodão paulista centrava-se no mercado interno, atingindo o litoral e a economia Atlântica. Integrava-se ao sistema a partir do seu sustento têxtil, pois as escravarias e as roupas cotidianas dos senhores e das camadas intermediárias como os agregados tinham um consumo ainda que provisório. Os colonos e escravos,

⁶⁴⁴ Idem, pp. 85-86.

⁶⁴⁵ Idem, pp. 105-106.

⁶⁴⁶ Fernando Novais. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005, p. 41

⁶⁴⁷ Vera Lucia Amaral Ferlini. Op. Cit. (2010), p. 226.

por um lado, consumiam produtos rústicos do mercado interno. Por outro, as regiões européias centrais vendiam seus produtos manufaturados, principalmente, têxteis para a camada dominante colonial.

Assim, é o incipiente consumo de artefatos de luxo indumentário e têxtil, principalmente em São Paulo Colonial, relacionado com as mudanças no gênero que serão analisados na terceira parte dessa tese.

*PARTE III: O ESPÍRITO DA MODA CORTESÃ: A
INDUMENTÁRIA NO COTIDIANO DA VILA DE
SÃO PAULO*

CAPÍTULO VII – OFÍCIOS MECÂNICOS E A GOVERNANÇA DA TERRA: TECELÃS, TECELÃOS, SAPATEIROS E ALFAIATES

7.1. A Câmara e os negócios indumentários

A partir da segunda metade do século XVI, a Companhia de Jesus elaborava uma prática de ensino dos ofícios mecânicos em suas aldeias e em seus colégios. Os trabalhos de tecelões, ferreiros, sapateiros e alfaiates ficavam a encargo da mão de obra indígena. Para os inacianos essas tarefas auxiliariam no processo catequético.

Na Capitania de São Vicente, o padre Leonardo Nunes trabalhava pela catequização dos gentios, ensinando a crença cristã e combatendo os malefícios diabólicos dos gentios. O jesuíta pouco fazia referência da necessidade de vestir os negros da terra. Talvez, o problema da nudez dos selvagens não lhe fosse a preocupação relevante como era para o provincial Manuel da Nóbrega.⁶⁴⁸

Para o Provincial, em correspondência ao padre Luis Gonçalves, em 15 de junho de 1553, a Capitania de São Vicente possuía muitos cristãos, com uma população mameluca e de cativos indígenas, os quais conheciam a doutrina cristã, pois viviam confessando-se e formando famílias. Nóbrega descrevia a presença de “um João Ramalho”, sendo que esse era “mas antiguo della, y toda su vida y de sus hijos es conforme a la de los Indios, y es una petra scandali para nos, porque su vida es principal estorvo para con la gentilidad, que tenemos, por él ser muy conocido y muy aparentado con los indios”.

Além de ser criticado por ter parentescos com os indígenas, João Ramalho também tinha “ muchas mugeres él y sus hijos dellas así el padre como los hijos. Sus hijos van a guerra con los indios, y sus fiestas son de indios y así viven andando nudos como los mesmos indios”.⁶⁴⁹

A população mestiça e cativa nessa região trabalhava em atividades mecânicas como ferreiros e tecelões, pois filhos e órfãos aprendiam algum ofício com os jesuítas e, dessa maneira, seriam convertidos os infiéis. Além disso, Nóbrega notava o contato de

⁶⁴⁸ “Carta do Pe. Leonardo Nunes aos padres e irmãos de Coimbra. De São Vicente, novembro de 1550”, In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1, pp.195-218.

⁶⁴⁹ “Carta do Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis Gonçalves da Câmara, Lisboa. De São Vicente, 15 de junho de 1553”. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Romoa/Coimbra: 1956, vol.1, p.502.

Leonardo Nunes com a região do Rio dos Patos, de onde vinha “umas senhoras castelhanas” de uma armada para o rio da Prata e que se estabeleceram naquele espaço por mando do governador.

Novamente, em 1553, Manuel da Nobrega narrava a presença inquietante de João Ramalho, o qual possuía redes de parentesco com os principais chefes da Capitania. Entretanto, o inaciano parece ter mudado de ideia e tornando-se um aliado do colono, pois passava a defender o casamento entre esse e a índia Batira para a maior dispersão da fé cristã.⁶⁵⁰

As relações entre os jesuítas, colonizadores, governadores e ameríndios variavam muito, conforme o período, espaço e mesmo entre os “personagens”. O combate à nudez e da necessidade do vestir parece ter se tornado mais tênue no decorrer da década de 1560.

Nesse período, a vila deixava de ser somente um povoamento longínquo e crescia a quantidade de cativos e senhores, por meio das movimentações das populações coloniais internas e dos resgates de negros e negras da terra. Essa região passava a ser fortificada a mando do governador Geral Mem de Sá.⁶⁵¹

Apesar desse princípio de povoamento dos colonos lusitanos, o jesuíta Manuel da Nóbrega queixava-se, em 1561, da falta de cama e de vestes para os indígenas, os quais andavam nus pela vila.⁶⁵² Com essa falta de indumentárias e com a precária vida material na região, os inacianos defendiam os trabalhos artesanais e os ofícios mecânicos.

No contexto do povoamento através dos sertões e dos resgates de cativos na extensa Capitania de São Vicente, encontra-se o primeiro inventário *post-mortem* do sapateiro Damião Simões. Logo, havia a presença de um grupo significativo de oficiais mecânicos relacionados à indumentária atuando no processo colonizador na região. Nessa fonte, encontram-se várias informações, como a presença do Juiz Ordinário Balthazar Rodrigues e dos avaliadores e moradores da vila, Francisco de Brito e Baltazar Gonçalves, os quais eram responsáveis por contabilizar os bens móveis e imóveis dos vários artefatos, provavelmente utilizados pelo falecido sapateiro, como os

⁶⁵⁰ “Carta do Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luiz da Câmara, Lisboa. Do sertão de São Vicente, agosto de 1553”. In: Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol.1, pp. 524-526.

⁶⁵¹ Serafim Leite. *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1956, vol. 2, pp. 76-98.

3 pares de botas de porco e os 3 pares de canos de mulher. Esses restos de couramas eram provenientes do reino e da própria vila. Além desses objetos relacionados com o seu ofício pode-se ainda encontrar os cativos Tupinambá, como um moço recém capturado, valendo 3\$000 réis, o qual ficou com a viúva grávida, uma escrava velha também da mesma etnia, avaliada em 5\$000 réis, presente no espólio do órfão. Ainda havia mais uma terceira moça Tamoia, pertencente ao filho do sapateiro, que fora resgatada naquela época. Essa escravaria era originária do processo de aprisionamento dos colonos portugueses e índios Tupiniquim contrário aos guerreiros Tupinambá.⁶⁵³

Nesse inventário, encontra-se a referência a outro sapateiro, Domingo Dias, o qual emprestava à Damião Simões cinco ou seis cruzados. Após a listagem do patrimônio ainda existiam um tinteiro e os aparelhos do ofício de sapateiro colocados em pregão. A venda desses objetos poderia ser feita também na base de escambo com o açúcar existente, originário da vila de Santos. Nesse processo, era significativa a troca a fiado dos canos de botas por açúcar que Gonçalo Fernandes realizava. Nesse momento, havia a ausência de moeda corrente na vida econômica da vila.⁶⁵⁴

Ao final do ano, Balthazar Rodrigues, curador do órfão, e irmão da viúva Suzana Rodrigues, pagava dívidas existentes do processo do sobrinho, ao novo juiz Manuel Ribeiro.⁶⁵⁵

Durante o processo do inventário *post-mortem* do sapateiro Damião Simões, os juízes alternavam-se no decorrer dos anos. No dia 30 de julho de 1579, Diogo Fernandes, juiz ordinário da vila, recebia o novo esposo de Susana Rodrigues, Martim Rodrigues juntamente com o enteado Damião, com dois anos de idade, sendo que esse órfão deveria ficar reparado com o “vestido da terra”.⁶⁵⁶ Aos filhos sem pais era necessária a sobrevivência da estrutura do cotidiano, como a alimentação, moradia e indumentária.

⁶⁵² “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao Diego Laynes, Roma. De São Vicente, 12 de junho de 1561”. In: Serafim Leite. Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae. Romoa/Coimbra: 1958, vol.3. (1558-1563), pp.361-362.

⁶⁵³ Essa fonte está alocada no Arquivo do Estado de São Paulo, na caixa C00478. O seu estado de conservação está precário e significativamente alterado, estando plastificado e danificado devido à atividade predatória do tempo. Ou seja, dificilmente o documento manteve o seu valor original do século XVI. Todavia, é necessário construir ainda uma história dessas fontes tão analisadas pela historiografia paulista do século XX. Essa mesma fonte foi transcrita pelos paleógrafos em fins da década de 1910 e, desse modo, pode ser encontrada em três suportes: o texto encadernado e plastificado, digitalizado e o transcrito, sendo que cada modo contém possibilidades distintas de leitura devido à ordem do documento e formas de visibilidade. Ver Inventário de Damião Simões (1578). In: *I.T.*: São Paulo: AESP, 1920, pp. 3-22

⁶⁵⁴ Idem, p.8.

⁶⁵⁵ Idem, pp.9-10.

O trabalho de gerenciar as atividades tecedeiras era muito importante nesse momento. Encontra-se ainda no inventário a cobrança de uma dívida da viúva de 8 varas de algodão, das 20 que produzira. Martim Rodrigues pagava a dívida ao juizado dos órfãos em 3\$435 réis, além dos oitenta réis devidos às custas do inventário, sendo parte da dívida paga com as varas de algodão.⁶⁵⁷

As informações sobre os modos de vestir das crias pequenas, bem como da população indígena, são raríssimas nos inventários *post-mortem*, assim como em todas as documentações quinhentistas e seiscentistas.

Em relação às partilhas das heranças, o órfão Damião Simões recebia 16\$800 réis e a viúva ficava com o patrimônio líquido de 13\$353 réis. Apesar dessa distribuição judicial, a senhora Susana Rodrigues devia à escrava Tamoia nova, por ser de maior custo, a qual poderia ser trocada por “um pouco de fio que se havia de tecer”, que “não foi nunca pano partido”. Provavelmente, o valor do tecido de algodão estava relacionado ao preço da cativa, a qual deveria pagar-se com a atividade tecelã. Assim, a viúva poderia complementar a renda do esposo ao comandar o trabalho da cativa tecedeira indígena.⁶⁵⁸

Todavia, o processo inventarial se arrastava ao longo dos anos. Em meados da década de 1590, contavam ainda com mais cativos, como um escravo, com sua mulher “andante”, uma filha de 6 ou 7 anos, bem como um menino pequeno de peito. Além dessa família cativa indígena, os senhores possuíam outro negro da terra por nome de Jabiranga, com um filho e uma menininha curumim de mama, valendo essa apenas 64 cruzados. Mais uma família era contabilizada no inventário do sapateiro, uma índia por nome Gurayba e um filho por nome Francisco.

Com o interesse pelo patrimônio paterno, Damião passava a se emancipar e assumir os seus bens logo no início do século XVII. O órfão conseguiria, assim, a possibilidade de constituir outro núcleo familiar e trabalhar para adquirir novos patrimônios a partir da herança recebida pelo pai há bastante tempo falecido. O emancipado conseguiria “reger” os próprios bens imóveis e cativos.⁶⁵⁹

Os tecidos de algodão encontrados no inventário, bem como as escravarias foram os bens mais importantes. O primeiro inventário *post-mortem* paulista encontrado é significativo tanto para o tema da produção, circulação e consumo algodoeiro quanto

⁶⁵⁶ Idem, p. 13.

⁶⁵⁷ Idem, pp.17-18.

⁶⁵⁸ Idem, p. 15.

para a economia indumentária como um todo, pois o inventariado era um oficial mecânico.

Em um ciclo de vida centrado no “Ancien Régime biológico”, como dizia Braudel, as mulheres, apesar de estarem sempre “expostas” à maternidade, eram numericamente superiores aos homens e podiam assim constituir um excedente de viúvas.⁶⁶⁰ A vila de São Paulo passava por esse processo, que se estendeu por um longo tempo na região. Para Samara, em *As mulheres, o poder e a família*, “Ficando a viúva na administração do patrimônio dos filhos menores, como tutora, devia ainda prestar contas ao juiz competente, demonstrando zelo no cumprimento desse dever, ao lado de um comportamento honesto e respeitoso para com a memória do marido. Na ausência de bens por parte dos filhos, cabia alimentá-los à custa do patrimônio pessoal e desde que houvesse impossibilidade por parte da mãe, o dever era transferido a outros parentes, segundo suas posses. Daí são provenientes tantas queixas de viúvas pobres, que reclamavam de pensões e que por falta de condições econômicas encaminhavam os filhos às instituições de caridade, quando não faziam dos mesmos objetos do seu próprio sustento”.⁶⁶¹

Retomando, a população masculina era caracterizada por uma movimentação em direção ao sertão e à costa brasílica. E as mulheres conseqüentemente ficavam com os “maridos ausentes” ou em viuvez.⁶⁶² De acordo com Samara, “A mobilidade espacial da população alterava frequentemente a composição dos domicílios, quer pela ausência do marido por motivos econômicos ou separação dos filhos por casamento, trabalho ou simplesmente por impossibilidade de manutenção.”⁶⁶³

Essas viúvas paulistas, habitualmente, casavam-se novamente e com frequência e não perdiam a guarda dos filhos e dos bens.⁶⁶⁴ Era o caso de Suzana Rodrigues, casada com o sapateiro Damião Simões, que faleceu por volta de 1575. A senhora também era irmã do juiz ordinário Balthazar Rodrigues e do tabelião Paulo Rodrigues, e mãe de Damião Simões, que aprendia o ofício de barbeiro em São Vicente com Antonio

⁶⁵⁹ Idem, p.21.

⁶⁶⁰ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1, 1997, p. 75.

⁶⁶¹ Eni de Mesquita Samara. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p. 151.

⁶⁶² Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995, p. 29.

⁶⁶³ Eni de Mesquita Samara. Op. Cit. p. 55.

⁶⁶⁴ Ida Lewkowicz & Horacio Gutiérrez. “As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Estudos de História*. Franca, vol.4, 1997, pp. 136-137.

Rodrigues. Em Piratininga, a viúva casou-se novamente com Martim Rodrigues, comerciante espanhol, pecuarista. Com esse cônjuge teve ainda mais três filhas, Maria, Tenória e Ana da Veiga.

Viúva pela segunda vez, passou a administrar um patrimônio de 90\$000 réis e 57 cabeças de gado, além de controlar uma força de trabalho de 25 escravos.⁶⁶⁵ De acordo com o inventário do segundo cônjuge: "foi entregue toda esta fazenda conteúda neste inventário à viúva Suzana Rodrigues por estar satisfeito dela *ser mulher para governar a sua casa e casar a sua filha* por ser já de idade para isso e haver casado já outras duas em ausência de seu marido Martim Rodrigues e ela se deu por entregue e prometeu cuidar de sua filha e casá-la a melhor que puder com seu consentimento dele dito juiz e porá em cobro e arrecadação e multiplicação como cousa sua própria e pela confiança que tem dela e o prometeu fazê-lo assim e tudo perante seu filho Damião Simões que a tudo esteve presente e por ela não saber assinar eu tabelião assinei por ela eu Simão Borges."⁶⁶⁶

Fazia parte do espólio da família as obras *O Retábulo da vida de Christo*, uma *Chronica do Grão Capitão*, *Instruções de Confessores* e *Mysterios da Paixão*. Essas obras demonstram que a senhora Suzana Rodrigues podia "governar a sua casa e a casar a sua filha" e tinha uma posição de prestígio na hierarquia social da vila de São Paulo, apesar do primeiro esposo ser sapateiro e do primogênito ter o ofício de barbeiro.⁶⁶⁷

O filho de Damião Simões e Suzana Rodrigues, também chamado de Damião Simões, declarava em testamento, em 1632, que não tinha herdeiros forçados. Porém, distribuía as peças do gentio para os mais próximos, assim como deixava "uma esmola um vestido de raxeta a um menino filho de Maria Tenória".⁶⁶⁸

Dentre as avaliações encontradas no processo inventarial, encontravam-se cortes de sapatos, varas de raxeta, o vestido acima declarado por 2\$500 réis, uma capa de baeta curta (2\$000 réis), um manto de sarja velho, bonzerquins de carneira branca, bem como sapatos de cordovão pretos. Além da vestuária, o inventariante distribuía 5 cativos para João Paes e mais 5 para Cornélio de Arzão. Enfim, importava a quantia de 35\$000

⁶⁶⁵ Inventário e testamento de Damião Simões (1578). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol I, pp. 1-20. Inventário de Martim Rodrigues (1612). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 2, 1920, pp.5-76.

⁶⁶⁶ Inventário de Martim Rodrigues (1612). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 2, 1920, pp 15-16.

⁶⁶⁷ Idem, pp.12-13.

⁶⁶⁸ Testamento de Damião Simões (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, p. 392.

réis o patrimônio desse solitário senhor, filho de antigos povoadores e oficiais mecânicos.⁶⁶⁹

Outro importante inventário *post-mortem* relacionado aos oficiais mecânicos, era o de Francisco da Gama de 1600. Casado com Jeronyma Fernandes e pai de Maria, o alfaiate deixava um monte mor de 55\$500 réis, sendo 30\$000 réis em mão de obra. Todavia, a fortuna familiar era reduzida devido às dívidas de 23\$500 réis.

A viúva casava-se novamente com Baltazar Gonçalves e continuava com a metade do patrimônio, uma quantia de 11\$773 réis. Ademais, esse oficial deixava uma significativa escravaria de 9 indígenas contabilizados.⁶⁷⁰

Por fim, declarava o esposo em seu testamento no sertão, juntamente com Manuel Preto. Deixava como testamenteiro o genro Miguel Garcia e dentre seus escassos bens, estavam o sítio, enxadas, foices, um saio de baeta simples e um manto de sarja em 2\$200 réis. A senhora Suzana Rodrigues contava, no ano de 1630, com no mínimo 11 cativos.⁶⁷¹

Os moradores da vila de São Paulo acabavam organizando a mão de obra indígena para a confecção dos tecidos e vestes. De acordo com a perspectiva um pouco laudatória de Belmonte, “essa gente encantada não só presta serviços nas lavouras, mas é preparada para exercer os mais variados ofícios, não sendo poucos os sapateiros, tecelões, carpinteiros e sombreiros existentes na vila.”⁶⁷² Assim, conforme Nazzari, “Os índios se tornavam tecelões, carpinteiros, sapateiros, veleiros, ourives, prateiros, ou ferreiros, processando assim produtos primários...Eram também os carregadores que transportavam as mercadorias para Santos...”⁶⁷³

Era raro encontrar nos inventários *post-mortem* ferramentas relacionadas aos trabalhos mecânicos. Nos bens arrolados de Francisca Cardoso e Gaspar Vaz encontra-se uma tesoura de alfaiate por \$320 réis. Nesse mesmo processo, o patrimônio familiar era constituído pelos escravos da Guiné Diogo, Lucrecia e o filho Domingos. Essa escravaria valia 40\$000 réis. O monte menor restado entre o viúvo e os dez filhos legítimos era a quantia de 16\$780 réis, pois a família contraía muitas dívidas, sendo a

⁶⁶⁹ Inventário de Damião Simões (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp. 287-297.

⁶⁷⁰ Inventário de Francisco da Gama (1600). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol.2, 1920, pp.334-371.

⁶⁷¹ Testamento e Inventário de Jeronyma Fernandes (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp.

⁶⁷² Belmonte. *Nos tempos dos bandeirantes*. São Paulo, s/d, p. 54.

⁶⁷³ Muriel Nazzari. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, (tradução), p. 37.

maior de 84\$620 réis com a cunhada da falecida, Merecencia Vaz, viúva de Luis Monteiro.⁶⁷⁴

A ferramenta, contudo, para produzir roupas passava a ser um importante instrumento de trabalho para o sustento da família, à qual sobrevivia graças ao apoio de parentes.

No primeiro decênio de 1600, os gibões de linho acompanhavam os de guerra. No inventário de Custódio de Paiva era arrematado um corte dessa indumentária em linho para Manuel Ribeiro Boto, por \$500 réis. Na verdade, a forma de produzir as vestes variavam também conforme os tecidos.⁶⁷⁵

No que se refere à importância das indumentárias, destacam-se os mais variados tipos de gibões. No inventário de Paula Gomes, esposa de André Maciel, um gibão de pano de Holanda rajada, por 1\$600 réis e mais outro de telinha de mulher, por 1\$200 réis. A senhora possuía uma saia de portoalegre (3\$000 réis), outra verdosa de pano do reino (3\$000 réis), o saio de baeta preto usado (1\$000 réis), manto de sarja (3\$000 réis), mais um calçado de mulher de chapins de Valença e sapatos vermelhos (\$800 réis), um corpinho vermelho de cetim com suas guarnições (1\$000 réis). Possivelmente, para guardar as jóias ainda tinha o cofrinho de Flandres.⁶⁷⁶

Não era raro existirem nos processos inventariais tesouras de modo que encontra-se no de Pedro Álvares, esposo de Jeronima Bicudo, as tesouras de alfaiate, no parco patrimônio familiar, de um chapéu velho, uma espada, um gibão de algodão, 5 toalhas de rosto, 7 guardanapos, uma toalha de mesa, um gibão velho e uma caixinha. Ficava líquido para a viúva e o filho 7\$760 réis.⁶⁷⁷

Em inventário *post-mortem* de 1638, realizado no sertão, Manuel Preto, esposo de Ana Cabral, carregava dentre outros artefatos, uma caixa com alfinetes, chapéu, mangas de camisa, camisas, machados, linhas de pescar e enxós.⁶⁷⁸ Além disso, era arrolado no patrimônio indumentário, um vestido de pano verdoso usado e roupetas forradas de tafetá pardo (2\$000 réis), meias de seda negra, duas ceroulas, manto de tafetá usado (6\$000 réis), saia do mesmo pano (4\$000 réis), bem como uma capa de catassol velha (1\$600 réis).⁶⁷⁹

⁶⁷⁴ Inventário de Francisca Cardoso (1611). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol.3, 1920, pp. 3-17.

⁶⁷⁵ Inventário de Custódio de Paiva (1610). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol.2, 1920, p. 503.

⁶⁷⁶ Inventário de Paula Gomes (1614). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol.3, 1920, pp. 368-370.

⁶⁷⁷ Inventário de Pedro Álvares (1615). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol.3, 1920, pp. 90-95.

⁶⁷⁸ Inventário de Manuel Preto (1637). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, pp. 178-180.

⁶⁷⁹ (itálico meu). Idem, pp. 181-182.

Retomando o tema da vida administrativa da vila percebe-se que na ata de 2 de setembro de 1628, pela primeira vez, encontrava-se os juramentos dos ofícios de juiz de tecelão. Nesse contexto de expedições para o sertão, foi escolhido o índio Antônio, “moço da terra da casa de Francisco Jorge para ser juiz do ofício dos tecelões por não haver homem branco que seja e o dito moço ser o melhor tecelão que há na terra o qual engimenara todos os *negros que tecem* o que for perito lhe será dado sua carta de engeminação e o que não for para isso que não trabalhe e como lhe foi dado juramento se assinão aqui Manoel da Cunha escrivão da Câmara o escrevi...”⁶⁸⁰

As reclamações com relação à alteração de preços e de medidas e por venda sem a licença camarária eram do cotidiano da vereança. Mas somente Martim Rodrigues, em 27 de janeiro de 1646, era obrigado a pagar 1\$000 réis como multa por “vender fazendas e varas e côvado sem licença da câmara...”⁶⁸¹ Talvez, os administradores da vila fizessem vistas grossas às práticas ilícitas dos oficiais mecânicos e mercadores. Dois anos antes, afirmavam que “muitos homens, filhos e famílias de moradores desgovernam esta terra, tudo por ordem de seus pais debaixo de cujo poder domínio e proteção estavam...”⁶⁸²

Com as dificuldades de constituírem os cargos de oficiais mecânicos distintos, encontrados nas atas camarárias, a governança da terra, em 1636, cobrava dos alfaiates e sapateiros para que não exercessem as atividades de vendeiros ou taverneiros. Eram raras as cobranças, tal como aquela realizada ao alfaiate Pero Jorge de 6\$000 réis por suas obras.⁶⁸³

Era difícil a distinção entre os oficiais, pois, como o consumo era precário, os moradores viam-se obrigados a comandar a escravaria em várias atividades concomitantemente. A governança requeria que “os ofícios de alfaiates e sapateiros usem de seus ofícios e não de vendeiros que haja vendeiros e taverneiros separados o que visto pelos ditos oficiais da câmara disseram que estão prestes a fazer a correção...”⁶⁸⁴

Os administradores locais, não com muita frequência, escolhiam os juizes de ofícios, como João Roiz, em ata de 25 de junho de 1638, o qual se tornava “juiz de

⁶⁸⁰ *Atas da câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMSP, vol. 3, 1915, p. 325.

⁶⁸¹ *Atas da câmara da vila de São Paulo (1640-1652)*. São Paulo: DAMSP, 1915, v.5, p. 259.

⁶⁸² Idem, p. 208

⁶⁸³ Idem, pp. 317.

⁶⁸⁴ Idem, pp. 380-381.

ofício de alfaiate”.⁶⁸⁵ Mas nem sempre isso era possível, pois a vereança da câmara ficavam sem juizes de ofícios, como ocorria em agosto de 1650.⁶⁸⁶ Somente em 1653 Francisco da Silva adquiria esse cargo.⁶⁸⁷

Os interesses dos oficiais camarários transformavam-se a partir de uma série de tensões e conflitos, a partir da década de 1640, quando os jesuítas eram expulsos e os senhores paulistas passavam a disputar a mão-de-obra cativa indígena e as terras dos aldeamentos, constituindo conflitos entre diferentes famílias como as já citadas brigas entre os Pires e Camargos. Nesse momento, os oficiais mecânicos, como os alfaiates, sapateiros e carpinteiros passavam a ser cobrados novas taxas para terem licença de funcionamento em 1644.⁶⁸⁸ Mas a cobrança de fato ocorreria somente vinte anos depois, com Domingos Lopes, o representante dos sapateiros e dos alfaiates, no dia 16 de fevereiro de 1664.⁶⁸⁹ Os oficiais camarários pareciam não ter controle sobre as posturas no que diz respeito às cobranças sobre os trabalhos mecânicos.

A produção artesanal da vila de São Paulo, até por volta de 1625, contava com os ofícios de sapateiros, tecelões, alfaiates, os quais, segundo John D. French, produziam bens de consumo numa situação em que cada família já não era completamente auto suficiente.⁶⁹⁰

As atividades mecânicas, em suma, poderiam ser abandonadas com o intuito dos moradores tornarem-se “homens da nobreza da terra” artificiais. Nesse sentido, Antônio Alves Coseiro desistia de ser seleiro para “poder gozar das honras dos homens nobres”.⁶⁹¹ A liberalidade do ofício mecânico transformava os homens do sertão em personalidades nobres. Estes trabalhos mecânicos relacionados com a indumentária parecem ter crescido de acordo com o processo de resgate dos gentios e a formação da mão-de-obra escravista na Capitania e Vila de São Paulo, onde formavam-se, portanto, na economia algodoeira que se caracterizava predominantemente pela utilização da força de trabalho das mulheres escravas tecedeiras de etnia Guarani, bem como pelo comando das senhoras da elite, que adquiriam jóias e tecidos de luxo para demonstrar o seu poderio e o espírito da cultura das aparências cortesãs.

⁶⁸⁵ Idem, p. 404.

⁶⁸⁶ Idem, p. 436.

⁶⁸⁷ Atas da câmara da vila de São Paulo (1653-1678). São Paulo: DAMSP, 1915, v.6, p. 42.

⁶⁸⁸ Atas da câmara da vila de São Paulo (1640-1652). São Paulo: DAMSP, 1915, v.5, p. 193-195.

⁶⁸⁹ Atas da câmara da vila de São Paulo (1653-1678). São Paulo: DAMSP, 1915, v.6, pp. 353-354.

⁶⁹⁰ John French. Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência. São Paulo, 1596-1625.

São Paulo: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 45, número 195, 1982, p. 90.

⁶⁹¹ Atas da câmara da vila de São Paulo (1629-1639). São Paulo: AMSP, 1915, v.4, p. 446-447.

7.2. A pecuária, o trato e o consumo do couro

Era comum muitos senhores da Câmara estarem ausentes com negócios em outras regiões, descendo os mares de morros, chegando ao litoral, em Santos, onde poderiam embarcar até o Rio de Janeiro. Embora esses trajetos fossem penosos, os comerciantes desciam através do Caminho do Mar com o auxílio da mão de obra indígena.⁶⁹²

Por causa da relativa pobreza de eqüinos durante todo os Seiscentos, os índios escravos transportavam as cargas e os senhores em redes.⁶⁹³ Para Sérgio Buarque de Holanda, as “senhoras ricas” eram carregadas, pelos gentis, em liteiras ao transitarem pelas trilhas do mar, realizando conseqüentemente o processo de dispersão de Piratininga.⁶⁹⁴

Na segunda metade do século XVI, formava-se uma pequena pecuária no Planalto Paulista e no decorrer do início do século seguinte, Francisco Barreto contava já com uma centena de cabeças de gado, vendidas ao comerciante Martim Rodrigues por 80\$400 réis.⁶⁹⁵ Encontrava-se ainda relacionada no inventário *post-mortem* do fazendeiro a couro por 6\$000 réis.⁶⁹⁶

As dificuldades da cultura algodoeira, da produção alimentícia e da pecuária eram marcantes nos princípios da vila, como afirmou Alcântara Machado, analisando 450 processos inventariais, dentre os anos de 1601 e 1675. Segundo o mesmo, “a fortuna que vem da agricultura e da pecuária é lenta e difícil. (...) Entre as lavouras e o mar se levanta, dificultando o transporte, a serra tumultuosa”.⁶⁹⁷

Entretanto, posteriormente, observou que a produção interna de gado vacum aumentava com o tempo. “Vai em plena prosperidade a criação de gado. Os campos de Piratininga se prestam esplendidamente à pecuária. Essa, precisamente, uma das razões da migração dos vicentinos para o altiplano”. Além disso, afirma que “Grandes criadores da época são Manuel João Branco, Francisco Martins, dono de uma fazenda em Taboatingara da banda de além do Rio da Ponte Grande, e possuidor de mais de duzentas rezes nos currais do Tujucussu, Manuel de Campos Mooca; Francisco de

⁶⁹² Afonso de E. Taunay. *São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, (1ª ed., 1914) 2003 p. 337.

⁶⁹³ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ª ed. 1956)1995, pp. 126-127.

⁶⁹⁴ Idem, p. 131.

⁶⁹⁵ Inventário de Francisco Barreto (1607). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, p. 229.

⁶⁹⁶ Idem, p. 242.

Proença que tem outras tantas em sua fazenda do Ipiranga; Maria Leme, cujo acervo sobressaem um bom curral à sua porta com mais de cento e cinquenta cabeças e muito gado bravio que se lhe ajuntará de seus currais, assim no Campo de Santo Antônio como nos pastos e campos de Suapuçu e na paragem chamada Taquapininduva; André Lopes, que, em Vagoarupuava e Guarapiranga (São Miguel), reúne mais de quatrocentas rezes”.⁶⁹⁸

Dessa forma, os paulistas do sertão, para Machado, tinham uma produção de vestes centrada no couro e na lã, originária de uma criação ainda em fase de crescimento, como a de Antonio Raposo da Silveira, com 100 ovelhas na fazenda de Guarapiranga, e algodão.⁶⁹⁹

Partindo para o sertão, Belchior Carneiro levava uma roupeta e alguns calções de picote golpeado, forrado de tafetá amarelo, outra roupeta de chamalote, com o gibão de tafetá azul, pedaços de pano, umas ceroulas, três camisas velhas, calções pardos e uma caraça, três mantéus, o cobertor, a rede e para as andanças através dos matos umas botas de cordovão pretas novas, botas usadas e umas meias vermelhas velhas. Incluía-se a isso tudo, o chapéu usado. As camisas usadas eram vendidas para João Moreira por 3\$100 réis, a espada a 5\$000 réis para Luiz Ianes. Estevão Raposo comprava no leilão dos órfãos as botas de cordovão usadas e as meias velhas, mais ainda uma roupeta e os calções por 4\$750 réis.⁷⁰⁰ A espingarda de resgatar gentios era vendida por 2\$000 réis por Antonio Alves.⁷⁰¹

Com o avançar do século XVII, os homens da governança da terra com frequência controlavam as reses que se dispersavam através da vila com o objetivo de angariar recursos. Em 1620, João de Oliveira recebia uma pena de 4\$000 réis por levar gado para o mar sem licença da câmara.⁷⁰² Seis anos depois novamente a pressão dos oficiais torna-se presente, mandando “que toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja que tiver gado e criações na terra do conselho venha concertasse de novo com os ditos oficiais da câmara até para câmara e outrossim os que morarem nas terras do conselho o que cumprirão no dito tempo com pena de mil réis aplicados para o

⁶⁹⁷ Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, (1ª Ed. 1933) 2006, p. 40.

⁶⁹⁸ Idem, p. 69.

⁶⁹⁹ Idem, pp. 69-70.

⁷⁰⁰ Inventário de Belchior Carneiro (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 2, p. 159.

⁷⁰¹ Idem, p. 168.

⁷⁰² *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1593-1626)*. São Paulo: AMESP, vol. 3, p. 433.

conselho e acusador e assinarão aqui eu Calixto da Mota escrivão da câmara o escrevi – Álvaro Neto – Vasconcelos – Lourenço Nunes – Lionel Fuertado”.⁷⁰³

Na ata da câmara de 19 de janeiro de 1626, encontra-se uma referência da taxação de preços dos produtos dos mercadores da vila e os externos, os quais traziam “drogas da terra, as carnes de porco”, a “farinha de trigo”. O pano de algodão valia \$160 réis. Cinco dias depois, o juiz ordinário Sebastião de Freitas, os vereadores Lucas Fernandes Preto e os mais conhecidos pela historiografia Pais Leme e Amador Bueno, juntamente com o procurador Luis Fernandes Bueno mandaram “fechar o pelourinho a taxa dos oficiais”: “alfaiates, sapateiros, ferreiros e tecelões”. A governança da terra – a qual, em teoria, não trabalhava com as mãos –, cobrava impostos sobre os oficiais mecânicos. Todavia, a falta de homens bons fazia com que se mantivesse a prática de inserir alguns membros não “qualificados” para o cargo. Esse costume fazia com que o juiz Pero Leme tentasse manter a ordem, impedindo que oficiais mecânicos participassem da governança.⁷⁰⁴

A população masculina saía em descimento, em busca de cativos indígenas. Em 1628, chefiados por Antonio Raposo Tavares e Manuel Preto, os homens da terra partiam em direção às onze missões do Guairá, atual Paraná, capturando indígenas, principalmente Guarani. Justificando as expedições, os oficiais da câmara afirmavam que “... somente se servem com índios os quais não podem viver e sustentar nesta terra como é notório e o serviço destes tais como é livre o risco e perigo de perderem suas fazendas”.⁷⁰⁵

Eram mais comuns na documentação da vila de São Paulo as referências sobre as carnes, tanto nas atas da câmara quanto nos processos inventariais do Juízo de Órfãos. Raras são as referências diretas aos couros encontradas nos processos inventariais. Contudo, o ofício de sapateiro era importante na vila, pois os moradores de São Paulo deveriam participar das expedições ao sertão e atravessar a Serra do Mar para comercializar com Santos e outras praças da América portuguesa.

Dentre os artefatos de couro encontrados, destacavam-se aqueles do inventário de Paula Fernandes, segunda esposa de Raphael de Oliveira, de 1612, havendo 5 couros de cadeiras e três ilhargas cortidas, um cutelo e uma tesoura de sapateiro e o couro em

⁷⁰³ *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMESP, vol. 2, pp. 79-80.

⁷⁰⁴ *Atas da câmara da vila de São Paulo (1629-1639)*. São Paulo: AMSP, v.4, pp. 164-165.

⁷⁰⁵ *Atas da câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMSP, vol. 3, 1915, p. 299.

cabelo.⁷⁰⁶ No mesmo processo continha a escopeta de 6\$000 réis e o gibão para armas de algodão, de 1\$000 réis para os homens da família participarem dos descimentos e se protegerem dos ataques dos gentios bravos.⁷⁰⁷

No inventário do viúvo encontra-se ainda mais artefatos e ferramentas para a confecção de sapatos, como a tesoura de sapateiro, outra mais velha e agastada, um trinchete novo e outro velho, uma torquez de tirar broches, um saca bocado, um ferro de raspar cortiça de chapins, um sacca-bocado, duas sovelas, dois cutelos de raspar couros, as ilhasgas de couro cortidas.⁷⁰⁸ Ficava com o órfão Pedro de Oliveira, 15 formas de sapateiro, mais uma tesoura e oito vacas soltas, com as quais poderia tirar o couro e tratá-lo.⁷⁰⁹ E o outro filho, Raphael de Oliveira também herdava 20 formas.⁷¹⁰ Ainda Salvador de Oliveira recebia do espólio materno, Catarina Dorta, segunda esposa do falecido, a tesoura e o ferro de raspar couro e duas sovelas.⁷¹¹ Assim, a prole masculina recebia da herança paterna as ferramentas de ofício de sapateiro.

É interessante notar a presença de tesouras de alfaiate velhas, cunhas de cortar, fivelas de ferro, talabartes e cinto velhos no espólio de Martim do Prado, e as botas de veadado. O senhor continha uma série de ferramentas e artefatos importantes para comandar a mão de obra indígena de 28 cativos, bem como para realizar as expedições no sertão, sendo que nesse período elas se davam ao redor da vila e da Capitania de São Vicente. A partir dessas expedições, a família indígena batizada e fragmentada, com irmãos, pais solteiros, “velhas pagãs” e crianças predominavam nas escravarias do casal Martim do Prado e Antonia de Soveral.⁷¹²

O testador Matheus Leme, em 1628, declarava que havia casado, na primeira vez, com Antonia de Chaves, tendo seis filhos vivos. Dotava as filhas com 22 reses, bem como um manto e 3 saias, sendo uma delas de tafetá amarelo. Também deixava a terça para a nova esposa Antonia Gago da Cunha e para o mosteiro da Companhia de Jesus.⁷¹³ No processo do seu inventário, a viúva, por meio do seu procurador Henrique da Cunha Gago, ficava com 105\$848 réis, dos quais destacam-se sítios, roças, casas,

⁷⁰⁶ Inventário de Paula Fernandes (1612). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 291-292.

⁷⁰⁷ Idem, pp. 298-299.

⁷⁰⁸ Inventário de Raphael de Oliveira (1612). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 327-328.

⁷⁰⁹ Idem, p.340.

⁷¹⁰ Idem, p.347.

⁷¹¹ Idem, p. 349.

⁷¹² Inventário de Martim do Prado (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp.401-406.

⁷¹³ Testamento de Matheus Leme (1628). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp. 111-113.

14\$280 réis em gado, e como artefatos, o óculos, 18 arretéis de fios, compasso e as botinas de veado.⁷¹⁴

O filho do testador Cláudio Forquim, dentre outros artefatos, herdava a pele branca, possivelmente das ovelhas, um couro em \$200 réis, couros de cadeiras, camisas de linho e livro de arithimetica.⁷¹⁵ O órfão Luis Dias recebia da relevante herança indumentária: camisas, meias de algodão e de lã, bem como as botas, sendo esta última em 1\$000 réis.⁷¹⁶

No inventário *post-mortem* de João Gomes, um par de botinas eram vendidas para João Maciel por apenas \$240 réis, e outro a Cornélio de Arzão pelo mesmo preço.⁷¹⁷ O comércio de couro fazia parte da rede de trocas de indumentárias usadas e eram comercializadas as peles de ilhargas e veados para o padre João Álvares no processo inventarial de Balthazar Nunes.⁷¹⁸

Os sapateiros constituíam um importante papel na confecção de sapatos e coletes protetores dos matos do sertão. Pedro Álvares negociava, em 1603, as suas meias e couros antes de morrer, assim como a bolsa da sua espingarda e os gibões sem botões que devia à André Gonçalves.⁷¹⁹ No processo inventarial do mesmo, as chinelas eram vendidas para Luis Anes, por \$540 réis e as botas a Manuel Rodrigues, por 1\$000 réis.⁷²⁰ A pele de cordovão branca era arrematada pelo carpinteiro Francisco Rodrigues, o Moço por 1\$280 réis.⁷²¹

Em 1616, os couros de anta de 4\$000 réis do espólio de Manoel Requeixo eram artefatos importantes para o patrimônio familiar, bem como as roupetas e calções de veludo e o gibão de Holanda usado. Dentre as benfeitorias, salienta-se o sempre presente sítio com algodoal (6\$000 réis), mais significativo que os pedaços de canavial, tendo esses últimos o mesmo preço do couro acima citado. No processo inventarial também eram vendidas as três camisas para João Soares, por 3\$000 réis e o ferragoulho de baeta com os borzequis para Antonio de Andrada, em 1\$600 réis. A roupeta e os calções de veludo, Amaro Doingues arrematava por 3\$700 réis.⁷²²

⁷¹⁴ Inventário de Matheus Leme (1628) In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp.146-150.

⁷¹⁵ Idem, pp. 153-154.

⁷¹⁶ Idem, pp. 156-157.

⁷¹⁷ Inventário de João Gomes (1620). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.5, 1920, p. 315.

⁷¹⁸ Inventário de Balthazar Nunes (1623). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, p. 38.

⁷¹⁹ Testamento de Pedro Álvares (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.2, 1920, p. 384.

⁷²⁰ Inventário de Pedro Álvares (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.2, 1920, p. 416.

⁷²¹ Inventário de Francisco de Almeida (1617). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.5, 1920, p. 141.

⁷²² Inventário de Manuel Requeixo (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.32, 1942, pp. 11-59.

A circulação das indumentárias, inclusive das couramas, faziam os herdeiros sobreviverem por um tempo. No Novo Mundo, com a presença de materiais diferentes daqueles encontrados no Velho, os modos de vestir e as peças de roupas e acessórios também tinham preços e valores culturais distintos.

No processo inventarial de Catarina Medeiros, esposa de Mathias Lopes, tinham 96 cabeças de gado, juntamente com as roças e o sítio, com casas e um pedaço de algodão, que estava sempre presente nos patrimônios familiares da vila. A família possivelmente sobrevivia graças à pecuária, no entanto, mantinha-se com lavouras e praticava a economia doméstica algodoeira apesar da predominância do gado vacum nos bens familiares.⁷²³

As ferramentas eram arroladas nos patrimônios familiares. No espólio de Domingos Gonçalves era citado o cutelo de sapateiro e uma tesoura para o trabalho com os couros.⁷²⁴

O patrimônio familiar contou com um significativo aumento dos currais a partir da década de 1620, sendo que no processo inventarial de Baltazar Gonçalves, senhor de 50 rezes, o monte mor era de 588\$200 réis. Como as dívidas do senhor abarcavam quase a metade da sua “fazenda”, os herdeiros ficavam com apenas 260\$120 réis. Faziam parte das dívidas, uma cadeia de ouro, em 34\$000 réis, mais um pendente em 1\$800 réis. Assim, o filho Antonio Nogueira ficava com a parte importante da casa, em 15\$000 réis, mais uma corrente em 1\$200 réis. Dentre os artefatos de couro estavam os sapatos de cordovão, inferiores em valor aos produtos algodoeiros, como as duas camisas e os dois gibões.⁷²⁵

O testador Antonio Gonçalves Pires declarava possuir como dívidas os seus gados vacuns, devendo 20 cabeças, juntamente com 4 “gentios da terra” para Belchior Ordas, seu genro e esposo de Isabel Gonçalves, e mais 15 cabeças para a sua filha Leonor Esteves, a qual era viúva de Diogo de Sousa. Possivelmente, esses débitos eram os dotes importantes para as filhas começarem novos domicílios e constituírem outros patrimônios familiares.⁷²⁶

Contavam-se no inventário *post-mortem* do falecido esposo de Clara Fernandes, 44 vacas parideiras, 8 novilhas e mais 22 novilhos pequenos, valendo tudo por volta de 50\$000 réis. A viúva ficava com metade do algodão e, por volta de 25\$000 réis em

⁷²³ Inventário de Catharina Medeiros (1629). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.8, pp. 91-110.

⁷²⁴ Inventário de Domingos Gonçalves (1615). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 5, p. 71.

⁷²⁵ Inventário de Baltazar Gonçalves (1626). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, p. 128.

gado vacuum, como vacas parideiras e o touro, a metade dos porcos, as lavouras de milho e feijões para sustentar os filhos. Ainda nas partilhas o gado era dividido entre os filhos, Paulo Gonçalves ficava com 8 cabeças de gado e Antonio Gonçalves com 10 rezes, além da metade do sítio. Os órfãos ficavam sob a responsabilidade de Clara Fernandes.⁷²⁷

A viúva Clara Parenta recebia do inventário de Manuel Álvares Pimentel, 40\$000 réis do gado vacuum vendido para Gaspar Gomes.⁷²⁸ Foram arrematadas uma pequena espada por quatro pesos e meio por Francisco Leme, as meias de seda parda, na fortuna de 2\$000 réis, à Zuzarte Lopes, assim como Francisco Mendes pagava 2\$000 réis pelas armas de gibão com mangas. Era vendida a escopeta para Amador Nogueira por 5\$000 réis e a espada para Diogo Álvares por 3\$040 réis.⁷²⁹

Em 1634, João Tenório, filho de Clemente Álvares e Ana Tenória, casava-se pela primeira vez com Maria Jorge, falecida, com a qual tinha um filho Francisco. Além desse filho, possuía filhos ilegítimos como Catharina, mameluca, e como Paschoal. Nesse caso, privilegiava a filha com a terça. Fazia parte do seu espólio em couro, a coura guarnecida com fitas azuis, em 10\$000 réis, o sapatos de veado, os de cordovão e as ligas rosas. Além disso, eram arrolados bigornas, compassos, couros de foles, vários arretéis de ferro e a tenda de ferreiro.⁷³⁰

Os couros tornavam-se mais abundantes a partir da década de 1630, para a confecção de móveis, além dos sapatos da camada senhorial, como aqueles 2\$800 réis encontrados no espólio de Cornélio de Arzão. O menino possuía 34 cabeças de gado, e escravos africanos, um manto de tafetá novo com suas rendas (10\$000 réis), roupetas, capotes, saias e o gibão de tafetá enfeitado e forrado com pano de algodão.⁷³¹

Dentre as ferramentas vendidas em hasta pública para arrecadar os bens dos órfãos, estavam a navalha e tesoura, vendidas para André Martins, o Moço. Também era vendida a escopeta grande para Amador Bueno, por 8\$500 réis. As peles vermelhas de carneira eram vendidas para Pero Gonçalves Varejão por \$660 réis, enquanto a significativa courama acima declarada era comprada por Antonio Álvares.⁷³²

⁷²⁶ Testamento de Antonio Gonçalves (1628). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, p. 384.

⁷²⁷ Inventário de Antonio Gonçalves (1628). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp. 392-394.

⁷²⁸ Inventário de Manuel Alves Pimentel (1632). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 31, pp. 183.

⁷²⁹ *Idem*, p. 184.

⁷³⁰ Testamento de João Tenório (1634). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, pp. 319-327.

⁷³¹ Inventário de Cornélio de Arzão (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 12, 1921, pp. 29-37.

⁷³² Inventário de João Tenório (1634). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, pp. 317-403.

Apesar dos constantes conflitos, da alta do custo, dos baixos níveis de consumo, e da escassez de moedas, os animais de criação eram comercializados nas regiões litorâneas.⁷³³ Conforme encontrava-se na ata de 1633, era permitido a “todos os moradores conforme as suas posses trazerem seus gados e mais criações e terem curral de gado e suas casas e sítios, o que sempre tiveram por ordem e data da câmara...”⁷³⁴

A vila, portanto, tornava-se de maneira contraditória o mais importante núcleo de povoamento, de dispersão e de sedimentação populacional da América Portuguesa. Por meio desse centro, dava-se a utilização da mão de obra cativa e o início da agricultura comercial.⁷³⁵ Nesse processo de mercantilização, os produtos mais apresentaram o trigo, de acordo com Monteiro, posteriormente, o algodão e a pecuária, mais significativos a partir da conjuntura das décadas de 1640, conforme visto na parte II desta tese.

Eram constantes as posturas camarárias impedindo a saída da população para tratar do comércio de gado com a região costeira. Em 1636, os oficiais camarários cobravam a saída do gado de Cristóvão Rodrigues e do tropeiro Francisco de Pontes.⁷³⁶ Outro senhor que desobedecia as posturas era Antonio Gomes Barbosa, dez anos depois.⁷³⁷

Depois da década de 1640, as pressões sobre os senhores de gado aumentavam como era encontrado na postura de 1647, quando João de Godoi mandava marcar suas rezes.⁷³⁸ No ano seguinte, “no primeiro dia do mês de agosto”, “nesta vila de São Paulo na casa da câmara dela estando juntos de vereação os oficiais da câmara abaixo assinados, o juiz ordinário Luis da Costa e vereadores Francisco Bueno e João Paes e Braz Cardoso e logo eles foi dito ao procurador do conselho Simão Lopes Fernandes que se tivesse que requerer o fizesse e foi dito requerido aos ditos oficiais da câmara que fosse condenado Inácio Bandeira morador da vila de Santos por levar gado desta vila sem licença desta câmara e assim Manuel da Costa Gigante também por levar gado para a vila do Porto de Santos sem licença danificando o caminho real que visto pelos ditos oficiais houveram por condenados aos sobreditos assina Inácio Bandeira e Manuel Costa cada um seis mil réis, para que se passe mandado para que cada um deles seja

⁷³³ Ilana Blaj, Op. Cit., pp. 167-168.

⁷³⁴ Atas da Câmara da vila de São Paulo. São Paulo: AMSP, 1915, v.3. pp. 158-159.

⁷³⁵ Ilana Blaj Op. Cit. Idem, p. 200.

⁷³⁶ Atas da câmara da vila de São Paulo (1629-1639). São Paulo: AMSP, v.4, p. 294.

⁷³⁷ Atas da câmara da vila de São Paulo (1640-1652). São Paulo: DAMSP, 1915, v.5, p. 153.

⁷³⁸ Idem, p. 301.

executado na dita pena o que por nós foram condenados e de como assim o mandaram de tudo fiz este termo em que assinaram eu Domingos Machado...”⁷³⁹

Na década seguinte, as posturas contrárias aos índios foram mais presentes nas atas da vila, sendo que em 1659, a governança da terra declarava que “a esta vila vinham continuamente muitos negros a vender couros de gado vacuum o que lhe compravam os brancos, cousas que não terem gado que o que iam furtar aos moradores para lhes venderem os couros pelo que lhe requeria mandasse fixar um coartel que pessoa alguma comprasse couro a negro sem primeiro amostrar ao escrivão da câmara para lhe ver a marca e tomar por lembrança nem menos comprasse de valia a negro de roupa tirada...”⁷⁴⁰

Contudo, dentre os patrimônios familiares que continham grandes quantidades de rezes estava o de Francisco de Proença, segundo Machado, “cavalheiro fidalgo, senhor da governança da terra”, no valor de 393\$640 réis, sendo mais que a metade do monte mor (647\$420 réis).⁷⁴¹ Em testamento realizado em 1638, destaca-se que deixava para a Companhia de Jesus 40\$000 réis para ajudar na construção de um palio. Declarava possuir vacas, bois, bezerros e 70 ovelhas.⁷⁴² No inventário *post-mortem* do senhor eram arrecadadas 180 cabeças de gado, mais 6 cavalares. No mesmo espólio estavam o fato de baeta e ferragoulho (5\$000 réis), o calção de tabi encernado com um corpo de gibão da mesma seda e mangas de tiruela negras (8\$000 réis). Além disso, entregava à Salvador Pires, seu genro como dote da sua filha com Messia Rodrigues. Para Ana de Proença, destacavam-se dentre os seus artefatos indumentários, uma saia de cetim negro com 12 passames avaliados em 15\$000 réis, uns pendentes de ouro em 2\$000 réis.⁷⁴³ As filhas também recebiam um escravo africano por nome Francisco de 45\$000 réis.⁷⁴⁴

No patrimônio familiar dos Proença continuavam a destacar-se a pecuária, com o espólio de Ana de Proença, casada com Salvador Pires de Medeiros, arrolado em 1644, com mais de 62 cabeças. A senhora ainda mantinha dentre outros objetos indumentários, um gibão de damasco, uma saia preta, uma de porto alegre, outra usada de baeta, mais outra de tafetá, um manto de tafetá, camisas de linho, assim como as

⁷³⁹ Idem, pp. 337-338.

⁷⁴⁰ Atas da câmara da vila de São Paulo (1640-1652). São Paulo: DAMSP, 1915, v.6, parte II, pp. 125-126.

⁷⁴¹ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 75.

⁷⁴² Testamento de Francisco de Proença. (1638). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 11, 1921, pp. 422-429.

⁷⁴³ Inventário de Francisco de Proença. (1638). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 11, 1921, pp. 419-493.

⁷⁴⁴ Idem, p. 445.

gargantilhas e anéis de ouro, sendo que o valor de tudo isso ultrapassava os 36\$000 réis.⁷⁴⁵

Na década de 1650, a pecuária estendia-se pelos arredores da vila, atingindo regiões mais distantes. O senhor Mathias Lopes, em testamento declarava possuir 100 cabeças de gado. No entanto, possuía uma considerável escravaria de 22 negros da terra, como o casal velho Gaspar e Brígida acompanhados da filha chamada Lourença.⁷⁴⁶

Em resumo, com a diminuição econômica da produção de trigo, os currais e as lavouras de algodão aumentavam depois da década de 1640. Além disso, nota-se que florescia na vila de São Paulo um agitado mercado de roupas usadas, objeto do próximo momento da tese.

⁷⁴⁵ Inventário de Ana de Proença (1644). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 26, 1921, pp. 59-72.

⁷⁴⁶ Inventário de Mathias Lopes (1651). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 26, 1921, pp. 79 e 87.

7.3. O comércio das vestimentas usadas

Em uma sociedade com baixo teor do consumo, as vestimentas mantinham uma importância significativa. Por isso, as indumentárias usadas circulavam habitualmente mesmo entre a gente de qualidade, ou a governança da terra. Eram arrematados nos inventários *post-mortem* uma série de têxteis, vestes desde as mais simples e baratas até as mais caras e elaboradas para o sustento dos órfãos. Grande parte desse comércio de roupas usadas acabava atraindo os moradores da vila de São Paulo dos mais variados segmentos sociais. Desse modo, não era necessário o consumo dos artefatos novos, pois eram importantes aqueles mais elaborados como mantos, gibões bordados com fitas e jóias, ou mesmo vestidos femininos de tecidos importados.

Logo no fim do século XVI, a camada senhorial aos poucos passava a comercializar têxteis e indumentárias usadas. Em 1599, no inventário *post-mortem* de Salvador Chaves e sua esposa Polônia Domingues verifica-se que comercializavam têxteis e indumentárias em troca do açúcar com moradores da vila de Santos. Novelos, saios, gibões, calções, mantos e panos de algodão preto eram vendidos nas arrematações dos leilões dos órfãos. No entanto, devido à antiguidade do documento pouco pode-se descrever toda essa mercancia. Dentre as vestimentas mais significativas estavam os calções de algodão preto (1\$600 réis), outros calções pretos, uma roupeta parda sem manga e uma camisa de mulher (1\$000 réis), chapéu preto, carapuças, sapatos, gibão de pano de linho, manto de 5\$000 réis e a saia de 1\$200 réis.⁷⁴⁷

Os mais importantes artefatos indumentários eram arrematados do inventário de Manuel de Chaves, os sapatos à Antonio Camacho, por \$450 réis, bem como os 28\$000 réis dados pelo curador Francisco de Chaves, em um vestido de picote, roupeta, calções, chapéu, meias, duas camisas e os sapatos de boa qualidade.⁷⁴⁸

Com a fazenda de 70\$560 réis do patrimônio familiar de Braz Gonçalves, o Moço, tendo feito o testamento no “sertão e limites onde povoam o gentio”,⁷⁴⁹ o senhor conseguia acumular poucas peças, que eram arrematadas no processo inventarial, como um vestido de pano preto usado, roupeta e calções para Mathias Gomes, avaliados por 7\$000 réis e o gibão de armas sem mangas, em 5\$000 réis a Luiz Hames. Esse último

⁷⁴⁷ Inventário de Salvador Chaves e Polônia Domingues (1599). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 30, 1921, pp.5-29.

⁷⁴⁸ Inventário de Manuel de Chaves (1603). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 1, 1920, p. 501.

⁷⁴⁹ Testamento de Braz Gonçalves (1603). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.26, p. 8.

tinha como fiador o capitão Antonio Pedroso, que comprava vários artefatos, dentre os quais uma camisa de \$900 réis.

Além desse vestuário, umas ceroulas de pano de algodão eram vendidas por Balthazar Gonçalves por oito cruzados, e um cruzado valia o chapéu pardo vendido à Antonio Pedroso. Paschoal Leite comprava as meias de lã e uns sapatos de carneira pela fortuna de 3\$000 réis. João Mozilo arrematava um mantéu de holanda a fiado, tendo como fiador Sebastião Peres. Dentre as armas, uma espada era vendida por 5\$200 réis para o mesmo Balthazar Gonçalves e a adaga e capa com cabo de couro de anta era arrematada também em fiado por dois tostões para Raphael de Proença.⁷⁵⁰

Do espólio indumentário de Jorge Rodrigues, Manuel Godinho comprava por 4\$000 réis pagos em dinheiro o ferragoulho. A roupeta e o calção eram arrematados por Christovão Pereira por um preço mais baixo, 2\$100 réis.⁷⁵¹

Em 1607, no processo inventarial do Juízo dos Órfãos de Francisco Barreto, eram arrematadas e vendidas as raras nove cabeças de ovelhas em 5\$800 réis, as roupetas de baeta e gibão de taficina eram comparadas por Luiz Fernandes, fundidor de ferro, por 3\$500 réis, duas camisas à Josepe de Camargo, por 2\$000 réis. Esse último comprava um casal de gentios por 50\$000 réis, pagos em dinheiro vivo. Outras indumentárias eram arrematadas para os menores, como o ferragoulho de baeta para Francisco de Alvarenga (3\$000 réis). Os calções de gorgorão, vendidos a Antonio Coresma, custavam a fortuna de “cinco mil e tantos réis”. Nesse processo, ainda é encontrada uma informação importante, sendo uma rede vendida para Bento de Barros, por 3\$000 réis, que demorava seis meses para ser tecida e ficar pronta.⁷⁵²

Além da venda dos cativos e dos artefatos indumentários, o inventário *post-mortem* contava com importantes bens que cabiam à viúva Maria Jorge. Dentre os artefatos, destacam-se a casa de além em 6\$000 réis, a espada, punhal e escopeta no mesmo valor do imóvel, o gibão azul (\$800 réis) e o corpinho de cetim, com saia em 3\$800 réis.⁷⁵³ Nota-se, portanto, que os patrimônios familiares mais valorizados eram os gentios, seguido das vestimentas. Tal fato caracteriza a necessidade do consumo e comércio indumentário, provavelmente devido à necessidade de ostentação da cultura das aparências, no Novo Mundo, na América portuguesa e também na vila de São Paulo.

⁷⁵⁰ Inventário de Braz Gonçalves (1603-1604). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.26, pp.8, 9, 16-19, 24.

⁷⁵¹ Inventário de Jorge Rodrigues (1606). . In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 32, 1942, pp. 56-57.

⁷⁵² Inventário de Francisco Barreto (1607). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, p. 217.

Os bens indumentários dos órfãos de Belchior Carneiro eram vendidos em praça pública no dia 9 de janeiro de 1609. Antonio Bicudo comprava a roupeta de baeta por 1\$500 réis. No dia seguinte, a pele de carneira e uma camisa eram vendidas respectivamente para Pero de Moraes por \$420 réis e pelo seu salário (\$550 réis). Francisco Leão arrematava as ceroulas novas por 1\$120 réis. Novamente, em fevereiro, os tecidos de tafetás eram vendidos por 4\$000 réis para Manuel Ribeiro Boto. Ainda era vendido o gorgorão a Gaspar Fernandes Picão na vila de Santos por 3\$400 réis, pagamento realizado em dinheiro.⁷⁵⁴ Quatro anos depois de iniciado o processo, Balthazar Pires comprava a roupeta e calções de veludo azul golpeados com mangas de tafetá também da mesma cor, por 2\$66 réis.⁷⁵⁵

Nesse mesmo processo, a viúva Hilária Luiz declarava que “tinha em seu poder e debaixo de sua administração os menores seus filhos e filhos do dito defunto seu marido e que outrossim tinha em seu poder por sua autoridade delle dito juiz toda a fazenda que está botada em inventário, tirando algumas roupas que se venderam e as peças cativas...”⁷⁵⁶

No final da primeira década do século XVII, em testamento, Pedro Álvares deixava da terça, um manto de tafetá para Nossa Senhora do Rosário, bem como declarava a esposa Ana Farel como testamenteira e o cunhado Domingos Dias como curador. A terça ficava também com a cônjuge e o testador descrevia as suas dívidas, como as duas varas de pano emprestadas da comadre Paula Corrêa, mais duas de José Álvares, duas arrobas de algodão para a esposa do compadre João Moreira.⁷⁵⁷ Das fazendas vendidas em hasta pública, no processo inventarial do senhor, contavam como vestimentas, o saio a Francisco de Oliveira, por 10\$100 réis, a baeta à João Pereira pelo mesmo preço, assim como a espingarda por 6\$000 réis para João Pereira.⁷⁵⁸

Em 1611, com a morte de Justa Maciel e André Martins, os bens do casal eram vendidos para o sustento dos órfãos. E, dentre os artefatos arrematados estavam 3 camisas e 2 ceroulas compradas por Mathias Machado por 1\$500 réis em dinheiro.⁷⁵⁹ Thomé Martins quitava a dívida de 2\$000 réis dos 4\$000 réis do vestido do irmão.⁷⁶⁰ O mesmo era preso por se recusar a ser o curador e tutor dos sobrinhos órfãos, causando-

⁷⁵³ Idem, pp. 222-223.

⁷⁵⁴ Inventário de Belchior Carneiro (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, p. 151.

⁷⁵⁵ Idem, p. 181.

⁷⁵⁶ Idem, p.141.

⁷⁵⁷ Testamento de Pedro Álvares (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 383-384.

⁷⁵⁸ Idem, pp. 417-418.

⁷⁵⁹ Inventário de André Martins (1611). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, p. 133.

lhes “perdas e danos”⁷⁶¹ Dessa forma, ficava encarregado pelos pequenos, o outro tio Paulo da Fonseca.⁷⁶²

Dois anos depois, nos leilões dos bens de Maria Jorge e Pero Nunes, Gonçalo Madeira, pai da falecida, comprava uma saia azul por 3\$500 réis, bem como as 15 arrobas de algodão. O curador Álvaro Barreto declarava ao juiz Pedro Taques não conseguir vender na praça as cintas, toalhas de mãos de algodão, mais 6 varas de pano de algodão e ainda os pendentes de ouro.⁷⁶³ Neste inventário, constava a pouco frequente doação de tecidos de raxeta para a Ordem de Nossa Senhora do Carmo para “um habito”, que “levou a defunta à sepultura.”⁷⁶⁴

Poucos rosários foram encontrados no rol dos patrimônios dos inventariados, dentre eles destacam-se dois vendidos para o gentio da terra Amaro por \$160 réis comprados dos bens de Antonio da Silveira, ourives da vila. No mesmo processo, eram vendidas as pedras de anéis por 1\$440 réis para Sebastião Ramos, bem como a espada e adaga à Pero de Oliveira por 4\$000 réis.⁷⁶⁵

As vendas das indumentárias cresciam no decorrer do decênio de 1610. Gaspar Barreto arrematava um chapéu por 1\$800 réis e um manto por 5\$650 réis. O calção de gorgorão era comprado por Álvaro Neto, o Moço por 2\$000 réis, que comprou também as ceroulas de pano de linho por 1\$000 réis. A camisa nova e os 9 guardanapos eram compradas por Paulo da Silva por 1\$300 réis. Gaspar Manuel Salvago também participava do leilão dos bens dos órfãos, comprando um espelho a fiado por \$850 réis e o gibão de bombazinha por 1\$820 réis, as ligas de tafetá roxas por \$650 réis. O ferragoulho de baeta era vendido para Jacome Nunes e a camisa usada para Francisco de Paiva, ambas as peças eram compradas à fiado.⁷⁶⁶ Todavia, o patrimônio familiar ficavam em débito de 15\$300 réis, decorrente das abundantes dívidas e esmolas declaradas pelo testamenteiro, apesar de possuir abundantes indumentárias com valores relativamente altos, como uma vasquinha de damasco em 4\$000 réis.⁷⁶⁷ Enfim, as dívidas somente foram quitadas em 1633.⁷⁶⁸

⁷⁶⁰ Idem, p. 135.

⁷⁶¹ Idem, p. 147.

⁷⁶² Idem, p. 149.

⁷⁶³ Inventário de Maria Jorge (1613). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, vol. 3, pp. 232-233.

⁷⁶⁴ Idem, p.239.

⁷⁶⁵ Inventário de Antonio da Silveira (1613). . In: *I.T. São Paulo: DAESP*, v. 32, 1942, pp. 105-112.

⁷⁶⁶ Inventário de Christovão de Aguiar Girão (1616). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, vol. 4, pp.215, 220, 221 e 222.

⁷⁶⁷ Idem, p. 207.

⁷⁶⁸ Idem, p. 273.

Em 1616, o vestido, calção e roupeta do espólio de Francisco Gomes Botelho, eram vendidos por 2\$600 réis, os sapatos e 2 pares de meia (1\$000 réis) bem como a roupeta de baeta (1\$600 réis) para Antonio Jorge, a fiado por dois anos.⁷⁶⁹ Ainda no mesmo ano, Francisco Rodrigues Velho comprava do espólio de Martim do Prado, vasquinha, manto, saio de baeta e gibão por 10\$000 réis, pagos em dinheiro.⁷⁷⁰

No processo inventarial de Antonia de Soveral viúva de Martim do Prado, a viúva Maria Correa recebia um manto e um gibão como esmola.⁷⁷¹ Apesar do comércio de roupas usadas ser lucrativo, as camadas senhoriais tinham o costume de distribuir as indumentárias para auxiliar os mais necessitados, ou mesmo participar de redes de solidariedade entre familiares e moradores da vila.

Assim, era comum a venda das vestimentas para a distribuição das esmolos da camada senhorial, como é o caso de Maria Paes, a qual declarava em testamento que “os fatos de seu uso sejam vendidos para pagamento de suas esmolos e missas”. A testadora ainda declarava conter 3\$200 réis em dívidas com Diogo de Oliveira, morador de Santos.⁷⁷²

As indumentárias da viúva eram, depois das benfeitorias como as lavouras e casas, os maiores bens materiais, como o saio de baeta guarnecido de tafetá preto, o manto de sarja e a saia. Todos esses artefatos vestimentários valiam 4\$000 réis, metade do valor das casas da vila de 8\$000 réis.⁷⁷³

Era significativo o comércio de armas na vila. Paulo da Costa arrematava do espólio de João do Prado a espada e os talabartes por 1\$400 réis.⁷⁷⁴ O inventário do sertão de Francisco Álvares contava com as armas de algodão – provavelmente o famoso gibão de guerra –, o gibão de holanda, 2 camisas, 2 ceroulas. Duas espadas eram vendidas por 4\$000 réis e o arcabuz à 2\$500 réis.⁷⁷⁵

No inventário *post-mortem* de Amaro Domingues, a espada de 2\$000 réis era vendida para Leonel Furtado e a escopeta de 8\$000 réis compradas por Pero Vidal. Nessas arrematações vendiam o vestido de raxeta para Jacome Nunes (2\$580 réis).⁷⁷⁶

⁷⁶⁹ Inventário de Francisco Gomes Botelho (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, pp. 358-359.

⁷⁷⁰ Inventário de Martim do Prado (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, p. 414.

⁷⁷¹ Inventário de Antonia de Soveral (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, p. 432.

⁷⁷² Testamento de Maria Paes (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, p. 450.

⁷⁷³ Inventário de Maria Paes (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, p. 453 e 456.

⁷⁷⁴ Inventário de João do Prado (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 5, p. 89.

⁷⁷⁵ Inventário de Francisco de Almeida (1617). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 5, p. 150.

⁷⁷⁶ Inventário de Amaro Domingues (1636). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, p. 116.

Outras roupas como um vestido de grise de homem, as mangas de tafetá e o colete de catassol ficavam com os pequenos filhos sob os cuidados da viúva Catharina Ribeiro.⁷⁷⁷

Outro senhor, Pedro de Araújo, esposo de Ana de Alvarenga, deixava inventário no sertão, com armamentos: gibão de armas em 1\$000 réis, espingarda, fuzil em \$100 réis, ceroulas, camisas e redes para atravessar os matos. A escopeta era vendida por 5\$000 réis e a faca por \$440 réis para Francisco Baldim, assim como os três arretéis de pólvora para Francisco Duarte por 2\$400 réis. Fernandes de Valasques comprava o gibão de armas por 1\$100 réis.⁷⁷⁸

Nos espólios de Paschoal Neto, senhor paulista, sertanista e esposo de Maria Luiz, curadora dos filhos órfãos, eram arrematadas as espingardas com seus “aviamentos de formas” à Silvestre Ferreira em 12\$000 réis. O gibão de bombazinha e os calções eram comprados por João Maciel por 4\$000 réis. As camisas de pano de algodão, tão comuns ao universo sertanejo, eram vendidas à João Machado.⁷⁷⁹ Desse modo, segundo Alcântara Machado, nos “inventários do sertão, no arrolamento do que deixam os bandeirantes mortos em campanha, a fórmula sobre as modificações impostas pelas circunstâncias”.⁷⁸⁰

Em 1619, Antonio da Fonseca deixava a viúva Helena Rodrigues, com três filhos pequenos. Em testamento, o senhor declarava que “se venderá uma caixa grande e um calção de pano azul e roupeta de baeta e um chapéu de Segóvia, mais resgatarão uma negra por nome Cristina valia de dez mil réis em vacas as quais lhe tornem ao dito Antonio Pinto que são sete vacas com cinco crias...”⁷⁸¹

A viúva, por intermédio do pai e curador dos órfãos Antonio Camacho, conseguia negociar a venda de certas peças, ficando com os calções, a caixa e a roupeta, tudo por 8\$740 réis. E, eram vendidas as escopetas por 8\$500 réis para o sustento dos órfãos. Por fim, em 1633, o processo inventarial era finalizado, com a morte da escrava Cristina no Rio de Janeiro, na casa de Cecília Gago e Helena Rodrigues. A viúva casava-se novamente com Francisco Borges.⁷⁸²

As redes de crédito e débito também se faziam com as indumentárias. Em 1623, no inventário de Balthazar Nunes, vendiam-se em leilões a espada, cinto e talabartes, as

⁷⁷⁷ Idem, p. 118.

⁷⁷⁸ Inventário de Pedro de Araújo (1617). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 5, 1920, pp. 188-195.

⁷⁷⁹ Inventário de Paschoal Neto (1637). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, pp. 149-151.

⁷⁸⁰ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 32.

⁷⁸¹ Testamento de Antonio da Fonseca (1619). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 26, 1921, p. 9.

⁷⁸² Inventário de Antonio de Fonseca (1619). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 26, 1921, pp. 11, 19-21, 27 e 33.

meias de cabrestilho a fiado por dois anos para o morador da vila Francisco Preto. Antonio de Soveral comprava meias de seda também para pagar nos próximos dois anos. Diogo de Souza arrematava o vestido, roupeta e calção roxo a crédito.⁷⁸³

No final da década de 1620, a viúva Magdalena Holsquor mantinha negócios com as praças da Bahia, havendo uma dívida de 170\$00 réis de Balthazar de Aragão, e do Rio de Janeiro para com o falecido esposo. Nesta última cidade, a senhora tinha uma mantilha de veludo.⁷⁸⁴ Aos filhos órfãos de Manuel Vandala ficavam dentre os vários bens, a escrava da Guiné Izabel manca, toalhas de Flandres e camisas de linho brancas por 5\$000 réis. Além disso, deviam-lhes o morador da Bahia, 80\$000 réis e Juliana de Sousa, viúva de Jorge Neto, 60\$000 réis.⁷⁸⁵ Dessa maneira, as relações de crédito e débito estendiam-se para além da vila de São Paulo, atingindo outras paragens importantes da América portuguesa.

O comércio de indumentárias usadas, encontrado nos processos de inventários do século XVII paulistas, era importante para o sustento da viúva e dos órfãos. No inventário *post-mortem* de Luiz Anes tornaram-se o “remédio para a pobreza” de Jeronyma Dias e a extensa prole de sete filhos: Biniana, filha bastarda de 23 anos, Margarida Dias (20 anos), Andreza Dias (21 anos), Antonio Dias (18 anos), Magdalena Dias, Luix Eanes Grou, Ascenso Luis (7 anos). Nas partilhas, para acumular os bens dos órfãos a mando do juiz, dentre os artefatos indumentários mais relevantes, vendiam-se em asta pública, o gibão em \$520 réis para o capitão Balthazar Gonçalves Malio, uma camisa para Antonio Fernandes, outro gibão em \$500 réis para Antonio Fernandes, a carapuça, por \$440 réis à João do Prado. André Botelho comprava sapatos, em \$120 réis, bem como uma camisa de algodão (\$900 réis), Bernado Fernandes as ceroulas (\$640 réis), Antonio Dias Grou, o manto por \$400 réis e os calções (\$960 réis). A roupeta de picote era vendida à Izaque Dias, por \$960 réis, tendo para pagar um ano de prazo. Bastião Rodrigues Velho arrematava uma camisa também a crédito por \$220 réis.⁷⁸⁶ Mesmo com um patrimônio familiar líquido significativo de 412\$520 réis, a viúva Suzana de Góes precisava vender para João Raposo Bocarro a fiado por um ano, o gibão de tafetá pardo e o vestido de perpetuana verde-mar, em 4\$000 réis para o pagamento das despesas do inventário do marido Diogo Dias de Moura.⁷⁸⁷

⁷⁸³ Inventário de Balthazar Nunes (1623). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, pp. 41-42.

⁷⁸⁴ Inventário de Manuel Vandala (1628). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.7, 1920, pp. 56-57.

⁷⁸⁵ Idem, p. 71.

⁷⁸⁶ Inventário de Luiz Ianes (1628). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp. 434-437.

⁷⁸⁷ Inventário de Diogo Dias de Moura (1627). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 7, 1920, p. 265.

Realizado nos sertões, o inventário de Jorge Dias, possuía os calções de pelo vendidos à Gaspar Dias por \$480 réis, juntamente com as camisas e ceroulas, por \$320 réis. Os sapatos de \$260 réis também eram comprados por Domingos Gonçalves. Mas nem tudo era de pequeno valor, a escopeta para a defesa e aprisionamento do gentio custava 5\$000 réis.⁷⁸⁸

No processo inventarial de Pero Domingues, em 1633, arrolavam-se nos bens dos órfãos, os têxteis e as indumentárias vendidas nos leilões para serem guardados o patrimônio familiar. Quatro côvados de baeta eram arrematados em fiado para José Ortiz de Camargo, em 7\$160 réis. O vestido azul de 4\$000 réis e o ferragoulho era vendido para Antonio de Almeida. Cinco anos depois de aberto o processo, para administrar os bens dos órfãos, a viúva Magdalena Fernandes anunciava a desistência da curadoria para Antonio Domingues, filho do falecido.⁷⁸⁹

A acumulação dos bens dos órfãos também ocorria no longo inventário *post-mortem* de Francisco Rodrigues de Beja, pois esse terminara em 1664, devido aos confrontos da viúva Maria da Cunha com João de Brito Cassão, pela demora da divisão dos bens. No processo, eram arrematados a roupeta e capa (2\$500 réis), a caixa (1\$700 réis), o cobertor (2\$05 réis), gibão e ceroulas velhas a Manuel João Branco.⁷⁹⁰

Além do comércio de roupas usadas, alguns senhores doavam as suas roupas para instituições de caridade, ou, para pessoas mais próximas, como era o caso de Ignez Pedroso que deixava para a irmã Maria Moreira, um gibão de tafetá, para a sobrinha Mariana Pedroso uma saia e para Dionizia de Góes um manto de sarja.⁷⁹¹

A população indígena também comprava indumentárias, como o índio porteiro comprava o vestido de baeta, capa e roupeta em 5\$000 réis do espólio de Antonio de Almeida. Nesse mesmo processo, Manuel João Branco adquiria a espada, adaga e cinco talabaetes por 4\$500 réis.⁷⁹²

Em 1638, as armas de vestir, ou seja, o gibão de algodão do senhor sertanejo Estevão Gonçalves, filho de Balthazar Gonçalves, curador dos netos, eram vendidas para Henrique da Cunha por 2\$000 réis.⁷⁹³ Além disso, ficava com a viúva Paschoa da Pena e os filhos Domingos e Balthazar, como importantes objetos, o tear sem pentes de 2\$000 réis, a espada de 3\$000 réis e o calção com roupeta de raxa roxo do mesmo valor.

⁷⁸⁸ Inventário de Jorge Dias (1630). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.32, 1942, p. 128.

⁷⁸⁹ Inventário de Pedro Domingues (1633). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 9, pp. 187-223.

⁷⁹⁰ Inventário de Francisco Rodrigues de Beja (1634). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 9, pp. 238-239.

⁷⁹¹ Inventário de Ignez Pedroso (1632). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, p. 380.

⁷⁹² Inventário de Antonio de Almeida (1636). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, pp. 305-306

Nas partilhas dos cativos, as escravas tecedeiras indígenas Rebeca e Luzia cabiam à viúva e Sabina e Izabel ficavam aos órfãos.⁷⁹⁴

Ainda neste mesmo ano, Gaspar Fernandes, esposo de Izabel da Cunha, tinha seu inventário do sertão, as ceroulas eram compradas por Francisco de Siqueira, a rede de dormir à Antonio de Siqueira e o colete de raxeta à Bernado da Costa, por dois pesos.⁷⁹⁵ Além desses bens indumentários, o patrimônio familiar continha as meias de seda amarelas avaliadas em 3\$200 réis, o vestido de raxeta verde picado entre [sic] forrado de tafetá preto e abotoado, em 6\$000 réis, e a espada com o idêntico valor.⁷⁹⁶

Neste momento, o inventário de Antonio da Silveira era realizado no sertão. No espólio sertanejo possuía uma escopeta, com bolsa e povarinho, os arretéis de chumbo, um capote usado de Porto Alegre, um gibão de armas usado, sapatos de veados novos, meias velhas de fio de algodão, tesoura e dedal de alfaiate, pratos, facão tachos e rede. A escopeta era vendida para João de Santa Maria pela fortuna de 15\$500 réis.⁷⁹⁷

No inventário *post-mortem* de Braz Gonçalves, o velho, o qual tinha um pequeno monte mor de 32\$810 réis, eram arroladas e arrematadas várias peças, como a verruna, sovela e linhas em seis vintes para Fernando de Godoi, as mangas por um tostão vendidas à João da Costa, as chinelas a Miguel Nunes, compradas a prazo, as ceroulas por \$420 réis à Jeronymo Rodrigues e os sapatos para Duarte Gomes por um cruzado. Não obstante, os valores eram relativamente baixos e essas compras eram realizadas em crédito, sendo o fiador mais constante João de Godoi.⁷⁹⁸

Assim, nos inventários *post-mortem*, as vestimentas usadas tinham um aquecido comércio, pois também os herdeiros precisavam consumir roupas. Em 1641, Paulo, o curador do órfão homônimo Paulo, filho de Antônio Proença de Varela e Maria de Alvarenga, Domignos Maciel, também curador e avô, pediam ao juiz Simão de Toledo que liberasse dinheiro para “render para o órfão que o tinha nu e havia mister vinte cruzados para vestir e alimentar visto ficar tão pobre por morte de seu pai e mãe”.⁷⁹⁹

Em resumo, as rendas retiradas do comércio dos bens inventariados eram importantes para a sobrevivência das viúvas e dos órfãos. Era função do Juízo dos Órfãos, em teoria, cuidar do patrimônio familiar, bem como fiscalizar os papéis dos

⁷⁹³ Inventário de Estevão Gonçalves (1638). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, p. 203.

⁷⁹⁴ *Idem*, p. 205-207.

⁷⁹⁵ Inventário de Gaspar Fernandes (1638). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, p. 217-218.

⁷⁹⁶ *Idem*, pp. 219-221.

⁷⁹⁷ Inventário de Antonio da Silveira (1638). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, pp. 254-256.

⁷⁹⁸ Inventário de Braz Gonçalves, o Velho (1637). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 26. 1921, pp.48-53.

⁷⁹⁹ Inventário de Antônio Proença de Varela (1641). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 41, 1966, p. 27.

curadores e tutores. Isto nem sempre acontecia, dado a presença de conflitos e tensões de interesses da instituição jurídica da vila de São Paulo Colonial. Mas, no sertão, os “*habitus*” faziam parte dos espólios, das redes comerciais e dos legados das heranças familiares.

CAPÍTULO VIII - FAMÍLIAS, LEGADOS E PARTILHAS: A DISTRIBUIÇÃO DE VESTES E TECIDOS

8.1. *Heranças, dotes e enxovais*

Os inventários *post-mortem* são importantes documentos para a reconstituição da vida material e econômica da vila de São Paulo. De acordo com Bluteau, os inventários são registros dos móveis, dos papéis e do conjunto de artefatos, bens móveis e imóveis então arrolados.⁸⁰⁰ Para analisar as disposições de partilha e dotes dessas fontes seriais, é importante destacar as normatizações da legislação portuguesa e até mesmo ibérica, como as Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1571) e as Ordenações Filipinas (1603), sendo essa última construída no período de União Ibérica (1580-1640).⁸⁰¹

Na primeira legislação, salienta-se a preocupação dos legisladores em institucionalizar o juízo dos órfãos e a proteção dos bens desses por meio do inventário *post-mortem*. Desse modo, conforme as Ordenações Afonsinas, no primeiro volume, título 25, “Da maneira que hão de ter os juízes, que El Rei manda a algumas vilas por seu serviço, e do poder que hão de levar”, bem como do título 26, “Dos juízes ordinários, e cousas, que a seus ofícios pertencem”.

No terceiro livro, o título 14, “Dos que podem ser citados perante juízes ordinários, ainda que não sejam achados em seu território”, assim como o 20, “Da ordem do juízo, que o juiz deve ter, e guardar em seu estabelecimento de tutores e curadores para menores órfãos e desassisados, sobre feitura de inventário”. Em relação ao juízo de órfãos, as Ordenações Afonsinas afirmavam: “Porque os bens dos órfãos andam em má arrecadação, trabalhem-se os juízes, a que dele é dado cargo em especial, ou os ordinários, onde juízes especiais deste não houver, de saberem logo todos os menores, e órfãos que há na cidade, e termos; e aos que tutores não são dados, que lhes dêem logo; e façam fazer partições de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado e inventário feito por escrivão de seu ofício; e para se não poderem seus bens alhear, façam logo um livro, e ponham-se nos armários da arca da cidade, ou vila, em

⁸⁰⁰ Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESUS, 1712, 132-133.

⁸⁰¹ Para compreender a estrutura jurídica e documental do processo do inventário do Juízo de Órfãos, ver: Sonia Maria Troitiño Rodriguez. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais. (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, 2010, principalmente com os capítulos II e III, pp. 39-80.

que escrevam o tutor que é dado ao menor, e quando é treledado [sic], o inventário de todos os seus bens, que aos menores acontecem”.⁸⁰²

E, no parágrafo seguinte, continuam a tratar do patrimônio dos descendentes: “Saibam logo como os bens desses menores foram aproveitados, e se o não forem, façam-nos logo aproveitar; e os danificados forem saibam logo por cuja culpa o são, e por seus bens lho façam logo recorrer, e pagar, e tornar a seu estado com frutos, e rendas, que deles poderão ver, se aproveitados forem”.⁸⁰³

A legislação normatizava as principais regras para o estabelecimento de juízes responsáveis pelos órfãos. Mas caso não houvesse na região o juiz específico, o dos Órfãos, a responsabilidade cabia ao Juiz Ordinário, pois era necessário administrar os bens dos menores, atividade designada à instituição judiciária, bem como ao tutor.

O juiz ordinário tinha o dever de colocar os bens dos órfãos em pregões, fazer com que mantivessem a renda do patrimônio dos menores, constringendo os tutores e curadores a cuidarem dos “corpos” e dos “bens” desses. Determinava-os à que “Vejam bem quais são os órfãos, de que condições, e segundo forem, ali o façam guardar, e criar, pondo-os a ler, ou a mestres, ou a soldadas, segundo suas linhagens, e substâncias de seus bens devem haver, e vida, que ao adiante devem fazer”.⁸⁰⁴

Além disso, designavam os escrivões para que no dia da feitura do inventário, fosse realizada a repartição, com o traslado do inventário em um livro, guardado em um “Armário do Conselho”, obtendo no dito texto, os nomes dos tutores e curadores assinados, sob sanção de pagarem penas caso houvesse perda nos bens dos menores.⁸⁰⁵

Conforme o título 13, “Dos que podem ser citados perante os Juizes Ordinários, ainda que não forem achados no seu território”, o juiz ordinário poderia atuar em regiões fora do seu território, todos aqueles (Curadores, Tutores, Feitores, Negociadores) que fossem citados na sua jurisdição.⁸⁰⁶

No livro quatro das Ordenações Afonsinas, o Título 12, “De como a mulher fica em posse, e cabeça de casal depois da morte de seu marido”, trata do costume português de que os bens do casal eram divididos ao meio – carta de ametade – e “morto o marido, a mulher fica em posse, e cabeça de casal, e de sua mão devem de receber os herdeiros,

⁸⁰² Título 26, “Dos juízes ordinários, e cousas, que a seus officios pertencem”. Ordenações Afonsinas (1446), vol. 1, p.170.

⁸⁰³ Idem.

⁸⁰⁴ Idem, p. 171

⁸⁰⁵ Idem.

⁸⁰⁶ Ordenações Afonsinas (1446). v. 1, pp. 46-47.

e legatários do marido participam de todos os bens, que por morte do dito marido ficam, e bem assim os legados...”⁸⁰⁷

Existiam outras formas de casamento, como o contrato e o morgado, os quais modificavam o direito à herança por parte da prole e da esposa. Essas formas de partilha, provavelmente, estavam relacionadas ao senhorio e ao poder de alguns homens sobre as terras e os domínios locais.⁸⁰⁸

Outros títulos, como o 15, “Das viúvas, que ebalheam, e desbaratam seus bens como não devem”, atacavam os papéis das mulheres viúvas, mas às aquelas que fossem casadas com cavaleiro, fidalgo de solar, pela honra do marido, as justiças da terra deveriam chamar o rei para resolver o problema de “escândalo de geração”.⁸⁰⁹ Desse modo, a Coroa deveria manter o patrimônio das camadas sociais superiores, estabelecendo o bom ordenamento da partilha e a segurança dos filhos de alta linhagem.

De acordo com as normas ditadas pelas *Ordenações Filipinas* de 1603, ao morrer, aqueles que deixavam filhos órfãos menores de 25 anos, tinham seus bens arrolados e cabia à instituição do Juizado de Órfãos cuidar da criação e dos seus bens móveis e imóveis. Para isso, existiam os curadores ou tutores, que se responsabilizavam não só pela administração e conservação do patrimônio, mas pela educação até que esses emancipassem-se.

Nos inventários *post-mortem*, eram realizados os processos de partilhas de heranças, os quais podiam perdurar por muitos anos, geralmente, devido à presença de órfãos. Responsáveis pelos arrolamentos e partilhas dos bens, o juiz de órfãos era, em alguns momentos, escolhido pela Coroa e em outros pela Câmara. Esses oficiais da jurisprudência mantinham uma posição social de destaque nas colônias.

Segundo a normatização do “Título 88. Dos Juízes dos órfãos”, “o Juiz dos Órfãos deve com grande diligência e cuidado saber quantos órfãos há na cidade, vila, ou lugar, em que é juiz, e fazê-los todos escrever em um livro de cada órfão, e cujo filho é, de que idade, e onde vive, e com quem, e quem é o seu tutor, e curador. E deve saber quantos bens tem móveis e de raiz, e quem os traz, e se andam bem aproveitados, danificados, ou perdidos, e por cuja culpa e negligência, para os poder aproveitar e arrecadar. E assim deve fazer pagar aos órfãos toda a perda e dano em seus bens

⁸⁰⁷ Ordenações Afonsinas (1446), v. 4, p. 76.

⁸⁰⁸ Idem, p. 77.

⁸⁰⁹ Idem, pp. 85-86.

receberam, por aqueles que nisso achar negligentes, ou culpados. E o juiz, que o assim cumprir, pagará aos ditos órfãos toda a perda e dano que por isso receberem”.⁸¹⁰

O juiz dos órfãos, na verdade, era responsável pela manutenção do patrimônio familiar, importante para o corpo social, bem como para o estabelecimento do domínio jurídico da coroa. Conforme Troitiño, “A estrutura do Juízo dos Órfãos estava baseada no autor que requeria, no réu que se defendia e no juiz que julgava. Além destes, compõem o juízo, o escrivão, o advogado, os procuradores, os defensores, os acusadores, assistentes e oponentes. Dependendo da ação movida, ainda poderiam aparecer as figuras do curador geral dos órfãos, do tutor e da pessoa”.⁸¹¹

Caso os órfãos fossem proprietários de bens móveis, o juiz os vendia e passava o montante aos tutores, os quais por sua vez deveriam comprar bens de raiz para que houvesse renda.⁸¹² O patrimônio adquirido só poderia ser vendido caso não resultasse em prejuízo para o menor, mediante autorização do juizado. O dinheiro da venda dos bens móveis, jóias e pedras preciosas ficava depositado em uma arca fechada com três chaves (para o juiz, o escrivão e o depositário). Cabia ao juiz a retirada de alguns bens para o sustento dos órfãos durante dois anos. Passado esse tempo, o mesmo processo deveria se repetir, até o menor atingir a maioridade, ou quando este se casasse depois dos 18 anos com a licença do juizado.⁸¹³

Quando um dos cônjuges falecia, ficava sob o encargo do juiz dos órfãos a entrega dos bens aos curadores, que deveriam ser escolhidos pelo pai testamentário.⁸¹⁴ Na morte do marido, a mulher era denominada como “cabeça de casal”. Conforme as *Ordenações Filipinas*, “...se algum órfãos não tiver Tutor, ou Curador, que lhe fosse deixado em testamento, e tiver mãe, ou avó, que viverem honestamente, e não forem já outra vez casadas, e quiserem ter as tutorias, ou curadorias de seus filhos, ou netos, não consentirá o Juiz dos Órfãos, que usem delas até perante ele se obriguem de bem e fielmente administrarem os bens e pessoas de seus filhos, ou netos: e que havendo casar, antes que casem, pedirão que lhes sejam dados tutores ou curadores, aos quais entregarão todos os bens, que aos ditos órfãos pertencerem; para o que renunciarão

⁸¹⁰“Título LXXXVIII. Dos Juizes dos órfãos” das Ordenações Filipinas (1603). *Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d’ El Rei D. Felipe, o primeiro*. São Paulo: Edição Saraiva, vol. 1, 1960, pp.468.

⁸¹¹ Sonia M. T. Rodrigues. Op. Cit., p. 56.

⁸¹² Idem, p. 477.

⁸¹³ Idem, pp. 476-484.

⁸¹⁴ “Título CII. Dos tutores e curadores que se dão aos órfãos”. *Ordenações Filipinas (1603). Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d’ El Rei D. Felipe, o primeiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985, pp. 994-1004.

perante o juiz o benefício da lei do Velleano, a qual diz, que nenhuma mulher pode ser fiador, nem obrigar-se por outrem, a qual Lei lhes será declarada qual é, e o favor, que por dela lhes é dado”.⁸¹⁵

Assim, os inventários *post-mortem* eram a relação descritiva, avaliação e partilha dos bens pessoais e/ou familiares. Desse modo, deve-se levar em consideração o arrolamento do patrimônio, os créditos e débitos. Muitas vezes, existiam conflitos em relação à divisão do patrimônio, pois, habitualmente, fazia parte do processo empecilhos como dúvidas sobre a filiação, o valor do testamento, a “habilitação dos herdeiros”, assim como questionamentos sobre a capacidade de tutoria, curadoria e inventariante para a administração patrimonial familiar.

As relações familiares são explicitadas frequentemente nos inventários paulistas, havendo referências significativas sobre as relações de parentesco dos índios. Existiam pequenos núcleos familiares, todavia, a maioria da população cativa era constituída majoritariamente por famílias fragmentadas, como mães solteiras ou homens e mulheres sós. Em relação aos negros da terra, é ainda necessário lembrar que eram arrolados como “forros” e, na maioria das vezes, não possuíam valores em réis, como os bens materiais dos paulistas. Isso se dava em função de determinados decretos e alvarás da Metrópole Portuguesa que proibiam a escravização dos índios. A mão de obra continuou a ser distribuída entre herdeiros e legatários como cativa de fato, sob a denominação de ‘serviços de...’.

Nos inventários, verifica-se a existência de elementos importantes para a vida social e material da vila. Benfeitorias, artefatos materiais, produtos alimentícios, animais, relações de crédito e débito e as escravarias indígenas aparecem como um conjunto de patrimônio a ser partilhado na herança.⁸¹⁶

Aspectos do ciclo de vida feminino, esporadicamente, podem ser resgatados por meio da documentação, pois, dados como faixa etária, etnia, relações familiares com os pais, mães e demais parentes dificilmente são registrados nessa fonte serial. Entretanto, nota-se que o mercado matrimonial era amplo, sendo que as mulheres senhoriais podiam se casar mais de uma vez, visto que era comum se tornarem viúvas ao perderem os maridos em confrontos com os índios nos resgates. Contudo, era frequente as mulheres falecerem ainda em idade reprodutiva, deixando filhos pequenos, os quais ficavam dependentes dos tutores.

⁸¹⁵ Idem, pp. 998-999.

⁸¹⁶ Idem, pp. 998-999.

Muriel Nazzari analisa os testamentos e inventários paulistas em São Paulo, em *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 e 1900*, publicado em português em 2001. Para a autora, no século XVII, as mulheres eram privilegiadas recebendo grandes fortunas nos dotes, em detrimento dos demais herdeiros, cujas legítimas eram muito inferiores ao montante que havia sido doado a elas para o enlace matrimonial. Neste sentido, o genro optava por se aliar à família da esposa, para conseguir fazer fortuna e dar continuidade aos negócios da Família. Dessa forma, segundo Nazzari, “Por ocasião da morte de cada um de seus genitores, uma filha dotada e seu marido podiam ou recusar-se a herdar, ou entrar à colação – isto é, devolver o dote ao espólio, adicionando o respectivo valor ao espólio líquido antes da divisão entre os herdeiros. Se ela exercesse essa opção da colação, o dote seria subtraído de sua legítima, e ela receberia a diferença, ou, se ela e seu marido houvessem superestimado o valor do espólio, e o dote fosse maior do que sua legítima, ela deveria devolver a diferença a seus irmãos. Como o dote era concedido por ambos os genitores, apenas a metade do dote entrava à colação quando da morte de cada um deles, enquanto o dote concedido por uma viúva ou um viúvo entrava totalmente à colação”.⁸¹⁷

Alida Metcalf defende a ideia de que os filhos varões mais velhos e as filhas com o dote eram privilegiados no momento da divisão da herança. E, os mais novos acabavam vendendo suas partes para os irmãos e partiam em direção à novas terras, abrindo fronteiras. Nas estratégias de manutenção dos bens, muitas vezes, genros e cunhados acabavam assumindo a liderança nas famílias da elite.⁸¹⁸ Enfim, as viúvas mantinham uma posição privilegiada no gerenciamento dos patrimônios. Mas as mulheres, na perspectiva da autora, poderiam assumir papéis mais simbólicos que reais, servindo como mantos condutores do poder e da autoridade masculina que perpassavam pelas sucessivas gerações, pois eram elas que transmitiam a herança controlada pelos seus maridos.⁸¹⁹

No patrimônio familiar, as roupas finas e as peças de cama como lençóis e redes eram importantes artefatos, sendo, muitas vezes, mais preciosos que os cativos

⁸¹⁷ Sobre a relevância dos inventários post-mortem para o estudo da população e vida material paulista ver: Igor de Lima & Patrícia G. E da Silva. Tipologia Documental. In: Eni de Mesquita Samata (org.) *Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica*. São Paulo: Humanitas, 2011, pp. 147-259.

⁸¹⁸ Alida C. Metcalf. *Family and frontier in Colonial Brasil*. Santana do Parnaíba. 1580-1822. Berkley, USA: University of California Press, 1992, pp. 87-119.

⁸¹⁹ Idem, p.116.

gentílicos e as terras “abundantes”.⁸²⁰ Mas, com o crescimento econômico decorrente da descoberta aurífera e da expansão canavieira, principalmente a partir de 1765, as famílias da elite adotavam os modos de vestir na “moda da Europa”, com camisas masculinas inglesas, distanciando-se dos consumos indumentários rústicos, no caso dos tecidos, os de algodão, próprios da região de fronteira, dos primeiros dois séculos da colonização. Diferentemente, as mulheres, segundo a autora, possuíam peças mais simples. Entretanto, as distinções nos “*habitus*” entre a camada livre pobre e a elite ascentuavam-se.⁸²¹

Desse modo, a economia indumentária era um negócio importante para as famílias senhoriais paulistas. Os têxteis predominantemente algodoeiros e as vestimentas, conjuntamente, com as distribuições de cativos formavam heranças importantes para a constituição dos bens e sobrevivência dos órfãos.

A viúva Antonia Gonçalves, dentre os bens móveis e imóveis, deixava como dote para a filha Izabel Rodrigues, 7 cativos no valor de 114\$000 réis, uma saia e um roupão por 12\$000 réis, um gibão, um corpinho vermelho, a saia e roupão, valendo tudo 18\$000 réis. Também a filha Maria Gonçalves recebia um roupão, saia e gibão. A outra Joana de Castilho herdava 6 cativos e como indumentária, um manto, um vestido, uma saia de tafetá preto, outra verde e um corpinho de tafetá, no total de 36\$000 réis.⁸²² Essa senhora ainda deixava para os órfãos 47 cabeças de gado.⁸²³

As vestimentas eram importantes doações para as escolas e parentes necessitados. Era o caso de Paula Fernandes, a citada esposa de Raphael de Oliveira, que deixava um vestido para a sobrinha.⁸²⁴

Outro exemplo, era da testamenteira Felipa Vicente declarava que “do primeiro marido” tinha “um filho por nome Paulo ao qual se dará um vestido da parte da minha terça para seu remédio”⁸²⁵ O vestido deixado pela mãe ao órfão, “filho de homem honrado e neto de um homem nobre da governança da terra”, valia 13\$513 réis.⁸²⁶

Maria da Gama, esposa de Diogo Mendes, deixava em testamento manto, saia, saio, gibão, toalha de cabeça, camisas e sapatos de chapins para a mameluca agregada Ignez. Somava-se toda a indumentária em 7\$200 réis, os quais eram uma fonte renda e

⁸²⁰ Idem, p. 54.

⁸²¹ Idem, p. 63.

⁸²² Testamento de Antonia Gonçalves (1613). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, vol.3, pp. 163-167.

⁸²³ Idem, p. 189.

⁸²⁴ Inventário de Paula Fernandes (1612). Op. Cit., p. 302.

⁸²⁵ Testamento de Felipa Vicente (1615). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, vol.3, 1920, p.424.

⁸²⁶ Inventário de Felipa Vicente (1615). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, vol.3, 1920, pp. 441 e 444.

sobrevivência importante para a moça. Além dessa doação, a senhora tinha uma saia de grise verde forrada diante de pano de algodão branco por 5\$000 réis.⁸²⁷

A viúva Maria de Moraes controlava o patrimônio familiar após a morte do marido comerciante Francisco Ribeiro, no sítio do termo da Mooca. Sob a curadoria da mãe, os filhos Ana de 10 anos, Antonio de 7, Sebastiana de 3 e Manuel de 1 eram alimentados, vestidos e calçados pela senhora. Além da alimentação e da vestimenta, a “nobre” senhora cuidava das benfeitorias da prole. A senhora comercializava também os tecidos e indumentárias, vendendo a vara de carnequim para Paulo da Silva.⁸²⁸

No processo de partilha dos bens, cabia à viúva o sítio de 25\$000 réis, ferramentas, gado e como importantes tecidos: 3 côvados de perpetuana (4\$660 réis), 2 varas de pano de linho (\$480 réis), 5 varas de pano de algodão (\$800 réis), 13 côvados de telinha (2\$060 réis), 8 varas e meia de griséu (6\$800 réis). Eram comercializados em praça pública as indumentárias: camisas e gibão de algodão – tão freqüentes nos vestuários dos inventários do Juízo de Órfãos de São Paulo. Dois pares de ceroulas, o chapéu, umas meadas de linha branca, ligas pardas, roupeta de baeta, outro gibão de bombazinha, meias de lã, roupetas e calções pretos, estes vendidos para Balthazar de Moraes por 3\$400 réis.⁸²⁹ Nota-se, portanto, que enquanto os tecidos eram guardados para serem cosidos pela administração senhorial feminina e transformados em vestes para a família. As indumentárias usadas eram vendidas para a acumulação da legítima dos órfãos.

No mesmo período, o testador Henrique da Costa, esposo de Custodia Lourença e irmão de Antonio Rodrigues, declarava que tinha o “fato de meu vestido, calção, a roupeta e ferragoulho de raxeta, um gibão de algodão, três camisas, umas ceroulas, umas meias de algodão, uns sapatos e duas espadas, uma com seus talabartes e bainha, a outra é velha...”. Acrescentava-se a sua listagem no testamento, “um arco com trinta flechas e três maços de camagibas”. Além das vestimentas usadas, cobrava de Manuel de Macedo 3 varas de algodão e tinha em débito de Constantino de Saavedra “umas meias de lã”. O senhor afirmava ainda que “a minha mulher Custodia Lourenço com quem sou casado não a avexe que se achar dessa pobreza se partirá igualmente com ela e minha parte com meus filhos assim o legítimo como o que houve sendo solteiro e um menino por nome Pedro declaro que é meu filho e por tal o tenho que o tratem como

⁸²⁷ Inventário e testamento de Maria da Gama (1624). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.6, pp. 201, 205, 211 e 212.

⁸²⁸ Inventário de Francisco Ribeiro (1615). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol.4, 1920, pp.34-36.

esse é...”⁸³⁰ Acrescentar-se-ia aos artefatos indumentários do senhor, a capa de raxeta guarnecida de tafetá amarelo usada (1\$500 réis), bem como uma roupeta sem manga com o calção de raxeta florentina por 2\$000 réis.⁸³¹

Nesse caso, o filho ilegítimo ficava com o sítio de 6\$000 réis, bem como cinco vacas e os calções. O segundo marido de Custodia Lourenço, Calixto da Mota, era responsável por alimentar e vestir tanto o filho legítimo como o ilegítimo, sendo que este último ficava com apenas três cativos: Braz, sua mulher Vitória e o rapaz Diogo.⁸³²

Nota-se que as indumentárias eram importantes artefatos para a sobrevivência na vila para o precário consumo ou mesmo um certo acúmulo de bens que poderiam ser vendidos de acordo com a necessidade. Viúvas solitárias, órfãos e parentes mais próximos herdavam as vestimentas que os auxiliavam no decorrer da vida. A viúva de João Leite, Inês Pedroso ficava com o gibão de holanda rajado de mulher forrado por 1\$000 réis, o manto usado de sarja valendo o dobro da outra veste, mais os chapins de Valença por \$640 réis.⁸³³

Em 1621, no inventário *post-mortem* de Catarina Pontes, o filho do seu primeiro marido, Salvador, órfão de pai e de mãe, ficava aos cuidados do avô materno Bartolomeu Gonçalves, sendo o maior bem recebido da terça, o saio de melcochoado, em 25\$000 réis. Além dessa cara vestimenta, contava com uma saia (3\$000 réis) e o gibão de tafetá preto (3\$000 réis). Mas na legítima herdava o manto de burano, 10\$000 réis, uma saia de raxeta florentina (2\$500 réis), a qual pode ser produzida em Florença, ou à moda desse local, as camisas de mulher (1\$120 réis).⁸³⁴ Dessa maneira, as vestimentas e os tecidos acumulados pela falecida eram fundamentais para a manutenção do filho, o qual ficava a encargo do avô e depois, na maioridade conseguiria reaver o patrimônio guardado. Além disso, o jovem recebia os cativos indígenas, que o ajudariam a sobreviver no tempo de menor idade e os novos bens poderiam ajudá-lo a se casar e formar novo núcleo familiar.

Nesse período, Pedro Nunes, morador do Ipiranga e viúvo de Catarina Pontes, em testamento, deixava uma importante relíquia para a filha Maria, “uma cadeia de ouro de trinta e quatro mil réis, duas cruzes de ouro e um par de pendentes, e dois pares de cabacinhas, e três pares de arrecadas de três voltas cada uma, e uma gargantilha que tem

⁸²⁹ Idem, pp. 47-62.

⁸³⁰ Testamento de Henrique da Costa (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 4, pp.111-113.

⁸³¹ Inventário de Henrique da Costa (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 4, p. 115.

⁸³² Idem, pp. 118 e 160.

⁸³³ Inventário de João Leite (1616). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 4, pp. 481 e 489.

seis folhinhas de ouro a modo de coração, e um garfo”. Além disso, pedia para que “não tire da minha filha Maria essas cousas destas que não tenho outra o que se lhe dará á conta do remanescente da terça...” A mesma filha também era “favorecida”, segundo o ditado do próprio testador, com a doação da gentia Beatriz.⁸³⁵ A órfã filha de Catarina Pontes e do testador, neta sob a linhagem materna de Bartholomeu Gonçalves, o qual era curador e tutor da neta de 7 anos recebia valiosas jóias como herança.

Além dessa filha, o testador tinha Jacome Nunes, filho bastardo e um neto Pero Fernandes, filho da falecida Maria Nunes. O inventariante da esposa Maria, Pedro Nunes, segundo Alcântara Machado, era dispensado de devolver ao montante do inventário da cônjuge, “o calção de lã e o vestido roxo, composto de capa, calções e roupeta, pois *trabalhou e suou*”.⁸³⁶

Dentre a complicada partilha, o espólio indumentário era constituído por um vestido com botões e forro de algodão, todo roxo e ferragoulho por 12\$000 réis, bem como vestido com capa e roupeta (5\$500 réis), o chapéu preto, um pavilhão de algodão (6\$000 réis) e ceroulas. Essas vestes ficavam com Jacome Nunes. O filho Balthazar Nunes recebia uma roupeta e calção azul escuros (4\$800 réis), o ferragoulho de pano usado, um gibão de telinha, outro de algodão e mais um branco de algodão, ceroulas e camisas. Mas a favorita Maria recebia as ricas jóias descritas acima, uma saia de tafetá azul com saio próprio de 10\$500 réis, uma roupeta, com capa de baeta com botões (3\$000 réis), calções de gorgorão, camisas de pano de algodão, espelho e uma série de tecidos, como o pedaço de porto alegre e cordovão. Além disso, herdava as porcelanas de Lisboa, um gibão branco de algodão novo e ainda de suma importância um conhecimento em um título em Santos de Gaspar Gomes, em 30\$500 réis. Importava toda a terça, a qual era o seu privilegiado legado, 109\$370 réis.⁸³⁷ Desse modo, a filha possuía um significativo dote para seu casamento oferecido pelo lado paterno e não pela mãe, a qual privilegiava o filho Pedro anteriormente.

A senhora Messia Bicudo, em testamento de 1631, beneficiava a enteada Ana “por boas obras” que lhe tinha feito, deixando uma roupa de perpetuana verde, o seu manto de sarja, as camisas que possuía, bem como os brincos pequenos. Também doava a tipóia com cadilhos para o afilhado Vicente.⁸³⁸

⁸³⁴ Inventário de Catharina de Pontes (1621). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.5, pp. 416-466.

⁸³⁵ Testamento de Pedro Nunes (1623). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 6, p. 51.

⁸³⁶ Alcântara Machado. *Op. Cit.*, p. 33.

⁸³⁷ Inventário de Pedro Nunes (1623). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, v. 6, pp. 47-158.

⁸³⁸ Testamento de Messia Bicudo (1631). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, p. 292.

Contudo, os “*habitus*” eram um patrimônio importante para serem acumulados durante a vida dos colonos, pois eram raras as vestimentas e jóias encontradas nas zonas de fronteiras da América Portuguesa e o consumo indumentário era numericamente restrito até o avançar do Seiscentos. E, mesmo os senhores coloniais tinham que ficar anos com vestes de tecidos algodoeiros e importados do Velho Mundo, sendo mais freqüentes os tecidos de Ruão e Flandres. Enfim, a divisão e manutenção do patrimônio familiar e, conseqüentemente, das vestimentas e tecidos aconteciam por meio de negociações, tensões e conflitos entre os legatários senhoriais da vila de São Paulo durante o século XVII.

8.2. Indumentárias, tensões e conflitos

As disputas em relação às partilhas são difíceis de serem analisadas, pois raramente são encontradas todas as referências sobre o seu conteúdo completo das partilhas. Entretanto, as tensões e os conflitos gerados no interior da família são quase sempre presentes. Não é constante possuir explicitamente nas partilhas as questões relacionadas à divisão do espólio dos mortos.

Não obstante, os conflitos e disputas pelas heranças denotam a importância das divisões dos bens entre os familiares nas partilhas descritas nos inventários do período colonial. Segundo Carlos Bacellar, tratando das partilhas familiares paulistas, a partir de meados do século XVIII, “o fundamental, na análise do processo de transmissão fundiária e de fortuna, é atentar para os resultados a longo prazo. Os dados da partilha, as avaliações dos adiantamentos em prol deste ou daquele filho, tudo é de inegável importância. Porém acima de tudo, os desdobramentos finais podem ser diversos daqueles sugeridos pelos documentos, pois uma propriedade (...) poderia estar em um patamar de exploração bastante variável, desde a extrema lucratividade até o déficit crônico. Logo, herdá-la poderia ser uma grande vantagem ou desvantagem”.⁸³⁹

A divisão do legado entre os filhos buscava evitar a fragmentação dos bens maiores como as benfeitorias e o gado, pois isto acarretaria a ruína econômica familiar. Para impedir a fragmentação das propriedades, as mulheres senhoriais casavam novamente ou tentavam manter o controle dos bens para não prejudicar a produção familiar. Ademais, “...a fortuna dos casais de elite podia ser transmitida aos herdeiros sob três formas: o dote, a terça e a partilha final dos bens. Suas funções e dimensões eram plenamente distintas, do mesmo modo que suas composições.(...)”, de acordo com Bacellar.⁸⁴⁰

Eram frequentes as pequenas tensões ocorridas nos momentos de partilhas, seja com os familiares ou com os credores. No inventário *post-mortem* de Lourenço Gomes Roxete, iniciado em 1611, a viúva Izabel Fernandes era obrigada a quitar uma dívida do esposo no Rio de Janeiro. O curador e segundo esposo da senhora Francisco Jorge negociava com o juizado dos Órfãos. Para isso, declarava que “o ensino de escola [dos órfãos] que até hoje se lhe deu e vestido e calçado foi a custa do padraço Francisco

⁸³⁹ Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório de engenhos do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997, p. 18.

⁸⁴⁰ Idem, p. 127.

Jorge e sem eles de sua legítimas gastarem coisa alguma assim os filhos machos como”.⁸⁴¹ A filha Catarina também precisava acumular um dote para o casamento. Em outras palavras, nesse caso, os órfãos eram auxiliados pelo padrasto. Isto deveria ser habitual na zona de fronteira, pois os homens movimentavam-se em direção ao sertão ou para a costa, realizando as redes comerciais através do Caminho do Mar.

No inventário *post-mortem* de Izabel Sobrinha, a cadeia de ouro em que estava marcada um fio azul a insígnia real valia 100\$000 réis, mais que as benfeitorias como o sítio com seu algodoal, o canavial e as lavouras, valendo tudo por volta de 90\$000 réis.⁸⁴² Apesar do extenso patrimônio familiar, Gaspar Cubas, o viúvo e curador do órfãos, o “homem da governança da terra” pedia ao juizado que pudesse cuidar da herança dos filhos, provavelmente devido a demora do processo, que se estendia a mais de dez anos. Assim, o juiz Antonio Telles pedia ao ouvidor que “meta no cofre os bens que a seus filhos dele por suplicante por morte e falecimento da dita Izabel Sobrinha, que conforme a lei de Sua Majestade dá lugar para que seus filhos e os tenha em si não por serem órfãos senão menores mormente sendo ele Gaspar Cubas pessoa de qualidade e confiança porque quando fora mentecapto em tal caso se fizera em tudo o que o dito senhor manda por sua lei”.⁸⁴³ No entanto, o juiz Antonio Teles não confiava no dito viúvo e pedia a espera do ouvidor geral para que desse o parecer final.⁸⁴⁴

Encontram-se poucas famílias com referências às etnias nos inventários *post-mortem*, sendo um desses raros processos era o de Francisco Ramalho, esposo da índia forra Justina. A mulher indígena era a sua segunda esposa e ficava com 8\$000 réis, sendo a metade do patrimônio. A viúva reclamava das dívidas de Gracia Rodrigues, o qual em troca de uma moça crioula devia uma roupeta e calções de pano pardo. Como seu esposo era “homem honrado”, “morador antigo” e dono de sesmária, a governança da terra passava a tratá-la como tutelada, sendo seu curador Henrique da Cunha, o Moço, bem como o procurador dos índios Fernão Dias. A índia Catarina acabava sendo escrava de outra índia, a qual tinha que ter seu curador trocado por Lazaro Torres, por este ser parente do defunto. Mas novamente a curadoria dos órfãos também mudava para Damião de Moraes, o qual se obrigava a ensiná-los o ofício de alfaiate.⁸⁴⁵ Ficava uma tensão em relação à viúva com as autoridades locais pelo fato de ser indígena de

⁸⁴¹ Idem.

⁸⁴² Inventário de Izabel Sobrinha (1619). São Paulo: In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.5, pp. 273-300.

⁸⁴³ Idem, pp. 300a-301.

⁸⁴⁴ Idem, p. 300c.

⁸⁴⁵ Inventário de Francisco de Ramalho (1618). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.5, pp. 249-272.

precisar de um curador especial e pelo fato do senhor ser de ascendência antiga e pai de quatro filhos órfãos. Mas possuíam apenas um singelo patrimônio, como uns sapatos de veado e um chapéu velho, avaliados por \$050 réis.⁸⁴⁶

Em 1619, Francisco Velho falecia depois de dois casamentos. No primeiro, com Ana de Moraes possuía seis filhos e no segundo, com Maria Luiz, não tivera filhos. A viúva era chamada constantemente pelo juizado para declarar bens do inventário do falecido marido. Desse modo, a “fazenda entrava em litígio” porque o patrimônio constituído com a primeira esposa não havia sido resolvido. Sendo assim, cabia, entre outros artefatos indumentários, o calção de raxeta verdosa (3\$000 réis), outra veste do mesmo tipo pelo mesmo preço, botas curtas, botas usadas, espada, chapéus, chapins, capote velho, gibão de algodão, gargantilhas e anéis de ouro (tendo esses últimos o valor de 3\$000 réis). Como ferramentas para produzi-las, tesouras, alfinetes e varas de passames. Aos seis herdeiros, restavam roupetas de sarjas, ferragoulho e roupeta comprida de baeta, camisas de algodão, gibão e a casaca de 10\$000 réis. Destacavam-se incenso, espelho, óculos, rosário e retrós.

Para resolver o pagamento das dívidas do processo inventarial, vendiam-se, dentre outros objetos, a roupeta de baeta comprida para Pedro Nogueira de Pazes, por 2\$050 réis a fiado, o espelho à Paschoal Dias, por \$320 réis.⁸⁴⁷

As partilhas do inventário *post-mortem* de João Gomes, no final da década de 1610, também foram difíceis. De início, vendiam-se os couros, as reses, alguns utensílios domésticos, as carnes, cobraram as dívidas que o falecido fizera nas praças do Rio de Janeiro e Pernambuco, cabendo à viúva Paula Gonçalves 90\$000 réis e os 10 negros da terra. Cabiam aos órfãos o mesmo valor que à viúva, porém, essa era obrigada a preservar o patrimônio dos filhos, não “gastando”, portanto, a legítima. Dois anos depois de iniciado o processo, a senhora aparecia perante o juiz afirmando que “está muito pobre e necessitada e tem duas filhas mulheres e não vêm a esta vila ouvir missa por não terem que vestir nem ela ter para lho poder dar”. O juiz João de Brito Cassão mandava dar a legítima às órfãs “para poderem vestir e ir à igreja aos ofícios divinos, porquanto são mulheres e sua mãe não ter com que possa vestir por estar muito pobre e necessitada...”. Depois do apelo da viúva e provavelmente resultado de uma negociação e tensão, o juiz liberava 8\$800 réis para conseguirem os hábitos de missas.⁸⁴⁸

⁸⁴⁶ Idem, p. 254.

⁸⁴⁷ Inventário de Francisco Velho (1619). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.13, pp.5-78.

⁸⁴⁸ Inventário de João Gomes (1620). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.5, pp.356-358.

Os artefatos indumentários eram relativamente importantes no espólio de Diogo Dias de Moura, ficando o órfão Antônio Dias com um chapéu de mulher, em 1\$280 réis, um vestido de perpetuana (4\$000 réis), meias de seda (1\$200 réis), os alfinetes (320 réis) bem como as ligas por \$400 réis.⁸⁴⁹ Não importava que as vestimentas fossem para o gênero feminino. Estes artefatos preciosos eram para serem acumulados ou vendidos no comércio de roupas usadas da vila de São Paulo.

O outro órfão Simão, dentre as indumentárias mais importantes, herdava uma espada velha (1\$000 réis), outra nova (2\$840 réis), dois chapéus (5\$600 réis), um vestido de perpetuana, capa, roupeta e calção (8\$000 réis), bem como o gibão de tafetá pardo por 1\$600 e as meias de seda pelo mesmo preço da veste anterior.⁸⁵⁰ Também outro herdeiro menor, Diogo Dias recebia o chapéu, mais uma capa de gorgorão com sua roupeta (10\$000 réis), umas mangas de gibão (2\$000 réis), as ligas (\$640 réis). Por fim, Antonio também tinha em sua partilha um gibão de seda por 4\$000 réis e tecidos importantes como o outro côvados de baeta, por 10\$240 réis.⁸⁵¹

As partilhas acabaram se resolvendo por meio de um complicado jogo de cobranças das peças dos negros de Angola, ocorridos no decorrer do processo inventarial de Suzana de Góes. Desse modo, os conflitos com os devedores do trato Atlântico em Pernambuco duraram quinze anos, por intermédio das negociações do filho Antonio Dias de Moura com Clemente Álvares.⁸⁵²

Em alguns casos, as vontades dos testamenteiros não eram cumpridas, como ocorria com a viúva Domingas Rodrigues, que deixava “uma vasquinha usada e uma camisa a uma órfã filha que foi de Francisco de Brito, uma vasquinha de raxeta azul e o manto e saio de baeta a sua filha Luiza de Paz”. Posteriormente, no seu inventário as referências a tais indumentárias desapareceram. Levantava-se, contudo, a hipótese de que essas vestes tenham sido doadas pela senhora antes do seu falecimento. A testadora, mesmo tendo um patrimônio relativamente pequeno, doava 2\$000 réis para 10 missas de acompanhamento de seu corpo para a Misericórdia.⁸⁵³

O testador Francisco de Mendonça deixava a sua terça para a mãe Maria de Góes, a qual também era sua testamenteira. E pedia à senhora que retornasse a terça

⁸⁴⁹ Inventário de Diogo Dias de Moura (1627). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, p. 267.

⁸⁵⁰ Idem, pp. 268-269.

⁸⁵¹ Idem, pp. 270-271.

⁸⁵² Inventário de Suzana de Góes (1629). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp. 280-327.

⁸⁵³ Testamento e Inventário de Domingas Rodrigues (1630). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp. 191-212.

para seus herdeiros quando falecesse. No entanto, a “nobre” viúva Maria de Góes ficava com oito filhos órfãos para o sustento.⁸⁵⁴

A partir disso, precisava do auxílio do pai, Domingos de Góis, o qual, por ser velho e ter anos, administrava os bens da família com o auxílio de Amador Bueno, o Moço, esposo da neta de Domingos, Margarida de Mendonça. O genro da nobre senhora também auxiliava a administração dos bens da órfã Catarina de Mendonça, que aprendia “todos os bons costumes com a sua mãe” e curadora.⁸⁵⁵

O administrador Amador Bueno, o Moço, no dia três de fevereiro de 1648, aparecia perante o juiz dos órfãos Simão de Toledo declarando que “os órfãos que a seu cargo tinha, eram já homens e como tais faziam gastos excessivos, de maneira que não podia sustentar nem vestir, pelo que requeria a ele o dito juiz, lhe concedesse que com as ganâncias do dinheiro que em seu poder tinha, e do que a ganho andava, cobrando-o, vestisse e sustentasse os ditos órfãos, ficando sempre obrigado a lhe entregar as suas legítimas...”⁸⁵⁶

Assim, o curador queria deixar o cargo que ficava sob a responsabilidade de Maria de Góes. Com poucos escravos e muitos bens para administrar (a sua metade do monte menor era de 151\$350 réis), a senhora passava aos poucos a entregar as legítimas a seus filhos, como fizera anteriormente com seu filho Domingo de Góes de Mendonça, dando-lhe 30\$000 réis para “efeito de se vestir”.⁸⁵⁷ As negociações, portanto, com relação às partilhas eram realizadas, habitualmente, após uma série de tensões entre os herdeiros da mesma família. A necessidade de sustentar-se e vestir-se faziam com que o Juízo dos Órfãos fossem obrigados a intermediarem a distribuição das heranças, as tensões e os conflitos familiares.

Em 1633, Lourenço de Siqueira deixava como tutora e curadora dos bens a esposa Margarida Rodrigues. No decorrer do processo do inventário, representando a viúva estava o seu irmão Garcia Rodrigues. Ao longo dos anos, as dívidas foram sendo cobradas em vários momentos pelo juiz dos órfãos Jerônimo Bueno. A viúva falecera dois anos depois e novamente abria-se inventário *post-mortem* e cobravam-se as dívidas das esmolas, dos créditos e débitos familiares. No segundo momento, mudava-se de tutor e curador, de Francisco Rodrigues Velho, pai da falecida, para depois Henrique da Cunha. Também os juízes responsáveis pelos processos modificavam-se, como o juiz

⁸⁵⁴ Inventário de Francisco de Mendonça (1630). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.32, 1942, p. 44.

⁸⁵⁵ Idem, p. 54.

⁸⁵⁶ Idem, p. 58.

tornava-se Fernão de Camargo e depois Dom Francisco Rendon de Quevedo. Dentre as dívidas quitadas estavam o quintal de algodão pago a Antonio Pelais. Assim, Francisco Rodrigues Velho, em 1643, ou seja, dez anos depois de iniciado o inventário, ainda devia ao órfão um vestido para Vicente de Siqueira, o qual dizia ter 16 anos e reclamava não ter o que vestir.⁸⁵⁸

No mesmo inventário, o negro da terra Vicente arrematava um manto de sarja por 3\$540 réis. Este era um caso excepcional em que o cativo da terra conseguira acumular certo pecúlio para vestir-se e alimentar-se.⁸⁵⁹ Além disso, o processo inventarial contava ainda com a negociação do pagamento e partilha de gado, ferros e as dívidas passivas, somente terminando em 1649.

As partilhas eram ainda mais complicadas quando se tinham várias cônjuges, como era o caso de Mathias de Oliveira, casado por último com Ana de Freitas. O senhor era casado anteriormente com Izabel da Cunha, tendo os filhos Henrique da Cunha Lobo, Juana de Oliveira – viúva de Manuel Francisco – Felipa Gaga, esposa de Paschoal Neto. O testador, possivelmente, percebendo a dificuldade, tensões e conflitos decorrentes das partilhas, afirmava com relação à viúva que “Ana de Freitas é medianeira de meus bens e pede a seus filhos e herdeiros lhe não tirem nada de seu fato de vestir nem brincos que tiver nem a sua cama por assim ser sua última e derradeira vontade e assim lhe pede a todos usem com ela bem e a tratem como sua mulher...”⁸⁶⁰

Além desses, havia Constância Ferreira, casada com Manuel Gonçalves e moradores de Santos e Sebastiana, filha mestiça de oito anos quando da morte do pai. Contudo, o processo inventarial contava com uma dívida com o alfaiate Paulo da Costa: o feito de roupeta de baeta, do ferragoulho, dos calções de raxeta, de calções de perpetuana, de outra roupeta de pano pardo comprido, de outra de porto alegre, de picote de cordovão, de calções de catassol, outra roupeta de baeta comprida, um ferragoulho do mesmo tecido, calções de serraguilha, mais uma roupeta comprida forrada de serguilha, uma saia de pano bandada com sua pestana, um saio de baeta com botões, outro de baeta bandado, outra saia de portoalegre, corpinho passamado gibão de holanda, vestido de damasquilho, duas roupetas verdes, calções de catassol picados e outros forrados, ferragoulho de baeta, três gibãos de olandilha, outro ferragoulho de baeta, gibão de brim pespontado, três roupetas de burel, gibão de pano de algodão,

⁸⁵⁷ Idem, p. 52.

⁸⁵⁸ Inventário de Lourenço de Siqueira (1633). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.13, 1921, pp. 43-44.

⁸⁵⁹ Idem, p. 70.

carapuça parda, ainda outro saio de baeta e por fim um gibão de tafetá pardo de mulher. Para Alcântara Machado, o preço do trabalho de Paulo da Costa era pequeno frente à quantia e variedade da indumentária fabricada.⁸⁶¹

Desse modo, o alfaiate que vendera vários feitos para o senhor, no entanto, cobrava o pagamento a seus vários filhos. Segundo o juiz dos órfãos João de Brito Cassão, o genro Paschoal reclamava ter que pagar a dívida e dividir a herança com “as bastardas, filhas de negras por herdeiras o que não podia ser visto ser um homem nobre e fidalgo e que não podiam entrar a partilhas nem herdar a dita fazenda conforme a lei que ali apontava o que pretendia mostrar era o dito seu sogro Mathias de Oliveira nobre e fidalgo...”⁸⁶²

Depois dos conflitos entre os herdeiros e Paulo da Costa, esse último recebia pelo trabalho mecânico de alfaiate, graças à venda do fato de baeta de homem, roupeta e ferragoulho e o gibão de tafetá pardo de mulher para Francisco da Cunha, por 7\$000 réis.⁸⁶³

O testador Juzarte Lopes, casado com Maria de Pontes, declarava uma complicada rede de empréstimos, tais como os 10\$000 réis, que devia para Manuel Marinho Alonso e para Manuel Afonso do Rio de Janeiro; e para um forasteiro alfaiate de Santos. Ainda devia à Escolástica da Costa, moradora do Rio de Janeiro dez cruzados. Deixava também como esmola, o hábito de tafetá pardo ao Santo Amaro de Virapoeira. Além disso, devia uma vaca para a prima Izabel Ribeiro, um novilho para Bartholomeu Gonçalves e duas vacas à Inofre Jorge.⁸⁶⁴

Graças às constantes dívidas, o processo arrastava-se em vendas e negociações entre os curadores. O idoso pai do falecido Mathias Lopes era obrigado a vender os bens e administrar o patrimônio da órfã. Dentre os artefatos herdados pela filha Catarina Pontes, estava a capa de baeta nova por 8\$000 réis, um pouco menos que a metade do patrimônio herdado pela menina (18\$400 réis). A moça recebia a herança somente em 1649, quando estava casada com Diogo Furtado. Assim, alguns herdeiros acabavam não possuindo os dotes, ou a partilha, no momento de se casarem, mas apenas tempos depois.⁸⁶⁵

⁸⁶⁰ Testamento de Mathias de Oliveira (1628). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 6, 1920, p. 271.

⁸⁶¹ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 95.

⁸⁶² Inventário de Mathias de Oliveira (1628). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.6, p. 291.

⁸⁶³ Idem, p. 308.

⁸⁶⁴ Testamento de Juzarte Lopes (1635). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, pp. 469-471.

⁸⁶⁵ Inventário de Juzarte Lopes (1635). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, pp. 460-511.

Em 1636, a viúva Cosma Mendes era cobrada sobre 30 varas de pano de algodão, 2 lençóis, 2 camisas de homem e um gibão, pelos avaliadores do inventário *post-mortem* do falecido esposo Luiz Furtado. Francisco Rodrigues, sapateiro, casado com Antonia Furtado, enteada da senhora, deixava bem claro ao juiz dos órfãos Jerônimo Bueno a responsabilidade sobre a órfã, sua cunhada, Luzia Furtado, e que “se obrigava a vesti-la e sustentá-la de pano de algodão e roupa branca”.⁸⁶⁶ Logo, ficava para auxiliar a moça para sustentar e vestir os cativos Martinho e a esposa Simoa, Francisco, Maria e Dominguos e a esposa Violante.⁸⁶⁷ O senhor também deixava um ferragoulho, um rapaz e uma roupeta de baeta para o filho Pero Furtado e uma rapariga para a neta Bárbara filha de Mathias Cardoso.⁸⁶⁸

A órfã Luzia Furtado, em 1644, era considerada incapaz e passava a ser tutelada, juntamente com seus bens, “vestido, cobertor, cama, mais roupa necessária para a dita órfã”, por Paulo Pereira de Avelar, pois esse era “pessoa idônea e de boa consciência e dos nobres da governança da terra”. O juiz retirava a tutela de um oficial mecânico para um oficial camarário, membro da elite local.⁸⁶⁹

As tensões aconteciam até mesmo no momento da realização do testamento. Em 1638, o testador João da Costa deixava bem claro os problemas referentes à divisão dos bens entre os seus herdeiros e os de João Pedroso, pois “nada que todos e não lhe dei nada que se ficar de minha pobreza alguma cousa que o possam herdar o que couber a João da Costa e a Álvaro da Costa que ficou mais o pequeno que todos não lhe dei nada que já os dois mais velhos tiveram mais largueza de vestir e de calçar em minha casa que Ana e Izabel e Maria da Costa lhes dei á mais velha nove peças do gentio da terra e Izabel da Costa cinco ou seis e vestidos com que foram á porta da Igreja o que não levaram as outras tanto como elas todas três”.⁸⁷⁰

Os fatos de vestir eram descritos com riqueza de detalhes, pois os herdeiros e as autoridades do Juízo dos Órfãos deveriam conhecer as indumentárias para conseguirem controlar as partilhas. Nesse sentido, de acordo com Alcântara Machado, “Mencionam os avaliadores o feitio, a variedade, a cor do tecido, espécie e o matiz do pano, os enfeites que o alindam, o estado de conservação. Sirvam de amostra para aquele vestido de picotilho de mulher, saia e saio seus frocos e o forro de tafetá pardo, com que

⁸⁶⁶ Inventário de Luiz Furtado (1636). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, p. 146-147, 151.

⁸⁶⁷ Idem, p. 196.

⁸⁶⁸ Idem, p. 198.

⁸⁶⁹ Idem, pp. 206, 218.

⁸⁷⁰ Testamento de João da Costa (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 12, 1921, p. 350.

Madalena Hosquor, esposa de Manuel Vandala, deslumbrava as paulistanas de então; aquele gibão de bombazinha listrada de amarelo, forrado de pano de algodão com botões roxos, de Cristóvão Girão, aquele capote de barregana azul, forrado de baeta encarnada, com alguns buracos de bicho grilo, descoberto no acervo de Estevão Garcia”.⁸⁷¹

Nas partilhas, os acordos familiares eram auxiliados pelo acumulo da renda, conseguidos por meio das vendas de artefatos, dentre os quais destacavam-se as vestimentas e os tecidos.

Em testamento de 1641, Manuel João Branco, na vila de Santos, declarava as doações e os dotes das filhas Ana Leme, casada com David Ventura, e Isabel Paes, esposa do reverendo padre Marcos Mende de Oliveira, sendo que desse casamento, houveram três filhos. Ademais, o senhor deixava 10\$000 réis de esmolas para a filha de Sebastião Ramos.⁸⁷²

Nos arrolamentos dos bens, contava com nove cativos africanos, duas mulheres e sete homens, sendo que apenas dois eram “barbados”, ou seja, mais velhos. E, dentre os poucos bens indumentários, sobressaiam-se a roupeta velha de veludo de apenas \$200 réis, sendo que era dado como dote para Marcos Mendes, cativos, casas, roupas de cama e as idumentárias. Dessas últimas, destacam-se o vestido melcochoado e manto de seda valendo a fortuna de 30\$000 réis – sendo essa do mesmo preço da moradia – o saio de baeta e o de raxeta (5\$000 réis), três camisas de linho (1\$500 réis) e uma gargantilha de ouro e dois pares de brinco (6\$000 réis). Assim, importava a quantia de 85\$255 réis o patrimônio fornecido pelo sogro.⁸⁷³

A viúva Maria Leme devia o dote da filha Ana, sendo-lhe cobrado pelo juiz Dom Simão de Toledo Piza uma preciosa cadeia de ouro de 50\$000 réis, um negro da Guiné e um cavalo com freio e sela, bem como os “aviamentos do moinho”. Além disso, eram arroladas no processo “muitas dívidas” (...) “litigiosas”.⁸⁷⁴

O procurador da viúva, Gregório José e dos netos órfãos do padre Marcos Mendes, Antonio de Madureira, defendiam-se das acusações, afirmando que David Ventura estava em Santana de Parnaíba ou em Santos, por ser “homem do mar”.⁸⁷⁵

⁸⁷¹ Alcântara Machado. Op. Cit. p. 34.

⁸⁷² Testamento de Manuel João Branco (1641). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 282-288.

⁸⁷³ Inventário de Manuel João Branco (1643). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 329-331.

⁸⁷⁴ Idem, p. 336.

⁸⁷⁵ Idem, p. 338.

O arrolamento e as divisões da herança eram iniciadas somente um ano após a morte de Manuel João Branco. Importava-se a fazenda 1:190\$568 réis, mas cabia o monte menor de 807\$928 de devido às dívidas com o genro David Ventura. A viúva ficava com 403\$964 réis. A terça era de 134\$654 réis.⁸⁷⁶ O filho Francisco João Leme protestava os excessos do patrimônio do cunhado, acusando a mãe, por essa já ser de idade e ter dificuldades.

Em testamento de 1663, Maria Leme descrevia o processo de dotação da filha Ana, que recebia “uma gargantilha, brincos de ouro” e fogo. Ao filho havia doado “um vestido de seda com seu manto, e outro vestido de cote, camão, e mais enxoval, umas gargantilhas de ouro. Deram-lhe mais de cem cabeças de gado vacuum grandes fora algumas crias, peças da guiné, e quatro da terra, umas casas terreiras de dois lanços com seu quintal, na ria Direita de Santo Antonio...”⁸⁷⁷

No ano seguinte, com a morte materna, os irmãos entravam em confronto direto pelo sítio, gados, cativos e bens, e, embora o cunhado estivesse na Bahia, a herdeira Ana Leme, justificando-se por meio do testamento materno que atacava o filho por dilapidar o gado, conseguia expulsar o irmão e ficar com o domínio do patrimônio. Nesse caso, portanto, prevalecera o costume do dote e o privilégio da família da filha.⁸⁷⁸

Em síntese, as disputas pelos legados contavam além das benfeitorias e dos cativos, com os “*habitus*”, pois uma das preocupações mais importantes em relação ao cuidado dos órfãos era o vestir-se. Enfim, cabia às filhas as tarefas de aprenderem a coser, cuidar da casa, dos cativos e conseguirem matrimônio. Também, as partilhas dos bens e a necessidade de acumular recursos para os órfãos aqueciam o comércio entre o litoral e o sertão durante o Seiscentos.

⁸⁷⁶ Idem, pp. 342-343.

⁸⁷⁷ Testamento de Maria Leme (1663). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 378-379.

⁸⁷⁸ Inventário de Manuel João Branco (1643). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 367-370

8.3. Entre o litoral e o sertão: o comércio de têxteis

Nas expedições através dos sertões, os paulistas movimentavam-se alargando as fronteiras coloniais, em busca do remédio da terra para trabalhar nas roças e sobreviverem com o trato interno de gentios durante o século XVII. Nos resgates, os sertanistas partiam para o extenso território com consideráveis munições e em grandes contingentes populacionais.

O comércio de tecidos fazia parte das várias mercadorias vendidas nas lojas da vila de São Paulo de Piratininga. Para Belmonte, o que se vendiam eram “fazendas, aos côvados e às varas: tecidos de seda, de lã, de algodão – da *bombazinha*, o *catassol*, a *barregana*, até as fazendas mais rústicas, o *canequim*, a *raxa*, o *picote*, a *estamenha*. Pelas gavetas e pelas caixas, oitavas de *retrós*, dúzias de *atacadas*, varas de fitas, *negalhos de linhas de cores*, alfinetes, botões, colchetes, tesouras, agulhas. (...)”⁸⁷⁹

Realizando um levantamento dos preços de tecidos, aponta que a baeta valia \$300 réis o côvado, a *perpetuana* \$640 réis, o *tafetá* a \$640 réis, o *bocaxim* a \$160 réis; o linho \$320 réis; a fira \$050 réis e botões, 3 vinténs a dúzia...”⁸⁸⁰

Sobre a expansão da indumentária dos “bandeirantes” através dos sertões, Belmonte questionava-se: “E a marcha a bandeira para as selvas, com seus índios de arcos, seus homens de armas, gentios carregadores e, às vezes, seus cavalos. E em que consiste a matalotagem de um bandeirante?”. Historiador das Bandeiras, construía a imagem dos sertanistas com os gibões e com “escopeta de seis palmas, um cantil, uma pistola com suas bolsas, adereço de espada e adaga, um terçado, uma espingarda clavina, uma adaga de concha, - além de uma rede e umas botas de cordovão”.⁸⁸¹ Faziam parte das munições expedicionárias também alfinetes, facas, sal, anzóis, escopetas, arcabuzes.

Além dos gibões de algodão, os sertanistas, segundo Belmonte, utilizavam-se daqueles fabricados com couro de anta, encontrados nos espólios de Rafael de Oliveira, Custódio Gomes, Domingos Rodrigues, Francisco Barreto, Bento Pires Ribeiro, Domingos Luiz e João Tenório. O gibão de anta deste último estava enfeitado com fitas e “forrado de tafetá azul”. Essa vestimenta, de acordo com o autor, era utilizada na Europa e Ásia durante os séculos XIV e XVI, sendo chamado pelos espanhóis de

⁸⁷⁹ Belmonte. Op. Cit., p. 82.

⁸⁸⁰ Idem, p. 83.

⁸⁸¹ Idem, p. 247.

“médios coletes”, “bordados a passames”. Outras indumentárias utilizadas com mais raridade eram os calções de couro, os chapéus de sol e as luvas enfeitadas.⁸⁸²

No inventário *post-mortem* de Felipa Vicente encontram-se tecidos originários de regiões do Velho Mundo, como de Flandres e os côvados de raxeta de castela verdosa (8\$000 réis). Os cinco côvados de pano azul ferrete pelo mesmo valor, oito varas de canequim (1\$920 réis), dez côvados de tafetá azul (5\$000 réis). Mas ainda é importante acrescentar que tinha uma saia de mulher, verdosa, com o tecido originário de Londres (2\$000 réis), um saio de baeta preta (1\$000 réis), um vestido de perpetuana preta, um ferragoulho, calções forrados com linho (6\$000 réis), mais uns chapins vermelhos (\$200 réis).⁸⁸³

A dificuldade em se tratar dos tecidos está na fragmentação dos dados encontrados nos inventários *post-mortem*. No de Pedro Álvares de 1609, Sebastião de Freitas era cobrado pelos 6\$000 réis do damasco [tecido espécie de veludo] e mais o mesmo valor do tafetá.⁸⁸⁴ São raras as referências sobre a origem dos tecidos, que provavelmente chegavam à vila graças ao comércio através da Serra do Mar com Santos e o Rio de Janeiro. Os mercadores levavam da vila, com maior frequência algodão, gado e trigo, mas importavam da costa tecidos e indumentárias [usadas, além de jóias e armas] do Velho Mundo, principalmente das praças da Península Ibérica, ou até mesmo do Mar do Norte, como Londres e Flandres.

Talvez, a presença de invasores na costa brasílica fizessem com que essa mercancia atingisse a zona de fronteira da Capitania do Sul por meio dos contatos com a Capitania da Bahia, principalmente Salvador, sendo habitual a presença dos senhores nessa região, fazendo negócios, como acontecia com o próprio Pedro Álvares.⁸⁸⁵ O filho deste com Ana Farel, João Álvares Farel também saía da vila e avançava nas aventuras do Atlântico Sul, morrendo em São Thomé e não recebia a herança de seu avô Marcos Fernandes.⁸⁸⁶

O comércio com as praças do Rio de Janeiro eram frequentes, sendo que as famílias senhoriais mandavam vir encomendas, principalmente os têxteis. Mesmo em um espólio simples como de Luiza da Gama, encontra-se uma vasquinha de pano do reino avaliada em \$800 réis, as meias de seda encarnadas com o alto valor de 2\$500

⁸⁸² Idem, pp. 249-250.

⁸⁸³ Inventário de Felipa Vicente (1612). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 3, pp.431-433.

⁸⁸⁴ Inventário de Pedro Álvares (1609). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 433-434.

⁸⁸⁵ Idem, pp. 468-472.

⁸⁸⁶ Idem, p. 477.

réis, enquanto que o manto velho de sarja valia 1\$500 réis, o calçado de chapins (\$300 réis), o corpinho de cetim usado azul (\$320 réis) e o saio de baeta enfeitado (3\$000 réis).⁸⁸⁷

Os têxteis, principalmente os de algodão, contavam nas dívidas dos inventariantes, como era o caso de Manuel Rodrigues Góes e a esposa Isabel Fernandes que deviam vinte varas de algodão para Álvaro Neto. Nesse processo do inventário, nota-se que o órfão Balthazar aprendia o ofício de alfaiate com a licença do padraсто Belchior Fernandes no Rio de Janeiro.⁸⁸⁸

Inocência Preto arrematava do espólio de Francisco Gomes Botelho, quatro côvados e meio de telinha em 1\$000 réis em 1616. Nos mesmos leilões, Pedro Madeira comprava as telinhas, linhas, botões, retrós, pentes e agulhas, facas, espelha por fiado a dois anos. Este último comprador escolhia do patrimônio do falecido os artefatos importantes para a confecção dos tecidos e a suas transformações das indumentárias. Talvez, o comprador tivesse sido alfaiate, ou mesmo sua esposa poderia ter sido uma costureira necessitada de maiores ferramentas para coser para a família.⁸⁸⁹

Em 1617, no inventário *post-mortem* de Maria da Silva, esposa de Cláudio Forquim, as vestimentas eram significativas no espólio, como o gibão de gorgorão de mulher amarelo tostado (1\$500 réis), outro gibão feminino de cetim flamengo (2\$000 réis), uma saia de perpetuana de cor de pombinho espeguilhada e um saio da mesma cor bordado de tafetá verde e apassamado, valendo 7\$000 réis, uma vasquinha de cor de pessegueiro, com duas espeguilhas, 2\$000 réis, mais o manto de burano, por 6\$000 réis, o habito de baeta (1\$600 réis), um manto de sarja, em 3\$500 réis. Além dessas preciosas indumentárias, o patrimônio familiar contava com os côvados dos tafetás multicolores, no valor de 6\$000 réis, 2 varas de Ruão (\$640 réis), uma pelica vermelha de carneira (\$640 réis), um corpinho de mulher de olandilha (\$640 réis). Desse modo, o consumo indumentário na zona de sertão da vila de São Paulo mantinha-se em contato com as regiões costeiras, pois as redes de crédito e de comércio do casal espraiava-se com devedores de outras regiões da América portuguesa.

Dentre os maiores devedores estavam Salvador Correa de Sá devia-lhes 40\$000 réis, Francisco de Mariz no Rio de Janeiro tinham a dívida ativa de 21\$000 réis. Provavelmente, no comércio com outras praças as relações de crédito e débito eram

⁸⁸⁷ Inventário de Luiza da Gama (1615). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 3, p. 476-480.

⁸⁸⁸ Inventário de Manuel Rodrigues Góes (1615). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 30, 1937, pp.180-182.

⁸⁸⁹ Inventário de Francisco Gomes Botelho (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, p. 359.

habituais. Havia também a importação de tecidos, com os quais os alfaiates e as senhoras cosiam, produzindo, assim, ricas indumentárias de consumo familiar.⁸⁹⁰

No mesmo período, no inventário *post-mortem* de Marina de Chaves, também havia a importância das indumentárias como aquelas existentes no anterior. Um manto de gala novo com fitas azuis valia 10\$000 réis, dezenove côvados de gorgorão de seda, 12\$160 réis.

Abundavam os tecidos, como cinquenta varas de passames amarelo (1\$200 réis), quatro côvado de telinha amarela (\$640 réis), quatro côvados e meio de tafetá amarelo (\$500 réis), 11 peneiras de seda de cavalo (1\$320 réis), dezessete peneiras de seda alvas (2\$720 réis), dezesseis meadas de linha branca (\$640 réis), seis varas de canequim (1\$280 réis), uma espada prateada com cinto e adaga, no valor de 4\$000 réis, uma pele branca de cordovão deslavado (8\$00 réis), meias de agulha vermelhas (\$600 réis), umas meias grise (\$320 réis), quarenta varas de passames preto (2\$000 réis), um pavilhão de canequim grosso (6\$000 réis), mais um espelho de vestir, em \$800 réis), um gibão de tafetá azul, forrado de pano de linho (2\$000 réis), um vestido de pano de calção e roupetas, em 3\$000 réis. Infelizmente, não existem dados preciosos sobre os ofícios familiares, havendo também as relações das dívidas, que eram ao todo de 42\$000 réis.

Provavelmente, toda a fazenda de tecidos e de indumentárias poderia ser para a venda ou para a produção. Ou seja, a família dedicava-se além das lavouras, com o comércio, ou o ofício de alfaiates, ou ainda, mais provavelmente, podiam exercer as três funções concomitantemente, dada a presença de fuso, lavouras, sítio e casa de moradia na vila de São Paulo.⁸⁹¹

A produção, o comércio e o consumo das vestes eram muito imbrincadas, formando assim uma economia indumentária. Com relação aos tecidos, com exceção do algodão, eram geralmente comprados das pequenas redes de mercadores existentes na vila de São Paulo, crescentes a partir da década de 1610.

O testador Diogo Dias de Noura, em 1627, declarava seus negócios com tecidos com Gaspar Cassão, morador de Pernambuco, tendo 14 varas de picote, dos quais 7 pertenciam à Paulo da Silva. Com o senhor da longínqua Capitania havia uma dívida de 1\$300 réis. O senhor declarava a esposa Susana de Góes e o sogro Antonio Raposo como seus testamenteiros para cuidar dos negócios ainda não finalizados.⁸⁹² No

⁸⁹⁰ Inventário de Maria da Silva (1617). São Paulo: In: *I. T. São Paulo: DAESP*, v.5, pp. 108-130.

⁸⁹¹ Inventário de Marina de Chaves (1617). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, v.5, pp. 232-272.

⁸⁹² Testamento de Diogo Dias de Noura (1627). In: *I. T. São Paulo: DAESP*, vol. 7, p. 245.

arrolamento dos tecidos estavam 10 varas de Ruão (5\$000 réis), 3 côvados e meio de Porto Alegre (4\$480 réis), 4 côvados de pano azeitonado (12\$000 réis), 8 côvados de baeta (10\$240 réis), duas peças de tificira da Índia (7\$200 réis), 10 côvados e meio de bombazinho roxo listrado de branco (2\$500 réis), duas peças de bertanjol (2\$560 réis), 16 côvados de holandilha amarela (3\$200 réis), 4 côvados de tafetá (2\$560 réis), mais 6 côvados do mesmo tecido amarelo (3\$840 réis), 8 côvado de tificira (1\$600 réis), uma pele de cordovão (1\$000 réis). Além disso, eram arrolados os dois panos pintados de Angola (\$800 réis) e uma volta de renda com seus punhos rendados (\$800 réis).⁸⁹³ Dessa última localidade não vinham apenas tecidos, mais 10 escravos africanos, sendo 4 homens e 6 mulheres. Ademais, mantinham 13 cativos indígenas, predominantemente Carijó.⁸⁹⁴

Eram pouco numerosos ou incomuns os processos inventariais que deixavam pistas sobre a procedência ou mesmo o destino dos tecidos, como no inventário de Miguel Vaz, no qual estavam arrolados “um corte de tirutela de seda vermelho e preto, que é de 3 côvados com seus aviamentos de passame, botões, retrós e bocaxim”, em 6\$000 réis, mais 4 côvados e meio de raxa verde-mar em 2\$880 réis.⁸⁹⁵

Nos inventários *post-mortem* encontram-se muitas avaliações de indumentárias de vários tecidos diferentes. Em 1632, no espólio de Maria Nunes e Diogo Munhoz, eram artefatos importados o gibão e um corpinho de tafetá da China, valendo 2\$000 réis, possuindo, portanto, um preço superior ao gibão de pano de algodão de mulher de apenas \$320 réis. Dentre os tecidos, estavam três varas de pano de linho (1\$200 réis), uns chapins de Valença. Mas a monta de 25 varas de pano de algodão, no valor de 3\$500 réis. Esse pano de algodão provavelmente era produzido ali mesmo na vila de São Paulo,⁸⁹⁶ ajudando, então, na montagem da relevante economia algodoeira.

Em 1633, o testador Manuel Fernandes Sardinha, esposo de Isabel Ribeiro declarava suas dívidas com Pero da Silva, 6\$400 réis em meias de seda, 11 côvados de bombazinha da Inglaterra (3\$800 réis), 9 côvados e meio de tafetá preto (\$460 réis) e um estojo de lancetas (\$640 réis). Devia à mãe 40\$000 réis, originários dos vinhos comprados no Rio de Janeiro. O senhor também deixava estabelecido a distribuição de

⁸⁹³ Inventário de Diogo Dias de Moura (1627). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp.248-253.

⁸⁹⁴ Idem, p. 255-256.

⁸⁹⁵ Inventário de Miguel Vaz (1637). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, p. 436.

⁸⁹⁶ Inventário de Maria Nunes (1632). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.11, 1921, pp. 75-86.

alguns cativos e até mesmo a presença do filho natural Manuel, tido quando solteiro. Enfim, o remanescente da terça ficava para a mãe.⁸⁹⁷

Ao falecer o senhor, a viúva Isabel Ribeiro, irmã de Amador Bueno, ficava com as casas, os porcos, 2\$880 réis em chapins, dois anéis, um chapéu e o “jubão” de seda por 6\$000 réis. Os tecidos eram vendidos para pagarem as dívidas. Manuel João Branco recebia 40 varas de pano como pagamento. As quitações das dívidas em têxteis eram pagas graças às declarações de quitação da mãe Beatriz Gonçalves, tendo o processo inventarial terminado no mesmo ano de 1633.⁸⁹⁸

Felipa Leme, esposa de Domingos do Prado e mãe de Antonia do Prado, Ascensa (19 anos), Leonor (9), Braz (15) e Domingos (4) deixava a terça para as filhas, bem como 2\$000 réis para acompanhamento e habito do enterro. Das roupas declaradas em inventário, às quais ultrapassavam 15\$000 réis, destacavam-se a saia de serafina verde, saio comprido e dois pares de colchete de prata, o gibão de tafetá encatasolado guarnecido de passamaneria verde e forrado de bercantil azul, o manto de sarjeta novo. Além disso, os tecidos importados estavam presentes, provavelmente, para a produção de novas vestes familiares. Eram, portanto, avaliados em valores menores que as roupas, as 5 varas de raxeta cor de rato (1\$400 réis), 4 côvados de tecido azul escuro (2\$320 réis), mais cinco côvados de baixo pardo (4\$000 réis).⁸⁹⁹

Em testamento de 1648, o capitão Valentim de Barros deixava como testamenteira e curadora dos filhos a esposa Catharina de Góes, mas declarava explicitamente que se a senhora casasse novamente perderia a função. O testador também distribuía suas esmolas e relatava os negócios com a região costeira da América portuguesa, “tenho algumas fazendas de partes como é de Diogo Leão de que tenho vendidas alguma outras em ser em mão de Diogo Coutinho a saber trinta e nove côvados de cetim rosa seca e seis menos uma oitava de chamalote e prata fica em caixa um vestido de homem de tela não se pôde vender ficam em dinheiro meu poder do vendido cinquenta mil e duzentos réis de que lhe dará razão mais dica dez mil em poder de Antonio de Araujo Mendes da cidade da Bahia tenho contas com o capitão Francisco Pantoja de Sismeiros de que lhe tenho cá alguma fazenda de que a mais dela está em casa de Diogo Coutinho, a saber a Holanda e chapins e raxeta azul e uns cortes de

⁸⁹⁷ Testamento de Manuel Fernandes Sardinha (1633). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 1, 1920, pp. 436-440.

⁸⁹⁸ Inventário de Manuel Fernandes Sardinha (1633). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 1, 1920, pp. 433-492.

⁸⁹⁹ Inventário de Felipa Leme (1636). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 10, 1921, pp. 349-364.

magas e a peça de raxeta canelada está em minha casa de que meu pai tirou seis varas para pagar a fuga de um negro seu...”⁹⁰⁰

Também negociava um barril de água ardente com Diogo Coutinho e trinta e tantos mil réis no Rio de Janeiro. Desse modo, as tramas do mercado têxtil de tecidos provenientes, possivelmente, do Velho Mundo predominavam. E, no inventário *post-mortem* desse senhor, que tinha como herdeiros dois filhos menores, destaca-se, no consumo indumentário, um manto de tafetá preto em 9\$000 réis, um vestio de seda pinhoeta, anáguas, roupão e o gibão de 32\$000 réis e as significativas 100 varas de pano de algodão (10\$000 réis).

Contavam também com gargantilha de ouro enfeitada com suas pedras brancas e pingente de ouro e aljofres (28\$000 réis), brincos castelhanos das orelhas com suas pérolas de 8\$000 réis, a preciosa gargantilha de ouro com pérolas e pedras – guardada em uma caixa – de 40\$000 réis, mais os três anéis de peras em ouro (14\$000 réis). Nota-se ainda que a escrava de Angola Maria possuía o mesmo valor que a gargantilha. Ainda estavam arroladas as quatro camisas de pano de linho nova com rendas e punhos (5\$120 réis), as quatro camisas de pano e as outras quatro ceroulas, sendo que esses dois grupos de vestes custavam 8\$000 réis. O vestido de barregana furta-côres e a roupeta de 3\$000 réis completavam o “guarda-roupa” familiar desse inventário seiscentista.⁹⁰¹

Além disso, o patrimônio do senhor tinha 160\$000 réis no Rio de Janeiro, sendo 30\$000 réis de comércio de tecido de algodão. Eram arrolados ainda 119 cativos da terra, 9 fugidos e o ferreiro Infre estava na casa de Lucrecia Leme.⁹⁰² Enfim, sobrevivia do monte menor uma fortuna de 680\$130 réis.⁹⁰³

Entretanto, a viúva casava novamente com dom João Matheus Rendon e contra a vontade do primeiro marido continuava a administrar os bens dos filhos. A senhora ao fornecer as contas ao juizado, informava que pretendia partir para a Bahia, negociando a escravaria e trigo.⁹⁰⁴

As redes de crédito da vila estavam também presentes no processo inventarial do falecido Antonio de Almeida Pimentel que devia à Catharina de Góes 180\$000 réis. E,

⁹⁰⁰ Testamento de Valentim de Barros (1648). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 15, 1921, PP. 195-196

⁹⁰¹ Inventário de Valentim de Barros (1651). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 15, 1921, pp. 198-206.

⁹⁰² Idem, pp. 207-209.

⁹⁰³ Idem, p. 210.

⁹⁰⁴ Idem, pp. 227-231.

para o pagamento da dívida, a mãe do falecido, Luzia Leme mandava fiar 300 varas de pano, no entanto, as suas peças tecedeiras estavam fugidas ou haviam falecido.⁹⁰⁵

Em processo de inventário, que durava praticamente dez anos, Ana de Proença, viúva de Pedro Dias Leite, representada pelo pai seu procurador Lourenço Castanho Taques, declarava receber a venda de 64\$800 réis da venda de tecidos de linho para cuidar dos filhos órfãos.⁹⁰⁶

Em síntese, os têxteis algodoeiros eram produzidos, circulados e consumidos no interior da vila, contudo, aqueles manufaturados eram comprados pelos moradores para a constituição dos preciosos consumos indumentários. A partir disso, senhoras viúvas, casavam-se novamente e, contrárias às normas, tutoriavam os filhos e administravam o patrimônio familiar têxtil, comandando as escravarias e realizando comércio com outras regiões da América portuguesa, com as quais possuíam também contatos familiares. Observa-se, portanto, que as camadas senhoriais adquiriam artefatos luxuosos por intermédio das relações familiares e de comércio com regiões centrais da economia colonial.

⁹⁰⁵ Inventário de Lucrecia Pedroso de Barros (1951). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.15, 1921, pp. 250-251.

⁹⁰⁶ Inventário de Pedro Dias Leite (1653). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.16, 1921, pp. 56-58.

CAPÍTULO IX – ENTRE “CHAPINS DE VALENÇA” E “SAIAS DE LONDRES”: GÊNERO, HERARQUIAS SOCIAIS E COSTUMES

9.1. O luxo e a teatralização dos gestos

Na primeira metade do século XVI, as regiões do Norte e Centro de Portugal abasteciam o sul com os têxteis, sendo importantes o linho e a lã de Guimarães, a tinturaria de Lamego, com a cultura do sumagre. No início do século XVII, o cânhamo florescia em Santarém.⁹⁰⁷

A economia e a cultura indumentárias lusitanas dependiam das importações de Castela. Além da moda castelhana, eram presentes as lãs, as quais eram originárias da Inglaterra. Crescia o comércio de tecidos com Ruão, principalmente em Antuérpia, feitoria portuguesa, durante os anos de 1499 e 1548. O trato com esta última região, na segunda metade do Quinhentos acentuava-se devido ao negócio açucareiro.⁹⁰⁸

Além do comércio têxtil, o reino contava com a presença de uma variedade de oficiais mecânicos que partiam para o Novo Mundo em busca de enriquecimento. Nesse contexto, os processos das visitas lusitanas na Capitania da Bahia, a partir de 1591, comandados pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, possuem informações valiosas sobre a vestimenta colonial. Apesar de fragmentárias, essas fontes podem ser úteis na descrição dos costumes considerados judaicos, bem como em referências às atividades mecânicas, como a de alfaiate. Encontram-se nas visitas referências sobre a posição social, relacionada na colônia ao nascimento e ao “*habitus*”.

Os acusados inquisitoriais, de acordo com Vainfas, “pertenciam à mais variada gama de estratos sociais da Colônia e, com efeito, encontramos-os entre senhores de engenho, mercadores, lavradores de variada condição, artesão e pequenos comerciantes, burocratas, mestres de açúcar, feitores, marinheiros, soldados, gente desclassificada e até padres. (...)” Contudo, “a polêmica social sobre se a fornicção era ou não pecado expressava uma moralidade masculina, branca e ibérica”.⁹⁰⁹

Um dos casos mais interessantes a respeito dos oficiais mecânicos, é o do alfaiate cristão-novo Fernão Gomes. O confesso afirmava ser filho de Lançarote Gomes

⁹⁰⁷ Em um dos raros trabalhos que realiza algumas observações sobre a economia indumentária em Portugal ver: Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, (3ª ed.), 2001, vol. 3, pp. 313-316.

⁹⁰⁸ Idem, vol. 4, pp. 369-384.

⁹⁰⁹ Ronaldo Vainfas. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 63.

também do mesmo ofício que o filho e Leonor, ambos de Vila Real. O alfaiate morava com a esposa, Guiomar Lopes, na rua detrás da Sé.

Ao relatar sua confissão, Gomes dizia, “eu sou alfaiate que não furto e neste caso não devo nada a nenhum homem, nem mulher, nem à minha alma, nem a Deus”⁹¹⁰ Ou seja, o confesso afirmava o seu ofício como uma justificativa da inocência, pois declarava ser um verdadeiro cristão e a sua posição social no interior da sociedade açucareira.

Outro oficial mecânico confesso era o moço cristão-novo Pero Teixeira, natural de Touguia, em Portugal. Sapateiro e mercador, era absolvido e perdoado pelo simples pecado de andar com uma carta, a bula, com “chocalhos pendurados”.⁹¹¹ Também, confessava-se a costureira e viúva cristã velha Catharina Fernandes, degredada, por cinco anos, de Estremoz por ter matado o pai da filha.⁹¹²

Desse modo, havia uma significativa presença de oficiais mecânicos relacionados à produção vestuária, na Capitania da Bahia. Muitos descendentes de alfaiates, sapateiros e costureiras viriam a ser perseguidos pelas visitações do Santo Ofício. A cristã-nova Maria Lopes era filha de Fernão Lopes, alfaiate do duque de Bragança.⁹¹³

Dentre as práticas de consumo indumentário, é interessante notar a perseguição que sofreu Clara Fernandes, “meia cristã nova” por ter vestido camisas lavadas em “alguns sábados”. Esse costume era compreendido como judaizante, na Colônia, e, a senhora dizia que o fazia por ser estalajadeira e precisar ter “limpeza no dito ofício” e ainda declarava não guardar os sábados.⁹¹⁴

O confesso Estevão Cordeiro, natural do Pôrto de Nós, cristão novo por ascendência materna, sendo filho da senhora Grácia Fernandes, era solteiro, com 31 anos, lavrador e morador do Engenho de Pedro Carnijo, na Freguesia de Santo Amaro. Conversava no Reino com o seu vizinho também lavrador, Álvaro Barbalho. Na Colônia, acusado pelo cristão novo Rui Gomes, ourives e morador defronte da

⁹¹⁰ “Confissão de Fernão Gomes, cristão-novo, no tempo da graça, em 30 de julho de 1591”. In: VAINFAS, R. Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 55.

⁹¹¹ “Confissão de Pero Teixeira, cristão-novo, no tempo e da graça, em 2 de agosto de 1591”. In: VAINFAS, R. Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 62.

⁹¹² “Confissão de Catharina Fernandes, cristã velha, no tempo da graça, em 9 de agosto de 1591”. In: VAINFAS, R. Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 79.

⁹¹³ “Confissão de Maria Lopes, cristã nova, no tempo da graça, em 3 de agosto de 1591”. In: VAINFAS, R. Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 70.

⁹¹⁴ “Confissão de Clara Fernandes, meia cristã-nova, no tempo da graça, em 14 de agosto de 1591”. In: VAINFAS, R. Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 83-84.

Misericórdia, dizia ao mestre de açúcar Manuel Pires, que “em Roma andavam as mulheres com os peitos descobertos e que os padres santos concediam indulgências aos homens que com elas dormissem carnalmente, por respeito de com isso divertir aos homens de fazer o pecado nefando...”⁹¹⁵

Apesar de ser lavrador e fixado à terra, o confesso aventurava-se pela armada do Rei Sebastião, na África e acabara tornando-se colono em terras brasílicas. Por intermédio de uma vivência em vários contextos do Velho e Novo Mundo, acusava a Igreja, construindo imagens de mulheres e padres na capital da Santa Sé, condizentes com aquelas dos Reformados, os quais acusavam a Igreja Católica Apostólica Romana de desvirtuar os preceitos morais da Igreja Comunitária Cristã. Além disso, as visitasções perseguiram os perfis sexualmente desviantes tanto de homens quanto de mulheres.

Na Capitania de Pernambuco, a maioria dos confessos pertenciam ao gênero masculino, contudo, a presença da homossexualidade e da sodomia fugia dos padrões sexualmente aceitos pela comunidade cristã. Ronaldo Vainfas descreve o processo inquisitorial de Balthazar da Lomba, homem branco, na casa dos cinquenta anos, acusado de ‘coser, fiar e amassar o pão como mulher’, assim como de viver em aldeia indígena com outros homens.⁹¹⁶

Também as práticas de comportamentos gentílicos entre os mamelucos eram perseguidas pelos visitantes. Pedro Bastardo, natural da Capitania de Ilhéus, filho do ferreiro Afonso Bastardo, homem branco e da negra da terra Beatriz, era lavrador, solteiro e tinha por volta de 45 anos quando confessou nas malhas da Inquisição. Morador do Cabo de Santo Agostinho, nas terras de Cristóvão Lins, afirmava que “haverá ora 14 anos que veio do sertão de Raribe, para o qual foi sendo de idade de alguns 24 anos e nele andou sete anos, nos quais sete anos êle viveu sempre no dito sertão entre os gentios, vivendo conforme os costumes dos ditos gentios, tingindo-se com êles e tomando e tendo muitas mulheres gentias como êles costumam ter, e tomou nome como êles costumam tomar e se chamou Aratuam, que quer dizer arara, que é um pássaro grande de côres, e ajudava os ditos gentios faziam, dizendo-lhes que também

⁹¹⁵ Confissão de Estevão Cordeiro, que tem parte de cristão-novo, na Graça, 6 de fevereiro de 1594. In: José Antônio Gonçalves de Melo (editor). *Confissões de Pernambuco (1594-1595)*. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, pp. 26.

⁹¹⁶ Ronaldo Vainfas. Op., Cit., p. 171.

êle era gentio e que já não queria ser cristão, nem se queria tornar para terra aos cristãos e que queria ficar sendo gentio, ir com êles para todo o sempre”.⁹¹⁷

Provavelmente, o mameluco vivia conforme costumes indígenas e participava dos rituais gentílicos, todavia, a questão que se coloca é em que medida não havia certo exagero por parte dos membros da visitação, os quais procuravam a todo momento as práticas desviantes das populações indígenas, como a arte plumária, ritualística e sagrada, as incisões pelo corpo e até mesmo as “feitiçarias”. Outros eram denunciados pelo confesso mameluco por praticarem as práticas gentílicas, como Pedro Álvares Parambuasa e André Dias, mestiços da Bahia.⁹¹⁸

No Novo Mundo o consumo indumentário era descoberto e transformado com uma criatividade importante, que passava aos olhos contemporâneos do século XVI como exótico. A teatralidade dos gestos tornava-se presente na sociedade colonial. Assim, na economia algodoeira foram notadas descrições de indumentárias importadas de produção caseira, encontrada nos inventários *post-mortem*.

O processo de inventário de Gracia Rodrigues, esposa de Pero Leme, segundo Alcântara Machado, possuía “um pouco de roupa”, como a saia do reino de Londres, em 5\$000 réis.⁹¹⁹

Na década de 1610, o consumo indumentário instituía-se de maneira vagarosa e as vestes faziam parte significativa dos bens da camada senhorial na vila de São Paulo. No inventário de Francisco de Brito, esposo de Izabel Correa, eram arrolados como artefatos de alto valor, o hábito de baeta guarnecido de tafetá preto em 2\$000 réis, um vestido, calção e roupeta de baeta preto, em 2\$500 réis e um ferragoulho usado de raxeta, cor de pombinho avaliado em 1\$500 réis. O patrimônio familiar contava com as poucas vestes usadas dos senhores.⁹²⁰

Os modos de vestir eram dependentes das precárias possibilidades de consumo indumentário, como percebe-se no testamento de Izabel Correa, em 1616. A testadora repartia os têxteis algodoeiros, possivelmente fruto do trabalho de suas cativas, mais a saia de Londres Ferrete, um saio de baeta, manto e mais “fato do reino” para a neta

⁹¹⁷ Confissão de Pedro Bastardo, mamaluco na graça. José Antônio Gonçalves de Melo (editor). *Confissões de Pernambuco (1594-1595)*. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, pp. 28-29.

⁹¹⁸ Idem, p. 29.

⁹¹⁹ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 45.

⁹²⁰ Inventário de Francisco de Brito e Izabel Correa (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, pp. 275-281.

Izabel, filha de Manuel Francisco.⁹²¹ Em inventário administrado pelo esposo Mathias de Oliveira, encontram-se um representativo arrolamento do consumo indumentário familiar do primeiro quartel do século XVII, havendo um saio de baeta preto, enfeitado com o tafetá também negro, provavelmente vestido à moda espanhola, por 2\$000 réis. As cores mais escuras predominavam na vestimenta, como o saio de pano azul ferrete (3\$500 réis), manto de sarja novo (4\$000 réis), gibão de holanda preto (\$400 réis).

Além disso, existiam o gibão de bombazinha roxa, guarnecido de tafetá amarelo e para abotoar os botões de retrós (1\$000 réis), dois pares de chapins de Valença (2\$000 réis), mais outro calçado usado, chapins e botinas por apenas \$400 réis. Com relação às distinções de gênero na indumentária, sobressaíam-se as sete camisas de mulher (2\$800 réis). Ainda não faltava o gibão de algodão, realizado, possivelmente, em um dos dois teares (6\$000 réis) e com o trabalho das 5 escravas tecedeiras indígenas: Cosma, Iria, Francisca, Maria e Perina.⁹²²

No espólio de Isabel Fernandes os fatos de vestir mais relevantes economicamente eram o manto de sarge (1\$600 réis), a saia de baeta usada (1\$000 réis), outra de pano roxo (3\$000 réis). Além dessa economia indumentária, o corpinho de damasco vermelho com uma barra de veludo azul, outro de cetim escuro espartilhado, de berbotina listrado de amarelo, gibão de mulher (forrado com tecido de algodão), calçado de mulher, chinelos de cortiça também femininos estavam arrolados no patrimônio familiar.⁹²³

Mas a partir da década de 1620, na vila de São Paulo, a economia e a cultura indumentária começavam a passar por transformações profundas, com a inserção de novas vestimentas e negócios. No processo inventarial de Cristóvão Pereira, encontra-se uma série de armamentos para a expansão de aprisionamento dos cativos indígenas, com 3 escopetas e uma espada. Uma delas valia 4\$000 réis, valor próximo da roça de 5\$000 réis. Essa benfeitoria, todavia, tinha o mesmo valor que o vestido de linho picado e forrado. Contava em seu patrimônio familiar, o gibão de holanda raxada, a roupeta forrada, o chapéu preto e o mantéu de canequim, no valor superior a 5\$400 réis.⁹²⁴

Em 1630, no parco consumo indumentário da família de Maria de Mendonça Bicudo, o manto de 10\$000 réis valia uma fortuna, pois era o mesmo preço que o sítio

⁹²¹ Testamento de Izabel da Cunha (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, pp. 310-312.

⁹²² Inventário de Izabel da Cunha (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, pp.318-3320.

⁹²³ Inventário de Isabel Fernandes (1619). . In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 30, 1921, pp. 199-200.

⁹²⁴ Inventário de Christovão Pereira (1622). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 5, 1920, pp. 487-505.

em Oquitauna.⁹²⁵ No mesmo ano, o herdeiro da viúva Thomazia de Alvarenga ficava com o manto de sarja pela metade do valor do anterior.⁹²⁶

Dois anos depois, umas gargantilhas e 2 pares de cabacinhas e 2 partes de botões e 3 pares de arrecadas e 2 anéis valiam 12\$000 réis no espólio de Maria de Siqueira, esposa de Romão Freire e filha de Francisco de Siqueira, mãe de Ana de Siqueira, casada com Amaro Álvares, Isabel (5 anos), Maria (11), Joana (4), Ursula (2) e Maria pequena. A família também possuía uma saia de 4\$000 réis, o manto de tafetá (5\$000 réis), outro velho e o saio usado (3\$280 réis). A casa com quintal, na vila, tinha o mesmo valor que o conjunto de jóias deixados pela falecida.⁹²⁷

Apesar das correntes dívidas no inventário de Luiz Fernandes Folgado, esposo de Ana Rodrigues, as vestimentas e os artefatos domésticos eram significativos no todo do monte mor familiar. Dentre os artefatos interessantes existiam: a capa de gola negra, calções de cetim, calção de bombazinha roxa, gibão de tafetá pardo, meias de seda negras valhas, meias de seda roxas usadas, ligas de tafetá pardo, ferragoulho de cetim velho, sapatos de cordovão usados, cintos e talabartes de prata, um chapéu usado, mais ainda um óculos por \$320 réis. Ademais, a espada negra era um dos objetos mais preciosos da família, valendo 2\$000 réis.⁹²⁸

Observa-se também o vestido de baeta de 5\$000 réis no espólio de Pedro Dias, sendo que a sua família, encabeçada pela viúva Maria Leite, mantinha-se endividada, pois a legítima de cada filho herdeiro era de apenas de 2\$080 réis.⁹²⁹

Nesse mesmo período, o inventário de André de Burgos, segundo o depoimento de João Gomes, continha “não mais que uns calções de picote velho tirados de dentro para fora de uma roupeta de pano verdoso usada entre forrada de tustão e um jubão velho que o defunto em vida vendeu a Diogo Barbosa duas camisas que levou à cova e um moço por nome Mathias e um rapaz por nome Antonio, o qual lhe deram por uma espada em vida e outro rapaz por nome Francisco”. Apesar do inventariante acumular durante a vida apenas alguns trastes, mantinha uma escravaria de 3 indígenas, os quais lhe auxiliavam no trabalho cotidiano. Deveria ser recém casado, declarava em

⁹²⁵ Inventário de Maria de Mendonça Bicudo (1630). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, p. 216

⁹²⁶ Inventário de Thomazia de Alvarenga (1630). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, p. 261.

⁹²⁷ Inventário de Maria de Siqueira (1632). . In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 31, 1940, p. 143.

⁹²⁸ Invntário de Luiz Fernandes Folgado (1628). . In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp. 462-463.

⁹²⁹ Inventário de Pedro Dias (1633). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, p. 60.

testamento ser esposo de Catharina de Oliveira e deixava a mãe como herdeira de sua fazenda.⁹³⁰

Beatriz Bicudo, senhora de grossa escravaria, mas de um patrimônio remediado, nas suas posses continha uma gargatilha de ouro, em 5\$000 réis e com o mesmo preço um par de brincos, mais 2 anéis com sete pedras a 2\$000 réis.⁹³¹ A escopeta de 12\$000 réis também era importante para acompanhar os sertanistas.⁹³²

No ano de 1638, estavam arrolados no inventário *post-mortem* de Maria Ribeiro um manto de tafetá (6\$000 réis), um melcochoado negro, saia e roupão (18\$000 réis), mais 34 varas de passames vermelhos, sete varas e meia de crê, cinco côvados e meio de serafina negra, 3 varas de raxeta verde, um chapéu branco. E como jóias, tinha 38 oitavas de ouro, em brincos, gargantilhas, e anéis no valor de 24\$320 réis.⁹³³ Percebe-se, assim, que os tecidos e as indumentárias eram distintas. E as cores eram ricas em variedade, com branco, negro, verde, vermelho e azul, porém, questiona-se como eram as técnicas de pigmentação desses artefatos têxteis, não existindo, informações precisas sobre esse processo na documentação pesquisada.

Outro inventário com um espantoso crescimento do patrimônio familiar, constituído provavelmente na década de 1630, era de Domingos Cordeiro, em relação ao da esposa Antonia de Paiva, falecida em 1629. No inventário *post-mortem* do senhor, a viúva Ana Ribeiro, nas partilhas, contava com um vestido de pano apregoadado, roupete e calção (3\$000 réis), a gargantilha de ouro pequena com cinco anéis (12\$600 réis). Os filhos do primeiro casamento, Antonio e Francisco ficavam entre outros bens, com uma espada e adaga, meias de seda usadas e uma couro de anta, além da prataria no valor de 16\$000 réis. A órfã Antonia de Paiva recebia um vestido em 12\$000 réis nas mãos de seu cunhado, tutor e curador, o capitão Raphael de Oliveria, o Moço. As peças do inventário somente eram entregues em 1653.⁹³⁴

No inventário *post-mortem* da viúva Margarida Rodrigues, encontrava-se arrolado um espelho dourado de vestir usado por apenas \$640 réis e umas peças de louça da Índia em \$480 réis. Eram poucas as referências à vida material, contudo, a senhora possuía ainda crédito na praça, ficando o monte mor de 125\$836 réis.⁹³⁵

⁹³⁰ Testamento e Inventário de André de Burgos (1629). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 7, pp. 509-511.

⁹³¹ Inventário de Beatriz Bicudo (1632). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.11, 1921, pp. 90-91.

⁹³² Idem, p. 92.

⁹³³ Inventário de Maria Ribeiro. In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v. 11, 1921, pp. 369-371.

⁹³⁴ Inventário de Domingos Cordeiro (1643). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 8, 1920, pp. 128-189.

⁹³⁵ Inventário de Margarida Rodrigues (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 53, 54 e 60.

A cadeia de ouro de quatro voltas, pesando vinte e duas onças do inventário de Francisco Bueno representava um alto valor monetário de 115\$200 réis. No mesmo espólio, a gargantilha de ouro e feitio valia 11\$200 réis e os seus anéis 5\$120 réis. Importava o monte menor do inventário 855\$548 réis e a viúva Felipa Vaz ficava com a metade, tendo as casas da vila o valor de 40\$000 réis.⁹³⁶

No inventário *post-mortem* de Izabel da Cunha Lobo, dentre os artefatos mais valiosos, arrolados pelos avaliadores estavam a escopeta de 7\$000 réis e as gargantilhas com três anéis e uns brincos de 14\$000 réis. Destaca-se o baixo valor do “moleque por nome Cristóvão” de apenas 5\$000 réis.⁹³⁷

Em 1645, enquanto o senhor Martim da Costa Vilhena estava no sertão, falecia a esposa Maria Pedrosa e assumia o papel de inventariante seu pai, Braz Leme. Os artefatos indumentários mais relevantes eram constituídos por um manto de tafetá novo (5\$000 réis), um gibão de tafetá azul novo, pregueado de amarelo (2\$000 réis) e as camisas com cabeções de linho (1\$600 réis). Estavam arroladas os três anéis de ouro, “dois pares de brincos de ouro com as suas riquezas”.⁹³⁸

Enfim, os artefatos indumentários de luxo contavam com uma participação fundamental nos espólios das camadas senhoriais na vila de São Paulo Colonial, havendo distinções importantes com relação às hierarquias e às silhuetas dos gêneros femininos e masculinos.

⁹³⁶ Inventário de Francisco Bueno (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 14, 1921, p. 16.

⁹³⁷ Inventário de Izabel da Cunha Lobo (1641). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 448-449.

⁹³⁸ Inventário de Maria Pedrosa (1645). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.33, 1945, pp. 58 e 60.

9.2. *Metamorfoses das silhuetas*

No primeiro contato com os indígenas, as silhuetas foram transformadas radicalmente e, posteriormente, as mudanças ocorriam aparentemente de forma mais lenta. Os consumos indumentários foram metamorfoseados com novas cores, formas e materiais. A constituição fixa dos vestidos femininos e dos gibões masculinos faziam com que a capacidade criativa e o estilo colonial fossem ainda maiores. Em outras palavras, a rigidez da forma das indumentárias fazia com que as mulheres coloniais, autoras e transmissoras centrais das mudanças nos modos de se vestir, criassem o espírito da moda cortesã e o “*ethos*” cortês.

As transformações das silhuetas das mulheres indígenas eram mais radicais, pois a imagem da nudez feminina atritava com o sentido catequético e cristão dos jesuítas. Combater o mal das índias nuas foi tarefa imensa para os missionários cristãos.

Nesse sentido, o “rigor” jesuítico com relação à nudez, segundo Vainfas, era uma época de “tempo de Reformas”, “obcecada pela ocultação dos corpos”. A população indígena da América portuguesa, causava “profundo desalento” aos inacianos. Assim, de acordo com o mesmo autor, “julgava imperioso cobrir o corpo dos índios, alegando variadas razões: o escândalo que dariam nus aos padres vindouros; à ofensa a Deus, sobretudo ao assistirem os ofícios divinos com as vergonhas à mostra; à excitação que as índias nuas causariam aos cristãos. Era preciso ocultar-lhes o corpo, uma vez batizados: pela nudez em si descabida em gente cristã, e pelo que essa nudez poderia incitar”.⁹³⁹

Com relação aos discursos sobre a condição feminina, os colonos, para o historiador acima citado, “mal disfarçavam a misoginia herdada da Península, vangloriando-se com irreverência de seus privilégios masculinos”.⁹⁴⁰ Exemplo disso, estava na carta do padre Ambrósio Pires, em 1555, que como “servo de Deus” e “zeloso da alma” dos gentios escrevia à Diego Mirón, “...as mulheres andão quá nuas e são tão roins, que andão atrás estes moços pera pecaren com elles e enganão-nos, e elles que facilmente se deixão enganar”.⁹⁴¹

⁹³⁹ Ronaldo Vainfas. Op. Cit., p. 33.

⁹⁴⁰ Idem, p. 69.

⁹⁴¹ “Carta do Pe. Ambrosio Pires ao Pe. Diego Mirón, Lisboa. Da Bahia, 6 de junho de 1555” In: Serafim Leite. Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu. (1553-1558). Roma/Coimbra, 1956, vol. 2., p.230 e 233.

Influenciado pela obra de Jean-Claude Bologne, sobre o lento florescimento dos trajes íntimos no período da época moderna, Vainfas, tratando da sexualidade brasílica, observa que jesuítas e colonos conviveriam com a nudez indígena, sendo ela “um traço cultural dos índios em terras tropicais e sendo eles a maioria da população em terra brasílica”.⁹⁴²

No que se refere à nudez, o autor aponta a presença da semi-nudez descritas nos processos do Santo Ofício, como os indivíduos levantando a camisa, ou a saia abaixando os calções e arriando as fraldas.⁹⁴³

Os jesuítas também combatiam a prática das incisões. Modos de vestir indígena por excelência, as tatuagens forneciam aos guerreiros Tupinambá a coragem para o combate e para a prática antropofágica – o horror dos cronistas, jesuítas e de todos os colonos nos primeiros tempos. O medo da antropofagia levava os colonos portugueses ao combate feroz contra estes gentios.⁹⁴⁴

Mais ao avançar do século XVI, em 1584, Joseph de Anchieta descrevia o modos de vestir da população colonial indígena: “Os índios da terra de ordinário andam nus e quando muito vestem alguma roupa de algodão ou de pano baixo e nisto usam de primores a seu modo, porque um dia saem com gorro, carapuça ou chapéu na cabeça e o mais nu; outro dia com seus sapatos e botas e o mais nu, outras vezes trazem uma roupa curta até a cintura sem mais outra cousa. Quando casam vão às bodas vestidos e à tarde se vão passear somente com gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim mui galantes”.⁹⁴⁵

O padre Anchieta também contava que os padres da Companhia usavam seus hábitos simples, distantes da ostentação, provavelmente com o intuito de demonstrar o sacrifício cristão. Segundo o fundador da vila de São Paulo, “Os nossos Padres e Irmãos vestem e calçam propriamente como em Portugal dos mesmos panos que lá, mas faltam-lhes muitas vezes, mas não se amofinam, porque a terra não pede muita roupa e quanto mais leve e velha tanto é melhor e folgam com ela; e o andarem descalços é uso

⁹⁴² Ronaldo Vainfas. *Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. NOVAIS, Fernando A. (direção) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 264.

⁹⁴³ Idem, p. 266.

⁹⁴⁴ Não cabe aqui um debate mais detalhado sobre o tema da antropofagia indígena. Para um estudo aprofundado sobre isso ver Adone Agnolin. *O apetite da antropofagia: o sabor antropofágico do saber antropológico. Alteridade e identidade no caso Tupinambá*. São Paulo: Humanitas, 2005.

⁹⁴⁵ Joseph de Anchieta. *Cartas, informações e fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 426.

da terra e não lhes dá tanta pena e trabalho como se fôra a Europa e desta maneira o fazem os mui ricos e honrados da terra”.⁹⁴⁶

Em 1568, no importante sermão, *A conversão de São Paulo*, o catequisador, teorizava a sua prática de conversão dos gentios. “...para que por tua pregação se convertam os pecadores, e picados com o agulhão de minha morte alcancem o fruto de minha paixão, que é a salvação de suas almas, castigando seus corpos com o agulhão da penitencia, e assim escapem do agulhão da minha divina justiça...” afirmava o jesuíta, combatendo as “deleitações do mundo e da carne”.⁹⁴⁷ Dentre os pecados, estavam aqueles relacionados aos comportamentos desregrados de homens e mulheres gentílicos. Para o mesmo inaciano, “...todas as vezes que moves a pobre negra a pecar ou por força ou por vontade, ou consentes em seu pecado quando ela te busca, a Cristo persegues, que é o seu verdadeiro senhor e pai, que para a salvar e tirar do pecado quis tomar a forma de pecador neste mundo e ser condenado a morte de cruz...”⁹⁴⁸

As mulheres indígenas eram alvo principal da conversão dos combatentes inacianos. ‘... a mulher deshonesto e desavergonhada, não há dúvida, que é sinão um vazo de sugidade posto no caminho para ser sujado e enxovalhado de todos que passa...”afirmava Anchieta, na luta incansável contra as “bruxas infernais” que infeitiçavam e “lançaram a perder” por meio da sedução e dos artifícios.⁹⁴⁹

Os “soldados de Cristo”, ao combaterem a nudez indígena, procuravam ao mesmo tempo suprimir os “adornos deformadores” e tolerar os artefatos indumentários que recobriam os corpos e silhuetas dos pecadores gentílicos.⁹⁵⁰

Neste panorama do “teatro do Novo Mundo”, os franceses invadiam a Baía de Guanabara e fundavam a chamada França Antártica (1555-1560), com o forte Coligny. Esse entreposto acabou durando pouco tempo devido às querelas internas entre os católicos, comandados pelo chefe renovado do catolicismo, Villegaignon, e a minoria protestante e aos ataques portugueses chefiados por Mem de Sá, apoiados pelos Tupiniquim e por José de Anchieta.⁹⁵¹

⁹⁴⁶ Idem, pp.426-427.

⁹⁴⁷ José de Anchieta. *A conversão de São Paulo (1568)*. Oficinas Salesianas, 1895, p. 20 e 27.

⁹⁴⁸ Idem, p. 33.

⁹⁴⁹ Idem, p. 52 e 54.

⁹⁵⁰ Luis Felipe Baêta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, pp. 133-136.

⁹⁵¹ A presença francesa no Novo Mundo é aprofundada por Frank Leslingrant. *Le Huguenot et le sauvage. L’Amerique et la controverse coloniale, em france, au temps des Guerres de Religion*. Genevè: Droz, 2004.

Dessa maneira, o jesuíta Anchieta escrevia um panegírico em honra ao então governador e ao seu filho Fernão de Sá, falecido na conquista, nela destacando-se, as referências aos combatentes indígenas:

“Aí se juntara toda a juventude guerreira
de sangue borbulhante e sedento de lutas infames.
Brande as armas feroz: o arco e as setas velozes,
o tacape ornado de penas várias, alisado e polido
pela mão do bárbaro com ferro e dente afiado
do porco montês: em todas as suas ferozes mudanças
é a arma que os serve. Tem também indispensáveis escudos,
couros peludos, arrancados ao dorso das feras
e endurecidos ao sol. Pintam os membros robustos
com as cores da tribo: tingem com listas de vermelhas
as faces, a fronte e as meias pernas: o resto do corpo
com riscas pretas, tão bem enlaçadas, membro por membro,
que imita a pele pintada verdadeiros vestidos,
que em nada desmerecem dos que, com o requinte de arte,
nem redes caprichosas, tecidas de fios variados.
Outros pendem o peito e as costas de inúmeras aves
e tingindo-lhes as pernas de variadíssimas cores
colam-nas ao corpo, untado todo de visgo.
Outros oram o topete com asas de pássaros
e dependuram muitos enfeites dos penteados cabelos.
Com estes e muitos outros adereços, medonhos e feios,
Cobrem os membros nus os selvagens ferozes”.⁹⁵²

Em outros momentos, a descrição dos inimigos Tupinambá continuam, mas esses estavam na batalha com os franceses da Baía de Guanabara. Nos confrontos, os lusitanos atacavam com “arcos e flechas farpadas” e defendiam-se com escudos de pele de anta, juntamente com uma “malha de algodão”. Os franceses utilizavam armaduras e “a mão empunha a espada recurva e a veste de malha sobre o corpo de alguns dos maiores”.⁹⁵³

⁹⁵² José de Anchieta. *De gestis Mendi de Saa (1563)*. Rio de Janeiro, 1958, pp. 63-65.

⁹⁵³ Idem, pp. 158-161.

Apesar da “vã tentativa” de colonização francesa na costa Brasileira, sobressaía-se a importância desse contato na esfera cultural e André Thevet inspirado pela religiosidade católica renovada, escrevia *Le singularitez de France Antartique* (1557). Nessa obra, o cronista descrevia sobre a nudez dos selvagens, observando que esses não precisariam viver nus, pois conseguiam tecer redes de algodão e, portanto, teriam a capacidade de vestirem-se. Desse modo, os gentios viviam na nudez para que “despidos ficam mais desimpedidos e dispostos para quaisquer exercícios, o que não ocorreria se tivessem vestidos”. Assim, o autor justificava a nudez do gentio: “quando acontece de trazerem consigo alguma camisa leve (que teriam ganho às custas de muito trabalho) e deparam com seus inimigos, tiram-na imediatamente, antes mesmo de empunhar arco e flecha que são suas armas habituais, acreditando que a roupa lhes estorvaria a destreza e agilidade nos combates, causando-lhes problemas para fugir e movimentar-se diante deles e facilitando seu aprisionamento”.

Por um lado, a colonização transformava as silhuetas indígenas, criando a necessidade do consumo indumentário colonial. Nesse sentido, segundo Thevet, os gentios “anseiam por ganhar roupas, camisas, chapéus e outras peças do vestuário, considerando-as objetos caros e preciosos”. Por outro, as populações nativas tentavam resguardar as vestimentas utilizando-as em rituais de “bebedeiras” e “cauiagens” e o cuidado com as preciosas roupas mantinha-se no cotidiano, não sentando para não estragá-las.⁹⁵⁴

Thevet combatia a prática da nudez no Novo Mundo, salientando que as sociedades do Peru confeccionavam “à moda do país” camisas curtas de algodão e os selvagens do Canadá utilizavam-se das peles de animais. Os índios brasileiros, assim como os seus aliados protestantes, comportavam-se como pecadores heréticos.⁹⁵⁵ Com relação às mulheres indígenas, o autor destacava a prática de depilação das sobrancelhas e o uso de corantes no corpo e penugens coloridas e traziam “certos penduricalhos nas orelhas, feitos com conchas de alguns mariscos grandes, do comprimento e grossura de uma vela de um tostão”. Os homens andavam com ornamentos, as pedras, pelo corpo, significando “capacidade de resistência”. Além disso, o autor relatava que as mulheres pintavam os homens “desenhando mil motivos diferentes, como figuras, linhas

⁹⁵⁴ André Thevet. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1978, p. 101.

⁹⁵⁵ Idem, p. 102.

onduladas, etc, tudo tão miúdo que não seria possível que alguém fizesse desenhos menores”.⁹⁵⁶

Descrevendo as suas visões sobre o Novo Mundo, Thevet afirmava que no Norte, os indígenas do Canadá cobriam-se com “peles de animais selvagens, sabendo prepará-las à sua moda sem lhes tirar os pêlos..”. Para o mesmo, as vestimentas eram confeccionadas para livrarem os habitantes do intenso frio, sendo que quando possível os homens, principalmente, andavam “apenas envoltos em um couro peludo semelhante a um avental, cobrindo-lhes somente a frente e as partes pudentas, passando por entre suas pernas e sendo abotoado à altura das coxas”. Esses gentios usavam peles de lontras, urso, raposas e coelhos. Todavia, era típica indumentária feminina as calças “confeccionadas à sua moda” com couro curtido, bem como os sapatos.⁹⁵⁷

Jean de Léry, seguidor do Calvinismo, era o contraponto do católico Thevet, publicando, pela primeira vez, em 1578, *Histoire d'une voyage faict em la terre du Brésil*. Observando os modos de vida dos selvagens indígenas, o huguenote salientava o corpo forte, robusto e moreno dos guerreiros da etnia Tupinambá. Desde crianças, os indígenas viviam nus, mas com as incisões corporais. As mulheres carregavam as crias em tiras de corda de algodão. Destacava-se a “*invenção dos selvagens*”: as plumas e penachos presentes nas modas francesas. Quando os guerreiros iam para a batalha utilizavam plumagens multicores pelo corpo inteiro.⁹⁵⁸ Não lhe escapava, as práticas de furar as orelhas e os beijos, “à moda” indígena.⁹⁵⁹

Graem Murdock, em uma das raras análises sobre a cultura indumentária no Novo Mundo, no artigo, *Dress, Nudity and Calvinist culture in Sixteenth-Century France*, analisou o discurso de Léry sobre a beleza das mulheres indígenas e a constituição da ideia da nudez como parte da natureza humana.⁹⁶⁰ O cronista aproximava-se dos índios Tupinambá, comparando os costumes gentílicos da antropofagia aos massacres dos protestantes da Noite de São Bartolomeu, em 1572. A nudez possuía um significado de inocência de Adão e Eva anteriores à expulsão do Paraíso, sendo, portanto, para os indígenas uma “beleza natural”.⁹⁶¹

⁹⁵⁶ Idem, pp. 113-114.

⁹⁵⁷ Idem, p. 251.

⁹⁵⁸ Jean de Léry. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil (1578)*. (2 a. ed. 1580). Paris: Livre de Poche, 1994, pp. 210-222.

⁹⁵⁹ Idem, p. 233.

⁹⁶⁰ Graeme Murdock. Dress, nudity and calvinist culture in Sixteenth-Century France. In: Catherine Richardson. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 123-136.

⁹⁶¹ Idem, pp. 126-127.

Jean de Léry criticava as aparências ostensivas do Velho Mundo, com o consumo de roupas de luxo, jóias e penteados elaborados. Nesse sentido, as mulheres deveriam manter-se com as virtudes morais e honradas.

As críticas do reformador estavam inseridas no contexto de legislações suntuárias na França de 1563 e 1583, as quais regulavam as decorações das indumentárias e o uso de prata, ouro e seda. A Igreja Reformada introduzia uma série de regulamentações suntuárias a partir da segunda metade do século XVI. Como exemplo, o sínodo reformista em La Rochelle, em 1581, reprimia e, se necessário apoiava a exclusão da comunhão, àqueles que se vestissem de forma inadequada, impudica, com ostentações. Dentre os artefatos proibidos estavam as plumagens. Assim, os sínodos referentes às normatizações dos modos de vestir, muito mais voltados para as modas femininas, expandiam-se nos discursos do reformista Lambert Dameou em Paris, Orleães, Brouges e Genevra. Para esse moralista, as mulheres deveriam vestir com simplicidade, modéstia, defendendo a beleza feminina cristã e a castidade das mulheres.⁹⁶²

Desse modo, para Jean de Léry, os indígenas apresentavam o ideal de modéstia e de simplicidade aproximando-os dos reformadores cristãos do Velho Mundo. No entanto, Lambert atacava a nudez do Novo, pois essa definitivamente afastava-os de Deus.⁹⁶³

Voltando, agora as realidades concretas do Novo Mundo, nota-se as pequenas transformações das silhuetas femininas por meio das descrições inventariais da vila de São Paulo, havendo diferenças entre as vestes de homens e mulheres, saias, mantos, gibões e mesmo camisas passavam a ser definidoras de distinções de gênero. Dentre os bens de Méssia da Pena, estavam arroladas duas camisas de mulher de linho. Todavia, nem todas as indumentárias possuíam essa relação de maneira clara, como as camisas de algodão, o manto de sarja novo, outro velho, o saio de baeta enfeitado de tafetá pardo e o chapéu usado.⁹⁶⁴

Nas doações para as moças da família, a indumentária fazia parte dos dotes para casá-las, ou para acrescentar vestimenta para as mulheres membros das famílias, aumentando o consumo indumentário pessoal e conseqüentemente mudando os modos de vestir das mais novas. As silhuetas tornavam-se mais próximas dos ideais do Velho

⁹⁶² Idem, pp. 130-131.

⁹⁶³ Idem, pp. 135-136.

⁹⁶⁴ Inventário de Messia da Pena (1625). *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 4, 1920, pp. 432-433.

Mundo. A testadora Isabel Soares, em 1629, deixava para a mulher de seu sobrinho Francisco Correa, um vestido novo de raxeta, com umas arrecadadas de ouro, um rosário com corais e mais uma touca.⁹⁶⁵ No processo inventarial da mesma senhora estavam arrolados importantes têxteis, como as 70 varas de tecido de picote (16\$800 réis), mais 16 varas e meia de raxeta (4\$620 réis). Também as indumentárias eram significativas no patrimônio familiar, havendo um gibão especificamente para o gênero feminino, sendo esse de taficira negro (1\$280 réis).⁹⁶⁶

As mulheres senhoriais obtinham além da posse de escravos, jóias, vestidos importados e outros artigos de luxo, como as roupas importadas da Metrópole, Flandres e de outras paragens. Para Alcântara Machado, “faltam-lhe sim, a ferramenta, o vestuário, tudo quanto a colônia não produz ainda tem de vir, através de obstáculos sem conta, da metrópole distante”.⁹⁶⁷

As vestes e adereços senhoriais davam-lhes uma posição social destacada da população indígena e dos livres pobres. Por fim, as senhoras acabavam por assumir os papéis designados aos senhores, formando-se, então, uma sociedade hierárquica e ostentatória, na qual, segundo Blaj, “é todo um estilo de vida, a predominância de um código de honra e valores, que pode ser sintetizado na expressão ‘viver à lei da nobreza’. Formas de tratamento diferenciadas conforme o estamento, obtenção de cargos, dignidades e mercês, privilégios nas vestimentas e no porte de armas...”.⁹⁶⁸

O estilo de vida ideal era dificultado pela necessidade das senhoras de fazer negócios com os mercadores coloniais. As senhoras-mercantes realizavam também serviços mecânicos e na prática distanciavam-se do espírito cortesão, presente nas cortes renascentistas européias.⁹⁶⁹ Embora ainda fosse em um número reduzido, a atuação feminina nos negócios auxiliava na formação da incipiente mercantilização da vila, presente nas tramas mercantis, através do Caminho do Mar, comercializando os

⁹⁶⁵ Testamento de Izabel Soares (1629). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, pp. 114-116.

⁹⁶⁶ Inventário de Izabel Soares (1629). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, v.9, p. 116.

⁹⁶⁷ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 47.

⁹⁶⁸ Ilana Blaj. Op. Cit, pp. 331-332.

⁹⁶⁹ Charles Boxer, analisando a atuação feminina no plano da expansão ibérica, relata que em Omuz, as viúvas tornavam-se cabeças de casal e passavam a comandar as armadas de navio, sendo por isso chamadas de “armadoras de navio”. C. R. Boxer. *A mulher na expansão ibérica*. Lisboa: Livros horizontes, LTDA, 1975, p. 98.

tecidos algodoeiros e artefatos de luxo das senhoras e dos senhores da vila de São Paulo.⁹⁷⁰

As jóias também estavam sempre presentes na camada senhorial paulista, mesmo que as famílias não possuíssem grandes fortunas. No inventário *post-mortem* de Izabel Sobrinha, a cadeia de ouro em que estava marcada em um fio azul a insígnia real valia 100\$000 réis, mais que as benfeitorias como o sítio com seu algodão, o canavial e as lavouras, valendo tudo por volta de 90\$000 réis.⁹⁷¹ Para Machado, “reduzindo as jóias, prata lavrada e barretas de ouro em parte considerável da fortuna, os paulistas antigos (...) têm em vista a constituição de uma reserva ou tesouro de fácil transporte e realização imediata. Não há crédito organizado, nem segurança efetiva. (...)”.⁹⁷²

A cadeia de ouro de quatro voltas, pesando vinte e duas onças, do inventário de Francisco Bueno representavam um alto capital de 115\$200 réis. No mesmo espólio, a gargantilha de ouro e feitio, valia 11\$200 réis e os seus anéis 5\$120 réis. Importava o monte menor do inventário 855\$548 réis, a viúva Felipa Vaz ficava com a metade, tendo as casas da vila o valor de 40\$000 réis.⁹⁷³

No processo inventarial da senhora Messia Bicudo estava o espelho para vestir e a vasquinha de cetim preto adamascado, com um saio de melcochoado negro, a saia de doze passames, mais outro saio de dois passames na fortuna de 20\$000, e o manto de recadilho velho e roto (2\$000). A primeira indumentária possuía um valor igual ao da casas da vila, vizinhas de Pedro da Silva.⁹⁷⁴

Em 1641, em testamento, a senhora Izabel Afonso, esposa de Balthazar Correa declarava ser enterrada na Igreja Nossa Senhora do Carmo, com o hábito da mesma instituição. Nota-se, portanto, que é raro encontrar dados sobre as mortalhas durante o primeiro quartel do século XVII. Encontra-se no inventário *post-mortem* da senhora a presença de duas camisas de mulher, em 1\$000 réis. Mas ainda eram comuns as vestimentas com ausência de gênero definido, como o saio de chamalote velho roto e usado com dezoito passames pretos (6\$420 réis), o corpinho de damasco de cores de seda novo apassamado (2\$000 réis), provavelmente de uso feminino, bem como o

⁹⁷⁰ Dalene Abreu-Ferreira “Fishmongers and shipowners: women in maritime of Early Modern Portugal”. In: *Sixteenth Century Journal*. Vol. 31, no. 1, Special edition: gender in Early Modern Europe. (Spring), 2000, pp. 7-23.

⁹⁷¹ Inventário de Izabel Sobrinha (1619). In: *I. T.* São Paulo: DAESP, v.5, pp. 273-300.

⁹⁷² Alcântara Machado. Op. Cit., p. 87.

⁹⁷³ Inventário de Francisco Bueno (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 14, 1921, p. 16.

⁹⁷⁴ Inventário de Méssia Bicudo (1631). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 286-306.

manto de seda em 5\$000 réis. Nessa relação de bens, contudo, benfeitorias como casas e sítios predominavam no monte-mor.⁹⁷⁵

Na sua análise das vestimentas, Machado reconstitui um modelo de coqueteria feminina, chamado pelo mesmo de “modas peregrinas”, que “Compreende a *vasquinha*, saia de roda exuberante, franzida na cintura; e, ajustado ao busto, o *corpinho*; e, por cima deste, o *gibão*, ou *jubão*; e sobre o *jubão*, o saio, cascão rabilongo de mangas perdidas, com abertura ao nível dos cotovelos, dando passagem e liberdade aos braços; e, a cobrir tudo isso não bastasse, o manto”.⁹⁷⁶

Faziam parte do cotidiano indumentário dessas senhoras, “debruns de veludo”, “o veludo lavrado, com manto de seda” de Isabel Ribeiro, de 40\$000 réis, a capinha de prata, e enfim, “o manto de gala, também chamado de glória, arreado de rendas e fitas, completa o vestuário de cerimônia”. Mas “nenhuma senhora de elegância pode dispensar o calçado de Valença, composto de chapins e botinas ou sapatos vermelhos”.⁹⁷⁷

Nesse sentido, as silhuetas femininas eram transformadas por meio da cultura indumentária, na qual a aparência, os artefatos preciosos de altos valores monetários e as extensas escravarias forneciam-lhes status econômico e prestígio social para a manutenção das diferenciações e estratificações sociais com relação às populações indígenas na vila de São Paulo.

Na Bahia, o poeta Gregório de Matos Guerra, em discurso moral contra os costumes de fidalguia, descrevia em vários momentos os modos de vestir das hierquias sociais e com relação aos ambos os gêneros:

“Do que passeia falante
muito prezado de amante,
por fora luvas, galões,
insígnias, armas, bastões,
por dentro pão bolorento.
Anjo Bento!”⁹⁷⁸

(...)

Que a mãe desde pequenina
ensine a filha a ser vã,

⁹⁷⁵ Testamento e Inventário de Izabel Afonso (1641). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v.28, 1937, pp. 135-148.

⁹⁷⁶ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 98.

⁹⁷⁷ Idem, p. 99.

não a doutrina:
que a costume de menina
à moda, ao donaire, à gala,
e lhe ensine por amá-la
até cantiga amatória.
Boa história”.⁹⁷⁹

Além desses exemplos, o autor também criticava a importação das modas do Velho Mundo. Assim, em relação à arte de vestir, ironicamente, escrevia:

“O que trareis de vestidos!
uns assim, outros assim:
sereis o molde das modas,
e o modelo dos Turins”
(...)
fiei-me no mercador
que por fiar fiará
as sedas, que heis de vestir,
na roca de Portugal”.

O poeta prestava atenção nos modos de vestir da população baiana, no contexto de ampliação da economia mercantil açucareira e de sua crise a partir da segunda metade do Seiscentos, que atingia as famílias senhoriais proprietárias de cativos africanos e engenhos.⁹⁸⁰

Em suma, mesmo dentre a camada senhorial existiam diferenciações em função dos privilégios de títulos honoríficos locais, bem como dos rendimentos dos patrimônios familiares. Dentre esses privilégios, eram presentes: a linhagem, ou seja, a procedência familiar, as práticas do dote e da distribuição da terça nas partilhas das heranças.

Contudo, nem sempre as mulheres vestiam-se da mesma forma, possuindo diferentes níveis de renda, fortuna e valores de consumo de luxo. Em outras palavras,

⁹⁷⁸ Janaína Amado. *Poesia de Gregório Matos Guerra*. Bahia, vol. 2, 1968, p. 443.

⁹⁷⁹ Idem, p. 490.

existiam várias hierarquias em relação ao uso dos artefatos têxteis, principalmente os algodoeiros, e indumentários na vila de São Paulo, durante a primeira metade do século XVII. Enfim, as silhuetas dos gêneros masculinos e femininos coloniais estavam novamente em processo de intensa modificação na expansão colonial e da economia do algodão.

⁹⁸⁰ Sobre a crise na economia e sociedade açucareira da Bahia ver: Vera Lucia Amaral Ferlini. Op. Cit. (2010) e Pedro Puntoni. Op. Cit. (2010).

9.3. *Mudanças dos modos de vestir e a expansão colonizadora*

O consumo indumentário colonial era caracterizado pela escassez de produtos da terra e pela necessidade de comprar, tecidos, jóias e artefatos domésticos dos mercadores. Além disso, com a importação e crescimento do uso de tecidos e têxteis, bem como da economia do algodão, constituía-se na América portuguesa as importantes atividades dos oficiais mecânicos, como tecelãs, tecelões, sapateiros, alfaiates e senhoras que costuravam cotidianamente as vestes dos maridos, filhos e parentes. Dessa forma, conforme Alcântara Machado, “Mãos invisíveis abrem as arcas e arejam alfaia domésticas e o fato de vestir.”⁹⁸¹

Nesse processo, economia e cultura indumentária passavam a diferenciar-se com relação ao gênero na vila de São Paulo. Assim, de acordo com Machado, predominavam os tecidos algodoeiros, mas “O linho, a holanda, o ruão, a bretanha só aparecem quando em quando”. Ademais, as camisas eram acompanhadas de rendas, mas “as peças essenciais do vestido masculino nos tempos em apreço se reduzem a roupeta, ferragoulho e calção. Aberta nas ilhargas, toma a roupeta o nome de saltimbarca. Ferragoulho se chama quando provida de cabeção ou gola e capelo ou capuz, e pode ser aberta nas ombreiras”. Com relação às cores, afirmava que “toda a beleza está no colorido. O pano pode ser azul cor do céu, cor de pombinho, cor de lírio, cor de flor de pessegueiro, ou apessegado, cor de rato, verde-mar”.⁹⁸²

Entretanto, segundo o autor, a partir do decênio de 1650, as indumentárias masculinas passavam por “uma transformação profunda”, com casacas, espadas de vestir, carapuças e chapéus de feltro. Desse modo, “Francisco Cubas Preto envergava nas grandes solenidades sua casaca forrada de tafetá acamurçado, com abotoaduras de prata, cuecas do mesmo, calção forrado de bergantil com guarnições e fitarias. Mas em elegância ninguém se compara a Matias de Oliveira”, com “casaca forrada de tafetá, gibão de telinha, calção com ligas de fitas”.⁹⁸³

A importância significativa da indumentária também traduz o sentido de desolamento e a necessidade de se apegar aos valores europeus no mundo colonial como um todo.⁹⁸⁴ Com roupas de veludo e sedas, não condizentes com o meio, o

⁹⁸¹ Alcântara Machado. Op. Cit., p. 34.

⁹⁸² Alcântara Machado. Op. Cit., p. 95.

⁹⁸³ Idem, p. 97.

⁹⁸⁴ Sobre o desolamento e desterro das populações sertanistas no processo de colonização, ver Laura de Mello e Souza. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas

sentimento de “desterro” e o ato de se ligar ao Velho Mundo ocorria por meio das vestes. Assim, a “sensação intensa e permanente de instabilidade, precariedade, que se expressa por todos os poros de nossa vida e de relações” estava presente nas formas de vestir.⁹⁸⁵

No entanto, na vida diária a colônia se distanciava da Metrópole também no modo de se vestir, pois os colonos eram obrigados a utilizar gibões de algodão, realizados com o comando e o trabalho das mulheres coloniais paulistas. Para isto e para o remédio da terra paulista, era necessário estender através do território, a caça de aprisionamento da população indígena, principalmente na região Meridional da América portuguesa.

No processo de formação da elite colonial em São Paulo, Catarina de Siqueira, filha de Aleixo Jorge, realizou matrimônio pela primeira vez com Lucas Garcia. Casada com João Barroso, deixava a terça para os filhos pequenos, Ignácio, de 8 anos, Maria de 6, Luiz de 4 e a pequena Catharina de 2. No dia vinte e dois de janeiro de 1637, doente de cama, em testamento declarava como esmola uma saia à Luzia Pires. A senhora ainda proclamava o esposo, João Barroso como testamenteiro, “pelo amor de Deus”.⁹⁸⁶ Ainda distribuía 40 missas para o convento de Nossa Senhora do Carmo. Além disso, o testamenteiro pagava mais o mesmo tanto para o Mosteiro de São Bento.⁹⁸⁷

Os avaliadores Manuel da Cunha e Manuel Alves de Sousa declaravam que a senhora tinha em seu poder uma cadeira de ouro e 8 anéis, um par de pendentes e 2 pares de arrecadadas e uma lua [sic]. Toda essa jóia era avaliada na grande fortuna de 52\$850 réis. Além dela, havia 28 onças de prata, na qual entrava uma tamboleira grande com outra pequena, três colheres de prata e umas chapas de chapins, alguns alfinetes de prata e colchetes e um esgravatador também de prata. Essa outra peça era avaliada em 9\$120 réis. Ainda tinha 2 ramais de corais, em 4\$000 réis.⁹⁸⁸

O consumo indumentário da família era elevado em relação aos moradores da vila de São Paulo. Um tapete de lã custava 4\$000 réis e duas terças de veludo valiam 1\$600 réis. Uma vasquinha e um saio de veludo roxo e amarelo enfeitados o saio com dois passames e a saia tinham o preço de 20\$000 réis. Os gibões eram habituais dentre as vestes da senhora. Um de tela azul fina já guarnecido de carassulilho de ouro sobre

fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 41-81.

⁹⁸⁵ Fernando Novais. *Aproximações*. Op. Cit., p. 218.

⁹⁸⁶ Inventário de Catharina de Siqueira (1638). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.10, p.497.

⁹⁸⁷ Idem, pp.449-500.

prestana leonada de mulher (12\$000 réis) e outro de tabi amarelo guarnecido de passame preto também do gênero feminino. Ainda havia outro “de armas de pano de algodão de vestir”, valendo 3\$500 réis. Percebe-se, portanto, que existiam gibões de diferentes tecidos, cores, enfeites e valores.⁹⁸⁹

Vale destacar ainda a presença das mais distintas tonalidades, amarelo, preto, roxo, azul e o branco dos chapéus forrados em \$500 réis faziam parte das cores dessa importante indumentária na zona de fronteira da América portuguesa. Além disso, os senhores paulistas consumiam desde simples gibões de algodão cru até luxuosos azulados com detalhes em ouro. Nota-se a riqueza da capacidade criativa da elite senhorial paulista. Provavelmente, fruto da moda moderna originária da antiga tradição do Velho Mundo. O consumo indumentário continha ainda 6 camisas de ruão de homem, no valor de 4\$800 réis, mais um “espelho de vestir”, em 1\$600 réis.⁹⁹⁰

Observa-se, assim, que o consumo indumentário e os hábitos de se vestir em relação aos gêneros eram constituídos por padrões distintos. Contudo, tanto as mulheres quanto os homens vestiam-se com roupas coloridas e, no espírito da moda cortesã, ambos possuíam formas coloridas e extravagantes, para o olhar do historiador atual. Portanto, não havia a cultura do preto e da discrição considerados valores masculinos, nem as multicores eram prerrogativa feminina para as sociedades no Velho e Novo Mundo dos séculos XVI e XVII.

Encontra-se nesse inventário também uma saia listrada de meio uso (2\$500 réis), com um colete de catassol guarnecido de espeguilha verde em 2\$000 réis, além de um manto de tafetá velho em 2\$560 réis. Além de todas essas vestes, acrescenta-se o consumo de luxo dos 2 pares de meia de algodão no valor de 4\$960 réis.

É necessário notar que a camada senhorial paulista excedia nas indumentárias luxuosas para ostentar as aparências, conforme a prática costumeira nas sociedades cortesãs renascentistas. Todavia, essa cultura era caracterizada pela estrutura e pelos valores escravistas do ócio e da fama, de desqualificação do trabalho e do “ethos” cortês. Nessa perspectiva, as aparências eram significativas dentre os colonizadores, como forma de distinção da população indígena e africana.

Dentre os artefatos de costura, eram arrolados um côvado de tafetá preto (\$400 réis), 8 de lã (3\$500 réis), um maço de linha amarela em \$480 réis, mais umas mangas

⁹⁸⁸ Idem, p.500.

⁹⁸⁹ Idem, pp.502-507.

⁹⁹⁰ Idem, p. 503.

de bombazinha pardas ante-forradas (1\$000 réis), 10 varas de fitas negras (\$400 réis), doze varas de passames aveludados amarelos (\$720), uma vara de fita de seda (\$160 réis), ainda quatro varas e meia de pano de tea em \$720 réis.⁹⁹¹

Também havia importantes indumentárias caseiras, tais como uma toalha de volante de seda (1\$280 réis), a toalha de mesa velha (\$960 réis), duas sobremesas (\$960 réis), sete toalhas de rosto (1\$400 réis), uma toalha de Ruão (\$320 réis), doze guardanapos (\$480 réis), duas fronhas (\$640 réis), quatro lençóis (1\$920 réis) e mais um tapete em 6\$400 réis.

É possível perceber ainda que havia uma série de artefatos importados de luxo, como três pratos pequenos e outros três maiores (\$960 réis), 8 pratos de louça grandes (\$400 réis), 4 pequenos e outro maior (\$960 réis). Além destes, havia aqueles originárias da Metrópole, como os 40 pratos de louça, conjunto do qual faziam parte também as tigelas e os pires (1\$640 réis), 4 pratos grandes (\$800 réis), 2 tigelas grandes do Reino (\$240 réis), o jarro de louça, 2 bandejas pequenas eram provenientes da Índia (\$320 réis), o funil de folha de Flandres (\$160 réis). Na casa ainda havia 8 cadeiras de estado (6\$400 réis). De noite, o domicílio era iluminado por dois castiçais velhos (\$640 réis).

Catharina de Siqueira e os familiares tinham também como livros, a segunda parte de Vilhegas, outra obra de Fernão Mendes Pinto, a segunda parte de Heitor Pinto, as “*Novelas*” de Cervantes, o “*Confessionário*” e mais cinco obras que se desconhece por não estar especificado no seu inventário.

O patrimônio familiar ainda continha as casas de dois lanços na vila de São Paulo que partiam com Salvador Pires e Salvador de Barros, em 32\$00 réis, bem como “o sítio da banda do além com seus corredores e com pedaço de algodão e árvores com espinho”, custando também os 32\$000 réis. Logo, as jóias possuíam um valor maior às benfeitorias como os domicílios. A fortuna arrolada no inventário de Catharina de Siqueira era centrada nos bens indumentários, demonstrando, por um lado, uma cultura de ostentação e aparências, próxima dos padrões europeus. Por outro, distinguia-se por ser uma sociedade desigual e acentuadamente hierárquica, mantendo a mão-de-obra escrava e a formação de uma camada de livres pobres.

Dessa maneira, como observou Nazzari, “Apesar da aparente facilidade com que os colonos podiam adquirir índios e terras, a sociedade de São Paulo no início do século

⁹⁹¹ Inventário de Catharina de Siqueira. Op. Cit., p.503.

XVII não era igualitária, mesmo entre os que eram proprietários. Já era estratificada, indicando certa acumulação de capital.” E, dentre os artefatos acumulados estavam as indumentárias “extremamente caras”.⁹⁹²

Além disso, no plano econômico, apresentava-se no inventário uma variada gama de produtos caseiros como as 20 arrobas de algodão, com 9\$600 réis, assim como o grande valor de 58\$640 réis dentre o gado e a cavalgadura. E, mais os 8\$000 réis em criação de porcos.⁹⁹³

Dessa forma, o arrolamento da vida material do inventário de Catarina de Siqueira pode demonstrar os variados meios de produção e os artefatos de consumo. No entanto, fica-se a pergunta se os bens dessa família não eram comercializados na vila de São Paulo ou em outras paragens da América portuguesa, pois os inventariados possuíam 450\$000 réis de uma fazenda originária do Rio de Janeiro.⁹⁹⁴ Caracteriza-se também por relações comerciais entre diferentes regiões da Colônia e a presença de uma trama mercantil interna, centrada basicamente no comércio de têxteis e de produtos de luxo.

Entretanto, é interessante observar que não havia uma comercialização dos artefatos indumentários com a arrematação em praça pública dos mesmos por parte do Juizado dos Órfãos como era comum ocorrer na maioria dos inventários paulistas no período estudado.

Assim, o inventário de Catarina de Siqueira era realizado quando o casal provavelmente, estava em um momento importante do ciclo de vida, no qual tinham a sua máxima produtividade. Em outras palavras, eram relativamente novos com filhos pequenos, em começo da constituição familiar e a senhora ainda estaria em idade de reprodução.

Encontra-se nesse inventário, uma caracterização da produção, consumo e circulação indumentária próxima aos padrões do Velho Mundo no período quinhentista. Também estavam arroladas uma biblioteca considerável para o período.

Com relação aos 41 cativos, eram listadas 8 famílias escravas indígenas, pouco extensas, sendo 4 casais, 3 cônjuges com filhos pequenos e mais 2 mulheres sozinhas com 2 filhos menores.⁹⁹⁵

⁹⁹² Muriel Nazzari. Op. Cit., p. 41.

⁹⁹³ Idem, pp.510-511.

⁹⁹⁴ Idem, p.515.

⁹⁹⁵ Idem, p.516.

Nas partilhas, não se vendiam os bens, os quais somente eram divididos entre o viúvo, 364\$211 réis e os menores 353\$910 réis, ficando cada herdeiro órfão de mãe com 88\$478 réis.⁹⁹⁶

A partir do inventário de Catarina de Siqueira, percebe-se, portanto, a presença de inúmeras peças indumentárias de luxo para a sociedade sertaneja paulista. Desse modo, os altos valores monetários dos tecidos e vestes das senhoras lhes garantiam ostentar um estilo de vida e uma cultura das aparências próximas mas não idênticas ao Nov Mundo.⁹⁹⁷ Ou seja, esse consumo indumentário embora fosse diferente dos centros urbanos do Velho Mundo, era excessivo para os padrões de consumo da vila.

Além disso, os homens do sertão preocupavam-se com as esmolas e o ornamentos cristãos. Dessa maneira, o padre Manuel Nunes, em testamento declarava que “Sendo Deus servido levar-me desta dita vila meu corpo será enterrado na Igreja Matriz ao pé do altar mor ao qual deixo de esmola um ornamento de damasco roxo que custou duzentos cruzados, ornamento de altar mor, pano de púlpito, vestimenta, pano da cruz e de estates [sic] e se me dirão missas a que a esmola alcançar e rezam meio peso em especial nestes dias que se levanta interdito”. Também declarava possuir uma barreta de ouro de 50 pesos, bem como 4 cativos homens e uma moça Mônica deixava para ajudarem no trabalho na Igreja.⁹⁹⁸

O clérigo mantinha também 12 côvados de baeta e 2 peças de carmesim, sendo um pequeno de Ruão. E, como vestes, camisas novas de linho para serem vendidas em pregão. Doava para o doente Francisco de Almeida, a roupa de uso, que eram quatro camisas, quatro ceroulas e dois gibões. Para a escrava indígena deixava uma saia. Pedia para venderem o fechinho com ruão, pois era tudo seu “fato de vestir”.⁹⁹⁹

Posteriormente, em inventário *post-mortem*, destacam-se os valores das três peças de carmesim (6\$000 réis), a roupeta comprida (4\$000 réis), porém, o conteúdo maior do patrimônio estava nas dívidas ativas do falecido frade. Por exemplo, Pero de Góis devia-lhe 67\$660 réis, Manoel de Góis Raposo, 59\$740 réis, João Miguel, 116\$000 réis, Antonio Correa da Silva 100\$000 réis, Lucas Rodrigues (de Córdova) a fortuna de 140\$000 réis. No entanto, o padre ainda possuía débitos como os Francisco da Costa Viana de 60\$301 réis, de Inez Monteiro de 32\$000 réis, dos padres do

⁹⁹⁶ Idem, pp.516-517.

⁹⁹⁷ Daniel Roche. *La culture des apparences. Une histoire du vêtement XVIIe. e XVIIIe. Siècle*. Paris : Fayard, 1989.

⁹⁹⁸ Testamento de Manuel Nunes (1641). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 64-65.

⁹⁹⁹ Idem, p. 69.

Paraguai (34\$960 réis), do Colégio da Bahia (24\$560 réis) e do padre Marcos Mendes a grande monta de 213\$100 réis.¹⁰⁰⁰

Ainda em relação à indumentária é necessário apontar que era raro encontrar a descrição das mortalhas no decorrer do testamento ou do inventário *post-mortem*. Contudo, em 1644, Jorge de Sousa declarava que como tesoureiro da confraria do Arcanjo São Miguel e das almas do Purgatório da Matriz da vila de São Paulo, declarava ter recebido duas patacas para os brandões e a cruz da mortalha do Padre Manuel Nunes.¹⁰⁰¹

No inventário *post-mortem* de D. Maria de 1641, eram arroladas vestimentas diferenciadas quanto às cores, tecidos e formas, como o corpinho de chamalote de flores guarnecido de passame aveludado (3\$200 réis). O gibão preto era enfeitado com fivela, espigalhado de prata e botões de prata e forrado de tafetá, pela fortuna de 10\$000 réis. Além dessas vestes, estavam o colete de tafetá preto, enfeitado e aveludado, a saia de melcochoado preto (2\$000 réis), guarnecida com cinco passames de meio uso (5\$000 réis), uma saia de baeta (3\$000 réis), outra de pano azul (1\$600 réis), o corpinho de tavi verde e amarelo, enfeitado de passames da mesma cor, forrado de tecido de algodão (2\$000 réis), bem como outro de damasco de lã preto e branco, mais um gibão do mesmo tecido, tudo isso enfeitado, mas sem o valor legível.

Para o consumo indumentário “branco”, ou seja, para a roupa de baixo, a família possuía a camisa de ruão lacrado de azul, com renda no manto (1\$280 réis), mais duas de pano de linho (3\$000 réis), mais outra de ruão lavrada de azul (1\$000 réis). Somavam-se a isso, os 2 escravos da Guiné por 80\$000 réis, as 2 casas na vila por 105\$000 réis.

Ainda para as mulheres, continham no inventário os 3 anéis e brincos de ganchos e 3 pendentes, uma naveta [sic], uma arrecadas, 2 corais encrustrados de ouro de orelhas, em 9\$000 réis. Mais 3 colchetes de prata, 5 ramais de corais em 4\$000 réis e o rosário de azevixe (\$160 réis).¹⁰⁰² Observa-se, assim, que raramente, encontram-se corais e rosários arrolados nos inventários *post-mortem* paulistas nesse período.

Em 1647, no inventário de Ana Pedrosa, esposa de Pedro Morais Madureira, a família continha vestes vermelhas - uma cor rara de encontrar nos processos da metade do Seiscentos – uma capa de pano vermelha com seu galão (2\$000 réis), um mantéu

¹⁰⁰⁰ Inventário de Manuel Nunes Manuel Nunes (1641). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, pp. 46-103.

¹⁰⁰¹ Idem, p. 86.

usado da mesma cor por 1\$200 réis. Além disso, possuíam uma saia velha e cinzenta e um gibão de linho (8\$000 réis), um saio de baeta (2\$000 réis). Também fazia parte do espólio da vida material, um espelho de vestir, uns chapins com barras de prata (2\$200 réis). E, no consumo indumentário, o manto de tafetá valia 6\$400 réis. Contudo, as dívidas do casal com o reino eram de 1:096\$000 réis, sendo que o monte mor era inferior à metade das dívidas: 458\$460 réis.¹⁰⁰³

Contudo, no precário consumo indumentário, no sertão, engendrava-se toda a exteriorização teatralizada das hierarquias sociais. Em outras palavras, a hierarquização social era balizada também por meio dos modos de vestir. O gasto suntuário das senhoras com suas escravas é representativo disso. Vestir as suas mucamas das maneiras mais extravagantes era uma forma de exteriorizar as entranhas das diferenciações de riqueza e de poder.

No entanto, havia na sociedade paulista valores extra-econômicos, como a distribuição de honras e mercês e a capacidade dos senhores paulistas de comandar as expedições, pois para além dos ideais nobiliárquicos que as camadas senhoriais tinham e o desejo de se tornarem senhores de escravos, havia também o anseio por chefiarem os resgates no sertão.

Em 1648, falecendo no sertão, Afonso Dias, em testamento, declarava que era casado com Antonia de Paiva, tendo duas filhas, Maria da Conceição e Maria da Luz. Possuía também dívidas com a sogra Francisca Cordeiro e levava consigo dois negros do tio Raphael de Oliveira. Segundo o testador “aqui em minha companhia tragos minhas armas a saber minha espingarda, o meu terçado e o meu gibão de armas”, mais “seis camisas, três ceroulas, duas bombachas de algodão, mais duas toalhas de rosto e duas de mão, mais três gibões dois de pano de algodão e uma bombazinha mais cinco guardanapos mais quatro varas de pano de algodão um lençol de dois palmos e um cobertor e umas almofadinhas mais um cabeção de estamenha e um capote e um chapéu”. Além disso, ainda levava “sete carreiras de alfinetes, duas colheres de prata mais dois molhos de fumo...”¹⁰⁰⁴

Desse modo, nota-se que a normatização do vestuário masculino ainda era muito próxima às expedições do sertão, com o acompanhamento, nesse caso, das bombachas e armaduras de algodão. Contudo, a presença dos alfinetes retrata a necessidade dos

¹⁰⁰² Inventário de d. Maria (1642). In: *I.T. São Paulo: DAESP*, v. 28, 1937, pp. 190-222.

¹⁰⁰³ Inventário de Ana Pedrosa (1647). In: *I.T. São Paulo: DAESP*, v. 34, 1954, pp.38-67.

¹⁰⁰⁴ Testamento de Afonso Dias (1648). In: *I.T. São Paulo: DAESP*, v. 13, 1921, pp. 54-55.

homens de costurarem suas próprias vestes nas andanças através das matas para o resgate de índios.¹⁰⁰⁵

Com o inventário realizado na vila de São Paulo, dentre os principais bens arrolados, estavam as 200 varas de pano de algodão em 16\$000 réis. Também eram contabilizados os empréstimos realizados pelo senhor, sendo o maior devedor Paschoal Dias, o Moço, em 18\$480 réis. Ainda eram contabilizados 30 cativos indígenas. Apesar da presença do curador Raphael de Oliveira, a sogra do defunto Francisca Cordeiro assumia a liderança dos bens, devido ao seu marido, Paschoal Dias estar muito velho. Assim, a senhora responsabilizava-se pelos netos mandando “ensinar a todos os bons costumes aos machos e ler e escrever e às fêmeas a coser e lavar apartando-os do mal e chegando-os para o bem...”¹⁰⁰⁶

Falecido no sertão, Antonio de Madureira Moraes, homem solteiro – condição social rara na vila de São Paulo - tinha como herdeiros, a mãe Ana Lima, a irmã Maria do Rozário e a sobrinha Maria, filha do seu irmão Antônio de Lima. Dentre as avaliações vestimentárias, estavam um vestido de sarafina rosa, calção, roupeta com gibão de catalufa por 8\$000 réis, mais meias amarelas e outras alaranjadas em uso, um chapéu preto, espada, adaga, bem como uma escopeta, valendo tudo isso em 18\$480 réis.¹⁰⁰⁷ Nota-se, portanto, que as indumentárias possuíam multicores com exceção do chapéu preto. Também, além dos armamentos não são encontradas referências às indumentárias utilizadas nas expedições.

Dessa forma, os sertanistas auxiliados pelos caminhos e técnicas indígenas marchando dias, semanas, meses e anos, sobrevivendo, com roupas resistentes para impedir as flechas certeiras dos inimigos dos índios dos sertões. Além disso, essas roupas deveriam durar anos a fio e mantê-los aquecidos, dando também a mobilidade para se engalfinharem através das matas, rios e montanhas.

Contudo, o consumo indumentário adquiria distinções enquanto à forma em relação ao gênero e as categorias sociais. Percebendo isso, Samara notou que “Objetos e

¹⁰⁰⁵ São raros os trabalhos que tratam a respeito da masculinidade e das vestimentas dos homens no período colonial. Contudo, sobre a constituição da masculinidade a partir do protótipo do homem elegante e moderno, com o consumo de chapéus, charutos e bengalas ver: Antônio Emilio Morga. “Charuto, chapéus e bengalas: elegância masculina em Nossa Senhora do Desterro no século XIX.” In: Masculinidade, economia e sociabilidade: Nossa Senhora do Desterro no século XIX. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2004, pp. 231-302.

¹⁰⁰⁶ Testamento de Afonso Dias (1648). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 13, 1921, p. 77.

¹⁰⁰⁷ Inventário de Antonio de Madureira Moraes (1651). In: *I.T.* São Paulo: DAESP, v. 41, 1966, pp. 291-304.

vestimentas, com suas conotações específicas por gênero, classe social e período a que pertencem...”.¹⁰⁰⁸

Assim, os paulistas atravessavam os sertões com os gibões, armas e índios, grandes auxiliares. Não obstante, comercializavam e estabeleciam o contato com a região costeira de Santos, do Rio de Janeiro e do Atlântico.

Os paulistas, portanto, eram bifrontes, ora voltando-se para costa, ora para o sertão. Ora vestiam-se como sertanistas aprisionadores, ora como senhoras e senhores marcados pelo *ethos* cortês. Desse modo, a economia indumentária pode ser analisada a partir das informações contidas nos testamentos e inventários paulistas. As vestes e artefatos, provavelmente, eram de consumo familiar. Nesse caso, as disputas em relação às vestes e mesmo escravos se davam devido a conflitos internos. Todavia, poderia também acontecer que a antiga família original se fragmentasse e houvesse uma disputa entre duas novas. Em outras palavras, com a morte de um dos pais, ou mesmo dos dois, os filhos poderiam formar outras unidades domésticas e lutarem na justiça pela partilha dos bens.

Contudo, a produção doméstica algodoeira fazia-se por intermédio do comando e da organização do trabalho das senhoras paulistas, pois era necessário na Colônia realizar atividades mecânicas, apesar de não ser essa a preocupação do ‘*ethos* aristocrático’, ou melhor, do “espírito cortesão”, da busca pelo ócio, aparências, honrarias, mercês, vestimentas luxuosas, “aversão à virtudes econômicas”.¹⁰⁰⁹

Concluindo, havia na cultura indumentária dos moradores da vila de São Paulo, o despontar da “expansão do mercado consumidor dos produtos manufaturados” bem como da “europeização do mundo”.¹⁰¹⁰ Nesse sentido, a colonização ibérica na América Portuguesa inseria, em relação aos hábitos de vestir, um espírito da moda cortesã e nas transformações das modas renascentistas. As modas coloniais mantinham as velhas tradições européias, as modernidades do vestir, mas as metamorfoses dos antigos e modernos “*habitus*” imbricavam-se com a nova realidade da conquista, catequese, povoamento e colonização dos corpos, dos gestos e das indumentárias.

¹⁰⁰⁸ Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2004, pp. 71-72.

¹⁰⁰⁹ Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 136-137.

¹⁰¹⁰ Fernando A. Novais. *Aproximações*, p.54.

CONCLUSÃO

Na passagem da Idade Média para a Moderna, destacavam-se os papéis femininos nas mais variadas esferas da existência, trabalhando nas lavouras, ajudando os familiares, morando em conventos, fabricando alimentos e roupas. As distinções do vestir das mais variadas camadas sociais que fizeram essa História, como escritoras, rainhas, cortesãs, intelectuais, comerciantes, artesãs, freiras, feitiçeras, senhoras e escravas. Assim, cabe ressaltar a relevância da posição feminina na economia indumentária no processo colonizador. Senhoras, cativas indígenas e africanas eram parte essencial da vida material e econômica da América portuguesa e participavam da colonização ibérica do Novo Mundo.

Era a partir das atividades femininas e do consumo dessas mulheres que se dava a produção, circulação e consumo indumentário. Isto é, era da responsabilidade delas o estímulo e desenvolvimento da economia indumentária e do espírito da moda cortesã. Nesse processo, a cultura das aparências da sociedade escravista colonial estava diretamente relacionada com as relações de gênero, pois os modos de vestir variavam conforme as construções do que era considerado masculino e feminino.

A partir da segunda metade do Quinhentos, com a formação da vila de São Paulo de Piratininga e da entrada de colonos no Planalto, os conflitos sociais e os problemas econômicos de falta de fortuna acirravam-se. Jesuítas, colonos e indígenas entravam em acordos e confrontos constantemente. Nesse contexto, as principais famílias da terra, provavelmente, mamelucas organizavam-se a partir da exploração da mão-de-obra local.

Os confrontos entre lusitanos e franceses na França Antártica tiveram participação dos inácianos e auxílio dos guerreiros coloniais de São Paulo. Nesse momento, as mulheres assumiram o cotidiano da vila, administrando os bens e possuindo posições de destaque. Além de cuidar da prole, as senhoras eram obrigadas a saírem sertão adentro para a manutenção das lavouras e da economia doméstica.

Essa economia contava com atividades permanentes nos sítios e casas contendo uma grande diversidade populacional, como colonos provenientes de várias partes do Velho Mundo, indígenas de distintos gêneros, idades e etnias, assim como jesuítas e recentes autoridades coloniais.

Para a administração da vila, a governança da terra passava a controlar as atividades dos artesãos como tecedeiras, tecelões e alfaiates, cujos trabalhos contavam

na elaboração de sapatos e gibões resistentes para as longas jornadas no sertão para a captura de gentios. O exemplo marcante era da família do sapateiro Damião Simões, cuja mulher, Suzana Rodrigues casava-se novamente com o comerciante flamengo Martim Rodrigues.

As mulheres e os homens comerciantes tornavam-se mais importantes na sociedade colonial paulista, pois possuíam redes familiares com outras regiões da Colônia e traziam capital para investirem nos pequenos negócios da vila. Jóias, têxteis e indumentárias usadas faziam parte dessa mercancia.

Durante praticamente os primeiros cem anos de constituição da vila, formava-se uma Civilização do Algodão a partir das atividades femininas, das senhoras e cativas, que trabalhavam em conjunto oras a fio tanto na produção dos tecidos, quanto nas costuras. Senhoras viúvas e casadas mais velhas ensinavam para suas filhas, afilhadas, enteadas e outras parentes todo o longo processo de confecção das indumentárias. Ou seja, coser era uma das atividades centrais femininas.

Ana de Freitas, viúva em 1628, possuía cativos para a sua tecelagem, ficando nas partilhas do esposo com duas cativas tecedeiras, dois casais e um moço para o comando dos seus dois teares.

No entanto, com relação às escravas eram raros os casos como da cativa indígena Tereza, em 1654, que encontra-se, de maneira explícita, o ofício de “costureira e lavadeira” da filha da senhora Ana de Moraes, sendo esta última viúva de Luis Fernandes Bueno.

Constituíam-se, nas famílias senhoriais, uma economia indumentária formada a partir do comércio local e com a costa, as partilhas de herança dos têxteis e artefatos indumentários. Essa produção do algodão caseira permanecia ainda por uma longa duração, de fins do século XVI até mesmo nos meados do XIX nas famílias senhoriais da região.

Contudo, os “*habitus*” da Civilização do Algodão passavam a ser transformados a partir da conjuntura da segunda metade do século XVII, quando a produção algodoeira expandia-se juntamente com a pecuária e havia uma retração na lavoura de trigo. Nesse processo, os homens senhoriais assumiam a produção e a organização algodoeira. A governança da terra controlava a entrada e saída de têxteis algodoeiros, pagando, muitas vezes, os impostos ao Reino com esse produto.

Senhores contavam com extensas escravarias para a suas tecelagens. Em 1651, Antonio Pedroso de Barros emprestava cativos para a mãe Luzia Leme e sogra Inês

Monteiro. Mantinha 500 cativos, em sua maioria Carijó, na sua tecelagem, mas os negros da terra se rebelavam e fugiam para os matos, tendo que serem capturados novamente pela governança da terra.

Ainda estavam presentes nas tramas de negócios, os produtos de outras paragens. No inventário *post-mortem* de Isabel Sobrinha, a cadeia de ouro valia 100\$000 réis, mais que muitos patrimônios familiares do mesmo período. Essa ostentação e os valores e discursos simbólicos da cultura indumentária, em bens preciosos como jóias, modificavam-se ao longo do tempo. No Século XVI, as silhuetas indígenas metamorfoseavam-se lentamente com a substituição da arte plumária pelos trajes da moda do Velho Mundo. Saios de Londres e Chapins de Valença passavam a fazer parte do consumo colonial na segunda metade do Seiscentos. As senhoras paulistas coloniais possuíam esses artefatos como fortunas de família, isto é, bens materiais de luxo, mais também objetos de valores culturais.

Esse era o caso dos artefatos indumentários luxuosos arrolados no inventário *post-mortem*, em 1631, da senhora Messia Bicudo. Espelho de vestir, vasquinha de cetim adamascado, em conjunto com o saio de melcochoado negro, saias coloridas com passames e o manto, mesmo que velho, eram fortunas preciosas, mais valiosas que grande parte das benfeitorias e dos cativos.

Desse modo, o “*ethos*” cortês e a necessidade das aparências perante o público estavam presentes nas modificações dos “*habitus*” no sertão. Acrescenta-se a isso, a capacidade criativa dos modos de vestir exemplificado pelo gibão acolchoado de algodão e os sapatos resistentes de peles de animais selvagens.

Leve-se em conta também as diferenças de gênero nos modos de vestir. Gibões de algodão e camisas masculinas, vestidos e gibões de seda femininos, sendo que os artefatos de luxo coloniais eram mais preciosos até meados da conjuntura da segunda metade do XVII.

Em relação às cores, os “*habitus*” paulistas eram ainda marcados pelo conflito das modas do Velho Mundo Quinhentistas, entre as de Espanha, os trajes negros sombrios e os chapins, e os coloridos de França, como roxo, vermelho, azul e amarelo. Talvez, longe das vistas das leis suntuárias presentes nas Metrôpoles, na Colônia a possibilidade de variações de cores, tecidos e jóias era maior.

O colorido e os têxteis embaralham ao pesquisador atual a diferença de gêneros. Mulheres poderiam vestir-se sobriamente e homens tecidos multicolores e brilhantes. Homens fabricavam vestes quando alfaiates e mulheres ensinavam as filhas a bordar e

costurar. Todavia, os discursos quanto à moral da indumentária, geralmente, detratavam as mulheres, como os exemplos de Jean de Léry, Hans Staden e Gregório de Mattos, que relacionavam e julgavam os excessos indumentários do corpo feminino.

Portanto, é necessário compreender as vestimentas de acordo com as construções culturais dos artefatos, hoje a partir de fonte tridimensionais, mas no período com documentação manuscritas, a partir da categoria de gênero.

Em síntese, as disputas pelos legados contavam além das benfeitorias e dos cativos, com os “*habitus*”, pois uma das preocupações mais importantes em relação ao cuidado dos órfãos era o vestir-se. Cabia às filhas as tarefas de aprenderem a coser, cuidar da casa, dos cativos e conseguirem matrimônio. As partilhas dos bens e a necessidade de acumular recursos para os órfãos também aquecia o comércio entre o litoral e o sertão durante o Seiscentos. Dentre a camada senhorial existiam diferenciações em função dos privilégios de títulos honoríficos locais, bem como dos rendimentos dos patrimônios familiares. Entre os privilégios, eram presentes: a linhagem, ou seja, a procedência familiar, as práticas do dote e da distribuição da terça nas partilhas das heranças.

Desse modo, as dificuldades ao historiador está na análise aproximada, no sentido de distanciar-se o máximo possível do Anacronismo. Nessa perspectiva, propõe-se, nesta tese, discutir os termos de “*habitus*”, vestimenta e mesmo moda, que possuía o sentido de maneira. Os conceitos centrais levantados a partir da historiografia foram: gênero, economia e cultura indumentária. Mas é o conceito de moda que dá pano para manga. E moda está presente como linguagem de época e conceito. Neste último sentido, pode ser entendido como capacidade de criação nas vestimentas, o que ocorria frequentemente antes da produção em série, pois cada traje era distinto do outro. Não havia vestimenta e muito menos modos de vestir iguais, por mais que as pessoas tentassem.

O espírito de moda cortesã estava presente nas distinções de gênero e de status. Nem sempre as mulheres vestiam-se da mesma forma, e possuíam diferentes níveis de renda, fortuna e valores de consumo de luxo.

Nota-se que a camada senhorial paulista excedia nas indumentárias luxuosas para ostentar as aparências, conforme a prática costumeira nas sociedades cortesãs renascentistas. Mas na Terra de Santa Cruz, essa cultura era caracterizada pela estrutura e pelos valores escravistas do ócio e da fama, de desqualificação do trabalho e

valorização do ethos cortês. Nesse sentido, as aparências eram significativas dentre os colonizadores, como forma de distinção da população indígena e africana.

Concluindo, conforme desenvolvido nesta tese, no sertão, os modos de vestir eram constituídos pelo uso de preciosas vestes de tecidos ou feitos importados. Também conjuntamente com a presença das populações indígenas, principalmente das cunhãs, os artefatos indumentários e os adornos passavam a adquirir novas “modas”, no sentido de maneiras. Porém, as relações entre gênero, economia e cultura indumentária sofriam importantes metamorfoses durante os dois primeiros séculos de Colonização portuguesa graças às modas, isto é, capacidade criativa da população, particularmente feminina. E, enfim, a partir das ideias discutidas neste trabalho, espera-se que novas aproximações sejam formuladas.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo

Inventários e Testamentos

Ordem: C00478

Inventário de Ascensa Felix (1617)

Inventário de Antonio Rodrigues (Velho) (1616)

Inventário de Esperança Machado (1623)

Inventário de Melquior Marques (1633)

Inventário de Ana Rodrigues Cabral (1634)

Inventário de Antonio Barboza (1638)

Inventário de Manuel da Costa (1640)

Inventário de João Correia (1640)

Inventário de Maria (mulher de João Barreto) (1642)

Inventário de Francisco Bicudo de Siqueira (1642)

Inventário de André Mendes Ribeiro (1652)

Inventário de João Barroso (1653)

Inventário de João Furtado (1653)

Inventário de Antonio Ribeiro Roxo (1653)

Inventário de Manuel da Costa do Pinho (1653)

Inventário de Margarida Gonçalves (1653)

Inventário de pedro Carrassa (1653) e Margarida Rodrigues (1634)

Inventário de Damião Simões (1578)

Ordem: C00573

Testamento de Pero Leme (1592)

Inventário de Pero Leme (1600).

Inventário de Gracia Rodrigues (1594).

Testamento de Gracia Rodrigues (1590).

Inventário de Izabel Felix (1596).

Testamento de Izabel Felix (1596).
Inventário de Diogo Sanches (1598).
Inventário de Miguel Sanches (1620).
Testamento de Miguel Sanches (1620).
Inventário de Gonçalo da Costa (1599)
Testamento de Agueda de Abreu (1599)
Inventário de Izabel Fernandes (1599)
Testamento de Izabel Fernandes (1599)
Inventário de Catarina de Unhate (1613)
Inventário de Maria Gonçalves (1599)
Testamento de Maria Gonçalves (1599)
Testamento de João do Prado (1594)
Inventário de João do Prado (1597)

Caixa 2 - Ordem: C00574

Inventário de Antonio Pereira (1604)

Testamento de Antonio Pereira (1602)

Inventário de Martim Rodrigues (1612)

Testamento de Martin Rodrigues (1602)

Inventário de Francisco Barreto (1607)

Testamento de Francisco Barreto (1607)

Inventário de Volante Cardoso (1620)

Testamento de Violante Cardoso (1607)

Inventário de Izabel Fernandes (1607)

Testamento de Izabel Fernandes (1607)

Inventário de Pedro Álvares (1609)

Testamento de Pedro Álvares (1609)

Inventário de Francisco Teixeira (1594)

Testamento de Francisco Teixeira (1584)

Inventário de Lourenço Gomes Ruxete (1611)

Testamento de Lourenço Gomes de Ruxete (1608)

Inventário de Bartolomeu Rodrigues (1610)

Testamento de Bartolomeu Rodrigues (1608)

Inventário de Maria Lucas (1632)

Testamento de Maria Lucas (1632)

Testamento de Anna Rodrigues (1672)

Inventário de Gaspar Fernandes (1600)

Testamento de Gaspar Fernandes (1600)

Fontes impressas

AMADO, Janaína. & FIGUEIREDO, L.C. *Brasil (1500). Quarenta Documentos*.
Brasília. UNB, 2001.

ANCHIETA, José de. *A conversão de São Paulo (1568)*. Oficinas Salesianas, 1895.

ANCHIETA, José de. *De gestis Mendi de Saa (1563)*. Rio de Janeiro, 1958.

ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio
de Janeiro: Academia Brasileira, 1933.

- ATAS da Câmara da vila de Santo André da Borda do Campo. (1554-1560).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914.
- ATAS da Câmara da Vila de São Paulo (1640-1652).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol.5, 1915.
- ATAS da Câmara da Vila de São Paulo (1653-1678).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol.6 (Parte I e II), 1915.
- ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. (1562-1596).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 1, 1914.
- ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. (1596-1622).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 2, 1915.
- ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. (1623-1628).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 3, 1915.
- ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. (1629-1639).* São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 4, 1915.
- BATTAGLIA, Salvatore. *Grande Dizionario della lingua italiana.* Torino: Unione Tipografico, 1978, vol. 8.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portugues Latino.* Coimbra: Collegio das Artes, 1712, 12 vols.
- BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. *Diálogos da Grandeza do Brasil (1618).* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- BRÁSIO, Pe. Antonio. *Monumenta Missionaria Africana (1500-1665).* Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 11 vols., 1963.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil (1584).* Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- CARTAS de datas de terra (1555-1600).* São Paulo: Departamento de Cultura do Município de São Paulo, vol. 1, 1937.
- CARTAS de datas de terra (1601-1650).* São Paulo: Departamento de Cultura do Município de São Paulo, vol. 2, 1937.
- COLONIZAÇÃO portuguesa no Brasil.* Porto: Litografia Nacional, vol. 2, 1921.
- CORTESÃO, Jaime. (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Itaim (1596-1760).* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.
- CORTESÃO, Jaime. (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641).* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

- DICTIONNAIRE de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes. Du IX au XV siècle.* Paris, vol. 4, 1938.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz.* São Paulo: Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- HANKE, Lewis (org.). *Cuerpo de documentos del siglo XVI. Sobre los derechos de España en las Indias y las Filipinas.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1943.
- HARF-LANCNER, Laurence (org.). *Lais de Marie de France. (XII^e siècle)* Paris: Letre Gothiques, 1990.
- HISTÓRIA da Colonização portuguesa no Brasil.* Porto: Litografia Nacional, 1921, vols. 1 e 2.
- INVENTÁRIOS e Testamentos.* São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1921-1998, vol. 1-47.
- LEDA, Maria Oliveira. *A História do Brasil de Frei Vicente Salvador: História e política no Império Portugues.* Odebrecht, 2009.
- LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil,* São Paulo, Comição do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.
- LEITE, Serafim. *Monumenta Brailiae. Historica Societatis Iesus. Monumenta Brasiliae.* Coimbra/ Roma, 1956. 5 vols.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente(1773).* (Esboço biográfico de Affonso de E. Taunay) São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- LÉRY, Jean de Léry. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil (1578).* (2 a. ed. 1580). Paris: Livre de Poche, 1994.
- MADRE DE DEUS, Gaspar da, Frei. *Memórias para a História da Capitania de São Paulo.* São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1980 (Coleção Reconquista do Brasil, 12)
- MELO, José Antônio Gonçalves de. (editor) *Confissões de Pernambuco (1594-1595).* Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- MENDES PINTO, Fernão. *Peregrinação.* Porto: Mello & Ir.,1984.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Iesus, em las provincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y Tape.* Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.

- ORDENAÇÕES e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d' El-Rei Philippe I. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomathico, Livros I, II, III, IV e V, 1870.
- PIZAN, Cristhine de. *Le Chemian de longue étude. (XIV^e siècle.)* Paris: Librairie Générale Française, 2000.
- REGISTRO Geral da Camara Municipal de São Paulo (1583-1636). São Paulo: AMSP, vol. 1, 1917.
- REGISTRO Geral da Camara Municipal de São Paulo (1637-1660). São Paulo: AMSP, vol. 2, 1917.
- SILVA, Antônio Moraes da. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil (1557)*. Belo Horizonte/Itatiaia, 2008.
- THE complete works of Willian Shakespeare*. Oxford, UK: Wordsworth, 1996.
- THEVET, André. *As singulariedades da França Antártica*. São Paulo/Belo Horizonte, 1978. (trad. Eugênio Amado)
- VAINFAS, R. *Confissões da Bahia (1593)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VECELLIO, Cesare. *Habitus Antiqui et Moderni. The clothing of the Renaissance world*. London: U.K.Tames & Hudson, 2008.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, (1ª ed. 1883), 1999.
- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, (1ª ed. 1907), 1963.
- AERT, Laura Van. Selling textiles in a city in crisis, Antwerp, 1650-1750. in: XIV International Economic History Congress, Helsinki, 2006, pp. 1-19. (mimeo)
- AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens. A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI – XVII)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2007.
- ALENCASTRO, L. Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 83-154.
- ALMEIDA, Adilson José de. Indumentária e moda: seleção bibliográfica em português. São Paulo: *Anais do Museu Paulista. História e cultura material*. Vol. 3, 1995.
- ALMEIDA, Adilson José de. Vestuário e gênero: história e sexo. SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) Trabalho feminino e cidadania. São Paulo: Humanitas/CEDHAL/FFLCH (Série Cursos e Eventos), 2000, pp. 221-238.
- ÁRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, 1981. (tradução)
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Grande Revolução Inglesa (1640-1780). Revolução Inglesa e Revolução Industrial na Construção da Sociedade Moderna*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Brazilian raw cotton as a strategic in global textile manufacturing during the Industrial Revolution. In: *XIV International Economic History Congress*. Helsinki, 2006, pp. 1-20.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

- BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição. Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BARTAN, Claire. Social fabric in Thynne's debate between Pride and Lawliness. In: Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 137-152.
- BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. São Paulo: Melhoramentos, (1ª ed., 1939), 1981.
- BITTENCOURT, Adalzira. *A mulher paulista na História*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A., 1954.
- BLAJ, Ilana. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CANDIDO, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BLANC, Odiele. *From Battlefield to court: the invention of fashion in fourteenth century*. In: Désirée G. Koslin and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and Dress. Objects, texts, images*. U.S.A/UK: Macmillan Publishers Limited, 2002, pp. 157-172.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993. [Apologir pour l'histoire ou Métier d'historien, 1944], trd. Maria Manuel e Rui Grácio)
- BOCK, Gisela. Challenging dichotomies: perspective on women's history. OFTEN, Karen. *Writing Women's History. International Perspectives*. Indiana, 1998, pp. 1-23.
- BOCK, Gisela. *Women in European History*. Oxford: Blackwell, 2002.
- BOLOGNE, Jean Claude. *História do pudor*. Rio de Janeiro: Elfos, 1990. (tradução)
- BOHEN, Max von. *La Moda. Historia do traje em Europa. Desde los orígenes del Cristianismo hasta nuestro días*. Barcelona: Salvat Editores, 2. vols, 1928.
- BONNIE, G. Smith. *Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- BOUCHER, François. *Histoire du costume en Occident*. Paris: Flammarion, 2008.
- BOUCHER, François. *História do Vestuário do Ocidente*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

- BOXER, C. R. *Fidalgs in the far east, 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macau*. The Hague: Martinus Mjhoff, 1948.
- BOXER, C. R. *Fidalgs in the far east, 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macau*. The Hague: Martinus Mjhoff, 1948.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (tradução)
- BOXER, Charles Ralph. *Mary and Misogyny. Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815). Some facts, fancies and personalities*. London, UK: The Trinity Press, 1975.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 3 vols., 1996. (tradução).
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterraneo en la Época de Felipe II*. Mexico: Fondo de Cultura Economica. (1ª edição 1953), 2 vols, 2002. (tradução)
- BRAUDEL, Fernand. *O modelo italiano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (tradução)
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (tradução)
- BURCKARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (tradução)
- BURKHOLDER, Kristen M. "Threads Bared: dress and textiles in Late Medieval English Wills. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., v.1., 2005, pp. 133-153.
- CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Edusp, 1984.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. O sexo das coisas: a produção da diferença entre os gêneros. SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas/CEDHAL/FFLCH (Série Cursos e Eventos), 2000, pp. 207-220.
- CASTILHO, Kátia. Têxteis como representação da técnica e da estética. In: PAULA, Teresa Cristina Toledo de (coord.). *Tecidos e sua conservação no Brasil: Museus e coleções*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, pp. 123-126.

- CHAUDHUNI, Kirti. O estabelecimento no Oriente. In: BITHENCOURT, Francisco. & CHAUDHUNI, Kurti. *História da expansão portuguesa*. Navarra, Espanha: Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, pp. 163-191
- CHEONG, Fok. *Estudos sobre a instalação dos portugueses em Macau*. Lisboa, Pt.: Gradiva, 1996.
- CLARK-CARROLL, Susan M. Bad Habits: clothing and textiles references in the register of Eudes, Archbishop of Rouen. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.1, 2005, pp.
- COATES, Timothy Joel. *Exiles and orphans: forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1720*. Minnesota, U.S.A.: Thesis submitted to the Faculty of the graduated school of the University of Minnesota, 1993.
- COATSWORTH, Elizabeth. Cushioning medieval life: domestic textiles in Anglo-Saxon England. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., v.3., 2007, pp. 1-12.
- CORREA, Mariza. Trampas do traje. In: Cadernos Pagu, Campinas: Unicamp, 2004, pp.185-200.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Lutas de famílias no Brasil*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, (1ª ed. 1945) 1980.
- COSTA, João Paulo Oliveira. Macau e Nagasáki – Os Pólos da presença portuguesa no mar da China na segunda metade do século XVI. In: ALVES, Jorge dos Santos. (coord.) Portugal e a China. *Conferências do III Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China. (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Pt.: Fundação do Oriente, 2000, 79-104.
- CRAVERI, Benedetta. Amantes y reinas. El poder de las mujeres. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. (tradução)
- CRAWFORD, Joanna. Clothing Distributions and social relations c. 1350-1500. In: Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp.153-164.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAVIS, Natalie Z. A trade union in sixteenth century France. In: *The economic history review*. Vol. XVIII, 1965, pp. 48-69.

- DAVIS, Natalie Z. *Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (tradução)
- DAVIS, Natalie Z. Women in the crafts in Sixteenth-Century Lyon. In: HANAWAT, B. A. *Women and work in Preindustrial Europe*. Indiana, U.S.A, 1984, pp. 167-197.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Cultura dos povos. Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (tradução)
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens. Três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (tradução)
- DAVIS, Natalie Zemon. *The gift in Sixteenth-Century France*. The University of Wisconsin Press, 2000.
- DENNY-BROWN. Rips and slits : the torn Garment and the Medieval Self. In : RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 223-237.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOUGLAS, Audery W. Cotton Testiles in England. The east India Company's attempt to exploit developments in fashion, 1660-1721. in: *The Journal of British Studies*, vol. 8, may, 1969, pp. 28-43.
- DUNNIGAN, Sarah M. "Sacred afterlife: Mary, Queen of Scots, Elizabeth Melville and politics of sanctity". In: *Women's Studies*. Vol. 10, n. 3, 2003, pp. 401-424.
- ELISONAS, J.S.A. Conversions and contradictions: symbolic trade in Jesuit Colony of Nagasaki. ALVES, Jorge M. dos Santos. *Portugal e China. Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e China (Séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp. 105-126.
- ELLIAS, Nobert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, (1ª1987), 1995. (tradução)
- ELLIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2 vols, 1994. (tradução)
- EVANS, Lisa. 'The same counterpointe beinge olde and worene: the mystery of Henry XVIII's Green quilt. NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 2 vol., 2008, pp. 193-208.
- FARMER, Sharon. Biffes, tiretaines, and aumonières: the role of Paris in the international textile markets of the Thirteenth and Fourteenth Centuries. In:

- NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 2 vol., 2006, pp. 73-90
- FEBVRE, Lucien. *El problema de la incredulidad en el siglo XVI. La religión de Rabelais*. Madrid : Universitária, 1968. (tradução)
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Edusc, 2003.
- FERNANDES, João Azevedo. *De cunha a mameluca. A mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- FRENCH, John D. Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência. São Paulo, 1596-1625. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, ano 45, no. 195, janeiro a dezembro, 1982, pp. 79-107.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Record, (32ª ed., 1ª ed. 1933). Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Modos de Homem & Modas de Mulher*. Rio de Janeiro: Global, (1ª ed. 1987), 2009.
- FRIEDMAN, John Block. The art of the exotic: Robinet Testard's turban-like-coiffure. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 4 vol., 2008, pp. 173-192.
- GILMORE, Gloria Tomas. *Marie de France's Bisclavret: what the werewolf will and will not wear*. In: In: Désirée G. Koslin and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and Dress. Objects, texts, images*. U.S.A/UK: Macmillan Pblischers Limited, 2002, pp. 67-84.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GODINHO, Vito Magalhães Godinho. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- HALLAM, Elizabeth Hallam. Speaking to Reveal: the body and acts of 'exposure' in Early Modern Popular Discourse. In: Catherine Richardson. *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, 2004, pp. 239-262.
- HARVEY, John. *Homens de Preto*. São Paulo: Unesp, 2003. (tradução)
- HELLEER, Sarah-Grace. *Fashion in French crusade literature: desiring infidel textiles*. In: Désirée G. Koslin and Jane E. Snyder. *Encountering medieval textiles and*

- Dress. Objects, texts, images.* U.S.A/UK: Macmillan Publishers Limited, 2002, pp. 103-119.
- HELLER, Sarah-Grace. Obscure lands and obscured hands: fairy embroidery and the ambiguous vocabulary of Medieval Textile decoration. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.5, 2009, pp. 15-36.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007. (tradução)
- HENTSCHELL, Roze. A question of nation: foreign clothes on the english subject. In: Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 49-62.
- HISTÓRIA do Trajo em Portugal*. Porto: Livraria Chadron, s/d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ª ed. 1956), 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, (1ª ed. 1936), 2001.
- HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: CosacNaiff, 2010.
- ILG, Ulrik. The cultural significance of Costume Book in Sixteenth Europe. In: RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp, 29-48.
- IZBILICLI, Tomas M. Forbidden colors in the regulation of clerical dress the Fourth Lateran Council (1215) to the time of Nicholas de Cusa (d. 1464). In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.1, 2005, pp. 105-114.
- JANUÁRIO, Eliane Aparecida. Os tecidos e sua função nas Minas PAULA, Teresa Cristina Toledo de. (coor) *Tecidos e sua conservação no Brasil*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 2006, pp. 178-181.
- JASTER, Margaret Rose. 'Clothing themselves in acres': apparel and impoverishment in Medieval and Early Modern England. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 2 vol., 2006, pp.91-100.
- JONES, Ann Rosalind. & STALLYBRASS, Peter. *Renaissance clothing and the materials of memory*. Cambridge, U.K, (1ed., 2000), 2003.

- JONES, Dorothy. "Defining Self and Others through Textiles and Text". In: *Women's Writing*. Women's colonial and post-colonial writing: identity and cultural difference. Oxford, UK, (2000), pp.
- JONES, Jennifer M. Reviewed Work: The culture of clothing: dress and fashion in 'ancien regime' by Daniel Roche. In: *The William and Mary Quarterly*, 3rd ser., vol. 53, no. 1, Material Culture in Early America, jan. 1996, pp. 188-190.
- KOSLIN, Désirée G. & SNYDER, Janet E. *Encountering medieval textiles and dress. Objects, texts, images*. U.S.A: Palgrave Macmillan, 2008.
- LARA, Silvia Humold. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LARA, Silvia Humold. *Sob o signo da cor: trajés femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca. 1750-1815*. in: Latin American Studies Association, 1995, pp.1-19. (mimeo)
- LARA, Silvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (Século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil, Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 177-191.
- LARNAC, Jean. *Histoire de la littérature féminine em France*. Paris, 1929.
- LAURENCE, Anne. Uma bela alma exige um belo corpo? Mulheres, religiosidade e aparência pessoal na Inglaterra do século XVII. In: *Estudos de Gênero*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp. 3-16.
- LEED, Drea. 'Ye shall have it cleane': textile cleaning techineques in Renaissance Europe. In: In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Croker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2006, pp. 101-120.
- LE GOFF, Jacques & TRUONG, Nicolas. *Uma História do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (tradução)
- LELISGRANT, Frank. Le huguenot et le sauvage. L'Amerique et la controverse coloniale, en France au temps de guerres de religion (1555-1589). Genève, 2004.
- LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horácio. "As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX". In: *Estudos de História*. Franca, vol.4, 1997, pp. 129-146.
- LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horácio. LORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2008.

- LIMA, Igor Renato Machado de. *O fio e a trama: trabalhos e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2006.
- LIMA, Igor de. & SILVA, Patrícia G. E da. Tipologia Documental. In: Eni de Mesquita Samata (org.) *Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica*. São Paulo: Humanitas, 2011, pp. 147-259.
- LIPOVETSKY, Gilles. & ROUX, Elyette. *O luxo eterno. Da idade do sagrado ao tempo das marcas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (tradução)
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (tradução)
- LOUREIRO, Rui Manuel. *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no século XVI*. Lisboa, Pt: Fundação do Oriente, 2000.
- MALERONKA, Wanda. *Fazer roupa virou moda: um figurino da ocupação da mulher. (São Paulo, 1920-1950)*. São Paulo: Senac, 2007.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, (1ª Ed. 1933) 2006
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Brasiliana, (1ª ed. 1940), 1980. (tradução)
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARQUES, Azevedo E. de. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Bibliográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Publicações Comemorativas da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Tomo I, 1954.
- MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. A mulher nobre portuguesa e o poder senhorial no século XIV. In: MEGIANI, Ana Paula Torres. & SAMPAIO, Jorge Pereira de. *Inês de Castro: a época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 31-42.
- MEGIANE, Ana Paula. *O rei ausente. Festas e cultura política nas visitas dos Felipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MERCHANT, Carolyn. Gender and environmental history. In: *The Journal of American History*, vol. 76, no. 4, mar., 1990, pp. 1117-1121.
- MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. in: *Estudos Econômicos*. São Paulo: FEA/USP, vol. 3, 1983, pp. 799-811.

- METCALF, Alida C. *Family and frontier in Colonial Brasil*. Santana do Parnaíba. 1580-1822. Berkley, USA: University of California Press, 1992.
- METCALF, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brazil (1500-1600)*. Austin, U.S.A.: University Press, 2005.
- METCALF, Alida. A busca pelo intermediário feminino no século 16 no Brasil in: Stuart Schwartz. & Erick Lars Myrup. (org.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru, S.P.: Edusc, 2009, pp. 314-315.
- MONTEIRO, John Manuel. Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo. *Revista de História*. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1989, pp. 46-59.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. História e resistência de índios. NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 237-249.
- MONTEIRO, John Manuel. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: Paula Porta. *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 21-61.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 475-498.
- MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e invenção dos Índios: entre Gabriel Soares de Souza e Francisco de Adolfo Varnhagen. In: *REVISTA Brasileira de História*. São Paulo: Departamento de História, no. 149, 2º semestre, 2003, pp. 109-137.
- MORGA, Antônio Emilio. *Masculinidade, economia e sociabilidade: Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2004.
- MUNRO, John H. The Anti-Red Shift – to the dark side: Colour changes in Flemish luxury woollens, 1300-1550. in: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 3 vol., 2007, pp. 55-96.
- MUNRO, John H. Luxury and ultra-luxury consumption in Later Medieval and Early Modern European Dress: relative values of woollen textiles in the low countries

- and England, 1330-1570. in: XIV *International Economic History Congress*, Helsinki, 2006, pp. 1-10.
- MURDOCK, Graeme. Dress, nudity and Calvinist Culture in Sixteenth-Century France. In: RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 123-136.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (tradução)
- NETHERTON, Robin. The view from Herjolfsness: Greenland's translation of the European fitted fashion. NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 4 vol., 2008, pp. 143-172.
- NEVES, Luis Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, (1ª ed., 1979) 2001.
- NUNN-WEINBERG, Danielle. The Matron goes to the masque: the dual identity of the English Embroidered Jacket. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 2 vol., 2006, pp.151-174.
- OLDLAND, John. The finishing of English Woollens, 1300-1550. NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 3 vol., 2007, pp.97-118.
- PASTOUREAU, Michel. *Bleuau: une histoire d'une couleur*. Paris: Sueil, 2006.
- PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavalheiros da tábua redonda*. São Paulo: Companhia das Letras/ Circulo do Livro, 1989. (tradução).
- PASTOUREAU, Michel. *O tecido do diabo. Uma história das riscas e dos tecidos listrados*. Lisboa: Estampa, 1996. (tradução)
- PAULA, Teresa Cristina Toledo de. (coor) *Tecidos e sua conservação no Brasil*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 2006.
- PAULA, Teresa Cristina Toledo de. "A excepcional terra do pau-brasil: um país sem tecidos". In: Teresa Cristina Toledo de Paula (cor.). *Tecidos e sua conservação*

- no Brasil: Museu e coleções*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, pp. 80-82.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: DAESP, 1995.
- PIPONNIER, Françoise. O universo feminino: espaços e objetos. In: DUBY, Georg. & PERROT, Michele. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto, Afrontamento, 1990, pp.241-259.
- PIPONNIER, Françoise & MANE, Perrine. *Dress in the Middle Ages*. Yale, U.S.A.: Yale Press, 1997. (tradução)
- PIZA, A. de Toledo. O processo vimiero-monsanto. In: *Revista do Insituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1901, pp. 141-150.
- PONTES, Heloisa. Modas e modos: uma leitura enviesada de O espírito das roupas. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, S.P., 2004, pp. 13-46.
- POULOT, Dominique. Une nouvele histoire de la culture materiale ? in: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Paris, 1994, pp.344-357.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. (1ª ed. 1942), 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo. Geografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO, J.F. de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1532)*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1935.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil. Poder e política na Bahia Colonial (1584-1700)*. São Paulo. Tese de Livre docência apresentada ao Departamento de História/FFLCH/USP, 2010.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização*. São Paulo: Edusp, 1997.
- RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./Burlington, U.S.A, 2004.
- RICHARDSON, Catherine. 'Having nothing upon saving onely his sherte': event, narrative and material culture in Early Modern England. In: RICHARDSON,

- Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 209-221.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009.
- ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências. Uma história da indumentária (Séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Senac, 2007. (tradução)
- ROCHE, Daniel. *La culture des apparences. Une histoire du vêtement XVIIe. e XVIIIe. Siècle*. Paris : Fayard, 1989.
- RODRIGUES, Edith Porchat. *Informações históricas sobre São Paulo no primeiro século de sua fundação*. São Paulo: Livraria Martins, 1956.
- RODRIGUES, Vítor Gaspar. “O quadro social da capitania da viagem da China e do Japão”. In: ALVES, Jorge dos Santos. (cord.) *Portugal e a China. Conferências do III Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China. (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Pt.: Fundação do Oriente, 2000, 65-78.
- RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais. (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, 2010.
- ROEHRIG, Catharine H. Women’s work: some occupations of nonroyal women as depicted in ancient Egyptian art. In: CEPEL, Anne K. & MARKOE, Glenn E. *Mistress of the house mistress of heaven. Women in Ancient Egypt*. New York, 1996, pp. 13-24.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Tempo, duração e civilização. Percursos braudelianos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004.
- SALTER, Elizabeth. Reworked Material: discourses of clothing culture in Early Sixteenth-Century Greenwich. In: RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 179-181.
- SALTER, Elizabeth. Reworked material: discourses of clothing culture in Early Sixteenth-Century Greenwich. Catherine Richardson. *Clothing culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K.: ASGHATE, 2004, pp. 179-191.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e vida doméstica no Brasil*. São Paulo: Humanitas, Estudos CEDHAL, 1999. (Nova Série, 10)

- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento. São Paulo. Século XVII*. São Paulo: Edusc, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero a América Latina. In: MATOS, Maria Izilda. *Gênero em debate. Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997, pp. 7-51.
- SAMARA, E. M. ; LIMA, Igor Renato Machado de. Gênero, sexualidade e cultura indumentária na Terra de Santa Cruz. Século XVI. *mariasepedros.com*, v. 1, p. 1-13, 2009.
- SAMPAIO, Teodoro. São Paulo de Piratininga no fim do século XVI. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, 1898, vol. 2, pp. 257-278.
- SANTOS, Jorge M Alves. dos. Um tempo de ajustamento. Macau, O Estado da Índia e os Ming no primeiro quartel do Século XVII. In: ALVES, Jorge dos Santos. (cord.) *Portugal e a China. Conferências do II Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China. (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Pt.: Fundação do Oriente, 1999, pp.105-120.
- SAYERS, William Sayers. Flax and linen in Walter of Bibbesworth's thirteenth-century french treatise for english housewives. In: *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.6, 2010, pp. 111-126.
- SCHUESSLER, Melanie. 'She hath over grow all that ever she hath': children's clothing in the Lisle letters, 1533-1540. in: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 3 vol., 2007, pp. 181-200.
- SCHUSSLER, Melanie. French Hoods: development of Sixteenth-Century court fashion. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.5, 2009, pp. 129-160.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, (3ª ed.), vol. 3, 2001.
- SHAMMAS, Carole. The decline of textile prices in England and British America Prior to industrialization. In: *The economic History Review*, New Series, vol. 47, no. 3, aug., 1994, pp. 483-507.

- SHERRILL, Tawny. Fleas, fur, and fashion: Zibellini as luxury accessories of the Renaissance. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 2 vol., 2006, pp.121-150.
- SHERRILL, Tawny. Who was Cesare Vecellio? Placing Habiti Antichi in Context. In: NETHERTON, R. & OWEN-CROCKER, Gale R. *Medieval Clothing and Textiles*. Woodbridge, 2009, v.5, pp. 161-188.
- SILVA, Irineu. *História dos pesos e das medidas*. São Carlos: EdFSCar, 2004.
- SILVA, M.B. Nizza da. (org.) *História de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Novra Fronteira, 1998.
- SMITH, Helen. 'This one poore blacke gowne lined with white: the clothing of the Sixteenth-Century English Book. RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 195-208.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas. A moda no século Dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Laura de Mello e. & NOVAIS, Fernando. A. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, fronteiras e nas fortificações. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 41-82.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- STANFORD, Charlot A. Donation from de body for the Soul: apparel, devotion and status in Late Medieval Strasbourg. In: Robin Netherton & Gale R. Ower-Crocker. *Medieval Clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.6, 2010, pp.173-205.
- STAPLES, Kate Kelsey. Fripperers and the used clothing trade in Medieval London. In: NETHERTON, R. & OWEN-CROCKER, Gale R. *Medieval Clothing and Textiles*. Woodbridge, 2010, v.6, pp. 151-171.

- STOREY, Tessa. Clothing Courtesans: fabrics, signals and experiences. In: RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp.95-106.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995.
- SWALES, Lois. & BLATT, Heather. Tiny textiles hidden in books: toward a categorization of multiple-strand bookmarks. NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 3 vol., 2007, pp.145-180.
- SWEETINBURG, Sheila. Clothing the naked in Late Medieval East Kent. In: RICHARDSON, Catherine. (ed.) *Clothing Culture, 1350-1650*. Hampshire, U.K./ Burlington, U.S.A, 2004, pp. 109-121.
- TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Tipografia Ideal, 3 vols., 1925.
- TAUNAY, Afonso de E. *João Ramalho e Santo André da Borba do Campo*. São Paulo: Publicação do Qatrocentenário da Fundação de Santo André da Borda do Campo, 1953.
- TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *São Paulo nos primeiros anos. & São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, (1ª ed. 1920/1921), 2003.
- TILGHMAN, Carla. Giovanna Cenami's veil: a neglected detail. In: NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 1 vol., 2005, pp. 155-172.
- TOUSSAINT-SANAR, Meulonne. *História técnica y moral del vestido*. 2. Las Telas. México: Aliança Editorial, 1990.
- TWOMEY, Lesley K. Poverty and richly decorated garments: a re-evaluation of their significance in the Vita Christi of Isabel de Villena. NETHERTON, Robin. & OWEN-CROCKER, Gale R. (ed.) *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K., 3 vol., 2007, pp. 135-144.
- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. NOVAIS, Fernando A. (direção) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 221-274.

- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- WRIGHT, Monica L. 'De fil d'or et de soie': making textiles in Twelfth-Century. In: Robin Netherton & Owen-Crocker, Gale R. *Medieval clothing and textiles*. Woodbridge, U.K.: The Boydell Press, v.2, 2010, pp. 61-72.

GLOSSÁRIO

Algodão: Originado do grego *xilon*. E segundo Bluteau era uma “espécie de carepa, ou lamugem, muito fina, muito branda, e branca como a neve, que a produz um fruto semelhante a avelã barbada, o qual se abre em três ou quatro partes, e expõem à vista um frocofinho, que com o calor se incha, e se faz do tamanho de uma nós, e o que do dito fruto se separa...” (BLUTEAU, 1712, p. 250)

Algodoeiro: Para Bluteau, Havia duas espécies de algodoeiros, o *Gossopion herbaceum* e o *Xilon Aroreun*. (BLUTEAU, 1712, p. 251)

Arroba: Medida de peso, equivalente a 14, 668 kg.

Barregana: Tecido de lã.

Barrete: Toucado redondo, que no século XVI tornava-se quadrado.

Bocaxim: certo pano de linho.

Calção: Originário do italiano *calzoni*, roupa de baixo. As damas o utilizavam no século XVI. Era vestuário masculino no século seguinte. Parece ser divulgado pelos navegadores e comerciantes portugueses no ultramar. Era citado tanto na Costa da América Portuguesa quanto na região de fronteira como São Paulo Colonial. Geralmente feito de tecido sem tingimento.
Calções:

Camisa: Originária de *camisia* (túnica fina de linho). Consumida desde a Antiguidade. Veste de baixo em linharia utilizada por mulheres e homens.

Carmesim: Veludo carmesim. Cor vermelha viva ou tecido originário de uma cidade italiana com o mesmo nome. A origem arábica de *chermes* (vermelho), conforme Bluteau. (BLUTEAU, 1712, p. 150)

Catassol: Antigo tecido fino e lustroso.

Chapins de Valença: Calçados de mulheres consumidos no século XVI e XVII, em várias regiões do Novo Mundo, como na vila de São Paulo Colonial. Nesse último território, essa peça, provavelmente, era trazida pelos colonos espanhóis que chegavam frequentemente nessa região, mantendo contato constante com o Guairá, as Províncias do Prata e até mesmo com o Vice Reino do Peru.

Chapins: Calçado feminino de sola alta. Espécie de tamanco.

Cordovão: pele de bode curtida.

Corpinho: Corpete. Em francês, corps. Espécie de camisola com barbatanas nos ombros. No século XVI, era moda espanhola. De acordo com Boucher, “Corpete rígido e cobrindo o pescoço, aplicado em ponta sobre a saia, forrado com tecido rígido, o corps (justilho) impõe ao busto uma forma quase geométrica e alonga a cintura comprimindo o busto até seu quase desaparecimento”. (BOUCHER, 2010, p. 187) No século seguinte, tornou-se em uma espécie de espartilho.

Coura: Antigo gibão de couro usado pelos paulistas na Colônia.

Côvado: Medida equivalente a três palmos, ou seja, 3 metros e 300 centímetros.

Cruzado: Unidade monetária correspondente a \$400 réis.

Damasco: Tecido sedoso. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, era originário da cidade da Síria, Damasco. “Há damascos de seda de Castela, e Itália, e Damasco da Índia, ordinários; Damasco tecido com ouro, e prata, Damasco Carmezim, Damascos, ditos grandes,...” (BLUTEAU, 1712, p. 7)

Damasquilho: Tecido adamascado.

Escopeta: Originário do italiano schiopetta, que por sua vez derivava do latim scloppus, ou stloplus, significando estrondo. Era arma de fogo mais curta e de bala pequena.

Ferragoulho: Espécie de casaco com capuz. Era uma vestimenta rústica, de pescadores, segundo Moraes no século XIX. No Oitocentos também era consumido por estudantes da Universidade. (MORAES, 1813, p. 24)

Gibão: Veste que cobria do rosto até a cintura. Mas que variou muito conforme o contexto histórico, social e espacial. Em São Paulo Colonial, poderia ser desde uma indumentária de algodão para as expedições através dos sertões para protegerem-se das flechas dos gentios, até sedoso ou adamascado com fitas e adornado com pedras preciosas e jóias para o consumo das mulheres das elites coloniais.

Grise: Tecido de lã próximo da cor parda.

Gorgorão: Tecido encorpado, com cordões mais ou menos salientes de seda ou de lã.

Guarnecido: Ornado, enfeitado.

Mantéu: Capa com colarinho. Podia ser também saia lisa sem pregas, ou colarinho

Mantilha: Véu fino que as mulheres adornavam a cabeça e os ombros.

Palmo: No Brasil Colonial, o palmo variou entre 22 e 24 centímetros. Representava a média da distância entre o polegar e o mínimo. Diferentemente da Antiguidade, quando o palmo era medido com os dedos juntos, na Colônia, os dedos eram separados.

Pataca: Moeda de prata das Índias de Castela, valendo \$750 réis.

Pavilhão: Derivado do latim *Papulio*, significando tenda de guerra. No Novo Mundo, eram as proteções para insetos. São os atuais mosquiteiros.

Perpetuana: Tecido delgado de lã que, segundo Bluteau, possui muitos tipos, como perpetuana estreita, perpetuana larga, perpetuana ordinária, imperial e apicotada. (BLUTEAU, 1712, p. 444)

Pestana: Tira costurada em uma peça do vestuário, que serve para abotoar sem que se note a ausência de botões

Picote: Pano grosseiro.

Quintal: Antiga unidade de peso. A unidade equivale a 58,758 kg.

Raxa: Pano antigo grosseiro de algodão.

Raxeta: Tipo de pano de lã, geralmente impressado. Pode ser também uma espécie de vestido listrado de várias cores.

Roupeta: Antigamente, de acordo com Bluteau, era uma peça de roupa que os homens vestiam sem capa. Alguns religiosos usavam como uma vestidura comprida. (BLUTEAU, 1712, p. 387)

Sarja: Tecido entrançado de fio penteado de seda, lã, algodão ou misto.

Serafina, ou Sefafina: espécie de tecido chamado por Bluteau de perpetuana apicotada.

Serguilha: Tecido grosso de lã.

Sumagre: Pó grosso utilizado em tinturaria em curtumes.

Tabi: Espécie de tecido de tafetá grosso e ondeado.

Tafetá: Pano leve de seda. Havia muitos tipos deste têxtil, como tafetá dourado, tafetá lavrado, tafetá singelo, tafetá com fios de ouro e tafetá da Índia.

Talabaetes: Espécie de cinturão.

Vara: Medida derivada do palmo. Valia aproximadamente 1 metro e 100 centímetros.